Termo de Referência 222/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
222/2024	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	FIDEL FURTADO SANCHEZ	16/07/2024 10:33 (v 5.1)

Status

PUBLICADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90332/2024	01342.000894/2023-24

1. Definição do objeto

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de licença para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado no Centro de Radiofarmácia do IPEN-CNEN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Valores de Referência

Item	Especificação	Código Catálogo*	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Licença anual por subscrição/assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, com acesso simultâneo de 4 (quatro) usuários. Marca: Minitab Statistical Software, ou similar.	27502	Unidade	1	R$ 60.998,26	**R$ 60.998,26**

* *https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca*

1.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar nº 79/2023**.

1.3 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do Termo Contratual, prorrogável para até 5 (cinco) anos, na forma dos **artigos 106 e 107** da **Lei nº 14.133, de 01/04/2021**.

1.4 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 79/2023**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2024** (*https://pncp.gov.br/app/pca/00402552000126/2024/2*), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00402552000126-0-000002/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **243**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

V) Identificador da Futura Contratação: **113202-90332/2024**

3. Descrição da solução

3.1 - A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 79/2023**, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*:

4.1.1 - A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Indicação de marcas ou modelos (*Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021*)

4.2 - Na presente contratação **será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo**, de acordo com as justificativas contidas nos **Estudos Técnicos Preliminares nº 79/2023**: **Minitab Statistical Software**

4.2.1 - Com intuito de facilitar a identificação bem como a descrição da especificações do software solicitado, indicamos como referência comercial a marca **Minitab Statistical Software** da fabricante Minitab Inc. (*https://www.minitab.com/*) ou qualquer outra que possua especificações similar/equivalente, ou de melhor qualidade.

Da verificação de amostra do objeto ou prova de conceito (PoC)

4.3 - Durante a realização do procedimento licitatório, a Comissão Especial de Licitação (CEL) poderá, se previsto no edital, solicitar do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de **Amostras** ou **Prova de Conceito**, a realização de exames de conformidade ou de provas de conceito, entre outros testes, para avaliar a conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas e requisitos de qualidade, de desempenho e de funcionalidade definidos neste Termo de Referência (art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

4.3.1 - O objetivo de tais exigências é evitar a contratação de objetos inadequados ou até mesmo inservíveis, que representariam prejuízos aos cofres públicos. Como têm o potencial de restringir o universo de participantes na licitação, tais medidas possuem caráter excepcional, devendo ser justificadas formalmente, a fim de demonstrar que são, de fato, imprescindíveis para avaliar a qualidade, o desempenho ou a funcionalidade do objeto ofertado. Ademais, ressalte-se, poderão ser exigidas somente do licitante provisoriamente vencedor (art. 17, § 3º e art. 41, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

4.3.2 - Caso o licitante melhor colocado não apresente a amostra ou essa seja reprovada, sua proposta deverá ser desclassificada, devendo a Administração analisar a aceitabilidade da proposta do segundo colocado, procedendo a avaliação das suas amostras. Seguir-se-á assim, sucessivamente, até que seja classificada empresa que atenda plenamente às exigências do Termo de Referência (art. 29 da **Instrução Normativa ME/SGD nº 73, de 30/09/2022**).

4.3.3 - Serão exigidas amostras ou prova de conceito do objeto referentes ao seguinte item:

Item 1: **Licença de software para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado no Centro de Radiofarmácia do IPEN-CNEN.**

4.3.4 - O licitante convocado deverá apresentar e disponibilizar a **CEL - Comissão Especial de Licitação** que atende os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC** a seguir:

4.3.4.1 - Para a prova de conceito do software estatístico, pelo menos as funcionalidades abaixo deverão ser demonstradas e testadas e catalogadas em um relatório para análise:

a) Teste e demonstração da funcionalidade Assistente

- Execução de Análise de sistemas de medição;
- Execução de Capacidade análise;
- Execução de Gráfico análise;
- Execução de Hipótese testes;
- Execução de Regressão;
- Execução de DOE;
- Execução de Gráficos de Controle.

b) Teste e demonstração da funcionalidade Gráficos

- Execução de Construtor de Gráfico;
- Execução de Diagramas de dispersão, diagramas de caixa, gráficos de bolha, gráficos de barras, correlogramas, dotplot, mapas de calor, histogramas, gráficos de matrizes, gráficos paralelos, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.;
- Execução de Gráficos de contorno e 3D rotativos;
- Execução de Probabilidade e gráfico de distribuição de probabilidades;
- Atualização automática dos gráficos à medida da mudança de dados;
- Análise de gráficos para explorar pontos de interesse;
- Possibilidade de exportação nos seguintes formatos: TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF.

c) Teste e demonstração da funcionalidade estatísticas básicas

- Execução de Estatísticas Descritiva;
- Execução de Teste Z para uma amostra, testes T para uma ou duas amostras, teste T pareado;
- Execução de Teste de proporções para uma ou duas amostras;
- Execução de Testes de taxa de Poisson para uma ou duas amostras;
- Execução de Teste de variância para uma ou duas amostras;
- Execução de Correlação e covariância;
- Execução de Teste de Normalidade;
- Execução de Teste de outlier;
- Execução de Teste de Poisson.

d) Teste e demonstração da funcionalidade Regressão

- Execução de Regressão de Cox;
- Execução de Regressão linear;
- Execução de Regressão não linear;
- Execução de Regressão binária, ordinal e logística nominal;
- Execução de Estabilidade estudos;
- Execução de Mínimos quadrados parciais;
- Execução de Regressão Ortogonal;
- Execução de regressão de Poisson;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Passo a passo: seleção de valor p, AICc e critério de seleção BIC;
- Execução dos Melhores subconjuntos;
- Execução de Previsão de resposta e otimização;
- Execução de Modelo validação.

e) **Teste e demonstração da funcionalidade Análise de variância**

- Execução de ANOVA;
- Execução de Modelos lineares gerais;

- Execução de Modelos mistos;
- Execução de MANOVA;
- Execução de Múltiplas comparações;
- Execução de Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Teste para variâncias iguais;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Execução de Análise de meios.

f) Teste e demonstração da funcionalidade Análise de Sistemas de Medição

- Execução de Planilhas de coleta de dados;
- Execução de Medidor R&R Cruzado;
- Execução de Gage R&R aninhado;
- Execução de Gage R&R expandido;
- Execução de Gage gráfico de execução;
- Execução de Linearidade e viés do medidor;
- Execução de Estudo de Medição Tipo 1;
- Execução de Estudo de Medição de Atributos;
- Execução de Análise de acordo de atributo.

g) Teste e demonstração da funcionalidade Ferramentas de qualidade

- Execução de Gráfico de execução;
- Execução de Diagrama de pareto
- Execução de Diagrama de causa e efeito;
- Execução de Gráficos de controle de variáveis: XBar, R, S, XBar-R, XBar-S, I, MR, I-MR, I-MR-R/S, zona, Z-MR;
- Execução de Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U';
- Execução de Cartas de controle ponderadas no tempo: MA, EWMA, CUSUM;
- Execução de Gráficos de controle multivariados: T2, variância generalizada, MEWMA;
- Execução de Gráficos de eventos raros: G e T;
- Execução de Gráficos históricos/mudança em processo;
- Execução de Transformações Box-Cox e Johnson;
- Execução de Identificação de distribuição individual;
- Execução de Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote;
- Execução de Capacidade do processo Sixpack™;
- Execução de Intervalos de tolerância;
- Execução de Amostragem de aceitação e curvas OC;
- Execução de Gráfico Multi-Vari;
- Execução de Gráfico de variabilidade.

h) Teste e demonstração da funcionalidade Projeto de experimentos

- Execução de Projetos de peneiramento definitivos;
- Execução de Projetos de Plackett-Burman;
- Execução de Experimentos fatoriais de dois níveis;
- Execução de Projetos de plotagem dividida;
- Execução de Projetos fatoriais gerais;
- Execução de Projetos de superfície de resposta;
- Execução de Projetos de mistura;
- Execução de Projetos D-ótimos e baseados em distância;
- Execução de Desenhos Taguchi;
- Execução de Projetos especificados pelo usuário;
- Analisar respostas binárias;
- Analisar a variabilidade para projetos fatoriais;
- Execução de Corridas malsucedidas;
- Execução de Gráficos de efeitos: normal, semi-normal, Pareto;
- Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Gráficos: residual, efeitos principais, interação, cubo, contorno, superfície, wireframe.

i) **Teste e demonstração da funcionalidade Confiabilidade**

- Execução de Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica;
- Execução de Medidas de qualidade de ajuste;

- Execução de Falha exata, dados censurados à direita, à esquerda e por intervalo
- Execução de Teste de vida acelerado;
- Execução de Regressão com dados de vida;
- Execução de Planos de teste;
- Execução de Distribuições de parâmetros de limite;
- Execução de Sistemas reparáveis;
- Execução de Múltiplos modos de falha;
- Execução de Análise Probit;
- Execução de Análise Weibayes;
- Execução de Gráficos: distribuição, probabilidade, perigo, sobrevivência;
- Execução de Análise de garantia.

4.3.4.2 - O licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo Pregoeiro, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data estabelecia para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no **item 4.3.4.1** deste Termo de Referência.

4.3.4.3 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito, no local a seguir:

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
Avenida Lineu Prestes, nº 2242, CECRF/SEGQR - Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP - CEP 05508-000
Telefone (11) 2810-8279 - Sr. João Augusto Conceição

4.3.4.4 - A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

4.3.4.5 - Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

4.3.4.6 - A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

4.3.4.7 - Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

4.3.4.8 - Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis**, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

4.3.4.9 - Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na **Prova de Conceito (PoC)**, venha a apresentar falha durante o teste.

4.3.4.10 - Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

4.3.4.11 - Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.3.4.12 - No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

4.3.4.13 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema PNCP.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 - Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6 - **Não** haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar nº 79/2023**.

Vistoria

4.7 - **Não** há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Requisitos de Manutenção

4.8 - Devido às características da solução, **há necessidade de realização eventual de manutenções corretivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.8.1 - Compete ao Gestor do Contrato, com apoio do Fiscal Técnico, definir, quando aplicáveis, o requisito de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva (melhoria funcional), **na escolha de tipo de solução com alto custo de mudança de fornecedor**, que leve a Administração a depender excessivamente do Contratado, com consequentes elevação do custo de manutenção da solução ou descontinuidade de fornecimento (em caso de o contratado ficar impossibilitada de continuar suas operações).

Requisitos Temporais

4.9 - Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para a capital do estado de **São Paulo**, a contar do recebimento da abertura da **Ordem de Serviço (OS)**, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.9.1 - Na contagem dos prazos supra estabelecidos, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.9.2 - Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9.3 - Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Tabela 2 - Prazos de atendimento

Atividade, Tarefa ou Serviço	**Prezo Máximo de Início de Atendimento**	**Prezo Máximo de Solução de Problema**
Abertura chamado por E-mail ou chamado ser recebido pelo sistema e antes de ser atendido por um analista humano	2 (dois) minutos	10 (dez) minutos
Disponibilidade do Service Desk dentro do período pactuado, e sem acionar qualquer contingência prevista	**24 (vinte e quatro) horas**	**48 (quarenta e oito) horas**
Encaminhamento de chamados pelo Primeiro Nível (definido como tempo de espera, após a ligação ser atendida por um atendente humano até o chamado ser repassado para o segundo nível)	30 (trinta) minutos	60 (sessenta) minutos
Atendimento de (**N2**) Segundo Nível e (**N3**) Terceiro Nível	20 (vinte) minutos	3 (três) horas
Chamados urgentes	2 (dois) minutos	40 (quarenta) minutos

4.9.3.1 - O Serviço de Coordenação do Atendimento ao Usuário; – **Primeiro Nível**, acessado através da central telefônica e via WEB, utilizando sistema de gestão de incidentes ou conta de e-mail especificamente designada para esta finalidade, visando o registro e controle de todos os incidentes/requisições demandados pelos usuários;

4.9.3.2 - Serviço de Suporte Técnico Presencial – **Segundo Nível**, mediante atendimento local ou remoto pela equipe técnica;

4.9.3.3 - Serviço de Suporte Técnico Presencial – **Terceiro Nível**, mediante atendimento local ou remoto pela equipe técnica;.

4.9.3.4 - Local e Horário de atendimento:

Dias úteis de 2ª a 6ª Feira de 08:00 as 17:00 horas

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

Avenida Lineu Prestes, 2242 - Cidade Universitária, Butantã

São Paulo/SP - CEP 05508-000

https://www.ipen.br/portal_por/portal/centros.php?secao_id=27

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10 - A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e assim como às normas e aos procedimentos de que trata a **Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC** - no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (Anexo II do ETP nº 79/2023), sem prejuízo dos demais atos, documentos e normativos expedidos e publicados pela Administração Pública Federal, bem como pela própria CNEN relativos ao sigilo, à segurança e à privacidade das informações e comunicações, além dos respectivos Termos de Compromisso e de Ciência previstos nas **alíneas "a" e "b"** do **inciso V do art. 18** da **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022**. Mais especificamente a Contratada e seus profissionais deverão observar os preceitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) **Lei nº 13.709 de 14/08/2018**.

4.11 - A execução do objeto desta contratação deverá estar de acordo com as Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (DSIC/GSI/PR) que trata do Requisitos Mínimos de Segurança da Informação aos Órgãos da Administração Pública Federal e suas atualizações, frente à crescente incidência de ataques cibernéticos, e por constantes ameaças à segurança da informação.

4.12 - Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IPEN/CNEN, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

4.13 - A Contratada responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IPEN/CNEN, na via judicial, a Contratada arcará com o pagamento dos valores.

4.14 - A Contratada deverá assinar **Termo de Confidencialidade** para a prestação dos serviços, conforme modelo no **Modelo do termo de compromisso de manutenção de sigilo e do Termo de Ciência**.

4.15 - Promover o afastamento, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do IPEN /CNEN.

4.16 - A Contratada deve tomar conhecimento da **Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC** na CNEN (Anexo II do ETP nº 79/2023) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.17 - Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.17.1 - Uma vez que o objeto da pretensa contratação consiste, essencialmente, em prestação de serviços de fornecimento de software, como também de suporte pós venda, naquilo que couber, os serviços, resultados, relatórios, catálogos, gráficos, prospectos, demonstrativos, entre outros inerentes a serem fornecidos deverão ter documentação (catálogos, manuais, informativos e afins) entregue, preferencialmente, em Língua Portuguesa (Brasil) ou, caso não haja, em Língua Inglesa, e na forma de links de acesso ao sitio de documentação da própria Contratada, base de conhecimento, sistema de Wiki, outro que venha s ser definido pela Contratante.

4.17.2 - A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao **Decreto nº 8.539 de 08/10/2015** que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.17.3 - Ainda considerando o impacto ambiental do uso de recursos de TIC, a contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos de TIC, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo eletrônico.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.18 - Os serviços e software deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.19 - A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.20 - O IPEN/CNEN poderá, a qualquer tempo, sem ônus e dentro de suas conveniências técnicas, modificar padrões técnicos, metodológicos e arquitetura tecnológica, cabendo à **Contratada** prestar atualmente suporte, no mínimo, à seguinte infraestrutura:

4.20.1 - **SOFTWARES COMERCIAIS** – Devem ser previamente conhecidos pelos analistas ao iniciarem as atividades, os softwares abaixo listados, bem como outros de mesma funcionalidade que venham a substituí-los:

Sistemas Operacionais:
Windows XP
Windows 7 e 8
Windows 10
Red Hat Enterprise Linux
CentOS
Debian
Ubuntu
Windows Server 2003, 2008, 2012, 2016 e 2019
Banco de dados:
PostGreSQL 9.4, 9.5, 9.6 e 10 com instâncias;
SQLServer com instâncias e cluster failover;
MongoDB com instâncias;
MySQL com instâncias;
Servidores de aplicação:
JBOSS com instâncias;
TOMCAT com instâncias;

IIS com instâncias;
PHP com instâncias;
RUBY ON RAILS com instâncias;
PLONE com instâncias;
WILDFLY com instâncias;
APACHE com instâncias;
NODE.JS com instâncias;
Soluções de SDDC (virtualização de recursos e serviços de datacenter):
VMware;
HyperV- VMM;
Docker;
Kubernetes;
Ferramentas de Correio Eletrônico:
Postfix
Horde IMP(webmail)
Microsoft Exchange
Navegadores:
Internet Explorer
Mozilla FireFox
Google Chrome
Microsoft Edge

Antivírus:
McAfee
Symantec SEP
Suítes de Escritório (em qualquer versão):
Microsoft Office (professional, Standard e 365)
Libre Office Microsoft Teams

4.20.2 - Aplicativos Diversos:

Categoria	Produtos
Ferramentas de monitoramento e gerenciamento de rede e aplicações	Squid Proxy, NIMSOFT, UIM, Zabbix, CA-APM,
	Prometheus, Grafana
Ferramentas de Backup e arquivamento	Backup Exec, Veeam
Comunicação de dados	Redes IP, VoIP, Wireless, BGP

Categoria	Produtos
Ferramentas de Comunicação Coorporativa	Postfix, SOGo, Openfire
Software de Segurança	Firewall Fortnet, Sonicwall NSA, PfSense
Plataforma de Rede Local	Switches Cisco, Switches Huawei, Roteadores Wireless, Roteadores Cisco, Roteadores Brocade
Serviço de Diretório	Active Directory, LDAP
Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Redmine,

	Trello
Ferramenta de Versionamento de Arquivos	Subversion, GIT
Ferramenta de Portal e Gestão de Conteúdo	Zope/Plone, JOMMLA
Ferramenta de Ensino à Distância	Moodle
Ferramenta de Controle de Ciclo de Vida de Chamados	GLPI
Ferramenta de Gerenciamento de Ativos de TI	MS SYSTEM CENTER, FUSION
Ferramenta de automação de processos	Bonita, GFT
Ferramenta de relatórios	Crystal Reports, SQL Reporting Server

Softwares	
7-zip	Houaiss
Acrobat	Illustrator
Adobe Creative Cloud	Indesign
Adobe Creative suite master collection	Inkscape
Adobe Creative suite web standard	Internet Explorer
After effects	Java
Aleph	LibreOffice
Arcgis	Microsoft Office 2000
Audacity	Microsoft Office 2003
Autocad	Microsoft Office 2007
BDE	Microsoft Office 2010

Bibliotecas digitais	Microsoft Office 2016
Bizagi	Mozilla Firefox
Blender	Mozilla Thunderbird
CADSM Agent	Open Journal System OJS
Captivate	OVirt
CD Burner XP	PDF Creator
Certificados Digitais	PDF SAM
Cobian	PDF to Word
Corel draw	Photoshop
Dreamweaver	Plone
DotProject	Redmine
SPE Escritório	Scribus
Symantec SEP	Sistema Hydra
Tigre Cad	Sistema Moodle
McAfee Antivirus	Soft Lux
TrueCrypt	Spark
Videoconferência	Vmware
Visio	VNC
VLC Media Player	WinRar
E2Doc	Fórum
Ecotools	Freehand

Encore	Gimp
Enterprise Architect	Filzip
Ferramenta de gerenciamento	Fireworks
Filezilla	Flash

4.20.3 - **HARDWARE** – Estações de trabalho, dispositivos de entrada e saída, dispositivos de proteção e **quaisquer outros que venham a ser adquiridos** pelo IPEN.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.21 - Os serviços de fornecimento e suporte do software deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.21.1 - **Garantir** que o **software de estatística** seja capaz de realizar cálculos e análises estatísticas de forma precisa e eficiente. Esses requisitos devem ser definidos com base nas necessidades do Centro de Radiofarmácia do IPEN para necessidade de solucionar requisitos funcionais e não funcionais relacionadas às **ações necessárias no plano de inspeção COVISA-ANVISA**. Portanto, **deverá atender à todos os requisitos técnicos descritos neste Estudo Técnico Preliminar**.

A Contratada considerará esses requisitos para o fornecimento da solução, levando em consideração fatores como a plataforma de desenvolvimento, o tipo de linguagem de programação e as bibliotecas e frameworks disponíveis, incluindo uso: linguagem de programação eficiente para cálculos e análises; bibliotecas e frameworks de estatística para facilitar o desenvolvimento; Testes de unidade e integração para garantir a qualidade do software.

4.21.2 - **Demostrar** de forma geral, que os requisitos de projeto de software de estatística incluem:

- **Requisitos funcionais**: Funcionalidades específicas do software, como os tipos de cálculos e análises que ele deve ser capaz de realizar. Exemplo: Capacidade de realizar cálculos básicos, como média, mediana, moda e desvio padrão; Capacidade de realizar análises mais complexas, como testes de hipóteses, regressão e análise de séries temporais; Capacidade de trabalhar com diferentes tipos de dados, como números, texto e imagens; Capacidade de trabalhar com dados incompletos ou ruidosos; Capacidade de gerar relatórios e gráficos; Capacidade de ser personalizado para atender às necessidades específicas dos usuários.
- **Requisitos não funcionais**: Propriedades do software, como sua performance, confiabilidade e segurança. Exemplo: Tempo de resposta aceitável para cálculos e análises; Capacidade de lidar com grandes volumes de dados; Proteção contra acesso não autorizado.

4.22 - **Não são considerados projetos:**

4.22.1 - atividades de operação de TIC e monitoração de Data Center;

4.22.2 - atividades de atendimento ao usuário de infraestrutura de TIC;

4.22.3 - qualquer tipo de tratativa de incidente, problema ou restabelecimento da operação normal de serviços;

4.22.4 - aplicação de atualizações de sistemas operacionais, inclusive atualizações de segurança e recomendadas;

4.22.5 - aplicação de atualização de versão de produtos de pequeno porte e esforço;

4.22.6 - acompanhar fornecedor para suporte de infraestrutura, inclusive em horários fora de expediente;

4.22.8 - implantação de novas aplicações ou de novas versões de aplicações desenvolvidas pela fábrica de software, ou desenvolvimento interno, do IPEN/CNEN;

4.22.9 - participar de reunião técnica ou gerencial, convocada pelo IPEN/CNEN;

4.22.10 - elaborar e atualizar documentações;

4.22.11 - realizar eventos de transferência de conhecimento;

4.22.12 - elaborar e revisar documentos de Plano de Recuperação de Desastre e exercitá-los;

4.22.13 - desligar ou restabelecer os serviços de Data Center ou salas técnicas, de forma parcial ou total; e a

4.22.14 - implantação ou aperfeiçoamento de processos de trabalho da Contratada.

4.23 - A Contratada é responsável ainda por apresentar propostas e planos de novas tecnologias, sob demanda, para modernizar o Software de Estatística e subsidiar a equipe de fiscalização do Contrato do IPEN/CNEN no planejamento de crescimento e manutenção da solução fornecida.

Requisitos de Implantação

4.24 - Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.24.1 - Para a referida contratação, pode se considerar como implantação a fase de iniciação contratual, na qual, basicamente, a Contratada deverá:

a) Compor e apresentar formalmente para o IPEN/CNEN a equipe técnica que será responsável pela execução dos serviços, ainda que sem que caracterização de mão de obra com dedicação exclusiva, mas que deverá atender aos requisitos de experiência profissional;

b) Propor e executar processo de transição contratual, do qual devem participar a atual contratada responsável pelo contrato em vigor, a futura Contratada e a equipe de fiscalização nomeada do IPEN/CNEN;

c) Apresentar cronograma para realizar a instalação e configuração da ferramenta de monitoramento, e a demonstração do funcionamento;

d) Apresentar cronograma para realizar o processo de Estabilização dos serviços de TI, que será definido no Termo de Referência;

e) Apresentar cronograma para realizar processo de diagnóstico de maturidade para os processos de gestão da solução ofertada (Software de Estatística) e apresentar em reunião formal para os gestores de TI e equipe de fiscalização.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.25 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na **Lei nº 8.078, de 11/09/1990** (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.26 - Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.27 - Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.28 - A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de **Ordem de Serviço (OS)** emitida pela Contratante.

4.29 - A **OS** indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.30 - O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e **7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 5 dias** por semana por via telefônica.

4.31 - A execução do serviço dever ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.31.1 - O objeto a ser entregue sendo executado no **SEGQR - Serviço de Garantia de Qualidade de Radiofármacos**, através dos prepostos designados pela Autoridade Competente, nos temos do **art. 8º** do **Decreto nº 11.246, de 27/10/2022**, no seguinte endereço:

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

Avenida Lineu Prestes, nº 2242, **CECRF** - Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP - CEP 05508-000

CNPJ nº 00.402.552/0005-50

4.31.2 - Os registros das entradas do software na Infraestrutura TIC, serão acompanhadas pela **SEGRS - Serviço de Gestão de Redes e Suporte** do IPEN, garantindo atividades de atendimento ao usuário de infraestrutura de TIC. As demandas registradas na ferramenta de ITSM deverão ter o planejamento técnico realizado, incluindo, se necessário, reunião com a equipe técnica e de gestão do SEGRS/IPEN para entendimento das necessidades e dos requisitos. O planejamento técnico deverá contemplar também: **i** - a proposta tecnológica; **ii** - a topologia da solução; **iii** - a estrutura organizacional; **iv** - o levantamento de requisitos de hardware e software conforme disponibilidade do IPEN/CNEN; **v** - o levantamento de atividades e entregáveis, incluindo etapas de validação do andamento dos trabalhos junto à SEGRS; **vi** - a sugestão de critérios de aceitação, a ser aceito/definido pela equipe de fiscalização ou solicitante do IPEN/CNEN; e **vii** - Demais itens que se mostrarem necessários do desenrolar da execução deste procedimento, e que o IPEN/CNEN, entenda ser necessário.

4.31.2.1 - Toda Informação e comunicação relativa ao licenciamento do produto tais como: Chaves de ativação; nº serial; nº de certificado de licença e/ou manutenção; vencimento de subscrição; atualização de produto e assemelhados, quando cabível, pode ser enviada através do seguinte e-mail: ***jaugusto@ipen.br*** *e* ***suporte@ipen.br***

4.31.3 - A Contratada deverá em **até 1 (um) dia útil**, após análise inicial da demanda, indicar o prazo para realizar e apresentar o planejamento técnico, considerando a complexidade da solicitação.

4.31.4 - **Procedimentos de Teste e Inspeção**

4.31.4.1 - A execução técnica dos serviços deverá estar aderente às melhores práticas definidas pelo fabricante dos produtos, às boas práticas consagradas para atividades de TIC, além de estar aderente às diretrizes, normas e procedimentos definidos pelo SEGRS do IPEN/CNEN. A adequada execução técnica dos trabalhos será acompanhada pelo **SEGRS** do IPEN/CNEN a seu critério, que eventualmente poderá realizar procedimentos de inspeção.

4.31.4.2 - Na verificação de desvios técnicos na execução dos serviços o **SEGRS** do IPEN/CNEN deverá registrar na ferramenta de ITSM uma não conformidade técnica, que deverá ser tratado pela contratada. No caso de se demonstrar indevido a não conformidade técnica apontada pelo SEGRS do IPEN/CNEN, a Contratada deverá registrar as justificativas na ferramenta de ITSM.

Requisitos de Qualificação Técnica

4.33 - **Comprovação de aptidão** para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.34 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.35 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.36 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.37 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 - **Disposições gerais**

5.1.1.1 - Todo o trabalho realizado pela Contratada estará sujeito à avaliação técnica, sendo homologado quando os serviços executados e seus respectivos relatórios dos serviços prestados estiverem de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo IPEN /CNEN;

5.1.1.2 - Os relatórios operacionais e gerenciais serão elaborados e evoluídos no decorrer da execução do contrato;

5.1.1.3 - Todo o trabalho realizado pela Contratada deverá estar em conformidade com as normas, padrões e diretrizes definidas pelo SEGRS e pelo IPEN/CNEN;

5.1.1.4 - À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas na execução técnica e contratual, submetendo entregas ou atividades impugnadas à nova verificação, sem prejuízo da aplicação das glosas e sanções legais cabíveis;

5.1.1.5 - Todas as atividades da Contratada deverão ser executadas, preferencialmente, sem impactar a disponibilidade dos serviços de TIC;

5.1.1.6 - Os serviços programados deverão ser precedidos de cronogramas de execução previamente aprovados;

5.1.1.7 - A Contratada deverá realizar serviços de resolução de incidentes a qualquer tempo, incluindo horários noturnos, e em fins de semana e feriados, atendendo aos prazos e **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** definidos, mesmo quando a causa raiz do incidente for de responsabilidade de terceiros;

5.1.1.8 - No caso de incidentes causados por terceiros, o tempo de disponibilidade poderá ser abonado para efeitos de cálculo do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** até o momento em que a Contratada tenha as condições técnicas de restabelecer o serviço sem dependência de terceiros, situação esta na qual deverá demonstrar por meio de relatório detalhado com evidências;

5.1.1.9 - Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

5.1.1.9.1 - A todas as normas e especificações exigidas;

5.1.1.9.2 - As normas da ABNT pertinentes, inclusive armazenamento de dados pessoais criptografados nos servidores e em plataforma em nuvem terceirizada em conformidade com as normas ISO/IEC 27001, 27017, 27018, e ISO/IEC 9001;

5.1.1.9.3 - As disposições legais da União;

5.1.1.9.4 - As prescrições e recomendações dos fabricantes; e

5.1.1.9.5 - As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT.

5.1.1.10 - Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos projetos aprovados pelo IPEN/CNEN sem autorização expressa desta;

5.1.1.11 - Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão constituir pretexto para a Contratada alegar redução de desempenho. Consideram-se, inapelavelmente, a Contratada e seus Analistas /Especialistas como altamente especializadas nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverão considerar as complementações e providências técnicas por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento dos serviços descritos no Termo de Referência;

5.1.1.12 - Se a Contratada entender necessário, em caso específico, a transferência de qualquer responsabilidade para terceiros, como por exemplo a contratação de seguros, esta só poderá ser feito com a anuência e aprovação do Gestor do Contrato;

5.1.1.13 - A Contratada deverá garantir a disponibilidade da infraestrutura necessária para a realização das tarefas especificadas na monitoração dos serviços de TIC e para a comunicação da equipe do SEGRS com a equipe responsável por esta operação por telefone, mensagens instantâneas ou e-mail. As interrupções de acesso aos serviços de monitoração que resultem em atrasos no atendimento dos incidentes, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com glosa, multa, sanção ou penalidades cabíveis em lei;

5.1.1.13.1 - Entende-se por monitoração: Atender ao Campus do IPEN no que se refere ao gerenciamento e funcionamento no ambiente instalado, executar atividades preventivas a situações de descontinuidade dos serviços contratados e fornecer o suporte técnico e soluções junto ao referido Campus, garantindo assim o padrão de qualidade. Entende-se por Suporte Técnico a disponibilização de serviço de ***help desk*** gratuito, do tipo "**0800**", para abertura de chamados, com funcionamento **24** (vinte e quatro) horas por dia, **07** (sete) dias na semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

5.1.1.14 - A execução do contrato será baseada no modelo no qual o IPEN/CNEN é responsável pela gestão do contrato e pela verificação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos frente aos serviços entregues, e a Contratada é a responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos necessários;

5.1.1.15 - Caso o IPEN/CNEN não aprove a execução e/ou a qualidade do serviço entregue, conforme especificado no detalhamento das tarefas, deverá apor comentário ou anexar documentos/relatórios que justifiquem a não aprovação, retornando-a a Contratada para correção ou complementação;

5.1.1.16 - Caso a Ordem de Serviço seja encerrada pela Contratada sem anuência da área demandante, a mesma será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na solicitação original da Ordem de Serviço, inclusive para efeito de aplicação de glosas ou sanções previstas; e

5.1.1.17 - O IPEN/CNEN poderá solicitar, quando necessário, relatórios sobre o andamento das atividades, ficando a Contratada obrigada a apresentá-los após **2 (dois) dias úteis** da solicitação registrada no catálogo de serviços.

5.1.2 - Rotinas de Execução

5.1.2.1 - Após o início da vigência do contrato, a Contratada deverá estar apta a iniciar a execução em **até 30 (trinta) dias corridos**. A iniciação do contrato, somente poderá ocorrer com autorização expressa do IPEN/CNEN.

5.1.2.2 - Da reunião inicial

5.1.2.2.1 - O Contratante, por intermédio do **Gestor do Contrato**, convocará a Contratada, imediatamente após a assinatura do contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, ora denominada **reunião inicial**, com o objetivo de:

a) Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o CONTRATANTE e o Preposto da CONTRATADA;

b) Definir as providências necessárias para inserção da CONTRATADA no ambiente de prestação dos serviços;

c) Definir as providências de implantação dos serviços;

d) Alinhar entendimento quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

5.1.2.2.2 - Na **Reunião Inicial** a Contratada deverá:

a) Apresentar seu PREPOSTO;

b) Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse, poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre o Contratante e a Contratada, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO.

5.1.3 - Do encaminhamento das demandas

5.1.3.1 - O início da prestação dos serviços será autorizado mediante emissão de uma Ordem de Serviço Inicial, contendo todas as informações necessárias ao início da execução do objeto (*condições, prazos, quantitativos, valores estimados, etc*).

5.1.3.2 - O prazo de entrega para os documentos que comprovem o fornecimento do licenciamento e todas as demais obrigações deverão ser disponibilizadas ao Contratante no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a serem contados a partir da abertura da Ordem de Fornecimento/Serviço.

5.1.4 - Da forma de execução e acompanhamento dos serviços:

5.1.4.1 - A Contratante disponibilizará aos funcionários da Contratada o acesso, suficiente para gerar relatórios, gerenciar, receber, tratar e encerrar pedidos de suporte referentes exclusivamente a esta contratação, no Software de Gerenciamento de Serviços de TI utilizado pelo IPEN no qual serão registrados os incidentes e as solicitações de serviço direcionados à Contratada, bem como a contagem de tempo para fins de aferição dos NMS - Nível Mínimo de Serviços.

5.1.4.2 - Na ocorrência de incidente, o usuário do IPEN realizará a abertura de um chamado técnico no Software de Gerenciamento de Serviços utilizados no IPEN. A equipe de **1º Nível** do CONTRATANTE encaminhará o chamado para CONTRATADA, que dará continuidade ao atendimento. O suporte técnico da CONTRATADA deverá funcionar em escala **8x5**, de **segunda a sexta-feira**, das **8h às 12h** e das **14h às 18h**.

5.1.5 - Mecanismos formais de comunicação:

5.1.5.1 - A comunicação formal deverá ser feita preferencialmente por **Ofício**, ou quando o caso requeira maior celeridade poderá ser feita por e-mail para o representantes legais e/ou preposto, desde que utilizada a confirmação de recebimento e/ou leitura.

5.1.5.2 - A formulação e comunicação de ordem de serviços Ordem de Serviços será feita pelo **SEI - Sistema de Eletrônico de Informações da CNEN** - *https://sei.cnen.gov.br/*.

5.1.5.3 - O encaminho de demandas/chamados que são escopo do serviço rotineiro deverá ser feito por meio do sistema ou plataforma ofertado pela Contratada.

5.1.5.4 - Para prover maior fluidez na comunicação entre a equipe técnica os profissionais da contratada habilitados também deverão estar disponíveis a responder questionamentos e fornecer informações e opiniões técnicas por meio de mensagem eletrônica (e-mail), sistema de mensagem instantânea e telefone. Neste caso, sempre que possível, o preposto, líder técnico ou coordenador deverá estar copiado para acompanhamento das solicitações/demandas.

5.1.5.5 - Em caso de grupo de tratamento de incidentes, casos em que há necessidade de celeridade na resposta e tratamento, os profissionais da equipe técnica poderão ser convocados a participar de grupos em aplicativos que o **SEGRS - Serviço de Gestão de Redes e Suporte** venha a aderir. Neste caso, também deverão participar o preposto, líder técnico ou coordenador. As comunicações neste caso, deverão ser limitadas a assuntos no escopo deste contrato. Também deverão ser evitadas nos horários além do expediente normal (**08:00 horas as 17:00 horas**).

5.1.5.6 - As comunicações nestes casos não caracterizarão subordinação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 - Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

> **Dias úteis de 2ª a 6ª Feira de 08:00 as 17:00 horas**
> IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
> Avenida Lineu Prestes, nº 2242 - **CECRF**, Cidade Universitária, Butantã
> São Paulo/SP - CEP 05508-000
> *https://www.ipen.br/portal_por/portal/centros.php?secao_id=27*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3 - A demanda do IPEN tem como base as seguintes características:

5.3.1 - **NÃO É APLICÁVEL** MARGENS DE PREFERÊNCIA para os serviços nacionais do art. 4º da Lei nº 14.133, de 01/04/2023, **NÃO** sendo processo licitatório EXCLUSIVO para MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

5.3.2 - A solução ofertada deverá auxiliar no levantamento de dados estatísticos para cumprimento das normas sanitárias vigentes da COVISA (Coordenadoria de Vigilância Sanitária) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que trata de procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas para ensaios clínicos com medicamentos:

- **Instrução Normativa - Instrução Normativa ANVISA nº 122 de 09/03/202**2 - *https://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/477746*

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4 - **Não** haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

5.4.1 - A garantia contratual para softwares de prateleira é prevista pelo CDC (Inc. II, art. 26 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990) O CDC estabelece que o fornecedor é responsável pela garantia de 90 (noventa) dias para produtos duráveis, como é o caso do software de estatística, não sendo necessária a exigência de Garantia Contratual prevista nos artigos 96 e 97 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5 - Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.5.1 - Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

5.5.2 - Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos aos dados gerados do objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

5.5.2.1 - Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima **inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra**.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 - A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 - A Contratada deverá manter preposto da empresa no local e/ou **remoto** da execução do objeto durante o período **5 (cinco) dias úteis** na fase de implantação do projeto.

6.8 - A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscalis do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10 - O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11 - O Fiscal Técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal Técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13 - O Fiscal Técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal Técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15 - O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16 - O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19 - O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20 - O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21 - O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22 - O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23 - O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24 - O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25 - O Gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará *o* **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, e conforme previsto no NMS - Nível Mínimo de Serviços e Requisitos da Contratação deste Termo de Referência.

7.1.1 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

i - Não produzir os resultados acordados;

ii - Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

iii - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 - A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a seguinte metodologia de avaliação dos serviços - Instrumento de Mediação de Resultado (IMR):

7.3.1 - Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a Contratante adota a AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, a ser apurada mensalmente, conforme tabela apresentada no **item 7.3.4** - Avaliação da Prestação dos Serviços.

7.3.2 - Visando estabelecer o gerenciamento da qualidade dos serviços a serem executados pela contratada, serão estabelecidos critérios que garantam um nível básico de qualidade dos serviços prestados e as respectivas adequações de pagamento, em conformidade com o item 2.6-D, Anexo V da Instrução Normativa MPDG/SEGES nº 5, de 26/05/2017, e incisos III e V, art. 19 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/2022, respeitado o contraditório a ampla defesa.

7.3.3 - O pagamento será, por tanto, proporcional ao atendimento das metas estabelecidas, em obediência ao disposto no item 2.6-D, Anexo V da Instrução Normativa MPDG/SEGES nº 5, de 26/05/2017 e incisos III e V, art. 19 da Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 23/12/2022. As pontuações serão ponderadas e computadas a cada ocorrência, conforme definido no item

Avaliação da Prestação dos Serviços

7.3.4 - A "TABELA DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS" apresentada neste item não se exaure, podendo a Administração valer-se dela para obter a porcentagem a ser descontada no valor da fatura mensal da contratada e efetivar as falhas contratuais que julgar semelhante ou equivalente.

Mecanismo de Cálculo:

Valor a ser pago à Contratada = Valor da Fatura - Σ% a ser descontada no valor da fatura mensal

Tabela A - Porcentagens a ser descontada no valor da Fatura Mensal da Contratada

Grau (G)	Correspondência
1	**0,01%** do valor da fatura mensal
2	**0,02%** do valor da fatura mensal
3	**0,03%** do valor da fatura mensal
4	**0,05%** do valor da fatura mensal
5	**0,50%** do valor da fatura mensal
6	**1,00%** do valor da fatura mensal

Tabela B – Tabela de avaliação da prestação de serviços

Item	Descrição	Grau (G)

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos morais, de imagem do Órgão, financeiros ou consequências pecuniárias; por ocorrência.	**6**
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por ocorrência.	**5**
3	Utilizar as dependências, dados, ou a imagem do Órgão para fins diversos do objeto do contrato, por ocorrência.	**4**
4	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços, por empregado e por ocorrência.	**3**
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	**2**
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, ou apresentar relatório técnico incompleto ou com informações imprecisas, por ocorrência.	**2**
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material, por ocorrência.	**2**
8	Permitir a atuação de técnico ou funcionário mal capacitado, por empregado e por ocorrência.	**1**
9	**Deixar de e**xecutar serviço com o sigilo necessário, fazendo vazar informação, por ocorrência.	**6**
10	**Deixar de c**umprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	**2**
11	**Deixar de c**umprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para execução de serviços, por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	**2**
12	**Deixar de** cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, mesmo que não previstos em Cláusula de Sanções do Contrato, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	**2**
13	**Deixar de** analisar, orientar ou não concluir relatório dos serviços **até o 5° dia útil** seguinte ao mês vencido, por dia.	**2**
14	**Deixar de** Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições, por empregado e por ocorrência.	**1**
15	**Deixar de** Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	**1**

16	**Deixar de** Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários, por ocorrência.	**1**
17	**Deixar de** manter documentação de habilitação atualizada, **p**ermanecendo regular perante o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, o TCU e o CADIN.	**4**

7.3.5 - É obrigação da contratada corrigir todas as falhas na execução dos serviços independentemente de comunicação.

7.3.6 - Após a avaliação da qualidade dos serviços, que será realizada segundo a metodologia apresentada no **item 7.3.4,** deverá ser realizado o ajuste proporcional no valor da fatura mensal da contratada conforme **item 7.3.4** e informado posteriormente à Contratada para emissão da respectiva nota fiscal.

7.3.7 - A aplicação das adequações de pagamentos previstas neste IMR não exclui a aplicação das sanções administrativas estabelecidas em contrato.

7.3.8 - Caso as falhas sejam detectadas pelo Fiscal da Administração, estas, serão dadas ciência imediatamente ao Preposto da Contratada através de e-mail, para que sejam sanadas. Após a Notificação, será realizada as anotações devidas.

7.3.9 - O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio de IMR será de **90 (noventa) dias**.

7.3.10 - Ao longo do mês de prestação de serviços, a FISCALIZAÇÃO encaminhará cada relatório de vistoria à CONTRATADA, que terá **1 (um) dia útil** para, caso queira, apresentar justificativas para as falhas. Caso as justificativas sejam aceitas, nova versão do relatório será gerada pela FISCALIZAÇÃO, retirando-se as falhas justificadas da contagem das ocorrências totais daquele relatório.

7.3.11 - A cada Avaliação Periódica dos Usuários, a FISCALIZAÇÃO apresentará à CONTRATADA a memória de cálculo da NFS-e. A partir do recebimento, caso deseje, a CONTRATADA terá **3 (três) dias úteis** para apontar eventuais inconsistências. Examinadas as razões apresentadas pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO poderá revisar o cálculo da SECLI - Serviço de Gestão de Contratos e Licitações do IPEN.

7.3.12 - Mensalmente, a FISCALIZAÇÃO apresentará à CONTRATADA o relatório mensal de ocorrências e a memória de cálculo dos coeficientes do IMR obtidos pela CONTRATADA no período. A partir do recebimento, caso deseje, a CONTRATADA terá **3 (três) dias úteis** para apresentar justificativas para as falhas. Examinadas as razões apresentadas pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO poderá revisar o cálculo da Glosa na Fatura.

Do recebimento

7.4 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (*Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133* e *Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.5 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (*Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.7 - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (*Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022*)

7.8 - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2 - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (*art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.11.2 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.11.5 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do *art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021*, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 - o prazo de validade;

7.17.2 - a data da emissão;

7.17.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 - o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 - o valor a pagar; e

7.17.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20 - A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26/04 /2018).

7.21 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E (IBGE)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31 - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1 - As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.32 - A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2 - O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.3.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 - **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 - **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8 - **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8.1 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.10 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.11 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.12 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.13 - Prova de inscrição no cadastro de contribuinte **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.14 - Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.15 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.16 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3.17 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.3.18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

8.3.19.1 - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a **1 (um)**;

8.3.19.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.3.19.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**.

8.3.19.4 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - **ECD ao Sped**.

8.3.20 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido** mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

8.3.20.1 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.20.2 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.3.21 - **Comprovação de aptidão** para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.21.1 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.21.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.21.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.22 - Prova de atendimento aos requisitos de **direito autoral**, previstos na Lei nº 9.609 , de 19/02/1998 - Lei do Software (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm*) que trata do comércio, original ou cópia de programa de computador, através de Declaração e Comprovação de Parceiro Certificado ou Revenda Autorizada do fabricante do produto emitida pelo próprio licitante.

8.4 - Caso admitida a participação de **cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.4.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.4.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - **DRSCI**, para cada um dos cooperados indicados;

8.4.3 - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.4.4 - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.4.5 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.4.6 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: **a)** ata de fundação; **b)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; **c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; **d)** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; **e)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e **f)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.4.7 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 60.998,26

9.1 - O custo anual estimado total da contratação é de **R$ 60.998,26 (sessenta mil, novecentos e noventa e oito mil Reais e vinte e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na **Tabela 1** deste Termo de Referência.

9.2 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (um centésimo por cento)**.

10. Adequação orçamentária

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **11501/113202**;

II) Fonte de Recursos: **1000000000** ou **1050000038**;

III) Programa de Trabalho: **19.662.2306.2478.0001- Produção e Fornecimento de Radiofármacos - Nacional**;

IV) Elemento de Despesa: **339040.06 - Locação de Softwares**;

V) Plano Interno: **24780000015**;

10.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

LUIS ALBERTO PEREIRA DIAS

Requisitante

Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 16:50:27.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

MARGARETH MIE NAKAMURA MATSUDA

Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 17:14:39.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

KEISON DE SOUZA LUNIERE

Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 16/07/2024 às 10:04:18.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

FIDEL FURTADO SANCHEZ

Integrante Administrativo

Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 16:15:04.

Despacho: APROVO este Termo de Referência para realização de PREGÃO ELETRÔNICO nos termos inc. XLI, art. 6º da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e § 6º, Art. 12 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/2022

PAULO HENRIQUE BIANCHI

Autoridade TIC

Assinou eletronicamente em 16/07/2024 às 10:12:54.

Despacho: APROVO este Termo de Referência para realização de PREGÃO ELETRÔNICO nos termos inc. XLI, art. 6º da Lei nº 14.133, de 01/04/2021

KATIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS

Autoridade Competente

Assinou eletronicamente em 16/07/2024 às 10:31:14.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar n 79_2023.pdf (19.83 MB)

Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar n 79_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 79/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01342.000894/2023-24

2. Objeto

2.1 - O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda para **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de Licença para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado no Centro de Radiofarmácia do IPEN-CNEN**", bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, administrativas do IPEN fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

3. Descrição da necessidade

3.1 - O **Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN** inscrita no **CNPJ nº 00.402.552/0005-50** e Inscrição Estadual nº 110.670.880.110, é uma autarquia do Estado de São Paulo, gerido tecnicamente e administrativamente pela CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear que é uma autarquia federal criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, alterada pela Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, consoante alínea “h” do inciso V do artigo único do Anexo ao Decreto nº 9.660, de 01 de janeiro de 2019, com sede à Rua General Severiano, nº 90, no Município e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 00.402.552/0001-26, em conformidade com Convênio celebrado em 31 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo (DOU 25/07/2012), é estabelecido à Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242 - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Butantã, no Município e Estado de São Paulo.

A contratação justifica-se pela necessidade de solucionar **uma das ações necessárias no plano de inspeção COVISA-ANVISA 2022**, do Centro de Radiofármacos - CECRF do IPEN. Para atender as boas práticas de fabricação e as evidências na execução dos processos de CECRF, além de cumprir o planejamento de produção, controle de qualidade e projetos de desenvolvimento tecnológico, assegurando, com isso, o atendimento às demandas do Ministério da Saúde, esta Licença de Software terá entre outras aplicabilidades:

i) Realização de análise de produção conforme a **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 658 de 30/03/2022** (*https://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/479680*) e utilização para Revisão Periódica de Produtos (RPP) na produção;

ii) Realização de Análises Estatísticas dos processos do **SECQR - Serviço de Controle da Qualidade de Radiofármacos**;

iii) Geração de cartas de controle que compõem os documentos apresentados à ANVISA.

Necessidade de tratamento de dados para criação de cartas de controle emitidas para todos os produtos que são liberados pelo **SECQR** e para dar suporte em análises laboratoriais que exigem validação estatística, que permitam manter nossa conformidade com as exigências da ANVISA e da OMS em suas inspeções. Neste sentido, vale a pena ressaltar que para acompanhar a evolução institucional, buscamos um software com funcionalidades que permitam ao usuário construir uma ampla gama de gráficos de controle de controle. Esses recursos serão utilizados em análises de controle de qualidade com requisitos de análise do sistema de medição, gráficos de controle, análise de capacidade; validações analíticas com requisitos de gráficos de controle, análise de capacidade, intervalos de tolerância, temporalidade, análise do sistema de medição.

No ano de 2022, a COVISA (Coordenadoria de Vigilância Sanitária) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) realizaram diversas inspeções em estabelecimentos de saúde, alimentos e produtos de interesse à saúde. Essas inspeções tiveram como objetivo verificar o cumprimento das normas sanitárias vigentes, garantindo a segurança da população.

No caso das inspeções em estabelecimentos de saúde, foram avaliados aspectos como a estrutura física, a qualificação dos profissionais, os procedimentos realizados e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. As inspeções em estabelecimentos

de alimentos avaliaram aspectos como a higiene, a manipulação dos alimentos, o armazenamento e a conservação. Já as inspeções em produtos de interesse à saúde avaliaram aspectos como a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos.

As inspeções realizadas pela COVISA e pela ANVISA são essenciais para garantir a segurança da população. Através dessas inspeções, é possível identificar e corrigir possíveis falhas nos sistemas de vigilância sanitária, evitando a ocorrência de problemas de saúde pública.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Radiofarmácia - CECRF	Luís Alberto Pereira Dias

5. Necessidades de Negócio

Requisitos de Negócio:

5.1 - A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

A qualidade dos serviços prestados pelo **CECRF - Centro de Radiofarmácia** do IPEN está diretamente ligada à utilização diversas soluções de **Licenças** com excelência pelo mercado de TI, influenciando enormemente no processo de modernização do parque computacional e de qualidade da gestão da informação, com diversos benefícios durante todo o período da contratação.

Atualmente a CECRF requer o incremento em diversas atividades relacionadas a sistemas de informação. Naturalmente, tamanha quantidade de dados remete à necessidade de utilizar softwares adequados para responder satisfatoriamente as necessidades dos usuários, podendo-se concluir que é necessário promover a contratação das licenças propostas.

O **Software de Estatística** deve estar acordo com as expectativas do negócio do **Centro de Radiofarmácia - CECRF** do IPEN, em especial à análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado na **SEGQR - Serviço de Garantia de Qualidade de Radiofármacos**, e à verificação do cumprimento das **normas sanitárias vigentes** da COVISA (Coordenadoria de Vigilância Sanitária) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) garantindo a segurança da população. Os Requisitos de Negócio para Software de Estatística podem ser divididos em 3 (três) categorias principais:

i - **Requisitos funcionais** definem o que o software deve fazer. Eles incluem, por exemplo, os tipos de análises estatísticas que o software deve suportar, os tipos de dados que o software deve ser capaz de importar e exportar, e as interfaces que o software deve fornecer.

ii - **Requisitos não funcionais** definem as propriedades do software, como a performance, a segurança e a confiabilidade. Eles incluem, por exemplo, os requisitos de tempo de resposta, os requisitos de segurança de dados, e os requisitos de disponibilidade do software.

iii - **Requisitos de usuário** definem as necessidades dos usuários do software. Eles incluem, por exemplo, os requisitos de usabilidade, os requisitos de acessibilidade, e os requisitos de treinamento, devendo ser capaz de:

Suportar as seguintes análises estatísticas: regressão linear, análise de variância, testes de hipóteses, etc;
Importar e exportar dados em formato CSV, Excel;
Lidar com grandes conjuntos de dados sem comprometer a performance;
Seguro e proteger os dados dos usuários contra acesso não autorizado;
Interface fácil o uso e acessível a usuários com diferentes níveis de experiência; e

Além disto, o software deverá possuir pelo menos a seguinte lista de **requisitos técnicos**:

a) Requisitos para a função Assistente

- Execução de Análise de sistemas de medição;
- Execução de Capacidade análise;

- Execução de Gráfico análise;
- Execução de Hipótese testes;
- Execução de Regressão;
- Execução de DOE;
- Execução de Gráficos de Controle.

b) Requisitos para a função Gráficos

- Execução de Construtor de Gráfico;
- Execução de Diagramas de dispersão, diagramas de caixa, gráficos de bolha, gráficos de barras, correlogramas, dotplot, mapas de calor, histogramas, gráficos de matrizes, gráficos paralelos, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.;
- Execução de Gráficos de contorno e 3D rotativos;
- Execução de Probabilidade e gráfico de distribuição de probabilidades;
- Atualização automática dos gráficos à medida da mudança de dados;
- Análise de gráficos para explorar pontos de interesse;
- Possibilidade de exportação nos seguintes formatos: TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF.

c) Requisitos para a função estatísticas básicas

- Execução de Estatísticas Descritiva;
- Execução de Teste Z para uma amostra, testes T para uma ou duas amostras, teste T pareado;
- Execução de Teste de proporções para uma ou duas amostras;
- Execução de Testes de taxa de Poisson para uma ou duas amostras;
- Execução de Teste de variância para uma ou duas amostras;
- Execução de Correlação e covariância;
- Execução de Teste de Normalidade;
- Execução de Teste de outlier;
- Execução de Teste de Poisson.

d) Requisitos para a função Regressão

- Execução de Regressão de Cox;
- Execução de Regressão linear;
- Execução de Regressão não linear;
- Execução de Regressão binária, ordinal e logística nominal;
- Execução de Estabilidade estudos;
- Execução de Mínimos quadrados parciais;
- Execução de Regressão Ortogonal;
- Execução de regressão de Poisson;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Passo a passo: seleção de valor p, AICc e critério de seleção BIC;
- Execução dos Melhores subconjuntos;
- Execução de Previsão de resposta e otimização;
- Execução de Modelo validação.

e) Requisitos para a função Análise de variância

- Execução de ANOVA;
- Execução de Modelos lineares gerais;
- Execução de Modelos mistos;
- Execução de MANOVA;
- Execução de Múltiplas comparações;
- Execução de Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Teste para variâncias iguais;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Execução de Análise de meios.

f) Requisitos para a função Análise de Sistemas de Medição

- Execução de Planilhas de coleta de dados;
- Execução de Medidor R&R Cruzado;
- Execução de Gage R&R aninhado;

- Execução de Gage R&R expandido;
- Execução de Gage gráfico de execução;
- Execução de Linearidade e viés do medidor;
- Execução de Estudo de Medição Tipo 1;
- Execução de Estudo de Medição de Atributos;
- Execução de Análise de acordo de atributo.

g) Requisitos para a função Ferramentas de qualidade

- Execução de Gráfico de execução;
- Execução de Diagrama de pareto;
- Execução de Diagrama de causa e efeito;
- Execução de Gráficos de controle de variáveis: XBar, R, S, XBar-R, XBar-S, I, MR, I-MR, I-MR-R/S, zona, Z-MR;
- Execução de Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U';
- Execução de Cartas de controle ponderadas no tempo: MA, EWMA, CUSUM;
- Execução de Gráficos de controle multivariados: T2, variância generalizada, MEWMA;
- Execução de Gráficos de eventos raros: G e T;
- Execução de Gráficos históricos/mudança em processo;
- Execução de Transformações Box-Cox e Johnson;
- Execução de Identificação de distribuição individual;
- Execução de Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote;
- Execução de Capacidade do processo Sixpack™;
- Execução de Intervalos de tolerância;
- Execução de Amostragem de aceitação e curvas OC;
- Execução de Gráfico Multi-Vari;
- Execução de Gráfico de variabilidade.

h) Requisitos para a função Projeto de experimentos

- Execução de Projetos de peneiramento definitivos;
- Execução de Projetos de Plackett-Burman;
- Execução de Experimentos fatoriais de dois níveis;
- Execução de Projetos de plotagem dividida;
- Execução de Projetos fatoriais gerais;
- Execução de Projetos de superfície de resposta;
- Execução de Projetos de mistura;
- Execução de Projetos D-ótimos e baseados em distância;
- Execução de Desenhos Taguchi;
- Execução de Projetos especificados pelo usuário;
- Analisar respostas binárias;
- Analisar a variabilidade para projetos fatoriais;
- Execução de Corridas malsucedidas;
- Execução de Gráficos de efeitos: normal, semi-normal, Pareto;
- Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Gráficos: residual, efeitos principais, interação, cubo, contorno, superfície, wireframe.

i) Requisitos para a função Confiabilidade

- Execução de Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica;
- Execução de Medidas de qualidade de ajuste;
- Execução de Falha exata, dados censurados à direita, à esquerda e por intervalo
- Execução de Teste de vida acelerado;
- Execução de Regressão com dados de vida;
- Execução de Planos de teste;
- Execução de Distribuições de parâmetros de limite;
- Execução de Sistemas reparáveis;
- Execução de Múltiplos modos de falha;
- Execução de Análise Probit;
- Execução de Análise Weibayes;
- Execução de Gráficos: distribuição, probabilidade, perigo, sobrevivência;
- Execução de Análise de garantia.

j) Requisitos para a função Poder e Tamanho da Amostra

- Execução de Tamanho da amostra para estimativa;
- Execução de Tamanho da amostra para intervalos de tolerância;
- Execução de Z de uma amostra, t de uma e duas amostras;
- Execução de t emparelhado;
- Execução de Uma e duas proporções;
- Execução de Taxas de Poisson de uma e duas amostras;
- Execução de Uma e duas variações;
- Execução de Testes de equivalência;
- Execução de ANOVA unidirecional;
- Execução de Delineamento fatorial completo de dois níveis, Plackett-Burman e geral;
- Execução de Curvas de potência.

k) Requisitos para a função Análise preditiva

- Execução de Aprendizado de máquina automatizado;
- Execução de Classificação CART®;
- Execução de Regressão CART®;
- Execução de Classificação Random Forests®;
- Execução de Random Forests® Regressão;
- Execução de Classificação TreeNet®;
- Execução de Regressão TreeNet®.

l) Requisitos para a função Multivariada

- Execução de Análise de componentes principais;
- Execução de Análise fatorial;
- Execução de Análise discriminante;
- Execução de Análise de cluster;
- Execução de Análise de correspondência;
- Execução de Análise de itens e alfa de Cronbach.

m) Requisitos para a função Séries Temporais e Previsões

- Execução de Gráficos de série temporal;
- Execução de Análise de tendências;
- Execução de Decomposição;
- Execução de Média móvel;
- Execução de Suavização exponencial;
- Execução de Método de Winters;
- Execução de Funções de correlação automática, parcial e de correlação cruzada
- Execução de ARIMA;
- Execução de Transformação Box-Cox;
- Execução de Teste de Dickey-Fuller Aumentado;
- Execução de Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.

n) Requisitos para a função Séries temporais e previsão

- Execução de Série temporal;
- Execução de Análise de tendências;
- Execução de Decomposição;
- Execução de Movendo média;
- Execução de Exponencial alisamento;
- Execução de Método dos invernos;
- Execução de Automático, parcial automático e Cruz correlação funções;
- Execução de ARIMA;
- Execução de Transformação Box-Cox;
- Execução de aumentado Teste de Dickey-Fuller;
- Execução de Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.

o) Requisitos para a função Não paramétrico

- Execução de Teste de sinal;
- Execução de Teste de Wilcoxon;
- Execução de Teste de Mann-Whitney;
- Execução de Teste de Kruskal-Wallis;
- Execução de Teste de mediana de Mood;
- Execução de Teste de Friedman;
- Execução de Teste de execução.

p) Requisitos para a função Testes de equivalência

- Execução de Design de crossover 2x2 emparelhado de uma e duas amostras.

q) Requisitos para a função Tabelas

- Execução de Qui-quadrado, exato de Fisher e outros testes;
- Execução de Teste de ajuste qui-quadrado;
- Execução de Contagem e tabulação cruzada.

r) Requisitos para a função Simulações e Distribuições

- Execução de Gerador de números aleatórios;
- Execução de Densidade de probabilidade, distribuição cumulativa e funções de distribuição cumulativa inversa;
- Execução de Amostragem aleatória;
- Execução de Testes de bootstrapping e randomização.

s) Requisitos para a função Macros e personalização

- Menus e barras de ferramentas personalizáveis;
- Extensas preferências e perfis de usuário;
- Recursos de script;
- Integração Python.

Requisitos Legais:

5.2 - O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à **Lei nº 14.133, de 01/04/2021** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm*), à **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022** (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/instrucao-normativa-sgd-me-no-94-de-23-de-dezembro-de-2022*), **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07/07/2021** (*https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021*), **Lei nº 13.709, de 14/08/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm*), **Lei nº 8.078, de 11/09/1990** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm*), **Decreto nº 10.947, de 25/01/2022** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm*), **Lei nº 9.609 , de 19/02/1998** - Lei do Software (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm*), **Decreto nº 8.539 de 08/10/2015** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm*), **Decreto nº 11.246, de 27/10/2022** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11246.htm*), **Instrução Normativa ME/SGD nº 73, de 30/09/2022** (*https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022*), **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26/10/2023** (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/portaria-sgd-mgi-no-5-950-de-26-de-outubro-de-2023*) e a outras legislações aplicáveis.

Conforme art. 16 da **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022**, os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverão observar as regras específicas do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/modelo-de-contratacao-de-software-e-servicos-de-computacao-em-nuvem*).

5.2.1 - A solução **deve auxiliar no levantamento de dados estatísticos** para cumprimento das **normas sanitárias vigentes** da COVISA (Coordenadoria de Vigilância Sanitária) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que trata de **procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas para ensaios clínicos com medicamentos**:

- **Instrução Normativa - Instrução Normativa ANVISA nº 122 de 09/03/2022** - *https://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/477746*

5.2.2 - A solução deve estar inserida no contexto do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - **PDTIC 2022 - 2024** - Anexo I, vigente da CNEN no termos do inciso I do artigo 6º da **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022**.

5.2.3 - Toda a solução deverá estar inserida no contexto do Plano de Contratação Anual - **PCA-2024**, nos termos do **Decreto nº 10.947, de 25/01/2022**.

5.3 - Trata-se de contratação de serviço comum, de forma continuada, sem fornecimento de mão em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma Eletrônica, nos termos da **Lei nº 14.133, de 01/04/2021**; **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022**.

5.4 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507, de 21/09/2018** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9507.htm*), **não** se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no **art. 3º** do aludido decreto, cuja **execução indireta é vedada**.

5.5 - A prestação dos serviços **não** gera vínculo empregatício entre os empregados da futura Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.6 - O **prazo de vigência** da contratação será de **12 (doze) meses** contado da assinatura do Termo Contrato, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme **arts. 106 e 107** da **Lei nº 14.133, de 01/04/2021**.

> "***Art. 106****. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*
>
> ***I*** *- a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;*
>
> ***II*** *- a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*
>
> ***III*** *- a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
>
> ***§ 1º*** *A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*
>
> ***§ 2º*** *Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à* ***utilização de programas de informática****.*
>
> ***Art. 107****. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*"

5.7 - **Não é aplicável as margens de preferência** para os serviços nacionais do **art. 4º** da **Lei nº 14.133, de 01/04/2023**.

É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R$ 80.000,00, conforme determina o **art. 47**, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm*) e **art. 6º**, do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015 (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm*). Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123, de 14/12/2006).

Com isso, conclui-se que caso na localidade não seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do artigo 49, II, da LC 123, de 14/12/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados. Nesse ponto, cabe registrar que não foi encontrado, em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta aquisição, o número mínimo de três fornecedores locais com a qualificação de micro e pequena empresa - vide Relatório Detalhado - **Pesquisa de Preços nº 321/2023** (SEI nº 2370849 e 2370874). Ademais, não se identificou ferramenta, cadastro ou outro instrumento seguro apto a sustentar a tomada de decisão acerca da vantajosidade de se garantir a exclusividade dos itens abaixo de 80 mil reais para as ME e EPP.

Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A instituição seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos. Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123, de 14/12/2006). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133, de 01/04/2023 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Diante disso, considerando o risco presente na licitação e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, **ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ EXCLUSIVA, por conta da impossibilidade PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

Requisitos de Manutenção:

5.8 - Devido às características da solução, **há necessidade de realização eventual de manutenções corretivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

5.8.1 - Compete ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, o requisito de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva (melhoria funcional), **na escolha de tipo de solução com alto custo de mudança de fornecedor**, que leve a Administração a depender excessivamente do Contratado, com consequentes elevação do custo de manutenção da solução ou descontinuidade de fornecimento (em caso de o contratado ficar impossibilitada de continuar suas operações).

Requisitos Temporais:

5.9 - Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para a capital do estado de **São Paulo**, a contar do recebimento da abertura da **Ordem de Serviço (OS)**, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

5.9.1 - Na contagem dos prazos supra estabelecidos, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

5.9.2 - Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5.9.3 - Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Tabela 1 - Prazos de atendimento

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prezo Máximo de Início de Atendimento	Prezo Máximo de Solução de Problema
Abertura chamado por E-mail ou chamado ser recebido pelo sistema e antes de ser atendido por um analista humano	2 (dois) minutos	10 (dez) minutos
Disponibilidade do Service Desk dentro do período pactuado, e sem acionar qualquer contingência prevista	**24 (vinte e quatro) horas**	**48 (quarenta e oito) horas**
Encaminhamento de chamados pelo Primeiro Nível (definido como tempo de espera, após a ligação ser atendida por um atendente humano até o chamado ser repassado para o segundo nível)	30 (trinta) minutos	60 (sessenta) minutos
Atendimento de (N2) Segundo Nível e (N3) Terceiro Nível	20 (vinte) minutos	3 (três) horas
Chamados urgentes	2 (dois) minutos	40 (quarenta) minutos

5.9.3.1 - O Serviço de Coordenação do Atendimento ao Usuário; – **Primeiro Nível**, acessado através da central telefônica e via WEB, utilizando sistema de gestão de incidentes ou conta de e-mail especificamente designada para esta finalidade, visando o registro e controle de todos os incidentes/requisições demandados pelos usuários;

5.9.3.2 - Serviço de Suporte Técnico Presencial – **Segundo Nível**, mediante atendimento local ou remoto pela equipe técnica;

5.9.3.3 - Serviço de Suporte Técnico Presencial – **Terceiro Nível**, mediante atendimento local ou remoto pela equipe técnica;.

5.9.3.4 - Local e Horário de atendimento:

Dias úteis de 2ª a 6ª Feira de 08:00 as 17:00 horas

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

Avenida Lineu Prestes, 2242 - Cidade Universitária, Butantã

São Paulo/SP - CEP 05508-000

https://www.ipen.br/portal_por/portal/centros.php?secao_id=27

Requisitos de Segurança e Privacidade:

5.10 - A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e assim como às normas e aos procedimentos de que trata a **Política de Segurança da Informação e Comunicações** - **PoSIC** - no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (Anexo II deste ETP), sem prejuízo dos demais atos, documentos e normativos expedidos e publicados pela Administração Pública Federal, bem como pela própria CNEN relativos ao sigilo, à segurança e à privacidade das informações e comunicações, além dos respectivos Termos de Compromisso e de Ciência previstos nas **alíneas "a" e "b"** do **inciso V do art. 18** da **Instrução Normativa ME/SGD nº 94, de 23/12/2022**. Mais especificamente a Contratada e seus profissionais deverão observar os preceitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) **Lei nº 13.709 de 14/08/2018**.

5.11 - A execução do objeto desta contratação deverá estar de acordo com as Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (DSIC/GSI/PR) que trata do Requisitos Mínimos de Segurança da Informação aos Órgãos da Administração Pública Federal e suas atualizações, frente à crescente incidência de ataques cibernéticos, e por constantes ameaças à segurança da informação.

5.12 - Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IPEN/CNEN, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas em Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

5.13 - A Contratada responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IPEN/CNEN, na via judicial, a Contratada arcará com o pagamento dos valores.

5.14 - A Contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade para a prestação dos serviços, conforme modelo no Modelo do termo de compromisso de manutenção de sigilo e do termo de ciência.

5.15 - Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do IPEN/CNEN.

5.16 - A Contratada deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC na CNEN (Anexo II deste ETP) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

5.17 - Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

5.17.1 - Uma vez que o objeto da pretensa contratação consiste, essencialmente, em prestação de serviços de fornecimento de software, como também de suporte pós venda, naquilo que couber, os serviços, resultados, relatórios, catálogos, gráficos, prospectos, demonstrativos, entre outros inerentes a serem fornecidos deverão ter documentação (catálogos, manuais, informativos e afins) entregue, preferencialmente, em Língua Portuguesa (Brasil) ou, caso não haja, em Língua Inglesa, e na forma de links de acesso ao sitio de documentação da própria Contratada, base de conhecimento, sistema de Wiki, outro que venha s ser definido pela Contratante.

5.17.2 - A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao **Decreto nº 8.539 de 08/10/2015** que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.17.3 - Ainda considerando o impacto ambiental do uso de recursos de TIC, a contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos de TIC, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo eletrônico.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica:

5.18 - O(s) serviços e software(s) deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

5.19 - A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

5.20 - O IPEN/CNEN poderá, a qualquer tempo, sem ônus e dentro de suas conveniências técnicas, modificar padrões técnicos, metodológicos e arquitetura tecnológica, cabendo à **Contratada** prestar atualmente suporte, no mínimo, à seguinte infraestrutura:

5.20.1 - **SOFTWARES COMERCIAIS** – Devem ser previamente conhecidos pelos analistas ao iniciarem as atividades, os softwares abaixo listados, bem como outros de mesma funcionalidade que venham a substituí-los:

Sistemas Operacionais:
Windows XP
Windows 7 e 8
Windows 10

Red Hat Enterprise Linux
CentOS
Debian
Ubuntu
Windows Server 2003, 2008, 2012, 2016 e 2019
Banco de dados:
PostGreSQL 9.4, 9.5, 9.6 e 10 com instâncias;
SQLServer com instâncias e cluster failover;
MongoDB com instâncias;
MySQL com instâncias;
Servidores de aplicação:
JBOSS com instâncias;
TOMCAT com instâncias;
IIS com instâncias;
PHP com instâncias;
RUBY ON RAILS com instâncias;
PLONE com instâncias;
WILDFLY com instâncias;
APACHE com instâncias;
NODE.JS com instâncias;
Soluções de SDDC (virtualização de recursos e serviços de datacenter):

VMware;
HyperV- VMM;
Docker;
Kubernetes;
Ferramentas de Correio Eletrônico:
Postfix
Horde IMP(webmail)
Microsoft Exchange
Navegadores:
Internet Explorer
Mozilla FireFox
Google Chrome
Microsoft Edge
Antivírus:
McAfee
Symantec SEP
Suítes de Escritório (em qualquer versão):
Microsoft Office (professional, Standard e 365)
Libre Office Microsoft Teams

5.20.2 - Aplicativos Diversos:

Categoria	Produto(s)
Ferramentas de monitoramento e gerenciamento de rede e aplicações	Squid Proxy, NIMSOFT, UIM, Zabbix, CA-APM,
	Prometheus, Grafana
Ferramentas de Backup e arquivamento	Backup Exec, Veeam
Comunicação de dados	Redes IP, VoIP, Wireless, BGP

Categoria	Produto(s)
Ferramentas de Comunicação Coorporativa	Postfix, SOGo, Openfire
Software de Segurança	Firewall Fortnet, Sonicwall NSA, PfSense
Plataforma de Rede Local	Switches Cisco, Switches Huawei, Roteadores Wireless, Roteadores Cisco, Roteadores Brocade
Serviço de Diretório	Active Directory, LDAP
Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Redmine, Trello
Ferramenta de Versionamento de Arquivos	Subversion, GIT
Ferramenta de Portal e Gestão de Conteúdo	Zope/Plone, JOMMLA
Ferramenta de Ensino à Distância	Moodle
Ferramenta de Controle de Ciclo de Vida de Chamados	GLPI
Ferramenta de Gerenciamento de Ativos de TI	MS SYSTEM CENTER, FUSION
Ferramenta de automação de processos	Bonita, GFT

Ferramenta de relatórios	Crystal Reports, SQL Reporting Server

Softwares	
7-zip	Houaiss
Acrobat	Illustrator
Adobe Creative Cloud	Indesign
Adobe Creative suite master collection	Inkscape
Adobe Creative suite web standard	Internet Explorer
After effects	Java
Aleph	LibreOffice
Arcgis	Microsoft Office 2000
Audacity	Microsoft Office 2003
Autocad	Microsoft Office 2007
BDE	Microsoft Office 2010
Bibliotecas digitais	Microsoft Office 2016
Bizagi	Mozilla Firefox
Blender	Mozilla Thunderbird
CADSM Agent	Open Journal System OJS
Captivate	OVirt
CD Burner XP	PDF Creator
Certificados Digitais	PDF SAM

Cobian	PDF to Word
Corel draw	Photoshop
Dreamweaver	Plone
DotProject	Redmine
SPE Escritório	Scribus
Symantec SEP	Sistema Hydra
Tigre Cad	Sistema Moodle
McAfee Antivirus	Soft Lux
TrueCrypt	Spark
Videoconferência	Vmware
Visio	VNC
VLC Media Player	WinRar
E2Doc	Fórum
Ecotools	Freehand
Encore	Gimp
Enterprise Architect	Filzip
Ferramenta de gerenciamento	Fireworks
Filezilla	Flash

5.20.3 - **HARDWARE** – Estações de trabalho, dispositivos de entrada e saída, dispositivos de proteção e **quaisquer outros que venham a ser adquiridos** pelo IPEN.

Requisitos de Projeto e de Implementação

5.21 - Os serviços de fornecimento e suporte do software deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

5.21.1 - **Garantir** que o **software de estatística** seja capaz de realizar cálculos e análises estatísticas de forma precisa e eficiente. Esses requisitos devem ser definidos com base nas necessidades do Centro de Radiofarmácia do IPEN para necessidade de solucionar requisitos funcionais e não funcionais relacionadas às **ações necessárias no plano de inspeção COVISA-ANVISA**. Portanto, **deverá atender à todos os requisitos técnicos descritos neste Estudo Técnico Preliminar**.

A Contratada considerará esses requisitos para o fornecimento da solução, levando em consideração fatores como a plataforma de desenvolvimento, o tipo de linguagem de programação e as bibliotecas e frameworks disponíveis, incluindo uso: linguagem de programação eficiente para cálculos e análises; bibliotecas e frameworks de estatística para facilitar o desenvolvimento; Testes de unidade e integração para garantir a qualidade do software.

5.21.2 - **Demostrar** de forma geral, que os requisitos de projeto de software de estatística incluem:

- **Requisitos funcionais**: Funcionalidades específicas do software, como os tipos de cálculos e análises que ele deve ser capaz de realizar. Exemplo: Capacidade de realizar cálculos básicos, como média, mediana, moda e desvio padrão; Capacidade de realizar análises mais complexas, como testes de hipóteses, regressão e análise de séries temporais; Capacidade de trabalhar com diferentes tipos de dados, como números, texto e imagens; Capacidade de trabalhar com dados incompletos ou ruidosos; Capacidade de gerar relatórios e gráficos; Capacidade de ser personalizado para atender às necessidades específicas dos usuários.
- **Requisitos não funcionais**: Propriedades do software, como sua performance, confiabilidade e segurança. Exemplo: Tempo de resposta aceitável para cálculos e análises; Capacidade de lidar com grandes volumes de dados; Proteção contra acesso não autorizado.

5.22 - Não são considerados projetos:

5.22.1 - atividades de operação de TIC e monitoração de Data Center;

5.22.2 - atividades de atendimento ao usuário de infraestrutura de TIC;

5.22.3 - qualquer tipo de tratativa de incidente, problema ou restabelecimento da operação normal de serviços;

5.22.4 - aplicação de atualizações de sistemas operacionais, inclusive atualizações de segurança e recomendadas;

5.22.5 - aplicação de atualização de versão de produtos de pequeno porte e esforço;

5.22.6 - acompanhar fornecedor para suporte de infraestrutura, inclusive em horários fora de expediente;

5.22.8 - implantação de novas aplicações ou de novas versões de aplicações desenvolvidas pela fábrica de software, ou desenvolvimento interno, do IPEN/CNEN;

5.22.9 - participar de reunião técnica ou gerencial, convocada pelo IPEN/CNEN;

5.22.10 - elaborar e atualizar documentações;

5.22.11 - realizar eventos de transferência de conhecimento;

5.22.12 - elaborar e revisar documentos de Plano de Recuperação de Desastre e exercitá-los;

5.22.13 - desligar ou restabelecer os serviços de Data Center ou salas técnicas, de forma parcial ou total; e a

5.22.14 - implantação ou aperfeiçoamento de processos de trabalho da Contratada.

5.23 - A Contratada é responsável ainda por apresentar propostas e planos de novas tecnologias, sob demanda, para modernizar o Software de Estatística e subsidiar a equipe de fiscalização do Contrato do IPEN/CNEN no planejamento de crescimento e manutenção da solução fornecida.

Requisitos de Implantação

5.24 - Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

5.24.1 - Para a referida contratação, pode se considerar como implantação a fase de iniciação contratual, na qual, basicamente, a Contratada deverá:

a) Compor e apresentar formalmente para o IPEN/CNEN a equipe técnica que será responsável pela execução dos serviços, ainda que sem que caracterização de mão de obra com dedicação exclusiva, mas que deverá atender aos requisitos de experiência profissional;

b) Propor e executar processo de transição contratual, do qual devem participar a atual contratada responsável pelo contrato em vigor, a futura Contratada e a equipe de fiscalização nomeada do IPEN/CNEN;

c) Apresentar cronograma para realizar a instalação e configuração da ferramenta de monitoramento, e a demonstração do funcionamento;

d) Apresentar cronograma para realizar o processo de Estabilização dos serviços de TI, que será definido no Termo de Referência;

e) Apresentar cronograma para realizar processo de diagnóstico de maturidade para os processos de gestão da solução ofertada (Software de Estatística) e apresentar em reunião formal para os gestores de TI e equipe de fiscalização.

Requisitos de Garantia e Manutenção:

5.25 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na **Lei nº 8.078, de 11/09/1990** (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional:

5.26 - Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe:

5.27 - Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho:

5.28 - A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de **Ordem de Serviço (OS)** emitida pela Contratante.

5.29 - A **OS** indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

5.30 - O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

5.31 - A execução do serviço dever ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

5.31.1 - O objeto a ser entregue sendo executado no **SEGQR - Serviço de Garantia de Qualidade de Radiofármacos**, através dos prepostos designados pela Autoridade Competente, nos temos do **art. 8º** do **Decreto nº 11.246, de 27/10/2022**, no seguinte endereço:

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

Avenida Lineu Prestes, nº 2242, **CECRF** - Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP - CEP 05508-000

CNPJ nº 00.402.552/0005-50

5.31.2 - Os registros das entradas do software na Infraestrutura TIC, serão acompanhadas pela **SEGRS - Serviço de Gestão de Redes e Suporte** do IPEN, garantindo atividades de atendimento ao usuário de infraestrutura de TIC. As demandas registradas na ferramenta de ITSM deverão ter o planejamento técnico realizado, incluindo, se necessário, reunião com a equipe técnica e de gestão do SEGRS/IPEN para entendimento das necessidades e dos requisitos. O planejamento técnico deverá contemplar também: **i** - a proposta tecnológica; **ii** - a topologia da solução;

iii - a estrutura organizacional; **iv** - o levantamento de requisitos de hardware e software conforme disponibilidade do IPEN/CNEN; **v** - o levantamento de atividades e entregáveis, incluindo etapas de validação do andamento dos trabalhos junto à SEGRS; **vi** - a sugestão de critérios de aceitação, a ser aceito/definido pela equipe de fiscalização ou solicitante do IPEN/CNEN; e **vii** - Demais itens que se mostrarem necessários do desenrolar da execução deste procedimento, e que o IPEN/CNEN, entenda ser necessário.

5.31.2.1 - Toda Informação e comunicação relativa ao licenciamento do produto tais como: Chaves de ativação; nº serial; nº de certificado de licença e/ou manutenção; vencimento de subscrição; atualização de produto e assemelhados, quando cabível, pode ser enviada através do seguinte e-mail: ***jaugusto@ipen.br***

5.31.3 - A Contratada deverá em **até 1 (um) dia útil**, após análise inicial da demanda, indicar o prazo para realizar e apresentar o planejamento técnico, considerando a complexidade da solicitação.

5.31.4 - **Procedimentos de Teste e Inspeção**

5.31.4.1 - A execução técnica dos serviços deverá estar aderente às melhores práticas definidas pelo fabricante dos produtos, às boas práticas consagradas para atividades de TIC, além de estar aderente às diretrizes, normas e procedimentos definidos pelo SEGRS do IPEN/CNEN. A adequada execução técnica dos trabalhos será acompanhada pelo SEGRS do IPEN/CNEN a seu critério, que eventualmente poderá realizar procedimentos de inspeção.

5.31.4.2 - Na verificação de desvios técnicos na execução dos serviços o SEGRS do IPEN/CNEN deverá registrar na ferramenta de ITSM uma não conformidade técnica, que deverá ser tratado pela contratada. No caso de se demonstrar indevido a não conformidade técnica apontada pelo SEGRS do IPEN/CNEN, a Contratada deverá registrar as justificativas na ferramenta de ITSM.

Vistoria:

5.32 - **Não** há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Requisitos de Qualificação Técnica:

5.33 - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.34 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

5.35 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

5.36 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

5.37 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Da exigência de carta de solidariedade:

5.38 - Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação:

5.39 - **Não** é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto ou prova de conceito (PoC):

5.40 - Durante a realização do procedimento licitatório, a Comissão Especial de Licitação (CEL) poderá, se previsto no edital, solicitar do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de Amostras ou Prova de Conceito, a realização de exames de conformidade ou de provas de conceito, entre outros testes, para avaliar a conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas e requisitos de qualidade, de desempenho e de funcionalidade a ser definidos no Termo de Referência (art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

5.41 - O objetivo de tais exigências é evitar a contratação de objetos inadequados ou até mesmo inservíveis, que representariam prejuízos aos cofres públicos. Como têm o potencial de restringir o universo de participantes na licitação, tais medidas possuem caráter excepcional, devendo ser justificadas formalmente, a fim de demonstrar que são, de fato, imprescindíveis para avaliar a qualidade, o desempenho ou a funcionalidade do objeto ofertado. Ademais, ressalte-se, poderão ser exigidas somente do licitante provisoriamente vencedor (art. 17, § 3º e art. 41, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

5.42 - Caso o licitante melhor colocado não apresente a amostra ou essa seja reprovada, sua proposta deverá ser desclassificada, devendo a Administração analisar a aceitabilidade da proposta do segundo colocado, procedendo a avaliação das suas amostras. Seguir-se-á assim, sucessivamente, até que seja classificada empresa que atenda plenamente às exigências do Termo de Referência (art. 29 da **Instrução Normativa ME/SGD nº 73, de 30/09/2022**).

> "*Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*
> *[...]*
> *DA FASE DO JULGAMENTO*
> *Verificação da conformidade da proposta*
> ***Art. 29**. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.*
> ***§ 1º** Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e **prova de conceito**, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.*"

5.43 - O edital de licitação deverá contemplar as condições de entrega da amostra ou de realização da prova de conceito (data, horário e local), os procedimentos para o exame da amostra (roteiro detalhado da avaliação), bem como os critérios objetivos para a aceitação. Os demais licitantes têm o direito de acompanhar o procedimento e de tomar conhecimento dos resultados. cabe mencionar que a Lei nº 14.133, de 01/04/2021 possibilita a exigência de amostra ou de prova de conceito durante a vigência do contrato, para servir como parâmetro de avaliação da execução contratual quando do recebimento do objeto pelo contratante (art. 41, inciso II da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

5.44 - Serão exigidas amostras ou prova de conceito do objeto referentes ao seguinte item:

Item 1: **Licença de software para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado no Centro de Radiofarmácia do IPEN-CNEN.**

5.44.1 - O licitante convocado deverá apresentar e disponibilizar a **CEL - Comissão Especial de Licitação** que atende os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC** a seguir:

5.44.1.1 - Para a prova de conceito do software estatístico, pelo menos as funcionalidades abaixo deverão ser demonstradas e testadas e catalogadas em um relatório para análise:

a) Teste e demonstração da funcionalidade Assistente

- Execução de Análise de sistemas de medição;
- Execução de Capacidade análise;
- Execução de Gráfico análise;
- Execução de Hipótese testes;
- Execução de Regressão;

- Execução de DOE;
- Execução de Gráficos de Controle.

b) Teste e demonstração da funcionalidade Gráficos

- Execução de Construtor de Gráfico;
- Execução de Diagramas de dispersão, diagramas de caixa, gráficos de bolha, gráficos de barras, correlogramas, dotplot, mapas de calor, histogramas, gráficos de matrizes, gráficos paralelos, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.;
- Execução de Gráficos de contorno e 3D rotativos;
- Execução de Probabilidade e gráfico de distribuição de probabilidades;
- Atualização automática dos gráficos à medida da mudança de dados;
- Análise de gráficos para explorar pontos de interesse;
- Possibilidade de exportação nos seguintes formatos: TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF.

c) Teste e demonstração da funcionalidade estatísticas básicas

- Execução de Estatísticas Descritiva;
- Execução de Teste Z para uma amostra, testes T para uma ou duas amostras, teste T pareado;
- Execução de Teste de proporções para uma ou duas amostras;
- Execução de Testes de taxa de Poisson para uma ou duas amostras;
- Execução de Teste de variância para uma ou duas amostras;
- Execução de Correlação e covariância;
- Execução de Teste de Normalidade;
- Execução de Teste de outlier;
- Execução de Teste de Poisson.

d) Teste e demonstração da funcionalidade Regressão

- Execução de Regressão de Cox;
- Execução de Regressão linear;
- Execução de Regressão não linear;
- Execução de Regressão binária, ordinal e logística nominal;
- Execução de Estabilidade estudos;
- Execução de Mínimos quadrados parciais;
- Execução de Regressão Ortogonal;
- Execução de regressão de Poisson;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Passo a passo: seleção de valor p, AICc e critério de seleção BIC;
- Execução dos Melhores subconjuntos;
- Execução de Previsão de resposta e otimização;
- Execução de Modelo validação.

e) **Teste e demonstração da funcionalidade Análise de variância**

- Execução de ANOVA;
- Execução de Modelos lineares gerais;
- Execução de Modelos mistos;
- Execução de MANOVA;
- Execução de Múltiplas comparações;
- Execução de Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Teste para variâncias iguais;
- Execução de Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.
- Execução de Análise de meios.

f) Teste e demonstração da funcionalidade Análise de Sistemas de Medição

- Execução de Planilhas de coleta de dados;
- Execução de Medidor R&R Cruzado;
- Execução de Gage R&R aninhado;
- Execução de Gage R&R expandido;
- Execução de Gage gráfico de execução;
- Execução de Linearidade e viés do medidor;

- Execução de Estudo de Medição Tipo 1;
- Execução de Estudo de Medição de Atributos;
- Execução de Análise de acordo de atributo.

g) Teste e demonstração da funcionalidade Ferramentas de qualidade

- Execução de Gráfico de execução;
- Execução de Diagrama de pareto
- Execução de Diagrama de causa e efeito;
- Execução de Gráficos de controle de variáveis: XBar, R, S, XBar-R, XBar-S, I, MR, I-MR, I-MR-R/S, zona, Z-MR;
- Execução de Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U';
- Execução de Cartas de controle ponderadas no tempo: MA, EWMA, CUSUM;
- Execução de Gráficos de controle multivariados: T2, variância generalizada, MEWMA;
- Execução de Gráficos de eventos raros: G e T;
- Execução de Gráficos históricos/mudança em processo;
- Execução de Transformações Box-Cox e Johnson;
- Execução de Identificação de distribuição individual;
- Execução de Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote;
- Execução de Capacidade do processo Sixpack™;
- Execução de Intervalos de tolerância;
- Execução de Amostragem de aceitação e curvas OC;
- Execução de Gráfico Multi-Vari;
- Execução de Gráfico de variabilidade.

h) Teste e demonstração da funcionalidade Projeto de experimentos

- Execução de Projetos de peneiramento definitivos;
- Execução de Projetos de Plackett-Burman;
- Execução de Experimentos fatoriais de dois níveis;
- Execução de Projetos de plotagem dividida;
- Execução de Projetos fatoriais gerais;
- Execução de Projetos de superfície de resposta;
- Execução de Projetos de mistura;
- Execução de Projetos D-ótimos e baseados em distância;
- Execução de Desenhos Taguchi;
- Execução de Projetos especificados pelo usuário;
- Analisar respostas binárias;
- Analisar a variabilidade para projetos fatoriais;
- Execução de Corridas malsucedidas;
- Execução de Gráficos de efeitos: normal, semi-normal, Pareto;
- Previsão e otimização de resposta;
- Execução de Gráficos: residual, efeitos principais, interação, cubo, contorno, superfície, wireframe.

i) **Teste e demonstração da funcionalidade Confiabilidade**

- Execução de Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica;
- Execução de Medidas de qualidade de ajuste;
- Execução de Falha exata, dados censurados à direita, à esquerda e por intervalo
- Execução de Teste de vida acelerado;
- Execução de Regressão com dados de vida;
- Execução de Planos de teste;
- Execução de Distribuições de parâmetros de limite;
- Execução de Sistemas reparáveis;
- Execução de Múltiplos modos de falha;
- Execução de Análise Probit;
- Execução de Análise Weibayes;
- Execução de Gráficos: distribuição, probabilidade, perigo, sobrevivência;
- Execução de Análise de garantia.

Garantia da Contratação:

5.45 - **Não** haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, pelas razões constantes a seguir:

A Administração tem a opção de exigir a prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços. Isso serve para **garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado**, inclusive no que diz respeito a multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento. Quando exigida, a garantia deve estar expressa no edital de licitação e na minuta de contrato, para que todas as partes estejam cientes dessa exigência (artigos 96 e 97 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021).

> "***Art. 96****. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.*
>
> *§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*
>
> *I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;*
>
> *II - seguro-garantia;*
>
> *III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.*
>
> *§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
>
> *§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.*
>
> ***Art. 97****. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:*
>
> *I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;*
>
> *II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.*
>
> *Parágrafo único. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.*"

Considerando que o prazo suficiente para que o futuro Contratado possa apresentar o documento de garantia exigido (mínimo de **1 (um) mês** para seguro-garantia), contado a partir da data de homologação da licitação, para prestar a garantia, ocorrendo antes da assinatura do contrato, garantindo que a Administração tenha a proteção necessária em caso de inadimplemento por parte do contratado;

Considerando que nos contratos que envolvem a entrega de bens pela Administração, dos quais o Contratado ficará como depositário, o valor da garantia **deve ser acrescido do valor dos bens entregues**. Isso garantirá que a Administração tenha uma proteção adicional em caso de inadimplemento por parte do Contratado, pois o valor da garantia **cobrirá não apenas as obrigações contratuais, mas também o valor dos bens entregues**;

Considerando que o prazo de vigência da garantia não contempla período necessário ao recebimento definitivo do objeto após o término da vigência do contrato, sendo liberada ou restituída somente após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração (art. 100 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021), levando à liberação ou restituição de garantia sem apuração do descumprimento de cláusulas contratuais ou da existência de multas, indenizações e prejuízos imputados ao contratado, com consequente impossibilidade de a Administração

utilizar a garantia para pagamento desses valores e desperdício de recursos (humanos, financeiros, tempo) para requerer o pagamento, por outros meios.

Considerando que na contratação de serviços e fornecimentos (Software de Estatística), a garantia **pode ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**. No entanto, é possível autorizar a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos. A garantia poderia ser importante para órgãos ou usuários que precisam do software para um uso intensivo ou que não podem interromper suas atividades em caso de problemas com o software.

Considerando que o objeto da contratação não se trata de obras e serviços de engenharia, não havendo cláusula de retomada dos serviços (art. 102 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021);

Portanto, a garantia contratual para softwares de prateleira é prevista pelo CDC (Inc. II, art. 26 da **Lei nº 8.078, de 11 /09/1990)** O CDC estabelece que o **fornecedor é responsável pela garantia de 90 (noventa) dias** para produtos duráveis, como é o caso do software de estatística, **não sendo necessária a exigência de Garantia Contratual** prevista nos artigos 96 e 97 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021. Seria uma exigência desnecessária de garantia contratual ou fixação de percentual inadequado, levando os licitantes a refletirem esse encargo adicional em suas propostas de preços, bem como à desistência de potenciais licitantes de participarem do certame, com consequentes restrição à competividade e contratação mais dispendiosa aos cofres públicos. Outrossim o valor da garantia seria "irrisória" (**R$ 2.140,00** = R$ 42.800,00 x 5%) para cobrir adequadamente os riscos do inadimplemento contratual e de eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes do inadimplemento, com consequente dificuldade ou impossibilidade de a Administração obter a indenização prevista na cobertura do seguro, no caso de ocorrência do sinistro.

Informações relevantes para o apresentação da proposta:

5.46 - A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.46.1 - Os preços ofertados deverão ser na moeda nacional (Real - R$), tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, estando inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.46.2 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.46.3 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente, em especial à **Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12/01/2012** (*http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200*) ou outra que vier a substituir.

5.46.4 - Na licitação, as Microempresas (ME) e a Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime de tributação pelo **Simples Nacional** (*https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Default.aspx*).

5.46.5 - Deve constar na proposta: **a) Descrição do software**: deve incluir uma descrição detalhada das funcionalidades do software, bem como segurança, performance, seus recursos e benefícios; **b) Preço**: valor em R$ (Real) devendo ser claro e competitivo, considerando as funcionalidades e benefícios oferecidos; **c) Condições de pagamento**: conforme edital; **d) Garantia**: deve ser oferecida uma garantia que proteja o cliente em caso de problemas com o software; **e) Suporte técnico**: deve ser oferecido um suporte técnico qualificado e disponível; **f) Prazo de validade da proposta**: não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação; **g) Requisitos técnicos**: demonstrar o atendimento dos requisitos técnicos específicos descritos no edital e os itens dos requisitos fora do escopo exigido; **h) Casos de uso**: demonstrar casos de uso reais que demonstrem como o software pode ser utilizado; **i) Referências**: apresentar referências de clientes que já utilizam o software.

5.47 - As necessidades de negócio foram inventariadas no **item 9** do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2022-2024** (*https://www.gov.br/cnen/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/pdtic-cnen-2022-2024.pdf*), apêndice **Anexo I** deste ETP, consolidado das necessidades, reduzindo-se as duplicidades bem como viabilizando o agrupamento das ações.

O enquadramento do objeto deste ETP, conforme apresentado do **Quadro 8** do **PDTIC 2022-2024**, o relacionamento das necessidades de TIC com as Estratégias da Organização e do Governo Digital, estabelecidas a

partir das principais políticas e planos governamentais e da instituição, assegura que as metas e ações de TIC sejam organizadas para atendê-las, e que os esforços e recursos visam alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

Quadro 8: Necessidades e Objetivos Estratégicos Institucionais

ID	Necessidade TIC	Objetivo Estratégico de TIC-CNEN	Objetivos Estratégicos da EGD
N01	Manutenção e Atualização da Infraestrutura Computacional	**OE07** - Manter adequada a Infraestrutura de TIC	**D3** - Promover a melhoria contínua e a disponibilidade das soluções em TIC

No **Quadro 9** do **PDTIC 2022-2024** são apresentadas as 3 (três) classes de prioridade para a classificação das ações, a saber: essenciais, importantes e desejáveis.

Quadro 9: Critérios para priorizações das ações

Prioridade	Classificação	Detalhamento
1ª Prioridade	Essenciais	Alta relevância institucional e o não atendimento à ação compromete a continuidade dos serviços e processos da CNEN.
2ª Prioridade	**Importantes**	**Alta relevância para unidade gestora e o não atendimento à ação poderá comprometer pontualmente a continuidade de serviços e processos.**
3ª Prioridade	Desejáveis	Ações relacionadas ao fornecimento de serviços TIC e que podem aguardar para serem atendidas por não comprometerem o atendimento das metas institucionais.

Dentre as ações Identificadas e Priorizadas no **Quadro 27** do **PDTIC 2022-2024**

Quadro 27: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-IPEN-143	Apoio técnico na aquisição, renovação e atualização de softwares técnicos licenciados	COPRS /COPDE/IPEN	Importante

5.48 - O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00402552000126-0-000002/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **243**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

V) Identificador da Futura Contratação: **113202-090332/2024**

https://pncp.gov.br/app/pca/00402552000126/2024/2

5.49 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício **2024**, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: **11501/113202**

PT: **19.662.2306.2478.0001- Produção e Fornecimento de Radiofármacos - Nacional;**

Plano Interno: **24780000015;**

PTRES: **229001**

Fonte: **1000000000 ou 1050000038;**

Elemento despesa: **339040.06 - Locação de Softwares**

6. Necessidades Tecnológicas

6.1 - Para atendimento das necessidades de negócio e tecnológicas, os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela a seguir:

Tabela 2 - Descrição da Licença

Item	Descrição	Código Catálogo*	Plataforma	Período	Requisitante
1	Licença por subscrição/assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, licenciamento concorrente (para 4 usuários simultâneos).	27502	Windows	12 Meses	SEGQR

* *https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca*

6.1.1 - A Licença deverá ter compatibilidade com sistemas operacionais **Windows 7 e Windows 10**, em uso na maior parte dos computadores da instituição. Os softwares que se pretende subscrever possuem características de computação altamente intensiva, ou seja, dependem de computadores com alta capacidade de processamento, assim como memória RAM e espaço de armazenamento. Entretanto, o SEGQR já possui máquinas com estas características, adquiridas nos últimos dois anos justamente para finalidades como essas. Portanto, não se espera nenhuma dificuldade para que os softwares sejam executados no ambiente computacional pré-existente. Não se aceita subscrições de software com licenciamento atrelado a algum tipo de hardware (Licenças OEM).

6.1.2 - As políticas, os modelos e os padrões de governo (ePing, eMag, ePwg, ICP-Brasil, e-ARQ Brasil, etc) não se aplica a contratação.

6.1.3 - As quantidades de softwares necessários poderão ser utilizados por meio de **cessão temporária** de direitos de uso, **licenciamento permanente** de direitos de uso, **subscrição** ou **utilização como serviço** (Software como Serviço), nos termos da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26/10/2023**.

6.2 - A Licença, deverá atender as seguintes características:

6.2.1 - Assistente

a) Análise de sistemas de medição;

b) Capacidade análise;

c) Gráfico análise;

d) Hipótese testes;

e) Regressão;

f) DOE;

g) Gráficos de Controle;

6.2.2 - Gráficos

a) Construtor de Gráfico

b) Diagramas de dispersão, diagramas de caixa, gráficos de bolha, gráficos de barras, correlogramas, dotplot, mapas de calor, histogramas, gráficos de matrizes, gráficos paralelos, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.

c) Gráficos de contorno e 3D rotativos;

d) Probabilidade e gráfico de distribuição de probabilidades;

e) Atualização automática dos gráficos à medida que os dados mudam

f) Análise de gráficos para explorar pontos de interesse;

g) Exportação: TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF;

6.2.3 - Estatísticas básicas

a) Estatísticas Descritiva

b) Teste Z para uma amostra, testes T para uma ou duas amostras, teste T pareado;

c) Teste de proporções para uma ou duas amostras;

d) Testes de taxa de Poisson para uma ou duas amostras;

e) Teste de variância para uma ou duas amostras;

f) Correlação e covariância;

g) Teste de Normalidade;

h) Teste de outlier;

i) Teste de Poisson;

6.2.4 - Regressão

a) Regressão de Cox;

b) Regressão linear;

c) Regressão não linear;

d) Regressão binária, ordinal e logística nominal;

e) Estabilidade estudos;

f) Mínimos quadrados parciais;

g) Ortogonal regressão;

h) regressão de Poisson;

i) Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.

j) Passo a passo: seleção de valor p, AICc e critério de seleção BIC;

k) Melhores subconjuntos;

l) Previsão de resposta e otimização;

m) Modelo validação.

6.2.5 - Análise de variância

a) ANOVA;

b) Modelos lineares gerais;

c) Modelos mistos;

d) MANOVA;

e) Múltiplas comparações;

f) Previsão e otimização de resposta;

g) Teste para variâncias iguais;

h) Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc;

i) Análise de meios.

6.2.6 - Análise de Sistemas de Medição

a) Planilhas de coleta de dados;

b) Medidor R&R Cruzado;

c) Gage R&R aninhado;

d) Gage R&R expandido;

e) Gage gráfico de execução;

f) Linearidade e viés do medidor;

g) Estudo de Medição Tipo 1;

h) Estudo de Medição de Atributos;

i) Análise de acordo de atributo.

6.2.7 - Ferramentas de qualidade

a) Gráfico de execução;

b) Diagrama de pareto

c) Diagrama de causa e efeito;

d) Gráficos de controle de variáveis: XBar, R, S, XBar-R, XBar-S, I, MR, I-MR, I-MR-R/S, zona, Z-MR;

e) Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U';

f) Cartas de controle ponderadas no tempo: MA, EWMA, CUSUM;

g) Gráficos de controle multivariados: T2, variância generalizada, MEWMA;

h) Gráficos de eventos raros: G e T;

i) Gráficos históricos/mudança em processo;

j) Transformações Box-Cox e Johnson;

k) dentificação de distribuição individual;

l) Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote;

m) Capacidade do processo Sixpack;

n) Intervalos de tolerância;

o) Amostragem de aceitação e curvas OC;

p) Gráfico Multi-Vari;

q) Gráfico de variabilidade.

6.2.8 - Projeto de experimentos

a) Projetos de peneiramento definitivos;

b) Projetos de Plackett-Burman;

c) Experimentos fatoriais de dois níveis;

d) Projetos de plotagem dividida;

e) Projetos fatoriais gerais;

f) Projetos de superfície de resposta;

g) Projetos de mistura;

h) Projetos D-ótimos e baseados em distância;

i) Desenhos Taguchi;

j) Projetos especificados pelo usuário;

k) Analisar respostas binárias;

l) Analisar a variabilidade para projetos fatoriais;

m) Corridas malsucedidas;

n) Gráficos de efeitos: normal, semi-normal, Pareto;

o) Previsão e otimização de resposta;

p) Gráficos: residual, efeitos principais, interação, cubo, contorno, superfície, wireframe.

6.2.9 - Confiabilidade

a) Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica;

b) Medidas de qualidade de ajuste;

c) Falha exata, dados censurados à direita, à esquerda e por intervalo

d) Teste de vida acelerado;

e) Regressão com dados de vida;

f) Planos de teste;

g) Distribuições de parâmetros de limite;

h) Sistemas reparáveis;

i) Múltiplos modos de falha;

j) Análise Probit;

k) Análise Weibayes;

l) Gráficos: distribuição, probabilidade, perigo, sobrevivência;

m) Análise de garantia.

6.2.10 - Poder e Tamanho da Amostra

a) Tamanho da amostra para estimativa;

b) Tamanho da amostra para intervalos de tolerância;

c) Z de uma amostra, t de uma e duas amostras;

d) t emparelhado;

e) Uma e duas proporções;

f) Taxas de Poisson de uma e duas amostras;

g) Uma e duas variações;

h) Testes de equivalência;

i) ANOVA unidirecional;

j) Delineamento fatorial completo de dois níveis, Plackett-Burman e geral;

k) Curvas de potência.

6.2.11 - Análise preditiva

a) Aprendizado de máquina automatizado;

b) Classificação CART;

c) Regressão CART;

d) Classificação Random Forests;

e) Random Forests Regressão;

f) Classificação TreeNet;

g) Regressão TreeNet.

6.2.12 - Multivariada

a) Análise de componentes principais;

b) Análise fatorial;

c) Análise discriminante;

d) Análise de cluster;

e) Análise de correspondência;

f) Análise de itens e alfa de Cronbach.

6.2.13 - Séries Temporais e Previsões

a) Gráficos de série temporal;

b) Análise de tendências;

c) Decomposição;

d) Média móvel;

e) Suavização exponencial;

f) Método de Winters;

g) Funções de correlação automática, parcial e de correlação cruzada

h) ARIMA;

i) Transformação Box-Cox;

j) Teste de Dickey-Fuller Aumentado;

k) Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.

6.2.14 - Séries temporais e previsão

a) Série temporal;

b) Análise de tendências;

c) Decomposição;

d) Movendo média;

e) Exponencial alisamento;

f) Método dos invernos;

g) Automático, parcial automático e Cruz correlação funções;

h) ARIMA;

i) Transformação Box-Cox;

j) aumentado Teste de Dickey-Fuller;

k) Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.

6.2.15 - Não paramétrico

a) Teste de sinal;

b) Teste de Wilcoxon;

c) Teste de Mann-Whitney;

d) Teste de Kruskal-Wallis;

e) Teste de mediana de Mood;

f) Teste de Friedman;

g) Teste de execução.

6.2.16 - Testes de equivalência

a) Design de crossover 2x2 emparelhado de uma e duas amostras.

6.2.17 - Tabelas

a) Qui-quadrado, exato de Fisher e outros testes;

b) Teste de ajuste qui-quadrado;

c) Contagem e tabulação cruzada.

6.2.18 - Simulações e Distribuições

a) Gerador de números aleatórios;

b) Densidade de probabilidade, distribuição cumulativa e funções de distribuição cumulativa inversa;

c) Amostragem aleatória;

d) Testes de bootstrapping e randomização.

6.2.19 - Macros e personalização

a) Menus e barras de ferramentas personalizáveis;

b) Extensas preferências e perfis de usuário;

c) Recursos de script;

d) Integração Python.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Prova de Conceito (PoC)

7.1 - O licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo **Pregoeiro**, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data estabelecia para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no **item 5.44.1 deste ETP** e divulgação no **Termo de Referência**.

7.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito, no local a seguir:

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

Avenida Lineu Prestes, nº 2242, **CECRF/SEGQR** - Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP - CEP 05508-000

Telefone (11) 2810-8279 - Sr. João Augusto Conceição

7.3 - A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

7.4 - Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

7.5 - A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

7.6 - Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

7.7 - Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis**, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

7.8 - Poderá ser considerada **aprovada com ressalva** a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na **Prova de Conceito (PoC)**, venha a apresentar falha durante o teste.

7.9 - Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

7.10 - Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.11 - No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC**.

7.12 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13 - Modelo de Execução do Contrato

7.13.1 - Disposições gerais

7.13.1.1 - Todo o trabalho realizado pela Contratada estará sujeito à avaliação técnica, sendo homologado quando os serviços executados e seus respectivos relatórios dos serviços prestados estiverem de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo IPEN/CNEN;

7.13.1.2 - Os relatórios operacionais e gerenciais serão elaborados e evoluídos no decorrer da execução do contrato;

7.13.1.3 - Todo o trabalho realizado pela Contratada deverá estar em conformidade com as normas, padrões e diretrizes definidas pelo SEGRS e pelo IPEN/CNEN;

7.13.1.4 - À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas na execução técnica e contratual, submetendo entregas ou atividades impugnadas à nova verificação, sem prejuízo da aplicação das glosas e sanções legais cabíveis;

7.13.1.5 - Todas as atividades da Contratada deverão ser executadas, preferencialmente, sem impactar a disponibilidade dos serviços de TIC;

7.13.1.6 - Os serviços programados deverão ser precedidos de cronogramas de execução previamente aprovados;

7.13.1.7 - A Contratada deverá realizar serviços de resolução de incidentes a qualquer tempo, incluindo horários noturnos, e em fins de semana e feriados, atendendo aos prazos e **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** definidos, mesmo quando a causa raiz do incidente for de responsabilidade de terceiros;

7.13.1.8 - No caso de incidentes causados por terceiros, o tempo de disponibilidade poderá ser abonado para efeitos de cálculo do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** até o momento em que a Contratada tenha as condições técnicas de restabelecer o serviço sem dependência de terceiros, situação esta na qual deverá demonstrar por meio de relatório detalhado com evidências;

7.13.1.9 - Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

7.13.1.9.1 - A todas as normas e especificações exigidas;

7.13.1.9.2 - As normas da ABNT pertinentes, inclusive armazenamento de dados pessoais criptografados nos servidores e em plataforma em nuvem terceirizada em conformidade com as normas ISO/IEC 27001, 27017, 27018, e ISO/IEC 9001;

7.13.1.9.3 - As disposições legais da União;

7.13.1.9.4 - As prescrições e recomendações dos fabricantes; e

7.13.1.9.5 - As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT.

7.13.1.10 - Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos projetos aprovados pelo IPEN/CNEN sem autorização expressa desta;

7.13.1.11 - Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão constituir pretexto para a Contratada alegar redução de desempenho. Consideram-se, inapelavelmente, a Contratada e seus Analistas/Especialistas como altamente especializadas nos serviços em questão e que, por

conseguinte, deverão considerar as complementações e providências técnicas por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento dos serviços descritos no Termo de Referência;

7.13.1.12 - Se a Contratada entender necessário, em caso específico, a transferência de qualquer responsabilidade para terceiros, como por exemplo a contratação de seguros, esta só poderá ser feito com a anuência e aprovação do Gestor do Contrato;

7.13.1.13 - A Contratada deverá garantir a disponibilidade da infraestrutura necessária para a realização das tarefas especificadas na monitoração dos serviços de TIC e para a comunicação da equipe do SEGRS com a equipe responsável por esta operação por telefone, mensagens instantâneas ou e-mail. As interrupções de acesso aos serviços de monitoração que resultem em atrasos no atendimento dos incidentes, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com glosa, multa, sanção ou penalidades cabíveis em lei;

7.13.1.13.1 - Entende-se por monitoração: Atender ao Campus do IPEN no que se refere ao gerenciamento e funcionamento no ambiente instalado, executar atividades preventivas a situações de descontinuidade dos serviços contratados e fornecer o suporte técnico e soluções junto ao referido Campus, garantindo assim o padrão de qualidade. Entende-se por Suporte Técnico a disponibilização de serviço de ***help desk*** gratuito, do tipo "**0800**", para abertura de chamados, com funcionamento **24** (vinte e quatro) horas por dia, **07** (sete) dias na semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

7.13.1.14 - A execução do contrato será baseada no modelo no qual o IPEN/CNEN é responsável pela gestão do contrato e pela verificação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos frente aos serviços entregues, e a Contratada é a responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos necessários;

7.13.1.15 - Caso o IPEN/CNEN não aprove a execução e/ou a qualidade do serviço entregue, conforme especificado no detalhamento das tarefas, deverá apor comentário ou anexar documentos/relatórios que justifiquem a não aprovação, retornando-a a Contratada para correção ou complementação;

7.13.1.16 - Caso a Ordem de Serviço seja encerrada pela Contratada sem anuência da área demandante, a mesma será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na solicitação original da Ordem de Serviço, inclusive para efeito de aplicação de glosas ou sanções previstas; e

7.13.1.17 - O IPEN/CNEN poderá solicitar, quando necessário, relatórios sobre o andamento das atividades, ficando a Contratada obrigada a apresentá-los após **2 (dois) dias úteis** da solicitação registrada no catálogo de serviços.

7.13.2 - **Rotinas de Execução**

7.13.2.1 - Após o início da vigência do contrato, a Contratada deverá estar apta a iniciar a execução em **até 30 (trinta) dias corridos**. A iniciação do contrato, somente poderá ocorrer com autorização expressa do IPEN/CNEN.

7.13.2.12 - **Da reunião inicial**

7.13.2.12.1 - O Contratante, por intermédio do **Gestor do Contrato**, convocará a Contratada, imediatamente após a assinatura do contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, ora denominada **reunião inicial**, com o objetivo de:

a) Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o CONTRATANTE e o Preposto da CONTRATADA;

b) Definir as providências necessárias para inserção da CONTRATADA no ambiente de prestação dos serviços;

c) Definir as providências de implantação dos serviços;

d) Alinhar entendimento quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

7.13.2.12.2 - Na Reunião Inicial a Contratada deverá:

a) Apresentar seu PREPOSTO;

b) Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse, poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre o Contratante e a Contratada, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO.

7.13.2.13 - **Do encaminhamento das demandas**

7.13.2.13.1 - O início da prestação dos serviços será autorizado mediante emissão de uma Ordem de Serviço Inicial, contendo todas as informações necessárias ao início da execução do objeto (*condições, prazos, quantitativos, valores estimados, etc*).

7.13.2.13.2 - O prazo de entrega para os documentos que comprovem o fornecimento do licenciamento e todas as demais obrigações deverão ser disponibilizadas ao Contratante no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a serem contados a partir da abertura da Ordem de Fornecimento/Serviço.

7.13.2.14 - **Da forma de execução e acompanhamento dos serviços:**

7.13.2.14.1 - A Contratante disponibilizará aos funcionários da Contratada o acesso, suficiente para gerar relatórios, gerenciar, receber, tratar e encerrar pedidos de suporte referentes exclusivamente a esta contratação, no Software de Gerenciamento de Serviços de TI utilizado pelo IPEN no qual serão registrados os incidentes e as solicitações de serviço direcionados à Contratada, bem como a contagem de tempo para fins de aferição dos NMS - Nível Mínimo de Serviços.

7.13.2.14.2 - Na ocorrência de incidente, o usuário do IPEN realizará a abertura de um chamado técnico no Software de Gerenciamento de Serviços utilizados no IPEN. A equipe de **1º Nível** do CONTRATANTE encaminhará o chamado para CONTRATADA, que dará continuidade ao atendimento. O suporte técnico da CONTRATADA deverá funcionar em escala **8x5**, de **segunda a sexta-feira**, das **8h às 12h** e das **14h às 18h**.

7.13.3 - **Mecanismos formais de comunicação:**

7.13.3.1 - A comunicação formal deverá ser feita preferencialmente por **Ofício**, ou quando o caso requeira maior celeridade poderá ser feita por e-mail para o representantes legais e/ou preposto, desde que utilizada a confirmação de recebimento e/ou leitura.

7.13.3.2 - A formulação e comunicação de ordem de serviços Ordem de Serviços será feita pelo **SEI - Sistema de Eletrônico de Informações da CNEN** - *https://sei.cnen.gov.br/*.

7.13.3.3 - O encaminho de demandas/chamados que são escopo do serviço rotineiro deverá ser feito por meio do sistema ou plataforma ofertado pela Contratada.

7.13.3.4 - Para prover maior fluidez na comunicação entre a equipe técnica os profissionais da contratada habilitados também deverão estar disponíveis a responder questionamentos e fornecer informações e opiniões técnicas por meio de mensagem eletrônica (e-mail), sistema de mensagem instantânea e telefone. Neste caso, sempre que possível, o preposto, líder técnico ou coordenador deverá estar copiado para acompanhamento das solicitações/demandas.

7.13.3.5 - Em caso de grupo de tratamento de incidentes, casos em que há necessidade de celeridade na resposta e tratamento, os profissionais da equipe técnica poderão ser convocados a participar de grupos em aplicativos que o **SEGRS - Serviço de Gestão de Redes e Suporte** venha a aderir. Neste caso, também deverão participar o preposto, líder técnico ou coordenador. As comunicações neste caso, deverão ser limitadas a assuntos no escopo deste contrato. Também deverão ser evitadas nos horários além do expediente normal (**08:00 horas as 17:00 horas**).

7.13.3.6 - As comunicações nestes casos não caracterizarão subordinação.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

8.1 - A unidade requisitante - **SEGQR - Serviço de Garantia de Qualidade de Radiofármacos** (*https://www.ipen.br/portal_por/portal/view_pessoal.php?secao_id=2506*) é um serviço da unidade do **CECRF - Centro de Radiofarmácia** (*https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=632*), e conta atualmente com **4 (quatro) servidores/funcionários** para para

verificação do cumprimento das **normas sanitárias vigentes** da COVISA (Coordenadoria de Vigilância Sanitária) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) garantindo a segurança da população.

8.1.1 - A solução software sob o modelo **Licença** tipo **subscrição/assinatura**, ficarão instaladas em um servidor do IPEN de licenças e podem ser acessadas por qualquer máquina conectada, via rede, àquele servidor. Também permitirá maior flexibilidade, pois podem ser utilizadas por qualquer usuário da instituição, sendo limitados os usos simultâneos de acordo com a quantidade de licenças adquiridas. Isso totaliza a quantidade de **1 (uma) subscrição/ano para atender 4 (quatro) usuários** da área requisitante.

Tabela 3 - Descrição e quantitativos

Item	Descrição	Código Catálogo*	Quantidade	Unidade Medida
1	**Licença anual por subscrição/assinatura** para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, com acesso simultâneo de 4 (quatro) usuários.	27502	**1**	**Unidade**

* *https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca*

9. Levantamento de soluções

9.1 - De acordo com os requisitos da necessidade tecnológica **Item 6** deste **ETP**, os softwares disponíveis no mercado para tratamento estatístico que podem ser utilizados para solucionar uma das ações necessárias no plano de inspeção **COVISA-ANVISA 2022** são os seguintes:

Tabela 4 - Soluções disponíveis

#ID	Soluções	Fabricante
01	**Minitab Statistical Software**	Minitab Inc. *https://www.minitab.com/*
Minitab é um software de análise estatística desenvolvido pela Minitab Inc. É um software de fácil utilização, com uma interface gráfica intuitiva. É considerado uma boa opção para empresas que precisam de uma solução acessível para realizar análises estatísticas básicas. O preço do software Minitab em USD depende do tipo de assinatura que você deseja adquirir. A assinatura individual, que dá acesso à versão mais recente do software para uso pessoal, custa **$1,851.00** USD por ano. A assinatura para equipes, departamentos ou empresas, que dá acesso a vários usuários, tem preços variáveis.		
02	**JMP**	JMP Statistical Discovery LLC. *https://www.jmp.com/pt_br/home.html*
JMP é um software de análise estatística desenvolvido pela SAS Institute. É um software mais robusto que o Minitab, com recursos mais avançados para análises complexas de dados. É considerado uma boa opção para empresas que precisam de uma solução completa para realizar análises estatísticas. O preço do software JMP varia de acordo com o tipo de licença e o número de usuários. Para uma licença individual, o preço é de US$ 1.295 por ano. Para uma licença de grupo, o preço é de US$ 1.195 por usuário por ano. Para uma licença empresarial, o preço é negociável. Aqui estão os preços para as diferentes licenças do JMP: Licença individual: **US$ 1.295** por ano Licença de grupo: US$ 1.195 por usuário por ano Licença empresarial: negociável		

Os preços incluem suporte técnico e atualizações por um ano. O suporte técnico é oferecido por telefone, e-mail e chat. As atualizações incluem novos recursos e melhorias.		
03	**SAS - Statistical Analysis System**	SAS Institute Inc. *https://www.sas.com/pt_br/home.html*
SAS é um software de análise estatística desenvolvido pela SAS Institute. É um software de alto desempenho, com recursos avançados para análises complexas de dados. É considerado uma boa opção para empresas que precisam de uma solução completa para realizar análises estatísticas de grande porte. O preço do software SAS - Statistical Analysis System varia de acordo com o tipo de licença, o número de usuários e o volume de dados. Para uma licença de usuário único, o preço inicial é de US$ 1.200 por ano. Para uma licença de servidor, o preço inicial é de US$ 5.000 por ano. O volume de dados também é um fator importante no preço. Para um volume de dados de até 100 GB, o preço é de US$ 1.000 por ano. Para um volume de dados de até 1 TB, o preço é de US$ 5.000 por ano. Além do preço da licença, os clientes também devem considerar os custos de suporte e treinamento. O suporte técnico é oferecido por telefone, e-mail ou chat. Os custos de suporte variam de acordo com o nível de serviço contratado. O treinamento é oferecido online, presencial ou em um centro de treinamento autorizado da SAS. Os custos de treinamento variam de acordo com o curso e o local do treinamento.		
04	**SPSS - Statistical Package for the Social Sciences**	IBM Inc. *https://www.ibm.com/br-pt/products/spss-statistics*
SPSS é um software de análise estatística desenvolvido pela IBM. É um software de fácil utilização, com uma interface gráfica intuitiva. É considerado uma boa opção para empresas que precisam de uma solução acessível para realizar análises estatísticas básicas e intermediárias. O custo do software SPSS varia de acordo com a edição e o tipo de licença. A edição Standard custa US $ 1.325,00 por ano para uma assinatura individual ou US $ 2.725,00 por ano para uma assinatura institucional. A edição Professional custa US $ 2.225,00 por ano para uma assinatura individual ou US $ 4.625,00 por ano para uma assinatura institucional. Você também pode comprar o SPSS como parte do pacote IBM SPSS Statistics Subscription Edition, que inclui o SPSS e vários outros softwares estatísticos. O pacote custa US $ 8.875,00 por ano para uma assinatura individual ou US $ 18.525,00 por ano para uma assinatura institucional.		
05	**R**	R Foundation. *https://www.r-project.org/*
R é um software de análise estatística de código aberto desenvolvido pela comunidade R. É um software poderoso, com recursos avançados para análises complexas de dados. É considerado uma boa opção para empresas que precisam de uma solução gratuita e de código aberto para realizar análises estatísticas. O software R Foundation é gratuito e de código aberto, podendo baixá-lo e usá-lo gratuitamente para qualquer finalidade. A R Foundation não cobra nenhuma taxa de licença ou assinatura pelo software R. O software é distribuído sob a licença GNU General Public License versão 3 (GPLv3). A GPLv3 é uma licença de software livre que permite que você use, distribua, modifique e crie trabalhos derivados do software R sem pagar royalties ou taxas de licença.		

Esses softwares possuem todos os recursos necessários para atender aos requisitos apresentados, incluindo: **Gráficos; Estatísticas básicas; Regressão; Análise de variância; Análise de sistemas de medição; Ferramentas de qualidade; Projeto de experimentos; Confiabilidade; Poder e tamanho da amostra; Análise preditiva; Multivariada; Séries temporais e previsão; Não paramétrico; Testes de equivalência; Tabelas; Simulações e distribuições; e Macros e personalização.**

Além disso, esses softwares são amplamente utilizados por profissionais de controle de qualidade e estatística, o que garante a sua confiabilidade e a disponibilidade de recursos para treinamento e suporte.

9.2 - Consideradas essas possibilidades de contratação e de remuneração, em linhas gerais, as contratações podem ser classificadas abaixo:

- **Solução A**: Tradicional - servidor local: instalação da solução em um centro de processamento de dados (CPD) próprio, sob sua gestão.
- **Soluções Alternativas**: Não existem outras soluções ou ferramentas alternativas que executem a função ensejada pelo software, em acordo ao plano de ações estabelecido após a inspeção da COVISA-ANVISA ocorrida em 2022.

9.2.1 - Considerando o cenário elencado e analisado anteriormente, a tabela seguinte representa uma análise objetiva para alguns requisitos elencado na **alínea d, inc. II** do **art. 11** da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/2022, quando aplicáveis, demonstrada na **Tabela 2** deste ETP.

Tabela 5 - Políticas, os modelos e os padrões de governo

Requisito	Cenário	SIM	NÃO	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	01	X		
	02			X
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	01		X	
	02			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	01		X	X
	02			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	01			X
	02			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	01			X
	02			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	01			X
	02			X

9.2.2 - Utilização de software disponibilizado no Software Público Brasileiro: Essa possibilidade consiste na busca de solução por meio do sítio eletrônico *https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico*, conforme **alínea c, inc. II, art. 11** da

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/2022. Após a consulta, constatou-se que o Catálogo disponibilizado no referido site **não possui software** com características semelhantes às necessidades demandadas pela área requisitante (CECRF), fato este que inviabilizou esta alternativa.

10. Análise comparativa de soluções

10.1 - Conforme **alínea d**, **item 11.1** da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26/10/2023** (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/portaria-sgd-mgi-no-5-950-de-26-de-outubro-de-2023*), a análise comparativa de soluções deve ser evidenciada a análise de comparação entre formas de fornecimento da solução (**licenciamento perpétuo, subscrição, on-premises, como serviço e abordagem híbrida**), considerando, sempre que possível, os custos totais de propriedade de cada forma, riscos e grau de atendimento às necessidades de negócio esperadas.

Tabela 6 - Riscos e Grau de Atendimento

Tipo Solução	Riscos	Grau de Atendimento às necessidades de negócio*
Licenciamento perpétuo	Dependência excessiva da fabricante para atender uma solução temporária do requisitante e de serviços agregados (suporte técnico, manutenção, atualização de versões); Impossibilidade do parcelamento da contratação dos serviços agregados em relação à aquisição das licenças, bem como a necessidade de contratação futura de outros serviços agregados, decorrente de dimensionamento do volume de serviços; Alto impacto na integração e migração da solução, dificultando a portabilidade de aplicações e de dados entre nuvens; Utilização de recursos orçamentários de investimento (capital).	**Baixa**
Subscrição	Maior flexibilidade permitindo que os usuários ajustem o seu consumo de software de acordo com as suas necessidades, pagando apenas pelo que utilizam; Atualizações e suporte, incluindo o acesso às últimas atualizações e correções de segurança, o que garante que os usuários estejam sempre utilizando a versão mais recente e segura do software; Maior economia na demanda por assinatura podendo ser mais econômico do que o modelo de licenciamento perpétuo com custo das licenças diluído ao longo do tempo. Maior facilidade de uso sendo mais fácil de instalar e usar do que o software perpétuo, reduzindo o tempo e o custo de implementação; Melhor desempenho sendo executado em servidores mais potentes do que os computadores de mesa, o que pode melhorar o desempenho e a segurança; Utilização de recursos orçamentários de custeio.	**Muito Alta**
	O custo de aquisição e manutenção da infraestrutura on-premises pode é alto;	

on-premises	A gestão da infraestrutura on-premises pode ser complexa e exigir recursos de TI especializados; A empresa contratada é o responsável por qualquer problema que ocorra com sua infraestrutura.	**Baixa**
abordagem como serviço	Não se aplica a utilização da Licença como utilização de serviços de computação ao objeto da contratação	**Muito baixa**
abordagem híbrida	Não se aplica a utilização da Licença como utilização de serviços de computação em nuvem ao objeto da contratação	**Muito baixa**

* Muito baixa; Baixa; Média; Alta; ou Muito Alta.

10.1.1 - Para realização da análise comparativa de soluções, considerou os aspectos qualitativos e quantitativos (aquisição, implantação, manutenção, ampliação/redução, renovação/substituição, migração), conforme modelo de referência constante do **Anexo III** da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26/10/2023**:

Tabela 7 - Análise Comparativa de soluções sob os aspectos qualitativos

Requisitos	**# ID Soluções**				
	01	***02***	***03***	***04***	***05***
1 - Negócio					
a) Processos de trabalho	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
b) Segurança e privacidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
c) Disponibilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
d) Continuidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
2 - Tecnológico					
a) Compatibilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
b) Dependência tecnológica	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
c) Expansividade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
d) Responsabilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
e) Acessibilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
f) Tempo de resposta	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
g) Manutenibilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

h) Portabilidade	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
i) Desempenho	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
j) Racionalização de recursos de infraestrutura	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
Resultado da Análise	**Atende**	**Atende**	**Atende**	**Atende**	**Atende**

***# ID Soluções: 01** - Minitab Statistical Software; **02** - JMP; **03** - SAS - Statistical Analysis System; **04** - SPSS - Statistical Package for the Social Sciences; e **05** - R.*

10.1.2 - As soluções deverão alcançar os parâmetros dos requisitos técnicos descritos na **Tabela 8**, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8 - Requisitos técnicos

Requisitos Técnicos	**# ID Soluções**				
	01	***02***	***03***	***04***	***05***
1.1 - Assistente					
a) Análise de sistemas de medição;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Capacidade análise;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Gráfico análise;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Hipótese testes;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Regressão;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) DOE;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Gráficos de Controle;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.2 - Gráficos					
a) Construtor de Gráfico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Diagramas de dispersão, diagramas de caixa, gráficos de bolha, gráficos de barras, correlogramas, dotplot, mapas de calor, histogramas, grafícos de matrizes, gráficos paralelos, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Gráficos de contorno e 3D rotativos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Probabilidade e gráfico de distribuição de probabilidades;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

e) Atualização automática dos gráficos à medida que os dados mudam	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Análise de gráficos para explorar pontos de interesse;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Exportação : TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.3 - Estatísticas básicas					
a) Estatísticas Descritiva	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Teste Z para uma amostra, testes T para uma ou duas amostras, teste T pareado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Teste de proporções para uma ou duas amostras;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Testes de taxa de Poisson para uma ou duas amostras;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Teste de variância para uma ou duas amostras;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Correlação e covariância;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Teste de Normalidade;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Teste de outlier;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Teste de Poisson;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.4 - Regressão					
a) Regressão de Cox;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Regressão linear;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Regressão não linear;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Regressão binária, ordinal e logística nominal;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Estabilidade estudos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Mínimos quadrados parciais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Ortogonal regressão;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

h) regressão de Poisson;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Passo a passo: seleção de valor p, AICc e critério de seleção BIC;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Melhores subconjuntos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
l) Previsão de resposta e otimização;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
m) Modelo validação.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.5 - Análise de variância					
a) ANOVA;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Modelos lineares gerais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Modelos mistos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) MANOVA;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Múltiplas comparações;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Previsão e otimização de resposta;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Teste para variâncias iguais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Gráficos: residual, fatorial, contorno, superfície, etc;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Análise de meios.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.6 - Análise de Sistemas de Medição					
a) Planilhas de coleta de dados;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Medidor R&R Cruzado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Gage R&R aninhado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Gage R&R expandido;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

e) Gage gráfico de execução;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Linearidade e viés do medidor;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Estudo de Medição Tipo 1;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Estudo de Medição de Atributos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Análise de acordo de atributo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.7 - Ferramentas de qualidade					
a) Gráfico de execução;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Diagrama de pareto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Diagrama de causa e efeito;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Gráficos de controle de variáveis: XBar, R, S, XBar-R, XBar-S, I, MR, I-MR, I-MR-R/S, zona, Z-MR;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U';	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Cartas de controle ponderadas no tempo: MA, EWMA, CUSUM;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Gráficos de controle multivariados: T2, variância generalizada, MEWMA;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Gráficos de eventos raros: G e T;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Gráficos históricos/mudança em processo;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Transformações Box-Cox e Johnson;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Identificação de distribuição individual;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
l) Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
m) Capacidade do processo Sixpack;	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
n) Intervalos de tolerância;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
o) Amostragem de aceitação e curvas OC;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

p) Gráfico Multi-Vari;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
q) Gráfico de variabilidade.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.8 - Projeto de experimentos					
a) Projetos de peneiramento definitivos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Projetos de Plackett-Burman;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Experimentos fatoriais de dois níveis;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Projetos de plotagem dividida;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Projetos fatoriais gerais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Projetos de superfície de resposta;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Projetos de mistura;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Projetos D-ótimos e baseados em distância;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Desenhos Taguchi;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Projetos especificados pelo usuário;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Analisar respostas binárias;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
l) Analisar a variabilidade para projetos fatoriais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
m) Corridas malsucedidas;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
n) Gráficos de efeitos: normal, semi-normal, Pareto;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
o) Previsão e otimização de resposta;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
p) Gráficos: residual, efeitos principais, interação, cubo, contorno, superfície, wireframe.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.9 - Confiabilidade					
a) Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

b) Medidas de qualidade de ajuste;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Falha exata, dados censurados à direita, à esquerda e por intervalo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Teste de vida acelerado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Regressão com dados de vida;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Planos de teste;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Distribuições de parâmetros de limite;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Sistemas reparáveis;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Múltiplos modos de falha;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Análise Probit;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Análise Weibayes;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
l) Gráficos: distribuição, probabilidade, perigo, sobrevivência;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
m) Análise de garantia.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.10 - Poder e Tamanho da Amostra					
a) Tamanho da amostra para estimativa;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Tamanho da amostra para intervalos de tolerância;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Z de uma amostra, t de uma e duas amostras;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) T emparelhado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Uma e duas proporções;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Taxas de Poisson de uma e duas amostras;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Uma e duas variações;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) Testes de equivalência;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

i) ANOVA unidirecional;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Delineamento fatorial completo de dois níveis, Plackett-Burman e geral;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Curvas de potência.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.11 - Análise preditiva					
a) Aprendizado de máquina automatizado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Classificação CART®;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Regressão CART;	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
d) Classificação Random Forests;	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
e) Random Forests Regressão;	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
f) Classificação TreeNet;	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
g) Regressão TreeNet.	Sim	**Não**	**Não**	**Não**	**Não**
1.12 - Multivariada					
a) Análise de componentes principais;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Análise fatorial;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Análise discriminante;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Análise de cluster;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Análise de correspondência;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Análise de itens e alfa de Cronbach.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.13 - Séries Temporais e Previsões					
a) Gráficos de série temporal;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Análise de tendências;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

c) Decomposição;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Média móvel;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Suavização exponencial;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Método de Winters;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Funções de correlação automática, parcial e de correlação cruzada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) ARIMA;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Transformação Box-Cox;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Teste de Dickey-Fuller Aumentado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.14 - Séries temporais e previsão					
a) Série temporal;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Análise de tendências;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Decomposição;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Movendo média;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Exponencial alisamento;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Método dos invernos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Automático, parcial automático e Cruz correlação funções;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
h) ARIMA;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
i) Transformação Box-Cox;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) aumentado Teste de Dickey-Fuller;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) Previsão com o Melhor Modelo ARIMA.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

1.15 - Não paramétrico					
a) Teste de sinal;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Teste de Wilcoxon;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Teste de Mann-Whitney;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Teste de Kruskal-Wallis;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
e) Teste de mediana de Mood;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
f) Teste de Friedman;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
g) Teste de execução.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.16 - Testes de equivalência					
a) Design de crossover 2x2 emparelhado de uma e duas amostras.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.17 - Tabelas					
a) Qui-quadrado, exato de Fisher e outros testes;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Teste de ajuste qui-quadrado;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Contagem e tabulação cruzada.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.18 - Simulações e Distribuições					
a) Gerador de números aleatórios;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
b) Densidade de probabilidade, distribuição cumulativa e funções de distribuição cumulativa inversa;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Amostragem aleatória;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Testes de bootstrapping e randomização.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.19 - Macros e personalização					
a) Menus e barras de ferramentas personalizáveis;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

b) Extensas preferências e perfis de usuário;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
c) Recursos de script;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
d) Integração Python.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

10.2 - Em relação as etapas de implantação, temos o seguinte comparativo:

Tabela 9 - Etapas da implantação

Itens da etapas da Solução:	**Solução A -** Licença por subscrição/assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, licenciamento concorrente (para 4 usuários simultâneos).
Licenças de operação	Contrato de subscrição/assinatura da licença Subscrição anual (parcela única)
Hospedagem	Não se aplica
Suporte e atualizações	Conjugado à subscrição/assinatura da Licença.
Suporte à implantação	Conjugado à subscrição/assinatura da Licença

10.3 - Em relação a continuidade da contratação após os **5 (cinco) primeiros anos**, temos o seguinte comparativo:

Tabela 10 - Ciclo de vida

Item	**Solução A -** Licença por subscrição/assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, licenciamento concorrente (para 4 usuários simultâneos).
Manutenção das licenças de operação	Deverão ser contratadas anualmente conforme política estabelecida pelo fornecedor.
Hospedagem	Não se aplica
Suporte e atualizações	Modalidade de Contratação: **valores superiores a R$ 57.208,33**: **Pregão Eletrônico** (inc. I, art. 28 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021) **valores inferiores a R$ 57.208,33**: **Dispensa Eletrônica de Licitação** (inc. II, art. 75 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 cc Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08/07/2021)

10.4 - Em relação as adições de usuários e funcionalidade, temos o seguinte comparativo:

Tabela 11 - Adições de usuários e funcionalidade

Item	**Solução A -** Licença por subscrição/assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, licenciamento concorrente (para 4 usuários simultâneos).

Aumento do número usuários contratados	Aditivo Contratual ou Subscrição/Assinatura de nova licença
Hospedagem adicional	Não se aplica
Suporte e atualizações	Inexigibilidade ou aditivo (anual), quando houver aumento no número de usuários contratados
Expansão de funcionalidades	Não se aplica
Consultorias de implantação e capacitação	Não se aplica. Necessário apenas o suporte para a instalação das licenças que deverá ser fornecida pelo vencedor do certame.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

11.1 - A escolha do software mais adequado dependerá das necessidades específicas do **CECRF - Centro de Radiofarmácia do IPEN** que o executará a função de acordo ao plano de ações estabelecido após a inspeção da COVISA-ANVISA ocorrida em 2022. Por exemplo, empresas que precisam realizar análises complexas de dados podem optar por softwares mais robustos, como o **SAS** [*03*] ou o **SPSS** [*04*]. Já empresas que precisam de uma solução mais simples e acessível podem optar por softwares como o **Minitab** [*01*] ou o **JMP** [*02*]. A escolha do software mais adequado para atender aos requisitos apresentados deve ser feita com base nas necessidades específicas dos usuários do CECRF que o utilizarão.

O software **R** [*05*] também pode não ser adequado para usuários que precisam de um software de análise de dados com uma interface gráfica do usuário (GUI) amigável. O software **R** [*05*] é um software gratuito e baseado em script, o que significa que os usuários precisam escrever código para realizar análises. Isso pode ser um desafio para usuários que não estão familiarizados com a programação. No geral, o software **R** [*05*] é uma poderosa ferramenta de análise de dados, mas ele não atende a todos os requisitos de todos os usuários. Os usuários que precisam de um software de análise de dados com um conjunto completo de recursos, uma interface gráfica do usuário amigável ou capacidade para análise de dados em tempo real podem querer considerar outros softwares, como o **SAS** [*03*], o **SPSS** [*04*].

12. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1 - São considerados recursos de TIC programas de computador que realizam ou suportam o processamento de informações digitais, independente da forma de licenciamento (a exemplo de perpétuo, subscrição, cessão temporária). **Excluem-se** dessa categoria programas embarcados em equipamentos não classificados como recursos de TIC. O critério utilizado para definir os bens e serviços que compõem esta categoria fundamentou-se no potencial de dependência tecnológica que esses recursos podem gerar para o IPEN. Dessa forma, mostra-se de grande relevância que a contratação desses recursos de TIC obedeça ao regramento da **Instrução Normativa ME /SGD nº 94, de 23/12/2022** (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/instrucao-normativa-sgd-me-no-94-de-23-de-dezembro-de-2022*), e seja precedida da análise dos seus custos totais de propriedade. Além disso, há amparo na **Lei nº 8.248, de 23/10/1991** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm*), que atrai para o seu escopo os programas para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada.

12.2 - Conforme **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07/07/2021** (*https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021*), e suas atualizações, que versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

12.3 - Para comparação do **TCO** - ***Total Cost of Ownership*** (**Custo Total de Propriedade**) deste ETP, foi realizada pesquisas de preços para estimativa de valor dos objetos a serem licitados devem ser baseadas em uma

"cesta de preços", com preferência para preços públicos, oriundos de outros certames, sendo que a pesquisa de preços junto a fornecedores utilizada em caso extremo e, nesses casos, os requisitos da contratação devem ser os mínimos necessários, a fim de que a administração busque a competição durante o pregão. Conforme **item 11.2** da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26/10/2023** (*https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/portaria-sgd-mgi-no-5-950-de-26-de-outubro-de-2023*), consideramos aspectos qualitativos e quantitativos (aquisição, implantação, manutenção, ampliação /redução, renovação/substituição, migração), conforme **Tabela 12** a seguir:

Tabela 12 - Análise Comparativa de Soluções sob os aspectos quantitativos

Solução Viável 1 – Descrição da Solução #01 ***Minitab Statistical Software***	**1º ano**	**2º ano**	**3º ano**	**4º ano**	**5º ano**
a) Aquisição/contratação	R$ 60.998,26	R$ 60.998,26	R$ 60.998,26	R$ 60.998,26	R$ 60.998,26
b) Ajustes de infraestrutura	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
c) Instalação/configuração	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
d) Migração	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
e) Suporte	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
f) Integração de Serviços	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
g) Segurança da Informação	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
h) Monitoramento e Controle	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
i) Treinamento	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
j) Customização	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Custo Total no Ano	**R$ 60.998,26**	**R$ 60.998,26**	**R$ 60.998,26**	**R$ 60.998,26**	**R$ 60.998,26**
Custo Total de Propriedade da Solução Viável #01					**R$ 304.991,30**

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

13.1 - Como referência no processo licitatório, será indicada a **Solução #01** deste ETP: **Subscrição de licenças de software Minitab Statistical Software**.

É um produto da fabricante **Minitab, LLC, Quality Plaza, 1829 Pine Hall Road, State College, Pennsylvania 16801, EUA** (*https://www.minitab.com/*) dentre as atuais soluções disponíveis no mercado (vide **Tabela 1** - Soluções disponíveis). Atualmente a licença não possui uma versão gratuita, mas oferece versão de teste grátis com diversos **revendedores** autorizados no Brasil (*https://www.minitab.com/pt-br/company/partners/find-partners/*) com acesso ao suporte (funcional e

técnico) incluído sem custo adicional da a versão mais recente do software e as condições contratuais da fabricante estão disponíveis no site *https://www.minitab.com/pt-br/legal/downloads/* .

Também, não é necessário um representante no Brasil para algum órgão do governo assinar do MInitab. O MInitab é um serviço de assinatura eletrônica que pode ser usado por qualquer pessoa ou organização, independentemente de sua localização. Para assinar um documento do MInitab, o usuário precisa criar uma conta e baixar o aplicativo (*https://www.minitab.com/pt-br/support/downloads/*). O aplicativo está disponível para dispositivos **iOS** (*https://www.parallels.com/products/desktop/*) e **Android** (*https://play.google.com/store/apps/details?id=com.minitab.info.statistics*). Após criar uma conta e baixar o aplicativo, o usuário pode iniciar o processo de assinatura. Para isso, ele precisa abrir o documento que deseja assinar e selecionar a opção "Assinar".

O usuário então precisa inserir sua senha ou PIN para autenticar sua identidade. Em seguida, ele pode assinar o documento usando sua impressão digital ou uma caneta digital. O documento assinado é então enviado ao destinatário. No caso de um órgão do governo brasileiro, o processo de assinatura do MInitab é o mesmo para qualquer outra pessoa ou organização. O órgão precisa criar uma conta e baixar o aplicativo. Em seguida, ele pode iniciar o processo de assinatura de documentos eletrônicos. É importante ressaltar que o MInitab não substitui a assinatura física em documentos que exigem essa forma de autenticação. No entanto, ele é uma ferramenta útil para assinar documentos eletrônicos que não exigem assinatura física.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R$): 60.998,26

14.1 - O valor de referência para contratação é de **R$ 60.998,26 (sessenta mil novecentos e noventa e oito mil Reais e vinte e seis centavos)**, conforme detalhamento a seguir**:**

Tabela 13 - Valores de referência

Item	Descrição	Código Catálogo*	Quantidade	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	**Licença anual por subscrição /assinatura** para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, com acesso simultâneo de 4 (quatro) usuários. Marca: **Minitab Statistical Software.**	27502	**1**	**Unidade**	R$ 60.998,26	**R$ 60.998,26**

* *https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca*

14.2 - O **intervalo mínimo** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (um centésimo por cento).**

15. Justificativa técnica da escolha da solução

15.1 - A contratação **Solução #01**: **Subscrição de licenças de software Minitab Statistical Software**

15.1.1 - Trata-se de subscrição de licença de software, com servidor local e instalação da solução em um centro de processamento de dados (CPD) próprio, sob gestão do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) favorece o alcance dos resultados pretendidos ou benefícios a serem alcançados, sendo demonstrado, ainda, que, em termos de eficiência e economicidade. Além disso, algumas vantagens podem ser elencadas:

- Continuidade da operação independente de contratos;
- Continuidade da operação independente do fornecedor;
- Não depende de conexão com a Internet;
- Gastos recorrentes menores;
- Segurança e privacidade dos dados no nosso domínio promovendo a segurança cibernética.

15.1.2 - Conforme análise comparativa demonstrada na **Tabela 7** - Análise Comparativa de soluções sob os aspectos qualitativos e **Tabela 8** - Requisitos técnicos do **item 10.1.2** e análise técnica comparativa descrita no **item 11.1** deste ETP, a **Solução #01 ATENDE TECNICAMENTE** às finalidades demandadas para o tratamento estatístico que podem ser utilizados para solucionar uma das ações necessárias no plano de inspeção **COVISA-ANVISA 2022** e razões ora justificadas neste ETP.

Por oportuno, saber como analisar dados pode ser complicado, e dispor de um software de estatística robusto, consolidado no mercado e fácil de usar para analisar dados focando a concentração no que é mais importante (decisões informadas pelos dados), com visualizações e análise abrangentes, insights para compartilhar com equipe e flexibilidade de plataforma. Esta solução é muito específica e utilizada por poucos órgãos público conforme levantamento em aquisições como: UASG 120090 - **Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington** - Convite; UASG 254445 - **Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio Manguinhos** - Pregão nº 226/2021; **Cia. de Processamento de Dados de São Paulo - PRODESP** - Pregão nº 29/2018 (Oferta de Compras nº: 513101510852018OC00050).

16. Justificativa econômica da escolha da solução

16.1 - Conjugando as informações demonstradas nas **Tabela 6** - **Riscos e Grau de Atendimento** do **item 10.1** com a **Tabela 12** - **Análise Comparativa de Soluções sob os aspectos quantitativos** do **item 12.3**, é notório que é **Muito Alto** o grau de atendimento às necessidades de negócio para **Subscrição de Licença.** Já o **Licenciamento perpétuo** incorre na:

- Dependência excessiva da fabricante para atender uma solução temporária do requisitante e de serviços agregados (suporte técnico, manutenção, atualização de versões);
- Impossibilidade do parcelamento da contratação dos serviços agregados em relação à aquisição das licenças, bem como a necessidade de contratação futura de outros serviços agregados, decorrente de dimensionamento do volume de serviços;
- Alto impacto na integração e migração da solução, dificultando a portabilidade de aplicações e de dados entre nuvens;
- Utilização de recursos orçamentários de investimento (despesas de capital).

16.2 - A opção por subscrição e licenciamento para contratação **Solução #01**: **Subscrição de licenças de software Minitab Statistical Software** tem os seguintes valores pelo fabricante:

> Assinatura anual do usuário nomeado único - Preço unitário: **$ 1,851.00 USD**
>
> Fonte em 27/12/2023: *https://www.minitab.com/pt-br/try-buy/minitab-subscription-options/*

Estimativa de valores sem impostos:

> Valor Total sem Impostos = Preço Unitário x Estimativa Cotação Dolar **R$ 5,10** x nº usuários
>
> Valor Total sem Impostos = $1851 USD x R$ 5,10 x 4 = **R$ 37.760,40**

Impostos:

> Conforme **Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012** (*http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200*) os órgãos e entidades a que se refere o art. 1º ficam obrigados a efetuar a **retenção, na fonte**, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

Estimativa de valores sem impostos conforme Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012:

Tabela 14 - Projeção de valores estimados das soluções levantadas

Soluções	# 01 Minitab	# 02 JMP	# 03 SAS - Statistical Analysis System	# 04 SPSS - Statistical Package for the Social Sciences	# 05 R

Valor Unitário em USD (Dólar Americano)	1,851.00	1,295.00	5,000.00	1,325.00	0.00
Valor Total sem Impostos (Valor Unitário x R$ 5,10 x nº Usuários)	R$ 37.760,40	R$ 26.418,00	R$ 102.000,00	R$ 27.030,00	R$ 0,00
Alíquotas					
IR - Imposto de Renda (4,80%)	R$ 1.812,50	R$ 1.268,06	R$ 4.896,00	R$ 1.297,44	R$ 0,00
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (1,0%)	R$ 377,60	R$ 264,18	R$ 1.020,00	R$ 270,30	R$ 0,00
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (3,0%)	R$ 1.132,81	R$ 792,54	R$ 3.060,00	R$ 810,90	R$ 0,00
PIS/PASEP - Programa de Integração Social (0,65%)	R$ 245,44	R$ 171,72	R$ 663,00	R$ 175,70	R$ 0,00
ISS - Imposto Sobre Serviços (5,0%)	R$ 1.888,02	R$ 1.320,90	R$ 5.100,00	R$ 1.351,50	R$ 0,00
Valor Total com Impostos	**R$ 43.216,78**	**R$ 30.235,40**	**R$ 116.739,00**	**R$ 30.935,84**	**R$ 0,00**

Cabe ressaltar que a projeção dos valores da **Tabela 6 não inclui previsão de comissão e lucro**, e a cotação do Dolar Americano sendo mera estimativa projetada para **Fevereiro/2024**.

16.3 - O dispêndio utilizará recursos orçamentários de **despesa de custeio - art. 12, § 1º** da **Lei nº 4.320, de 17/03/1964** (Elemento despesa: **339040.06 - Locação de Softwares**) por se tratar de **Subscrição de Licença**. Isso traz "celeridade" na liberação de recursos orçamentários, já que é uma despesa decorrente de contratação de apoio contínuo aplicada exclusivamente à Produção de Radiofármacos.

> "***§ 1º*** *Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.*"

Nesse sentido, o **art. 16** da **Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000** (Lei da Responsabilidade Fiscal) dispõe que a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador da despesa, informando que aquela despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1 - Controle de qualidade: Realização de análises estatísticas avançadas para monitorar e controlar a qualidade dos produtos farmacêuticos. Com recursos como gráficos de controle, análise de capacidade do processo e análise de estabilidade, os profissionais podem identificar tendências, desvios e variações no processo de produção, garantindo a conformidade e a consistência dos produtos.

17.2 - Análise de dados de laboratório: A análise de dados gerados em laboratórios farmacêuticos, permitindo a realização de testes estatísticos e a geração de relatórios. Com ferramentas como a análise de variância (ANOVA), teste t, análise de regressão e estatísticas descritivas, os cientistas e pesquisadores podem extrair insights valiosos dos dados e tomar decisões informadas.

17.3 - Otimização de processos: Análise de otimização, como a metodologia de superfície de resposta, que permite identificar as configurações ideais dos processos farmacêuticos. Isso ajuda a melhorar a eficiência e a produtividade, reduzindo o tempo e os recursos necessários para produzir medicamentos de alta qualidade.

17.4 - Análise de dados clínicos: Realizar análises estatísticas em ensaios clínicos, ajudando a avaliar a eficácia e a segurança de medicamentos. Ele permite a análise de dados de estudos randomizados controlados, análise de sobrevida, análise de dados censurados e muito mais, auxiliando os pesquisadores a tomar decisões baseadas em evidências.

17.5 - Cumprimento de regulamentações: A indústria farmacêutica está sujeita a rigorosas regulamentações, como as Boas Práticas de Fabricação (GMP) e as Boas Práticas Clínicas (GCP). Disponibilização de recursos que ajudam as empresas farmacêuticas a cumprir essas regulamentações, fornecendo ferramentas de análise estatística e relatórios necessários para auditorias e documentação.

18. Providências a serem Adotadas

18.1 - Os Critérios e práticas de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

18.1.1 - A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao **Decreto nº 8.539 de 08/10/2015** que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

18.2 - Gestão adequada do Contrato pelos requisitantes do IPEN, cabendo durante a gestão dos itens, registrar no exercício subsequente ao encerramento do contrato no **PCA - Plano Anual de Contratação** no sistema PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações subsequente ao término da vigência do Termo Contratual, conforme **Decreto 10.947, de 25/01/2022**.

18.3 - Recomenda-se que sejam orientados Fiscais Setoriais, Fiscal Técnico e Gestor de Execução do Contrato antes do início da vigência do contrato com auxílio **SEGRS - Serviço de Gestão de Redes e Suporte** e as normas e leis consultadas para a sua elaboração, e promover a orientação. Servidor especialista na área técnica da contratação poderá esclarecer informações quando necessário.

18.4 - Recomenda-se verificar necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados relativos à segurança do trabalho com servidor habilitado. Faz-se necessário que a **SECLI - Serviço de Gestão de Contratos e Licitações** verifique, antecipadamente, a disponibilidade dos servidores capacitados que atuarão nas funções descritas nos termos do **Caput art. 19** do **Decreto nº 11.246, de 27/10/2022** (*https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11246.htm*), para atuação na gestão e fiscalização contratual:

> **Gestão da Execução do Contrato**: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
>
> **Fiscalização Técnica**: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo Público Usuário;
>
> **Fiscalização Administrativa**: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
>
> **Fiscalização Setorial**: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1 - Conforme dados expostos neste estudo preliminar realizado pela Equipe de Planejamento nomeada pela Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024, **DECLARAMOS** que a contratação proposta pela unidade requisitante é **VIÁVEL** nos termos nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2023 por processo licitatório na moda **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme razões a seguir:

a) há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente;

b) no caso de contratação que possa se estender por vários exercícios, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios;

c) a necessidade da contratação e clara e adequadamente justificada;

d) o alinhamento da contratação com os planos do IPEN;

e) todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o IPEN;

f) as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;

g) a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;

h) a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;

i) as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas fixas após a implantação da solução são consideradas aceitáveis;

j) a solução a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação;

k) há justificativas para o não parcelamento da solução, bem como para a forma de parcelamento, se for o caso;

l) os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de serviços, de forma a atender à necessidade da contratação;

m) os impactos esperados com a contratação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato;

n) os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados; e

o) a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

LUIS ALBERTO PEREIRA DIAS

Integrante Requisitante

Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 18:33:14.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

MARGARETH MIE NAKAMURA MATSUDA

Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 12:56:41.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

KEISON DE SOUZA LUNIERE

Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 16:32:35.

Despacho: Portaria DIPEN nº 113, de 08/05/2024

FIDEL FURTADO SANCHEZ

Integrante Administrativo

Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 11:34:44.

Despacho: APROVO este Estudo Técnico nos termos do §§ 2º e 3º do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/2022

PAULO HENRIQUE BIANCHI

Autoridade TIC

Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 14:47:48.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Plano Diretor de TIC CNEN 2022 - 2024.pdf (1.29 MB)
- Anexo II - Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) no âmbito da CNEN.pdf (217.79 KB)
- Anexo III - Solução 01 - Minitab.pdf (6.39 MB)
- Anexo IV - Solução 02 - JMP.pdf (6.84 MB)
- Anexo V - Solução 03 - Life Sciences Analytics Software (211.61 KB)
- Anexo VI - Solução 04 - O Projeto R para Computação Estatística.pdf (162.13 KB)
- Anexo VII - Pesquisa de Preços nº 321_2023 Detalhada.pdf (5.41 MB)

Anexo I - Plano Diretor de TIC CNEN 2022 - 2024.pdf

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC 2022 – 2024

Aprovado pela Resolução CGDIG nº 4, de 07 de março de 2022

CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Versão 1.0

Rio de Janeiro / RJ

Comitê de Governança Digital da CNEN – CGDIG

Portaria CNEN/PR Nº 041, de 22 de setembro de 2020

COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL - CGDIG

Portaria CNEN/PR Nº 041, de 22 de setembro de 2020

Presidente da CNEN

Paulo Roberto Pertusi

Chefe de Gabinete

Cassia Helena Pereira Lima

Assessor do Presidente

Hilton Chi

Diretor de Gestão Institucional

Rogerio Felipe Lins Barbosa

Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento

Madison Coelho de Almeida

Diretor de Radioproteção e Segurança

Ricardo Fraga Guterres

Coordenador-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação

Pedro Maffia da Silva

Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação

Álvaro Roberto Cruz Ferreira Lima

ELABORAÇÃO DO PDTIC

Equipe de Elaboração – Plano de Trabalho para Elaboração PDTIC (0956665)

NOME	ÓRGÃO	PAPEL
Fabiane dos Reis Braga	DISOL/CGTI	Coordenação
Sidney Loyola de Sá	DISOL/CGTI	Metodologia
Junia Almeida Matos Boechat	DISOL/CGTI	Elaboração
Andre Luiz Lopes Quadros	Assessoria DRS	Elaboração
Pedro Maffia da Silva	CGTI/DGI	Elaboração
Cassia Helena Pereira Lima	Gabinete/PR	Elaboração
Sebastião Lacerda Gomes	DIGEA/CDTN/CNEN	Elaboração
Alberto Barbosa de Almeida Neto	DICOM/CGPA/PR	Elaboração

Colaboração:

Centro de Informações Nucleares – CECIN/CGTI

Divisão de Gestão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – DIGIT/CGTI

Divisão de Soluções em Sistemas de Informação – DISOL/CGTI

Serviço de Tecnologia da Informação - SETEC/CDTN/CNEN

Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/IEN/CNEN

Serviço de Tecnologia da Informação - SETEI/IRD/CNEN

Serviço de Gestão de Desenvolvimento de Sistemas - SEGDS/IPEN/CNEN

Serviço de Gestão de Redes e Suporte Técnico - SEGRS/IPEN/CNEN

Tecnologia da Informação - CRCN-CO/CNEN

Tecnologia da Informação - CRCN-NE/CNEN

Tecnologia da Informação - LAPOC/CNEN

HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
07/03/2022	1.0	Primeira versão de Publicação PDTIC 2022-2024	Equipe SEI (0956665)

APRESENTAÇÃO

A Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN é uma autarquia federal, criada pelo Decreto nº 40.110 em 10 de outubro de 1956. Atualmente, entidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que atua como órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização das instalações e atividades do setor nuclear no Brasil. É, também, responsável pela pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico na área nuclear visando o bem-estar da sociedade.

A CNEN atua com sua unidade central – Sede – situada na cidade do Rio de Janeiro, e com Institutos, Centros Regionais, Laboratório, Distritos e Escritórios em várias localidades do território nacional, de forma a facilitar o pleno desenvolvimento de suas atribuições.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da CNEN tem a finalidade de orientar a aplicação dos recursos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de forma a contribuir com o alcance dos objetivos institucionais, em conformidade com os princípios da razoabilidade, padronização e economicidade, buscando a sinergia entre as Unidades da CNEN e demais órgãos do governo. O período de vigência deste PDTIC será de janeiro de 2022 até dezembro de 2024, com revisões efetuadas sempre que o Comitê de Gerenciamento de Tecnologia da Informação, julgar necessário para manter a TIC sempre alinhada com as necessidades da CNEN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de Elaboração do PDTIC 12

Figura 2: Estrutura organizacional de TIC da CNEN 20

Figura 3: Modelo de Governança de TIC na CNEN 21

Figura 4: Alocação de Pessoal de TIC 23

Figura 5: Despesas pagas e Restos a pagar 26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de documentos de referência....13
Quadro 2: Princípios....15
Quadro 3: Diretrizes de TIC....17
Quadro 4: Objetivos Institucionais da CNEN....17
Quadro 5: Objetivos Estratégicos da EGD 2020-2022....18
Quadro 6: Comitês de TIC....22
Quadro 7: Despesa Orçamentária por Ação (2018-2020)....25
Quadro 8: Necessidades e Objetivos Estratégicos Institucionais....29
Quadro 9: Critérios para priorizações das ações....30
Quadro 10: N1 – Manutenção e atualização de infraestrutura computacional (CDTN)....30
Quadro 11: N2 – Desenvolvimento e manutenção de soluções de TIC (CDTN)....32
Quadro 12: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (CDTN)....33
Quadro 13: N5 – Aperfeiçoamento da gestão de segurança da informação (CDTN)....33
Quadro 14: N1 - Manutenção e atualização de infraestrutura computacional (CRCN-CO)....33
Quadro 15: N2 – Desenvolvimento e manutenção de soluções de TIC (CRCN-CO)....34
Quadro 16: N3 – Aperfeiçoamento da gestão e governança de TIC (CRCN-CO)....34
Quadro 17: N6 – Capacitação e atualização dos profissionais de TIC (CRCN-CO)....34
Quadro 18: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (CRCN-NE)....34
Quadro 19: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (CRCN-NE)....35
Quadro 20: N3 – Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC (CRCN-NE)....36
Quadro 21: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (CRCN-NE)....36
Quadro 22: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IEN)....36
Quadro 23: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IEN)....37
Quadro 24: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IEN)....37
Quadro 25: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação (IEN)....37
Quadro 26: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IPEN)....38
Quadro 27: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IPEN)....39
Quadro 28: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IPEN)....41

Quadro 29: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação (IPEN).....42
Quadro 30: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (IPEN) 42
Quadro 31: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IRD) 42
Quadro 32: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IRD) 43
Quadro 33: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IRD) 43
Quadro 34: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (LAPOC) 43
Quadro 35: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (LAPOC).....43
Quadro 36: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (SEDE).....44
Quadro 37: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (SEDE).....45
Quadro 38: N3 – Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC (SEDE).....45
Quadro 39: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (SEDE).....46
Quadro 40: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação.....46
Quadro 41: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (SEDE).....47
Quadro 42: Plano de Capacitação por Unidade da CNEN 53
Quadro 43: Plano de Gestão de Riscos.....63
Quadro 44: Fatores críticos de sucesso.....67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Plano de Ações e Metas (N1 - Manutenção e atualização de infraestrutura computacional) 50

Tabela 2: Plano de Ações e Metas (N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC) 50

Tabela 3: Plano de Ações e Metas (N3 - Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC) . 51

Tabela 4: Plano de Ações e Metas (N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital) 51

Tabela 5:Plano de Ações e Metas (N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação) 51

Tabela 6: Plano de Ações e Metas (N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC) 52

Tabela 7: Resumo Executivo do Plano Orçamentário 55

Tabela 8: Plano Orçamentário (N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional) 55

Tabela 9: Plano Orçamentário - (N2 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC) . 58

Tabela 10: Plano Orçamentário -(N3 - Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC) 60

Tabela 11: Plano Orçamentário - (N4 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC) 60

Tabela 12: Plano Orçamentário - (N5 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC) 60

Tabela 13: Plano Orçamentário - (N6 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC) 61

Tabela 14: Totalização do Plano Orçamentário – R$ 1,00 62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
2. TERMOS E ABREVIAÇÕES 11
3. METODOLOGIA APLICADA 12
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA 13
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES 15
5.1 Princípios que nortearam a elaboração do PDTIC 15
5.2 Diretrizes que nortearam a elaboração do PDTIC 16
5.3 Objetivos institucionais 17
6. ORGANIZAÇÃO DE TIC 19
6.1 Contexto em que se insere a unidade de TIC na CNEN 19
6.2 Estrutura Organizacional de TIC 19
6.3 Estrutura de Governança de TIC na CNEN 21
6.4 Recursos humanos das unidades de TIC 23
7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR 25
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC 27
8.1 Missão 27
8.2 Visão de TIC 2022-2024 27
8.3 Valores 27
8.4 Objetivos Estratégicos de TIC 27
9. INVENTÁRIO DAS NECESSIDADES 29
9.1 Alinhamento com a estratégia da organização e do governo digital 29
9.2 Diretrizes e critérios de priorização 30
9.3 Ações Identificadas e Priorizadas 30
9.3.1 CDTN – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (MG) 30
9.3.2 CRCN-CO Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (GO) 33
9.3.3 CRCN-NE Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (PE) 34
9.3.4 IEN – Instituto de Engenharia Nuclear (RJ) 36
9.3.5 IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (SP) 38
9.3.6 IRD – Instituto de Radioproteção e Dosimetria (RJ) 42

9.3.7 LAPOC – Laboratório de Poços de Caldas (MG) 43

9.3.8 SEDE/CNEN (RJ)..... 44

10. DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA E REDE LOCAL DA SEDE E UTCS..... 48

11. CAPACIDADE ESTIMADA DA EXECUÇÃO DE TIC 49

12. PLANO DE METAS E DE AÇÕES 50

13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS..... 53

14. PLANO ORÇAMENTÁRIO..... 55

15. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS 63

16. PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PDTIC 65

16.1 Processo de Revisão 65

16.2 Processo de Atualização 65

17. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO..... 66

18. CONCLUSÃO..... 68

1. INTRODUÇÃO

As informações contidas nesse documento estão estruturadas sob a forma de capítulos de acordo com o Guia de Elaboração de PDTIC do SISP. O documento tem início com informações introdutórias necessárias ao entendimento deste instrumento de planejamento, que são apresentadas nos Capítulos de 1 a 8.

O Capítulo 9 apresenta o Inventário de Necessidades, o Capítulo 10 discorre sobre as ações implementadas para garantir a segurança da Informação, Computacional e de Rede, o Capítulo 11 faz menção à Capacidade Estimada de Execução em TIC, capítulos esses que subsidiaram o Plano de Metas e Ações no capítulo 12. O Plano de Gestão de Pessoas está no Capítulo 13, o Plano Orçamentário está no capítulo 14 e o Plano de Gestão de Riscos no Capítulo 15.

Um Plano Diretor é um instrumento dinâmico e o Capítulo 16 apresenta o processo de revisão do PDTIC, o Capítulo 17 apresenta os fatores críticos de sucesso que influenciam a consecução do PDTIC e o Capítulo 18 conclui este plano.

A título de informação, em conformidade com as melhores práticas relacionadas à governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), desde o triênio 2010/2012, a CNEN adota o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) como instrumento de planejamento de suas ações de TIC. Em 2013 foi elaborado o Plano Estratégico de TI (PETI) para o triênio 2013-2016 e em conjunto, durante a vigência do PETI, foi elaborado o PDTI 2015-2016. Com o término da vigência do PETI 2013-2016 e, em consonância com as orientações emanadas pelo SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, a CNEN decidiu unificar o Plano Estratégico de TIC com o Plano Diretor de TI, mantendo os elementos básicos desses dois instrumentos. A elaboração do PDTIC da CNEN 2022-2024, assim como nos últimos, foi norteada pela Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) estabelecida pelo SISP e possui em seu campo de abrangência não só a Sede, Escritórios e Distritos, como também, Institutos, Laboratório e Centros Regionais e na sua construção foi utilizado como referência o Guia de elaboração de PDTIC do SISP v2.0.

2. TERMOS E ABREVIAÇÕES

CGDIG	Comitê de Governança Digital
CGTIC	Comitê de Gerenciamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
CDTN	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear
CGAI	Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais
CGPA	Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
CGTI	Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
COBIT	*Control Objectives for Information and related Technology*
COCOM	Coordenação de Comunicação Social
CRCN-CO	Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste
CRCN-NE	Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste
DGI	Diretoria de Gestão Institucional
DICAE	Distrito de Caetité
DIFOR	Distrito de Fortaleza
DINOR	Divisão de Normas
DPD	Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento
DRS	Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear
EGD	Estratégia de Governança Digital
ESAR	Escritório de Angra dos Reis
ESBRA	Escritório de Brasília
ESPOA	Escritório de Porto Alegre
ESRES	Escritório de Resende
GP	Gerenciamento de Projetos
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
IGov	Índice de Governança
IN	Instrução Normativa
IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
IRD	Instituto de Radioproteção e Dosimetria
ITIL	*Information Technology Infrastructure Library*
LAPOC	Coordenação do Laboratório de Poços de Caldas
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
OE	Objetivo Estratégico de TIC
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PFE	Procuradoria Federal
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PSW	Processo de Desenvolvimento de Software
SEDE	Unidade Central
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UTC	Unidade Técnico-Científica

3. METODOLOGIA APLICADA

A elaboração do PDTIC baseou-se no Guia de PDTIC do SISP, Versão 2.0, de 2016 (SEI nº 0205485). De acordo com o Guia do SISP, o processo de elaboração do PDTIC é composto de três fases:

I - **Preparação**: representa o início do projeto de elaboração do PDTIC. O processo se inicia com o Comitê de Governança Digital aprovando o Plano de Trabalho para a Elaboração do PDTIC formulado pela Equipe de Elaboração do PDTIC, no qual são definidos os princípios e diretrizes, a abrangência e o período de vigência. Em seguida são conduzidas atividades de descrição da metodologia de elaboração do PDTIC, consolidação de documentos de referência, identificação das estratégias da organização, dos princípios e diretrizes e elaboração do Plano de Trabalho do PDTIC.

II - **Diagnóstico**: caracteriza-se por buscar compreender a situação atual da TIC na organização para, em consonância com esse quadro, identificar as necessidades (problemas ou oportunidades) que se espera resolver. Composta por atividades como a análise do PDTIC anterior, capacidade de execução da TIC, levantamento de necessidades e alinhamento das necessidades às estratégias da organização.

III - **Planejamento**: trata-se do planejamento para o atendimento das necessidades identificadas na fase anterior, estabelecendo os planos e as ações adequadas para o alcance dos objetivos definidos. Para tanto, contempla atividades relacionadas à priorização e planejamento das necessidades, definição de metas e ações, abrangendo aspectos de pessoal, orçamentários e de riscos.

A Figura 1 ilustra o processo de elaboração do PDTIC:

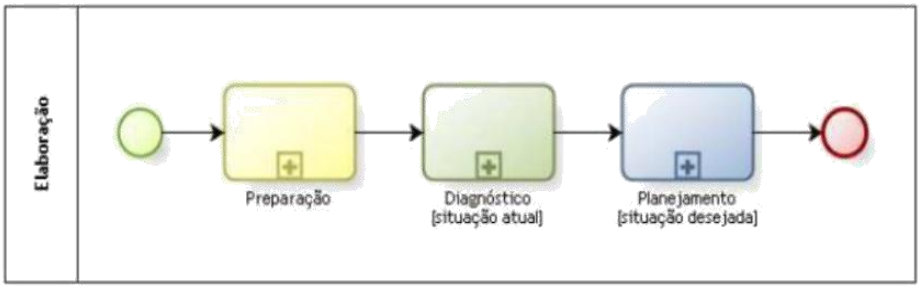


Figura 1: Processo de Elaboração do PDTIC

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Os documentos utilizados na elaboração do PDTIC visam alinhar as ações de TIC ao Plano Plurianual (PPA), Diretrizes de Governo e Órgãos de Controle, além de manter a conformidade com a legislação pertinente. No Quadro 1 são listados os principais documentos que nortearam a elaboração do PDTIC.

Quadro 1: Relação de documentos de referência

ID	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA
1	Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 (Uso do meio eletrônico para realização do processo administrativo)
2	Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN)
3	Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 (Política de Governança Digital)
4	Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016 (Política de Dados Abertos)
5	Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 (Plataforma de Cidadania Digital)
6	Estratégia de Governança Digital da Administração Pública (EGD) 2020-2022 Versão Revisada
7	Estratégia de Governança Digital da Administração Pública (EGD) 2020-2022 - Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020
8	Estratégia de Segurança da Informação e Comunicação (SIC) e de Segurança Cibernética (SegCiber) da Administração Pública Federal 2015-2018 Versão 1.0
9	Estratégia Nacional de Segurança Cibernética - Decreto nº 10.222, de 05 de fevereiro de 2020
10	Política Nacional de Segurança da Informação - Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018
11	Guia de Elaboração do PDTIC do SISP Versão 2.0 - 2016
12	Instrução Normativa GSI nº 01, de 13 de junho de 2008 (Gestão da Segurança da Informação) e normas complementares
13	Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
14	Portaria CNEN-PR nº 012, de 23 de março de 2018 – Aprova a Política de Segurança Institucional (PSI) e o Plano de Segurança Institucional (PLSI) da CNEN
15	Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019 (Plano Anual de Contratações – PAC)
16	Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019 (Contratações de Soluções de TI)
17	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022
18	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação)

19	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência)
20	Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados
21	Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP – MGP -SISP Versão 1.0 - 2011
22	Modelos e Padrões de Governo Eletrônico: ePING, eMAG e ePWG
23	PDTI CNEN 2019-2021
24	PDTI CNEN 2017-2018
26	PETI CNEN 2013-2016
27	Plano de Disseminação do Uso do IPv6, publicado pelo Ministério do Planejamento em abril de 2015
28	Política de Gestão de Riscos da CNEN
29	Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC/CNEN
30	Planejamento Institucional CNEN - Programa Política Nuclear – PPA 2016-2019
31	Planejamento Institucional CNEN - Programa Política Nuclear PPA 2020-2023
32	Plano de Orientações Estratégicas da CNEN 2019-2022 (Portaria CNEN-PR Nº 021 de maio/2019
33	Portaria MP-STI nº 40, de 14 de setembro de 2016 (Plano de Contratações de Soluções de TIC)
34	Regimento Interno da CNEN

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1 Princípios que nortearam a elaboração do PDTIC

O contexto estratégico da área de Tecnologia da Informação e Comunicação é delimitado pela legislação, diretrizes governamentais, recomendações e determinações de Órgãos de Controle, melhores práticas para a área de TIC e estágio atual da área de TIC da CNEN. Dentro deste cenário, os princípios que guiaram a elaboração deste PDTIC foram:

Quadro 2: Princípios

ID	Princípios	Definição	Fonte
P1	Alinhamento Institucional	Alinhamento dos objetivos de TIC aos objetivos institucionais.	Acórdão TCU nº 786/2006 Acórdão TCU nº 1.603/2008 COBIT 5
P2	Segurança da Informação e Privacidade	Garantia da segurança da informação e comunicação em conformidade com as normas estabelecidas pelo GSI/PR, propiciando disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações, além de proteger o sigilo e a privacidade pessoais dos cidadãos.	Acórdão TCU 1.603/2008 IN GSI/PR nº 01/2008 EGD 2016 - 2019 / EGD 2020-2022 COBIT 5 ITIL v3
P3	Gestão Orçamentária/ Financeira	Aprimoramento da gestão orçamentária da TIC para garantir o uso efetivo dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas institucionais.	Acórdão TCU 1.603/2008 Portaria Normativa MCTI nº138/2012 Portaria Normativa STI/MP nº40/2016
P4	Formação de Gestores	Incentivo à atuação dos servidores da CNEN em atividades de governança e gestão da TIC organizacional.	Acórdão TCU 1.603/2008 – Plenário
P5	Adoção de Processos de Gestão	Adoção de processos de trabalho e boas práticas de gestão visando ao alcance da efetividade na gestão da TIC.	Acórdão TCU 1.603/2008 – Plenário
P6	Conformidade nas Contratações	Garantia que todas as contratações de TIC estejam em conformidade com a IN04/2014 SLTI e com a IN SGD/ME nº01/2019.	Acórdão TCU 1.603/2008 – Plenário Acórdão TCU 1.558/2003 - Plenário IN SGD/ME nº01/2019
P7	Racionalização dos Recursos	Utilização racional dos recursos de TIC visando à melhoria da qualidade e da produtividade.	Acórdão TCU 1.603/2008 - Plenário Decreto nº 2.271/1997

P8	Padronização, Integração e Normatização	Estímulo ao desenvolvimento, padronização, integração e normalização dos processos de TIC.	Acórdão TCU 1.603/2008 - Plenário
P9	Atendimento ao Cidadão	Conformidade com as diretrizes do governo federal, estabelecidas pelo Governo Eletrônico (e-GOV), nos Padrões de Interoperabilidade (e-PING) e no Modelo de Acessibilidade (e-MAG). Considerando as necessidades da sociedade para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais.	Portaria Normativa SLTI/MP nº 5/2005 Portaria SLTI/MP nº 3/2007 Decreto nº 7.579/2011 EGD 2016 - 2019 / EGD 2020-2022
P10	Desenvolvimento de Pessoas	Estímulo e promoção da formação, do desenvolvimento e do treinamento dos servidores que atuam na área de TIC.	Acórdão TCU 1.603/2008 - Plenário
P11	Sinergia entre as Unidades	Aumento da sinergia entre a Sede e as Unidades Técnico-Cientificas da CNEN e da CNEN com outros órgãos do governo estimulando a integração, padronização e contratações conjuntas de forma a eliminar desperdícios, evitar duplicação de esforços e reduzir custos.	EGD 2016-2019 / EGD 2020-2022
P12	Acesso à Informação	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos Promover a transparência por meio do uso de TIC Prestação de Serviços	EGD 2016 - 2019 / EGD 2020-2022
P13	Prestação de Serviços	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital Compartilhar e integrar infraestruturas, dados, processos, sistemas e serviços Participação Social	EGD 2016 - 2019 / EGD 2020-2022
P14	Participação Social	Ampliar a participação social no ciclo de vida das políticas e serviços públicos	EGD 2016 - 2019 / EGD 2020-2022

5.2 Diretrizes que nortearam a elaboração do PDTIC

As Diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação e os respectivos objetivos estratégicos aprovados pelo Comitê de Governança Digital da CNEN para o PDTIC 2022-2024 são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Diretrizes de TIC

ID	Diretriz de TIC	Objetivo Estratégico
D1	Garantir o alinhamento de TIC aos objetivos institucionais.	OE01 - Consolidar a governança de TIC
		OE02 - Promover o desenvolvimento de pessoas em Gestão de TIC
		0E03 - Promover a Segurança da Informação e Comunicação
D2	Promover a implantação de soluções em TIC com qualidade e agilidade.	OE04 - Aumentar o uso de Soluções Corporativas
		OE05 - Adotar Processo de Software (PSW) no desenvolvimento de sistemas
		OE06 - Intensificar a prática de Gerenciamento de Projetos (GP) de TIC
D3	Promover a melhoria contínua e a disponibilidade das soluções em TIC.	OE07 - Manter adequada a Infraestrutura de TIC
		OE08 - Investir na sustentação das Soluções em TIC com foco na melhoria contínua

5.3 Objetivos institucionais

O Planejamento Institucional da CNEN obedece ao modelo do Plano Plurianual - PPA onde são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração Pública Federal.

No PPA 2020-2023, o Programa Política Nuclear tem como objetivo “Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentável”.

O PPA 2020-2023 apresenta as ações de governo nos níveis estratégico, tático e operacional através de Programa Temáticos, Objetivos e Metas. Do objetivo derivam quatro resultados esperados, que aqui chamaremos de objetivos institucionais, conforme apresentado, a seguir, no Quadro 4.

Quadro 4: Objetivos Institucionais da CNEN

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO INSTITUCIONAL
OBJETIVO A	Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos.
OBJETIVO B	Proteção radiológica social e ambiental.
OBJETIVO C	Pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações.
OBJETIVO D	Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares.

A Estratégia de Governança Digital (2020-2022) https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.332-de-28-de-abril-de-2020-254430358 tem por propósito orientar e integrar as iniciativas de transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social e o Quadro 5 apresenta os objetivos estratégicos por eixo temático.

Quadro 5: Objetivos Estratégicos da EGD 2020-2022

EIXO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA EGD 2020-2022
Centrado no cidadão	EGD.01 - Oferta de serviços públicos digitais
	EGD.02 - Avaliação de satisfação nos serviços digitais
	EGD.03 - Canais e serviços digitais simples e intuitivos
Integrado	EGD.04 – Acesso digital único aos serviços públicos
	EGD.05 – Plataformas e ferramentas compartilhadas
	EGD.06 – Serviços públicos integrados
Inteligente	EGD.07 - Políticas públicas baseadas em dados e evidências
	EGD.08 - Serviços públicos do futuro e tecnologias emergentes
	EGD.09 - Serviços preditivos e personalizados ao cidadão
Confiável	EGD.10 - Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Governo federal
	EGD.11 - Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica
	EGD.12 - Identidade digital ao cidadão
Transparente e aberto	EGD.13 - Reformulação dos canais de transparência e dados abertos
	EGD.14 - Participação do cidadão na elaboração de políticas públicas
	EGD.15 - Governo como plataforma para novos negócios
Eficiente	EGD.16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação
	EGD.17 - O digital como fonte de recursos para políticas públicas essenciais
	EGD.18 - Equipes de governo com competências digitais

6. ORGANIZAÇÃO DE TIC

6.1 Contexto em que se insere a unidade de TIC na CNEN

A área de TIC da CNEN está sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Ciência e Tecnologia da Informação (CGTI), órgão seccional do SISP localizado na Sede. As áreas de TIC sediadas nas UTCs (Institutos, Centros e Laboratórios) são responsáveis pelo atendimento das demandas locais. Na estrutura organizacional da CNEN, a CGTI está subordinada à Diretoria de Gestão Institucional (DGI) e as UTCs estão subordinadas à Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD).

6.2 Estrutura Organizacional de TIC

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) tem a competência para propor o estabelecimento de normas e diretrizes para o Comitê de Governança Digital, além de coordenar as ações corporativas referentes aos serviços de TIC em todas as UTCs da CNEN.

As áreas de TIC das UTCs estão subordinadas às áreas administrativas locais ou diretamente à Diretoria da Unidade a que pertencem. Essas áreas executam atividades de suporte e manutenção da infraestrutura de TIC, além do desenvolvimento/manutenção de sistemas, avaliação e fornecimento de soluções locais e gerenciamento de contratos de terceirização de serviços de TIC, para atender as necessidades locais. A Figura 2 apresenta um fragmento da estrutura organizacional da CNEN contemplando as áreas de TIC contempladas por este PDTIC.

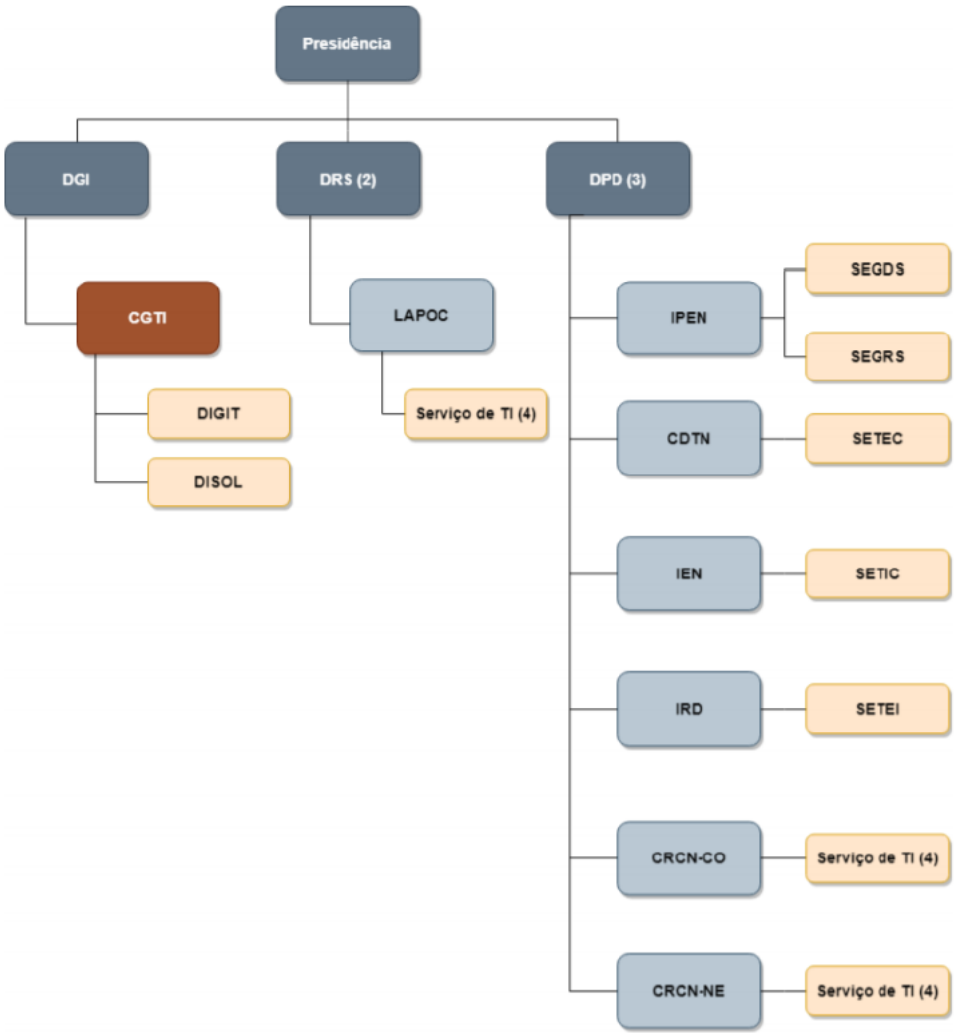


Figura 2: Estrutura organizacional de TIC da CNEN

Legenda:

A Presidência e demais órgãos como o Gabinete, a Auditoria Interna, a procuradoria Federal, CGAI, CGPA e COCOM são atendidos pela área de TIC da Sede. A DRS e seus escritórios e distritos (ESAR, ESBRA, ESPOA, ESRES, DIFOR, DICAE) são atendidos pela área de TIC da Sede. A DPD é atendida pela área de TIC da Sede e suas Unidades Técnico-Científicas são atendidas pelas áreas de TIC local.

A CGTI – Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação para o exercício de suas atividades possui a seguinte estrutura organizacional:

DISOL/CGTI – Divisão de Soluções em Sistemas de Informação: responsável por mapear processos de negócio, planejar, implantar e manter soluções baseadas em

sistemas de informação, em gerenciamento eletrônico de documentos e controle de fluxo de trabalho, para uso corporativo e/ou pela Sede, escritórios e distritos.

DIGIT/CGTI – Divisão de Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação: responsável por planejar, implantar e manter a infraestrutura de TIC para uso corporativo e/ou pela Sede, escritórios e distritos.

SETIN/DIGIT – Serviço de Tecnologia da Informação (subordinado à DIGIT): responsável pelo suporte e atendimento aos usuários da Sede, escritórios e distritos.

SECTEL/DIGIT – Seção de Telefonia (subordinado à DIGIT): responsável pelo suporte e atendimento aos usuários de telefonia VOIP da Sede, escritórios e distritos.

6.3 Estrutura de Governança de TIC na CNEN

O modelo de gestão de TIC foi atualizado em setembro de 2020 com o objetivo de estar mais aderente à Estratégia de Governo Digital. A Figura 3 apresenta o Modelo de Governança de TIC na CNEN.

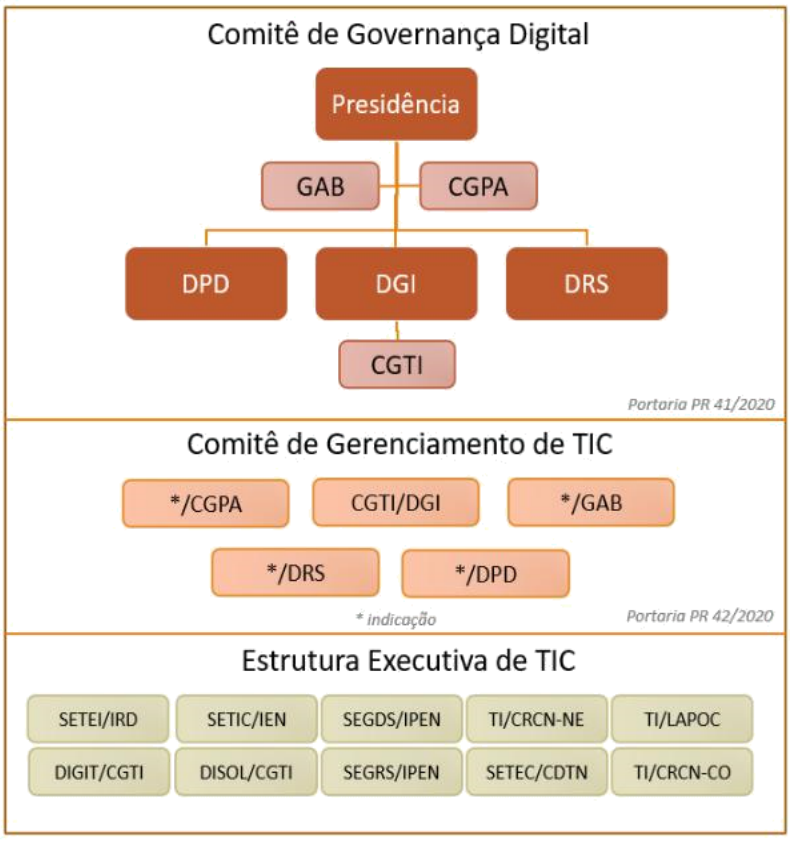


Figura 3: Modelo de Governança de TIC na CNEN

O novo modelo de Governança de TIC está embutido no Comitê de Governança Digital onde há um comitê subordinado para tratativas às questões de TIC. Suas respectivas portarias de criação e atribuições podem ser vistas no Quadro 6:

Quadro 6: Comitês de TIC

SIGLA	CONSTITUIÇÃO E PORTARIA DE CRIAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
CGDIG	**Comitê de Governança Digital** **Portaria CNEN-PR Nº 41/2020** 1. Presidente da CNEN 2. Assessor do Presidente da CNEN 3. Chefe do Gabinete da Presidência da CNEN 4. Diretor de Gestão Institucional (DGI) 5. Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) 6. Diretor de Radioproteção e Segurança (DRS) 7. Coordenador Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA) 8. Coordenador Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	- Promover a transformação digital no âmbito da CNEN de acordo com plano do MCTI; - Aprovar, monitorar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da CNEN; - Aprovar, monitorar e manter o Plano de Dados Abertos da CNEN; - Promover a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias da área de TIC da CNEN; - Estabelecer as políticas de minimização de riscos, de priorização e distribuição dos recursos orçamentários de TIC; - Coordenar, articular e implementar diretrizes, normas e políticas referentes à adoção de melhores práticas de governança digital.
CGTIC	**Comitê de Gerenciamento de Tecnologia da Informação e Comunicação Portaria CNEN-PR Nº 42/2020** Indicações das seguintes áreas: • Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear; • Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento; • Diretoria de Gestão Institucional; • Gabinete da Presidência; • Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação.	- Propor ações referentes à TIC ao CGDIG para cumprimento da Estratégia de Governo Digital; - Propiciar a integração das Unidades Administravas da CNEN, quanto ao desenvolvimento e aquisição de soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação; - Criar grupos de trabalho visando à elaboração de normas, padrões e controles internos para a governança em Tecnologia da Informação e Comunicação; - Acompanhar e controlar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação nas diversas Unidades Administravas da CNEN. - Acompanhar e fornecer suporte de TIC necessário à execução do Plano de Transformação Digital conforme orientações da Secretaria de Governo Digital da Presidência da República, Ministério da Economia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações nas diversas Unidades Técnicas e Administrativas da CNEN.

Dessa forma, a CNEN vem se adequando às determinações do governo quanto ao alinhamento das ações de TIC aos objetivos institucionais, mas o efetivo atendimento está diretamente ligado ao aumento na maturidade em governança de TIC e na mudança de cultura da organização e do perfil de atuação do quadro funcional de TIC.

6.4 Recursos humanos das unidades de TIC

A carência de pessoas no âmbito das áreas de TIC vem provocando impactos negativos na CNEN, uma vez que a demanda por soluções informatizadas, com tecnologia segura e com a disponibilidade requerida não está sendo atendida com o volume, a agilidade e a qualidade necessárias. Sistemas que controlam as atividades finalísticas e atividades-meio demandam manutenção corretiva e evolutiva, além da necessidade de automação e integração com diversos sistemas estruturantes do governo federal. Somou-se a essa situação as questões, até então não esperadas, do ano de 2020 decorrentes da pandemia da Covid-19 que demandou das áreas de TIC esforços extraordinários para viabilizar soluções que disponibilizassem os recursos, sistemas e serviços de TIC além das fronteiras físicas da instituição.

A administração da CNEN vem buscando alternativas como a movimentação de servidores ou colaboradores de outros órgãos para CNEN. No entanto, as ações que obtiveram sucesso ainda são baixas para atender a demanda reprimida por serviços de TIC. A Figura 4, abaixo, apresenta o panorama da força de trabalho atuante nas áreas de TIC. A contratação de empresas que fornecem mão de obra técnica especializada terceirizada é um caminho das ações de TIC em 2021 para minimizar a escassez de recursos humanos.

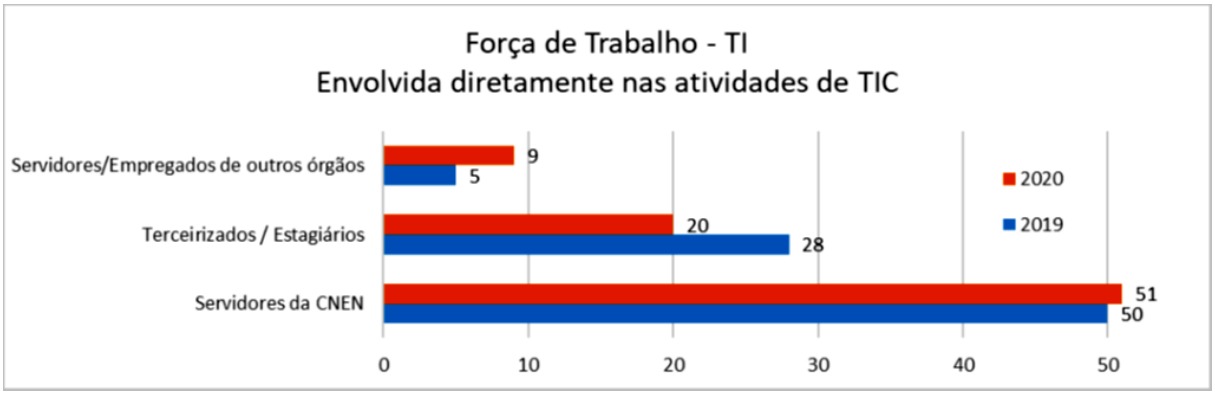


Figura 4: Alocação de Pessoal de TIC
Fonte: Relatório de Gestão CNEN 2020

Cabe destacar que nem todos os profissionais apresentados no gráfico acima possuem formação específica em TIC, mas integram as equipes no apoio técnico ou administrativo na gestão e governança de TIC.

7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

Em 2019 os recursos aplicados foram de 54% em relação a 2018. Isso se deve ao ciclo de vida do investimento em TIC e da capacidade da CNEN em instruir processos de contratação, que se torna um desafio para 2020 à medida que o quadro efetivo de recursos humanos vem diminuindo a cada ano, principalmente por causa de aposentadorias e a dificuldade de reposição da força de trabalho.

O Quadro 7 apresenta os recursos aplicados em TIC relacionadas às ações de governo. As ações Administração da Unidade, Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Nucleares e Produção e fornecimento de Radiofármacos no País são as que demandaram mais recursos no triênio 2018 a 2020. As informações extraídas do tesouro gerencial na tabela e gráfico abaixo, mostram que mesmo com as dificuldades em se instruir processos, os investimentos e contratações vêm ocorrendo.

Quadro 7: Despesa Orçamentária por Ação (2018-2020)

Ação do Governo	Recurso aplicado (R$)		
	2018	2019	2020
Administração da unidade	2.224.234	2.162.253	7.762.651
Concessão de bolsas de estudo no Ensino Superior	40.111	649	50.688
Desenvolvimento de Ciência da Tecnologia da Informação	4.613.633	3.060.207	2.937.318
Formação especializada para o setor nuclear	73.860	4.291	178.994
Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	101.129	---	---
Prestação de serviços tecnológicos	23.402	69.190	143.768
Armazenamento de rejeitos radioativos e prot. Radiológica	62.000	---	631.019
Produção de fornecimento de radiofármacos no país	3.164.052	173.445	1.077.477
Segurança nuclear e controle de material nuclear e proteção	980.853	641.201	763.338
Total	11.283.275	6.111.865	13.545.253

Fonte: DGI/CNEN

Em 2019 os recursos aplicados foram de 54% em relação a 2018 e de 45% em relação a 2020. Isso demostra um perfil senoidal para os investimentos em TIC decorrentes, por exemplo, da política da busca por aquisições com 5 anos de garantia, o que garante um ciclo de vida ou de utilização estendido permitindo ciclos de investimentos mais longos. Todo ciclo de investimento contempla um período para implementação, que com uma equipe reduzida, demanda esforços para outras atividades diferentes da instrução de processos de aquisição. Em2019, tivemos grandes esforços para consolidação do SEI e implementação dos Firewalls nas unidades da CNEN. Em 2020 nos esforçamos para realizar novas aquisições importantes e em 2021 concentramos esforços na implementação e melhorias de algumas soluções de TIC.

Os gráficos apresentados na Figura 5 apresentam a movimentação financeira da CNEN em despesas de TIC, representadas pelas despesas pagas nos exercícios de 2019 e 2020, assim como os restos a pagar pagos.

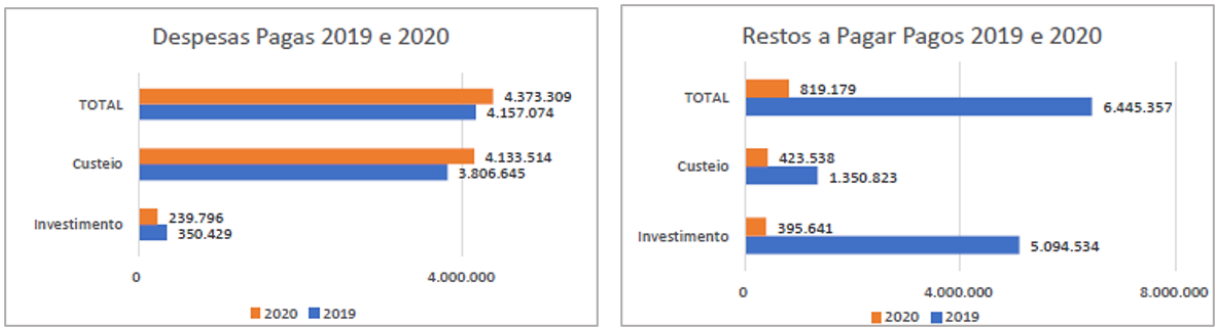


Figura 5: Despesas pagas e Restos a pagar

Fonte: Relatório de Gestão CNEN 2020

Em relação as principais contratações do ano de 2020, podemos citar as contratações da fábrica de *software*, *service desk*, licenças Office365, sustentação de sistemas, *switches*, servidores Windows, plataforma atualizada para desenvolvimento de sistemas, infraestrutura de rede, modernização do Centro de Processamento da Sede e substituição e instalação das centrais telefônicas de toda CNEN.

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

O referencial estratégico de TIC é constituído pela missão, visão e valores definidos como segue:

8.1 Missão

Prover e integrar soluções de Tecnologia da Informação e de Comunicação, com foco na segurança da informação e na inovação digital, contribuindo com o alcance dos objetivos institucionais.

8.2 Visão de TIC 2022-2024

Ser reconhecida como parceira estratégica das áreas finalísticas da instituição atuando com excelência nas práticas de governança digital geradoras de qualidade, confiabilidade e agilidade.

8.3 Valores

- Excelência técnica
- Profissionalismo
- Compromisso com a ética
- Atitude colaborativa
- Receptividade a mudanças
- Criatividade e inovação
- Responsabilidade Social e ambiental

8.4 Objetivos Estratégicos de TIC

OE01 – Consolidar a Governança Digital e Gestão de TIC

OE02 – Promover o desenvolvimento de pessoas em Gestão de TIC

OE03 – Promover a Segurança da Informação e Comunicação

OE04 – Aumentar o uso de Soluções Corporativas

OE05 – Adotar Processo de Software (PSW) no desenvolvimento de sistemas

OE06 – Intensificar a prática de Gerenciamento de Projetos (GP) de TIC

OE07 – Manter adequada a Infraestrutura de TIC

OE08 – Investir na sustentação das Soluções em TIC com foco na melhoria contínua

MATRIZ SWOT	
PONTOS FORTES ▪ Profissionais qualificados e experientes ▪ Integração e colaboração entre as áreas de TIC da CNEN ▪ Interligação das unidades da CNEN através da rede corporativa/firewall ▪ Estrutura de Governança Formalizada ▪ Transparência das informações institucionais e prestação de contas ▪ ETIR implementada e atuando em todas as unidades da CNEN	PONTOS FRACOS ▪ Falta de um programa de capacitação alinhado entre TI e RH ▪ Unidades com Infraestrutura de TIC obsoleta ▪ Dependência de soluções proprietárias ▪ Processos de Governança e Gestão de TIC incipientes ▪ Falta estrutura dedicada a Gestão da Segurança da Informação ▪ Falta de procedimentos auxiliares para a implementação da POSIC ▪ Análise e Gestão de Riscos inadequada ▪ Falta de processos de TIC definidos ▪ Carência de pessoal
OPORTUNIDADES ▪ Disponibilização de sistemas estruturantes pelo Governo Federal ▪ Ampla oferta de cursos e eventos para capacitação disponibilizados pelo Governo Federal ▪ Participação em projetos de órgãos externos e de fomento ▪ Aporte de recursos ▪ Reconhecimento da TIC como área estratégica pela Administração Pública Federal ▪ Adoção e utilização de soluções abertas ou disponíveis no Portal do Software Público ▪ Ampliar o Service Desk para atender demandas mais complexas ▪ Ampliar participação da CNEN no projeto de Transformação Digital do Governo Federal ▪ Ampliar o quadro de terceirizados ▪ Buscar a cessão de servidores e empregados públicos de outras instituições ▪ Utilização das melhores práticas em Governança de TIC do SISP para a definição/revisão de diretrizes, normas, padrões ▪ Adoção da prática de compras compartilhadas entre as Unidades da CNEN	AMEAÇAS ▪ Descontinuidade de prestação de serviços devido a não prorrogação de contratos por parte do fornecedor ▪ Orçamento insuficiente para atender às demandas de TIC da CNEN ▪ Crescimento de ataques cibernéticos ▪ Processo de aquisição de TIC mapeado de maneira inadequada ▪ Redução da força de trabalho por aposentadorias ▪ Mudanças de diretrizes políticas, econômicas e legislativas ▪ Aumento da dependência de prestadores de serviços de TIC em processos críticos das unidades

9. INVENTÁRIO DAS NECESSIDADES

9.1 Alinhamento com a estratégia da organização e do governo digital

Este plano está alinhado ao Plano Plurianual - PPA 2020-2023, à Estratégia de Governança Digital - EGD 2020-2022, ao PAC-2022 e ao Referencial Estratégico de TIC da CNEN.

Durante a elaboração do PDTIC foi realizado um levantamento, junto às áreas de TIC da CNEN, das principais necessidades de TIC que suportarão as evoluções previstas para as áreas de negócio e as necessidades de informação do próximo período. A partir das informações recebidas foi realizado um consolidado das necessidades, reduzindo-se as duplicidades bem como viabilizando o agrupamento das ações.

Conforme apresentado do Quadro 8, o relacionamento das necessidades de TIC com as Estratégias da Organização e do Governo Digital, estabelecidas a partir das principais políticas e planos governamentais e da instituição, assegura que as metas e ações de TIC sejam organizadas para atendê-las, e que os esforços e recursos visam alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

Quadro 8: Necessidades e Objetivos Estratégicos Institucionais

ID	Necessidade de TIC	Objetivo Estratégico de TIC-CNEN	Objetivos Estratégicos da EGD
N01	Manutenção e Atualização da Infraestrutura Computacional	OE03, OE05, OE07 e OE08	EGD.16
N02	Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC	OE01, OE03, OE04, OE05, OE06, OE07 e OE08	EGD.01, EGD.05, EGD.08, EGD.09
N03	Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC	OE01, OE02, OE03, OE06 e OE08	EGD.06, EGD.13
N04	Implantação da Estratégia de Governo Digital	OE01 e OE03	EGD.01, EGD.02, EGD.03, EGD.04, EGD.05, EGD.06
N05	Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação	OE03, OE04, OE07 e OE08	EGD.10, EGD.11
N06	Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC	OE01, OE02, OE03 e OE08	EGD.18

9.2 Diretrizes e critérios de priorização

No Quadro 9 são apresentadas as 3 (três) classes de prioridade para a classificação das ações, a saber: essenciais, importantes e desejáveis.

Quadro 9: Critérios para priorizações das ações

Prioridade	Classificação	Detalhamento
1ª Prioridade	Essenciais	Alta relevância institucional e o não atendimento à ação compromete a continuidade dos serviços e processos da CNEN.
2ª Prioridade	Importantes	Alta relevância para unidade gestora e o não atendimento à ação poderá comprometer pontualmente a continuidade de serviços e processos.
3ª Prioridade	Desejáveis	Ações relacionadas ao fornecimento de serviços TIC e que podem aguardar para serem atendidas por não comprometerem o atendimento das metas institucionais.

9.3 Ações Identificadas e Priorizadas

9.3.1 CDTN – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (MG)

Quadro 10: N1 – Manutenção e atualização de infraestrutura computacional (CDTN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-CDTN-001	Aquisição de novos Access Points para aumento da área atendida e melhoria do sinal para os usuários.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-002	Aquisição de novos computadores e notebooks para renovação do parque computacional.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-003	Aquisição de novos nobreaks para o CPD.	SETEC/CDTN	Essencial
N1-CDTN-004	Aquisição de novos switches de acesso.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-005	Aquisição de storage para atender as demandas de espaço e processamento dos servidores.	SETEC/CDTN	Essencial
N1-CDTN-006	Aquisição do software de Backup & Replication para melhorar atividades de backup de máquinas virtuais e servidores do CPD.	SETEC/CDTN	Essencial
N1-CDTN-007	Aquisição/Manutenção de racks.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-008	Aquisição/Melhoria de solução de backup	SETEC/CDTN	Essencial
N1-CDTN-009	Atualização do software para monitoramento e gerência de Rede.	SETEC/CDTN	Desejável

N1-CDTN-010	Contratação de consultoria para avaliação e possível implantação do software Bacula ou outro similar para realização e gerenciamento de cópias de segurança (backup) de dados.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-011	Contratação de solução ou serviço para gravação e transmissão de aulas e eventos.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-012	Implantação de solução para controle e registro de logs de sistemas.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-013	Manutenção de hardware com troca de peças - contrato continuado.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-014	Manutenção do serviço de Service Desk - contrato continuado.	SETEC/CDTN	Essencial
N1-CDTN-015	Manutenção preventiva e corretiva de no-breaks do CPD, rack do prédio 28 e Service-desk.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-016	Melhoria da Infraestrutura de rede com a construção de nova rede de fibras óticas, reforma do cabeamento estruturado e implantação de sistema de combate à incêndio e alarmes do CPD CDTN	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-017	Melhoria da solução de Correio eletrônico atual e aquisição de ferramenta corporativa de AntiSpam com suportes mínimos de 36 meses.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-018	Modernização da infraestrutura de virtualização com aquisição de novo(s) servidor(es).	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-019	Reestruturação/manutenção de cabeamento entre prédios.	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-020	Renovação de 10% do parque de no-breaks por ano.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-021	Revitalização da instalação elétrica do CPD	SETEC/CDTN	Importante
N1-CDTN-022	Serviços de consultorias para manutenção de serviços de e-mail, firewall, implantação de ferramentas de monitoramento do parque computacional, inventário de máquinas e armazenamento de logs e outras demandas semelhantes que vierem a surgir.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-023	Sistema de monitoramento remoto para a sala do CPD.	SETEC/CDTN	Desejável
N1-CDTN-024	Aquisição/atualização de licenças de softwares para a área de TI do CDTN como Arcserve, Windows, MS Office.	SETEC/CDTN	Importante

Quadro 11: N2 – Desenvolvimento e manutenção de soluções de TIC (CDTN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-CDTN-025	Adquirir mais licenças para uso pleno da ferramenta Genexus renovar o suporte e manutenção das licenças atuais.	SETEC/CDTN	Importantes
N2-CDTN-026	Apoio a busca e futura implantação de novo sistema para o Plano Médico.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-027	Aquisição e atualização de licenças de softwares utilizados principalmente na área técnica do CDTN.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-028	Construção de sistema integrador de soluções de RH do CDTN e possivelmente CNEN. O sistema visa integrar os sistemas SIAPE, SIAPENET, RHFácil/CNEN, SDI/CNEN, SEI, SIASS, entre outros.	SETEC/CDTN	Desejável Essencial
N2-CDTN-029	Contratação de serviço para melhorias e correções no Repositório institucional do CDTN, que utiliza a ferramenta dSpace.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-030	Contrato de fábrica de software do CDTN.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-031	Construção de novas funcionalidades ainda necessárias para o Sistema de Gerenciamento de Laboratórios.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-032	Ferramenta corporativa de colaboração e mensageria.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-033	Informatização de procedimentos de análise e rotinas do reator.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-034	Manual do Servidor: criação de páginas para tirar dúvidas do servidor. Sem estimativa inicial de custo.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-035	Manutenção do Sistema de Informações Gerenciais em Radioproteção e Rejeitos.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-036	Manutenção e melhoria das soluções de apoio às atividades de Administração de Recursos Humanos.	SECPES/CDTN	Desejável
N2-CDTN-037	Manutenções corretivas e evolutivas na plataforma Moodle de ensino à distância do CDTN.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-038	Manutenções corretivas e evolutivas nos sites Internet e Intranet do CDTN.	SETEC/CDTN	Essencial
N2-CDTN-039	Manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas nos sistemas Acompanhamento de Contratos, Atalanta, Mantis, Pajé, Consulta e Movimentação de Processos, Divisão Financeira, Prometheus, SCA, Suprimentos de Fundos, SIGERE.	SETEC/CDTN	Importante
N2-CDTN-040	Manutenções e melhorias do Sistema Acadêmico, da Pós-graduação do CDTN, através da Fábrica de Software.	SETEC/CDTN	Desejável

N2-CDTN-041	Parte do projeto de Transformação Digital do Governo Federal é a criação de API's para integrar sistemas da CNEN e institutos aos serviços já implementados no Gov.br.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-042	Prover uma maior integração dos diversos sistemas que possuímos atualmente.	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-043	Reconstrução/atualização tecnológica do SIGERE	SETEC/CDTN	Desejável
N2-CDTN-044	Sistema para Controle de Qualidade de Serviços de Radiologia Geral.	SETEC/CDTN	Importante

Quadro 12: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (CDTN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-CDTN-045	Implantação do login único de acesso gov.br nos sistemas próprios - CDTN.	SETEC/CDTN	Essenciais
N4-CDTN-046	Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado nos Serviços - CDTN.	SETEC/CDTN	Essenciais

Quadro 13: N5 – Aperfeiçoamento da gestão de segurança da informação (CDTN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N5-CDTN-047	Adquirir e/ou contratar sistema de vigilância das instalações com equipamentos importantes para a infraestrutura de TIC.	SETEC/CDTN	Essencial
N5-CDTN-048	Implantação de soluções e/ou serviços de segurança que permitam uma melhor gestão da segurança da rede corporativa.	SETEC/CDTN	Essencial
N5-CDTN-049	Manutenção de mecanismos de proteção do ambiente de rede e de endpoints - suporte mínimo de 36 meses.	SETEC/CDTN	Essencial

9.3.2 CRCN-CO Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (GO)

Quadro 14: N1 - Manutenção e atualização de infraestrutura computacional (CRCN-CO)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-CRCN-CO-050	Aquisição de Desktops.	TI/CRCN-CO	Desejável
N1-CRCN-CO-051	Aquisição de Solução Corporativa de rede sem fio para as instalações do CRCN-CO (Wi-fi).	TI/CRCN-CO	Desejável
N1-CRCN-CO-052	Avaliar e readequar redes de dados do Laboratório de RadioEcologia.	TI/CRCN-CO	Desejável
N1-CRCN-CO-053	Avaliar e readequar redes de dados do laboratório de RadioProteção.	TI/CRCN-CO	Desejável

N1-CRCN-CO-054	Avaliar e readequar sistemas de NoBreak no Centro de Estudos, onde são centralizados os principais ativos de rede.	TI/CRCN-CO	Importante
N1-CRCN-CO-055	Contratação própria ou expansão de contratos corporativos de Service Desk (colaborador presencial).	TI/CRCN-CO	Essencial
N1-CRCN-CO-056	Manutenções preventivas/corretivas no sistema de Nobreak atual.	TI/CRCN-CO	Importante

Quadro 15: N2 – Desenvolvimento e manutenção de soluções de TIC (CRCN-CO)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-CRCN-CO-057	Desenvolvimento do Site do CRCN-CO no Gov.br.	TI/CRCN-CO	Desejável

Quadro 16: N3 – Aperfeiçoamento da gestão e governança de TIC (CRCN-CO)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N3-CRCN-CO-058	Aumento da força de trabalho de TIC.	CRCN-CO	Importante

Quadro 17: N6 – Capacitação e atualização dos profissionais de TIC (CRCN-CO)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N6-CRCN-CO-059	Capacitação em Gestão de TIC para o pessoal de TIC.	TI/CRCN-CO	Importante
N6-CRCN-CO-060	Capacitação para melhor utilização dos recursos de TIC, principalmente com a ampliação da utilização de soluções em nuvem.	TI/CRCN-CO	Importante

9.3.3 CRCN-NE Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (PE)

Quadro 18: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (CRCN-NE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-CRCN-NE-061	Aquisição de access points, para ampliação e atualização da rede sem fio.	CGTI-Apoio Institucional-TI	Desejável
N1-CRCN-NE-062	Aquisição de antivírus para todas as máquinas do CRCN-NE.	TI/CRCN-NE	Essencial
N1-CRCN-NE-063	Aquisição de licença do Visual Studio, para manutenção de sistema.	CGTI-Apoio Institucional-TI	Desejável
N1-CRCN-NE-064	Aquisição de notebooks e computadores, para atualização do parque computacional.	TI/CRCN-NE	Desejável

N1-CRCN-NE-065	Aquisição de novos datashows.	Apoio Institucional-TI	Desejável
N1-CRCN-NE-066	Aquisição de softwares de prateleira, a fim de atender demandas específicas da área técnica (minitab, autocad, coreal draw,etc).	TI/CRCN-NE e Pesquisa	Desejável
N1-CRCN-NE-067	Aquisição de storage.	CGTI-Apoio Institucional-TI	Desejável
N1-CRCN-NE-068	Aquisição de switches de acesso.	TI/CRCN-NE	Importante
N1-CRCN-NE-069	Aquisição\Implantação da solução escolhida (storage e software).	TI/CRCN-NE	Desejável
N1-CRCN-NE-070	Atualização contínua de sistema operacional e softwares de uso geral, a fim de manter o parque computacional atualizado.	TI/CRCN-NE	Importante
N1-CRCN-NE-071	Levantamento de softwares gratuitos e pagos, para gerenciamento de automatização de backup.	TI/CRCN-NE	Essencial
N1-CRCN-NE-072	Renovação do contrato de manutenção de no-break.	TI/CRCN-NE	Importante
N1-CRCN-NE-073	Renovação do contrato de outsourcing de impressoras.	TI/CRCN-NE	Essencial
N1-CRCN-NE-074	Renovação do contrato de Suporte de TI com manutenção de equipamentos.	TI/CRCN-NE	Importante

Quadro 19: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (CRCN-NE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-CRCN-NE-075	Desenvolvimento de novo processo para Desenvolvimento de Software	TI/CRCN-NE	Desejável
N2-CRCN-NE-076	Leitura e identificação de pontos de melhoria no processo de Desenvolvimento de Software atual	TI/CRCN-NE	Desejável
N2-CRCN-NE-077	Aquisição\Implantação da solução escolhida para sistema de gerenciamento de chamados de Suporte e manutenção predial	CGTI-Apoio Institucional-TI	Desejável
N2-CRCN-NE-078	Design, codificação e testes da nova Intranet do CRCN-NE	TI/CRCN-NE	Desejável
N2-CRCN-NE-079	Implantação do sistema de almoxarifado e patrimônio (SIADS)	Apoio Institucional-TI	Importante
N2-CRCN-NE-080	Levantamento de softwares gratuitos e pagos, para abertura e gerenciamento de chamados de diversas naturezas	TI/CRCN-NE	Desejável

Quadro 20: N3 – Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC (CRCN-NE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N3-CRCN-NE-081	Identificação de necessidades de melhoria e novas práticas a serem implantadas (práticas de governança de TI)	TI/CRCN-NE	Desejável
N3-CRCN-NE-082	Implantação de novas práticas (práticas de governança de TI)	TI/CRCN-NE	Desejável

Quadro 21: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (CRCN-NE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N6-CRCN-NE-083	Capacitação na área (Gerenciamento de Projetos de TI e Gestão Ágil de Projetos com SCRUM (EaD))	CRCN-NE	Importante
N6-CRCN-NE-084	Capacitação na área (ferramentas de desenvolvimento de software)	CRCN-NE	Importante
N6-CRCN-NE-085	Capacitação na área (LGPD)	CRCN-NE	Essencial
N6-CRCN-NE-086	Capacitação na área (Segurança de Redes e Sistemas)	CRCN-NE	Essencial
N6-CRCN-NE-087	Capacitação na área (Virtualização de Servidores, Windows Server 2019 + AWS + Storage, MCSA (Microsoft Certified Solutions Associate) Windows Server 2016 ou 2019)	CRCN-NE	Importante

9.3.4 IEN – Instituto de Engenharia Nuclear (RJ)

Quadro 22: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-IEN-088	Avaliação e melhoria contínua dos Serviços de Service Desk.	SETIC/IEN	Essencial
N1-IEN-089	Avaliação e melhoria dos serviços de impressão.	SETIC/IEN	Essencial
N1-IEN-090	Elaboração do Plano de disseminação do uso do IPv6 no IEN.	SETIC/IEN	Importante
N1-IEN-091	Manutenção da infraestrutura de virtualização.	SETIC/IEN	Importante
N1-IEN-092	Manutenção de mecanismos de proteção do ambiente de rede e computacional (antivírus e AntiSpam).	SETIC/IEN	Essencial
N1-IEN-093	Manutenção e melhoria da infraestrutura computacional -Microinformática	SETIC/IEN	Desejável
N1-IEN-094	Manutenção e melhoria da infraestrutura de rede computacional.	SETIC/IEN	Importante
N1-IEN-095	Manutenção e melhoria da rede sem fio.	SETIC/IEN	Desejável

N1-IEN-096	Manutenção e melhoria de solução para backup.	SETIC/IEN	Essencial
N1-IEN-097	Manutenção e melhoria do Serviço de Correio Eletrônico.	SETIC/IEN	Essencial
N1-IEN-098	Modernização, suporte e manutenção da solução de gerenciamento de rede.	SETIC/IEN	Importante
N1-IEN-099	Renovação das licenças do firewall do IEN.	SETIC/IEN	Essencial

Quadro 23: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-IEN-100	Atendimento às demandas de aquisição, suporte e atualização de softwares técnicos.	Áreas técnicas/IEN	Importante
N2-IEN-101	Atualização e manutenção de solução para faturamento e cobrança.	SEFIN/IEN	Importante
N2-IEN-102	Atualização e manutenção do Repositório Institucional.	DIENS/IEN	Desejável
N2-IEN-103	Desenvolvimento de solução interna para o Controle de Rejeitos na CNEN.	SETMQ/IEN	Importante
N2-IEN-104	Manutenção da infraestrutura computacional para operação de Serviços Técnicos (Rejeitos, Realidade Virtual).	SETMQ e SEESC/IEN	Importante
N2-IEN-105	Manutenção e melhoria da solução para o Controle da Produção de Radiofármacos.	DIRAD/IEN	Importante
N2-IEN-106	Modernização, suporte e manutenção da infraestrutura para o desenvolvimento de soluções em SW.	SETIC/IEN	Importante

Quadro 24: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-IEN-107	Implantação do login único de acesso gov.br nos sistemas próprios - IEN.	SETIC/IEN	Essencial
N4-IEN-108	Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado nos Serviços - IEN.	SETIC/IEN	Essencial

Quadro 25: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação (IEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N5-IEN-109	Implantação de solução de segurança física através de câmeras.	SPF/IEN	Essencial
N5-IEN-110	Modernização da solução para identificação de servidores, terceirizados e visitantes.	SECSEG/IEN	Essencial

9.3.5 IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (SP)

Quadro 26: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-IPEN-111	Apoio nos processos de aquisição destinados à renovação e expansão de certificados digitais.	COADM/IPEN	Essencial
N1-IPEN-112	Apoio técnico na aquisição e fiscalização de sistema de vigilância e controle de acesso para segurança física.	COSEG/IPEN	Importante
N1-IPEN-113	Aquisição de discos rígidos e servidores do tipo Storage visando a melhorias e expansão solução de armazenamento de dados.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-114	Aquisição de equipamentos destinados à manutenção de infraestrutura computacional de serviços administrativos de áreas meio.	COADM/IPEN	Desejável
N1-IPEN-115	Aquisição de equipamentos destinados à manutenção de infraestrutura computacional de serviços técnicos de áreas fim.	COPRS/COPDE /IPEN	Desejável
N1-IPEN-116	Aquisição de equipamentos destinados à manutenção e melhoria da videoconferência.	COPLG/IPEN	Desejável
N1-IPEN-117	Aquisição de equipamentos destinados a prover acesso à internet.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-118	Aquisição de equipamentos e serviços para manutenção e expansão do cabeamento estruturado.	SEGRS/IPEN	
N1-IPEN-119	Aquisição de equipamentos ou softwares licenciados destinados à manutenção e modernização da solução de correio eletrônico.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-120	Aquisição de equipamentos para manutenção e melhoria da rede sem fio.	COPRS/COPDE /COADM/IPEN	Desejável
N1-IPEN-121	Aquisição de equipamentos visando a manutenção e modernização da rede corporativa.	SEGRS/IPEN	Importante
N1-IPEN-122	Aquisição de equipamentos, manutenção e melhorias de infraestrutura de captação de áudio e vídeo para transmissão ou gravação de eventos.	SECOI/IPEN	Desejável
N1-IPEN-123	Aquisição de equipamentos, softwares licenciados ou serviços destinados à manutenção e modernização da infraestrutura de desenvolvimento de software.	SEGDS/IPEN	Desejável
N1-IPEN-124	Aquisição de fitas para expandir a capacidade de backup.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-125	Aquisição de impressoras	COADM/IPEN	Desejável
N1-IPEN-126	Aquisição de microcomputadores e equipamentos visando a manutenção e melhoria do parque computacional.	COPRS/COPDE /COADM/IPEN	Desejável
N1-IPEN-127	Aquisição de serviços destinados a prover acesso à internet.	SEGRS/IPEN	Importante

N1-IPEN-128	Aquisição de serviços e equipamentos para manutenção, reparação e instalação de equipamentos de TIC.	SEGRS/IPEN	Importante
N1-IPEN-129	Aquisição de software de apoio à manutenção da solução de gerência de rede e parque computacional.	SEGRS/IPEN	Importante
N1-IPEN-130	Aquisição de softwares e equipamentos destinados à implantação, manutenção e melhorias de soluções para a área de ensino (ensino à distância (ead), videoconferências, entre outros).	CEENS/IPEN	Desejável
N1-IPEN-131	Aquisição de suporte e equipamentos visando a manutenção e melhoria tecnológica dos equipamentos de TIC do centro de dados (servidores, switches, storage, robô de backup, entre outros).	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-132	Aquisição de suporte técnico para manutenção e reparo dos equipamentos utilizados na solução para backup de dados corporativos.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-133	Aquisição de suprimentos para impressoras próprias	COADM/IPEN	Importante
N1-IPEN-134	Aquisição e renovação de software destinado à manutenção e modernização de infraestrutura de virtualização.	SEGRS/IPEN	Importante
N1-IPEN-135	Aquisição ou renovação de software para manutenção da solução para backup de dados corporativos.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-136	Contratação de outsourcing de impressão.	COADM/IPEN	Importante
N1-IPEN-137	Contratação de serviço e equipamentos para modernização da infraestrutura de centro de dados, inclusive climatização, elétrica, segurança física e capacidade de expansão.	COPLG/IPEN	Importante
N1-IPEN-138	Contratação de serviço para projeto de melhoria da rede sem fio.	SEGRS/IPEN	Desejável
N1-IPEN-139	Contratação de suporte técnico para impressoras próprias	SEGRS/IPEN	Importante
N1-IPEN-140	Contratação e fiscalização de serviço de suporte técnico à serviços de TIC, gerenciamento de redes, de sistemas computacionais, de administração de banco de dados e de infraestrutura de TIC em geral.	SEGRS/IPEN	Essencial
N1-IPEN-141	Contratação e renovação de serviços e equipamentos destinados à manutenção e melhorias no serviço de telefonia e telecomunicações corporativas.	COPLG/IPEN	Importante

Quadro 27: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-IPEN-142	Apoio técnico na aquisição, renovação e atualização de softwares administrativos licenciados.	COADM/IPEN	Desejável
N2-IPEN-143	Apoio técnico na aquisição, renovação e atualização de softwares técnicos licenciados.	COPRS/COPDE /IPEN	Importante
N2-IPEN-144	Aquisição de Sistema de inventário e pontos de função.	COPLG/SEGDS	Desejável
N2-IPEN-145	Aquisição de Sistema de Requisitos Regulamentares.	COPLG/SEQUA	Desejável
N2-IPEN-146	Aquisição de Software de desenvolvimento de sistemas produtividade.	COPLG/SEGDS	Desejável
N2-IPEN-147	Contratação Suporte ao Repositório Institucional - DataVerse.	COPDE/SEIDC	Desejável
N2-IPEN-148	Contratação Suporte ao Repositório Institucional - Dspace.	COPDE/SEIDC	Desejável
N2-IPEN-149	Contratação de manutenção do Sistema de Gestão de Projetos - SIGEO.	COPDE/SEEGP	Importante
N2-IPEN-150	Desenvolvimento e manutenção de Sistema de supervisório.	COPRS/CECRF	Essencial
N2-IPEN-151	Desenvolvimento de Aplicativo Móvel de Vendas e Transporte.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-152	Desenvolvimento de Controle e planejamento de produção.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-153	Desenvolvimento de Sistema de apoio a Gestão da Garantia da Qualidade.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-154	Desenvolvimento de Sistema de BI - Inteligência de Negócios.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-155	Desenvolvimento de Sistema de Controle de Produtos Químicos e Sistema de Controle de Resíduos Químicos.	CEQMA	Importante
N2-IPEN-156	Desenvolvimento de Sistema de Controle de rastreabilidade de blindagens.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-157	Desenvolvimento de Sistema de controle e acompanhamento de projetos de inovação.	COPDE/SENIT	Desejável
N2-IPEN-158	Desenvolvimento de Sistema de Registro de Produção.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-159	Desenvolvimento de Sistema de RFID.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-160	Desenvolvimento de sistema para controlar processo de produção e distribuição de fontes seladas utilizadas na Saúde e na Indústria.	CETER/SETRS	Importante
N2-IPEN-161	Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Ensaios do Controle de Qualidade.	COPRS/CECRF	Importante
N2-IPEN-162	Desenvolvimento Upgrade no Sistema de Planejamento e Gestão do IPEN (SIGEPI).	COPLG	Desejável
N2-IPEN-163	Desenvolvimento de Sistema de Controle de contratos/importação.	COPRS/CECRF	Desejável

N2-IPEN-164	Manutenção Ampliação e reestruturação do banco de dados do Laboratório de Monitoração in Vivo.	SEGMR	Importante
N2-IPEN-165	Manutenção do Portal do Pesquisador.	COPDE/SEIDC	Desejável
N2-IPEN-166	Manutenção do sistema CADOSE para incorporar as novas demandas de registro de doses mensais.	SEGMR	Importante
N2-IPEN-167	Manutenção do Sistema de Controle de rejeitos radioativos.	COSEG/SEGRR	Importante
N2-IPEN-168	Manutenção do Sistema de Controle do Reator – Fase II redistribuição no núcleo.	COPRS/CERPQ	Importante
N2-IPEN-169	Manutenção do Sistema de Tramitação do Plano de Trabalho online.	COPDE/CEENS	Desejável
N2-IPEN-170	Manutenção e Conversão do Sistema para Realização de Inventário das Coleções.	COPDE/SEIDC	Desejável
N2-IPEN-171	Manutenção e Desenvolvimento do Sistema de Controle de manutenção preventiva/corretiva de equipamento.	COPRS/CECON	Importante
N2-IPEN-172	Manutenção no sistema de calibração de instrumentos.	COPRS/SEGMR	Importante
N2-IPEN-173	Manutenção nos sistemas que geram dados para o Sped Fiscal.	COADM/SEGFC	Essencial
N2-IPEN-174	Manutenção sistema de faturamento inclusão do Termo de Liquidação e Informe de Rendimento pela Internet.	COADM/SEGFC	Essencial
N2-IPEN-175	Melhorias no Sistema de Tratamento de Não Conformidade e Melhoria Contínua (TNCMC).	COPLD/SEQUA	Importante
N2-IPEN-176	Sistema administrativo/operacional/controle de processo/programação para as atividades do Irradiador Multipropósito de 60-Co.	COPRS/SETRD	Importante
N2-IPEN-177	Sustentação dos sistemas Legados, utilizando a Fábrica de Software.	DIPEN/COPLG /SEGDS	Importante

Quadro 28: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-IPEN-178	Implantação do login único de acesso gov.br nos sistemas próprios - IPEN.	SEGDS/IPEN	Essencial
N4-IPEN-179	Migração do Site do IPEN para o GOV.BR	SEGDS/IPEN	Essencial
N4-IPEN-180	Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado nos Serviços - IPEN.	SEGDS/IPEN	Essencial

Quadro 29: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N5-IPEN-181	Aquisição e renovação de software destinado à proteção do ambiente computacional contra software malicioso.	SEGRS/IPEN	Essencial
N5-IPEN-182	Contratação e fiscalização de serviço de apoio à gestão de incidentes cibernéticos.	SEGRS/IPEN	Essencial
N5-IPEN-183	Contratação ou renovação de suporte técnico, softwares e equipamentos destinados à manutenção e modernização de proteção de perímetro de rede, entre eles AntiSpam e firewall.	SEGRS/IPEN	Essencial

Quadro 30: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (IPEN)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N6-IPEN-184	Contratação de capacitação da equipe de tratamento e resposta a incidentes.	SEGRS/IPEN	Essencial
N6-IPEN-185	Contratação de capacitação da equipe na utilização de técnicas e ferramentas utilizadas na infraestrutura de TIC.	SEGRS/IPEN	Importante
N6-IPEN-186	Contratação de capacitação de servidores públicos em processos de aquisição de TIC e fiscalização de contratos de TIC.	SEGRS/IPEN	Importante

9.3.6 IRD – Instituto de Radioproteção e Dosimetria (RJ)

Quadro 31: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (IRD)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-IRD-187	Aquisição de impressoras.	SETEI/IRD	Desejável
N1-IRD-188	Cabeamento de fibra ótica.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-189	Contratação 15 licenças de Windows Server 2019 (ARP).	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-190	Contratação Antivírus.	SETEI/IRD	Essencial
N1-IRD-191	Contratação certificado digital de equipamentos.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-192	Contratação de cabeamento (Wi-fi 6.0).	SETEI/IRD	Desejável
N1-IRD-193	Contratação manutenção Storage.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-194	Contratação Material de consumo.	SETEI/IRD	Desejável
N1-IRD-195	Contratação Obra SETEI.	SETEI/IRD	Desejável
N1-IRD-196	Contratação Outsourcing de impressão.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-197	Contratação Service Desk.	SETEI/IRD	Essencial
N1-IRD-198	Contratação Servidores – ARP.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-199	Contratação suporte para Sistema de Backup.	SETEI/IRD	Essencial

N1-IRD-200	Contratação Switches – ARP.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-201	Renovação link de dados OI.	SETEI/IRD	Essencial
N1-IRD-202	Renovação Manutenção de servidores.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-203	Renovação Office 365.	SETEI/IRD	Essencial
N1-IRD-204	Renovação Software Adobe/Corel.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-205	Suporte MySql.	SETEI/IRD	Importante
N1-IRD-206	Manutenção e Atualização da Infraestrutura Computacional	SETEI/IRD	Essencial

Quadro 32: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (IRD)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-IRD-207	Atualização do Sistema de Controle de Doses dos Indivíduos Ocupacional Expostos, sob responsabilidade do IRD, possibilitando o acesso das informações aos Inspetores da DRS/CNEN.	SETEI/IRD	Essencial
N2-IRD-208	Renovação licença uso Script Case.	SETEI/IRD	Desejável
N2-IRD-209	Renovação suporte Script Case.	SETEI/IRD	Desejável

Quadro 33: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (IRD)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-IRD-210	Implantação do login único de acesso gov.br nos sistemas próprios - IRD.	SETEI/IRD	Essencial
N4-IRD-211	Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado nos Serviços - IRD.	SETEI/IRD	Essencial

9.3.7 LAPOC – Laboratório de Poços de Caldas (MG)

Quadro 34: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (LAPOC)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-LAPOC-212	12 Switch Gerenciável 24 Portas PoE Gigabit Ethernet.	LAPOC	Importante
N1-LAPOC-213	12 Access point WI-FI.	LAPOC	Desejável
N1-LAPOC-214	Projeto executivo da Rede Local.	LAPOC	Desejável

Quadro 35: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (LAPOC)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-LAPOC-215	Migração do Site do LAPOC para o Gov.br.	TI/LAPOC	Essencial

9.3.8 SEDE/CNEN (RJ)

Quadro 36: N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional (SEDE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N1-SEDE-216	Manutenção de Plotter - impressora que permita imprimir materiais de largura mínima de 90 cm e comprimento mínimo de 2 metros.	COCOM	Importante
N1-SEDE-217	Aquisição de três laptops.	COCOM	Desejável
N1-SEDE-218	Atendimento às demandas de aquisição, suporte e atualização de softwares técnicos.	SETIN	Desejável
N1-SEDE-219	Avaliação de melhoria dos serviços de firewall e VPN.	DIGIT	Essencial
N1-SEDE-220	Avaliação de sistema de telefonia VOIP integrado ao serviço MS Teams.	SECTEL	Desejável
N1-SEDE-221	Avaliação e melhoria contínua dos serviços de Service Desk, suporte e sustentação de rede.	SETIN	Essencial
N1-SEDE-222	Avaliação e melhorias do sistema de telecomunicação VoIP.	SECTEL	Essencial
N1-SEDE-223	Implantação e manutenção do Repositório Institucional.	CIN/CGTI	Desejável
N1-SEDE-224	Manutenção do acesso à Internet.	DIGIT	Essencial
N1-SEDE-225	Manutenção e melhoria dos serviços de impressão.	SETIN	Importante
N1-SEDE-226	Manutenção e melhoria dos serviços de videoconferência.	SETIN	Desejável
N1-SEDE-227	Melhoria na interligação de rede dados e voz entre as unidades da CNEN.	DIGIT	Essencial
N1-SEDE-228	Migração das bases de dados do SQL Server 2008 para o SQL Server 2019.	DISOL - CGTI	Essencial
N1-SEDE-229	Modernização, suporte e manutenção da infraestrutura para o desenvolvimento de soluções em software.	DIGIT	Importante
N1-SEDE-230	Modernização, suporte e manutenção da solução de gerenciamento de rede e parque computacional.	SETIN	Desejável
N1-SEDE-231	Reforma do cabeamento estruturado e da rede de fibra ótica.	DIGIT	Essencial
N1-SEDE-232	Renovação anual do certificado digital SSL do domínio foroiberam.org	DRS	Essencial
N1-SEDE-233	Renovação das estações de trabalho.	SETIN	Importante
N1-SEDE-234	Renovação ou aquisição de licenças definitivas dos softwares Photoshop e CorelDraw.	COCOM	Importante
N1-SEDE-235	Aquisição e instalação da infraestrutura de TIC da Sala de Emergências da Sede	DRS	Importante

Quadro 37: N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC (SEDE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N2-SEDE-236	Integração do Sistema ARGOS ao Sistema de monitoração de taxa de dose de radiação do entorno da CNAAA	DRS	Essencial
N2-SEDE-237	Desenvolvimento do Sistema de Controle e Reserva de Monitores de Radiação do Núcleo Orgânico de Proteção Radiológica da DRS (NOPR/DRS)	DRS	Importante
N2-SEDE-238	Desenvolvimento de solução integrada para o Controle de Rejeitos na CNEN.	DPD	Essencial
N2-SEDE-239	Desenvolvimento e manutenção da solução integrada ao GED/Workflow para a Gestão do Licenciamento e Controle.	DRS	Essencial
N2-SEDE-240	Desenvolvimento e manutenção de novos módulos para o Sistema de Contabilidade e Controle de Material Nuclear.	DRS	Importante
N2-SEDE-241	Desenvolvimento, documentação e manutenção de um novo Sistema de Controle da Venda de Radiofármacos	DRS - CGMI	Importante
N2-SEDE-242	Desenvolvimento, documentação e manutenção de um novo Sistema Integrado de Informações Regulatórias de Reatores Nucleares (SINCOR).	DRS - CGRC	Importante
N2-SEDE-243	Estruturação da Rede Nacional de Pesquisa e Ensino Nuclear	DPD	Desejável
N2-SEDE-244	Manutenção e melhoria contínua da solução de Gerência da Rede de Bibliotecas.	CIN/CGTI	Desejável
N2-SEDE-245	Mapeamento e avaliação para mapeamento de processo do CIN	CIN/CGTI	Desejável
N2-SEDE-246	Manutenção evolutiva da solução para o Gerenciamento dos Produtos e Serviços da CNEN.	CIN/CGTI	Desejável
N2-SEDE-247	Migração dos sistemas para a plataforma do Windows Server 2019.	DIGIT - DISOL - CGTI	Essencial
N2-SEDE-248	Renovar a contratação da Fábrica de Software e Fábrica de Qualidade-Métricas.	DISOL - CGTI	Essencial
N2-SEDE-249	Manutenção do acesso a softwares de gestão, avaliação e controle de processos de propriedade intelectual	DPD	Essencial

Quadro 38: N3 – Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC (SEDE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N3-SEDE-250	Adesão ao Protocolo Eletrônico de Informações (PEN).	CG-SEI	Importante
N3-SEDE-251	Ampliação da Força de Trabalho de TIC por Concurso Público.	CGTI	Essencial
N3-SEDE-252	Ampliação da Força de Trabalho de TIC por Terceirização.	CGTI - CGAL	Essencial

N3-SEDE-253	Ampliar o uso de soluções de software estruturantes.	DGI	Importante
N3-SEDE-254	Aumento da força de trabalho de TIC.	DGI	Essencial
N3-SEDE-255	Avaliar a Implantação do Guia de Boas Práticas do SISP 2.0 e Propor Plano de Ação.	CGTI	Desejável
N3-SEDE-256	Executar Plano de Ação para Implementar ações do Guia de Boas Práticas do SISP 2.0.	CGTI	Desejável
N3-SEDE-257	Implantação do Barramento PEN	CG-SEI	Essencial
N3-SEDE-258	Implantação do módulo estatístico do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	CG-SEI	Importante
N3-SEDE-259	Implementar o Programa e Normativos internos de Proteção de Dados Pessoais.	COCOM	Essencial

Quadro 39: N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital (SEDE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N4-SEDE-260	Implantação do login único de acesso gov.br nos sistemas próprios - Sede.	DISOL/CGTI	Essencial
N4-SEDE-261	Interoperar os sistemas com bases do Governo Federal (CEP, CPF, CNPJ)	CGTI/DGI	Desejável
N4-SEDE-262	Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado nos Serviços - Sede.	DISOL/CGTI	Essencial
N4-SEDE-263	Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis DGI.	CGTI/DGI	Essencial
N4-SEDE-264	Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis DPD.	CGAR/DPD	Essencial
N4-SEDE-265	Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis DRS.	Ass/DRS	Essencial

Quadro 40: N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N5-SEDE-266	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções IX, XIV, XV, XVI, XIX e XX da POSIC.	CGTI	Essencial
N5-SEDE-267	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções VII, VIII, XXIII da POSIC.	Gabinete	Essencial
N5-SEDE-268	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções XI e XII da POSIC.	CGPA	Essencial
N5-SEDE-269	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções XVII e XVIII da POSIC.	CGAL	Essencial
N5-SEDE-270	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções XXI da POSIC.	COCOM	Essencial
N5-SEDE-271	Avaliar e implementar normativos constantes nas seções XXII da POSIC.	CGRH	Essencial

N5-SEDE-272	Modernização da solução de endpoint para proteção de servidores e estações de trabalho contra software malicioso.	DIGIT	Essencial

Quadro 41: N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC (SEDE)

ID	Ação de TIC	Responsável	Prioridade
N6-SEDE-273	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Análise de Dados.	CGRH	Importante
N6-SEDE-274	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Avaliação de Riscos.	CGRH	Importante
N6-SEDE-275	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Banco de Dados SQL Server.	CGRH	Importante
N6-SEDE-276	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - CMS - Plone.	CGRH	Importante
N6-SEDE-277	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Contratações - IN 01/2019 SGD.	CGRH	Importante
N6-SEDE-278	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Desenvolvimento SI - .NET.	CGRH	Importante
N6-SEDE-279	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Elaboração e Monitoramento PDTIC.	CGRH	Importante
N6-SEDE-280	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Fiscalização de Contratos.	CGRH	Importante
N6-SEDE-281	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Gestão de Contratos.	CGRH	Importante
N6-SEDE-282	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Mapeamento de Processos de Negócios BPM.	CGRH	Importante
N6-SEDE-283	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Metodologias Ágeis de Desenvolvimento.	CGRH	Importante
N6-SEDE-284	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Office 365 - Business Inteligence.	CGRH	Importante
N6-SEDE-285	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Office 365.	CGRH	Importante
N6-SEDE-286	Capacitação da Força de Trabalho em TIC - Sistemas Utilizados pela CNEN.	CGRH	Importante
N6-SEDE-287	Capacitação em Pontos de função.	CGRH	Importante
N6-SEDE-288	Contratar capacitação em C#.	CGRH	Importante
N6-SEDE-289	Contratar treinamento para Administração de dados e de banco de dados no SQL Server 2019.	CGRH	Importante

10. DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA E REDE LOCAL DA SEDE E UTCS

Dentre as ações relacionadas à Segurança da Informação, Computacional e de Rede, constam as ações, principalmente no grupo da Necessidade N5, Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação, que dentre outras tem ênfase a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação da CNEN (POSIC).

É importante mencionar que em 2021, foi reformulada a Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes de Segurança em Redes Computacionais onde incluem todas as unidades da CNEN.

11. CAPACIDADE ESTIMADA DA EXECUÇÃO DE TIC

Dentre as ações relacionadas à Governança e Gestão de TIC constam, principalmente, as ações nos grupos de necessidades conforme abaixo:

- Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC - N3;
- Implantação da Estratégia de Governo Digital - N4;
- Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC - N6.

Portanto espera-se aprimorar as estruturas e ampliar a capacitação em TIC visando a consolidação das ações de Governança Digital e de Gestão de TIC, possibilitando assim o aumento da capacidade da TIC.

12. PLANO DE METAS E DE AÇÕES

O Plano de Metas expressa os marcos e as estimativas preliminares dos indicadores e prazo para cada necessidade/ações possibilitando o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas para cada necessidade e se constituem em marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis de cada demanda. Nesse sentido, foram apresentadas todas as ações propostas que contribuem para as seis necessidades deste PDTIC. Com base nessas ações, suas classificações de prioridade e histórico de PDTIC anteriores, foram definidas as metas para cada unidade/necessidade, distribuídas ao longo dos anos. Assim, cada necessidade terá como indicador de acompanhamento da meta o quantitativo de ações concluídas.

Tabela 1: Plano de Ações e Metas (N1 - Manutenção e atualização de infraestrutura computacional)

	METAS					
UNIDADES	**2022-2024**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**	**Meta PDTIC**
CDTN	0	16	0	8	24	16
CRCN-CO	0	5	1	1	7	5
CRCN-NE	0	14	0	0	14	5
IEN	0	2	2	8	12	8
IPEN	0	31	0	0	31	20
IRD	11	8	1	0	20	11
LAPOC	0	1	1	1	3	2
SEDE	0	15	2	3	20	12
CNEN	11	92	7	21	131	79

Tabela 2: Plano de Ações e Metas (N2 – Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TIC)

	METAS					
UNIDADES	**2022-2024**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**	**Meta PDTIC**
CDTN	0	13	0	7	20	13
CRCN-CO	0	1	0	0	1	1
CRCN-NE	0	5	1	0	6	4
IEN	0	0	0	7	7	5
IPEN	0	36	0	0	36	23
IRD	0	2	1	0	3	1
LAPOC	0	0	0	0	0	0
SEDE	5	7	2	0	14	8
CNEN	5	64	4	14	87	55

Tabela 3: Plano de Ações e Metas (N3 - Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC)

	METAS					
UNIDADES	2022-2024	2022	2023	2024	Total	Meta PDTIC
CDTN	0	0	0	0	0	0
CRCN-CO	0	0	1	0	1	1
CRCN-NE	0	0	1	1	2	1
IEN	0	0	0	0	0	0
IPEN	0	0	0	0	0	0
IRD	0	0	0	0	0	0
LAPOC	0	0	0	0	0	0
SEDE	0	8	1	1	10	7
CNEN	0	8	3	2	13	9

Tabela 4: Plano de Ações e Metas (N4 – Implantação da Estratégia de Governo Digital)

	METAS					
UNIDADES	2022-2024	2022	2023	2024	Total	Meta PDTIC
CDTN	0	2	0	0	2	1
CRCN-CO	0	0	0	0	0	0
CRCN-NE	0	0	0	0	0	0
IEN	0	2	0	0	2	1
IPEN	0	3	0	0	3	2
IRD	0	2	0	0	2	1
LAPOC	0	1	0	0	1	1
SEDE	0	6	0	0	6	4
CNEN	0	16	0	0	16	10

Tabela 5:Plano de Ações e Metas (N5 – Aperfeiçoamento da Gestão de Segurança da Informação)

	METAS					
UNIDADES	2022-2024	2022	2023	2024	Total	Meta PDTIC
CDTN	0	1	0	2	3	2
CRCN-CO	0	0	0	0	0	0
CRCN-NE	0	0	0	0	0	0
IEN	0	1	0	1	2	1
IPEN	0	3	0	0	3	2
IRD	0	0	0	0	0	0
LAPOC	0	0	0	0	0	0
SEDE	0	7	0	0	7	5
CNEN	0	12	0	3	15	10

Tabela 6: Plano de Ações e Metas (N6 – Capacitação e Atualização dos profissionais de TIC)

METAS						
UNIDADES	**2022-2024**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**	**Meta PDTIC**
CDTN	0	0	0	0	0	0
CRCN-CO	0	2	0	0	2	1
CRCN-NE	0	2	3	0	5	3
IEN	0	0	0	0	0	0
IPEN	0	3	0	0	3	2
IRD	0	0	0	0	0	0
LAPOC	0	0	0	0	0	0
SEDE	3	0	0	14	17	11
CNEN	3	7	3	14	27	17

TOTAL CNEN METAS PDTIC	**N1**	**N2**	**N3**	**N4**	**N5**	**N6**
180	79	55	09	10	10	17

TOTAL CNEN GERAL	**N1**	**N2**	**N3**	**N4**	**N5**	**N6**
289	131	87	13	16	15	27

13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

O objetivo do Plano de Gestão de Pessoas é planejar ações para dispor de pessoal com competências adequadas em quantidades suficientes para se alcançar as metas estabelecidas.

Dessa forma, o quantitativo da força de trabalho necessária para a execução do PDTIC foi dimensionada e consta um novo pedido de concurso público que foi enviado ao Ministério da Economia em maio de 2021.

As necessidades inventariadas foram associadas às áreas de conhecimento, as quais poderão ser consideradas como subsídio para o desenvolvimento do Plano de Capacitação da Equipe de TIC.

Após consulta e tratativas com as unidades, foi consolidada as demandas de capacitação em TIC entre as unidades da CNEN. As informações estão convergentes no PDP-2021 da PNDP. O Quadro 13.1 apresenta o plano de capacitação por unidade da CNEN a ser executado no horizonte deste PDTIC.

Quadro 42: Plano de Capacitação por Unidade da CNEN

ÁREAS DE CONHECIMENTO	SEDE	CDTN	CRCN-CO	CRCN-NE	IEN	IRD	IPEN
Administração de dados e de banco de dados no SQL Server 2019	X						
Análise de dados	X						
Análise de Pontos de função	X						
Avaliação de riscos	X						
Banco de dados SQL Server	X						
CMS - Plone.	X						
Contratações - IN 01/2019 SGD	X						X
Desenvolvimento SI -.NET.	X						
Elaboração e Monitoramento PDTIC	X						
Ferramentas de desenvolvimento de software				X	X		
Fiscalização de Contratos	X						X
Gerenciamento de Projetos de TI e Gestão Ágil de Projetos com SCRUM (EaD)				X	X		
Gestão de Contratos.	X						
Gestão de TIC			X				

LGPD				X	X		
Linguagem C#	X						
Mapeamento de Processos de Negócios BPM	X						
Metodologias Ágeis de Desenvolvimento	X						
Office 365 - Business Intelligence	X						
Office 365.	X						
Segurança de Redes e Sistemas				X	X		
Sistemas Utilizados pela CNEN	X						
Tratamento e resposta a incidentes							X
Utilização de técnicas e ferramentas utilizadas na infraestrutura de TIC	X						X
Utilização dos recursos de TIC, principalmente com a ampliação da utilização de soluções em nuvem.			X				
Virtualização de Servidores,Windows Server 2019 + AWS + Storage, MCSA (Microsoft Certified Solutions Associate) Windows Server 2016 ou 2019)				X	X		
TOTAL GERAL	18	00	02	05	05		04

14. PLANO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Orçamentário expressa os recursos orçamentários necessários para a realização das ações previstas no PDTIC. Assim, a partir do Plano de Ações foram estimadas as despesas, classificadas em investimento ou custeio, para o período de vigência do PDTIC. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que o Planejamento Orçamentário do PDTIC é um instrumento dinâmico e deve ser utilizado para embasar a proposta orçamentária da área de TIC. Desse modo, o respectivo Plano Orçamentário deverá sofrer atualizações a cada revisão do PDTIC.

Com base nas estimativas obtém-se o Quadro 14.1 - Resumo do Plano Orçamentário, resumo executivo para a distribuição orçamentária para o Em consonância com o Guia de Elaboração PDTIC do SISP, as ações de pessoal representam estimativas iniciais, com a precisão suficiente para o momento de elaboração deste plano, constituindo uma visão geral, elaborada de forma preliminar.

Tabela 7: Resumo Executivo do Plano Orçamentário

2022	2023	2024
Valor Estimado R$	**Valor Estimado R$**	**Valor Estimado R$**
R$ 30.784.757,68	**R$ 20.692.106,68**	**R$ 20.760.566,76**

Os quadros a seguir apresentados a seguir detalham a distribuição orçamentária por necessidades e ações, e vale ressaltar que os valores demonstrados são estimados e reavaliados a cada revisão do PDTIC.

Tabela 8: Plano Orçamentário (N1 - Manutenção e Atualização de Infraestrutura computacional)

AÇÃO DE TIC	2022	2023	2024
Id	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N1-CDTN-001	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-002	R$ 1.600.000,00	R$ 1.712.000,00	R$ 1.831.840,00
N1-CDTN-003	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-004	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-005	R$ 320.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-006	R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-007	R$ 60.000,00	R$ 64.200,00	R$ 68.694,00
N1-CDTN-008	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-009	R$ 320.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-010	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-011	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-012	R$ 270.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-013	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00

N1-CDTN-014	R$ 67.200,00	R$ 71.904,00	R$ 76.937,28
N1-CDTN-015	R$ 960.000,00	R$ 1.027.200,00	R$ 1.099.104,00
N1-CDTN-016	R$ 25.000,00	R$ 26.750,00	R$ 28.622,50
N1-CDTN-017	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-018	R$ 150.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-019	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-020	R$ 38.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-021	R$ 35.000,00	R$ 37.450,00	R$ 40.071,50
N1-CDTN-022	R$ 60.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CDTN-023	R$ 80.000,00	R$ 85.600,00	R$ 91.592,00
N1-CDTN-024	R$ 50.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N1-CRCN-CO-050	R$ 60.000,00	R$ 120.000,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-051	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-052	R$ 0,00	R$ 35.000,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-053	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-054	R$ 30.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-055	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-CO-056	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N1-CRCN-NE-061	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-062	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-063	R$ 4.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-064	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00
N1-CRCN-NE-065	R$ 9.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-066	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N1-CRCN-NE-067	R$ 60.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-068	R$ 50.000,00	R$ 40.000,00	R$ 30.000,00
N1-CRCN-NE-069	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-070	R$ 0,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N1-CRCN-NE-071	R$ 3.500,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-CRCN-NE-072	R$ 22.000,00	R$ 25.000,00	R$ 27.000,00
N1-CRCN-NE-073	R$ 15.000,00	R$ 17.000,00	R$ 19.000,00
N1-CRCN-NE-074	R$ 180.000,00	R$ 180.000,00	R$ 180.000,00
N1-IEN-088	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IEN-089	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N1-IEN-090	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IEN-091	R$ 0,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00
N1-IEN-092	R$ 0,00	R$ 100.000,00	R$ 0,00
N1-IEN-093	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
N1-IEN-094	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
N1-IEN-095	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IEN-096	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IEN-097	R$ 200.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
N1-IEN-098	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IEN-099	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-111	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-112	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
N1-IPEN-113	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N1-IPEN-114	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-115	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-116	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-117	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-118	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00

N1-IPEN-119	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
N1-IPEN-120	R$ 17.600,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-121	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-122	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
N1-IPEN-123	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IPEN-124	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N1-IPEN-125	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-126	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
N1-IPEN-127	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-128	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-129	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N1-IPEN-130	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
N1-IPEN-131	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
N1-IPEN-132	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-133	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-134	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IPEN-135	R$ 25.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IPEN-136	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
N1-IPEN-137	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
N1-IPEN-138	R$ 150.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IPEN-139	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N1-IPEN-140	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
N1-IPEN-141	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
N1-IRD-187	R$ 17.600,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-188	R$ 778.908,09	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-189	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-190	R$ 33.000,00	R$ 33.000,00	R$ 33.000,00
N1-IRD-191	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
N1-IRD-192	R$ 400.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-193	R$ 128.481,96	R$ 128.481,96	R$ 128.481,96
N1-IRD-194	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N1-IRD-195	R$ 151.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-196	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
N1-IRD-197	R$ 78.033,91	R$ 78.033,91	R$ 78.033,91
N1-IRD-198	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-199	R$ 45.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-200	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-201	R$ 50.400,00	R$ 50.400,00	R$ 50.400,00
N1-IRD-202	R$ 18.000,00	R$ 18.000,00	R$ 18.000,00
N1-IRD-203	R$ 188.382,50	R$ 188.382,50	R$ 188.382,50
N1-IRD-204	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-205	R$ 45.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-IRD-206	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
N1-LAPOC-212	R$ 450.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-LAPOC-213	R$ 70.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-LAPOC-214	R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
N1-SEDE-216	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-217	R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-218	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-219	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-220	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-221	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 2.000.000,00

N1-SEDE-222	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
N1-SEDE-223	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-224	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-225	R$ 0,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
N1-SEDE-226	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-227	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
N1-SEDE-228	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-229	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-230	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
N1-SEDE-231	R$ 200.000,00	R$ 400.000,00	R$ 300.000,00
N1-SEDE-232	R$ 750,00	R$ 750,00	R$ 750,00
N1-SEDE-233	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
N1-SEDE-234	R$ 3.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N1-SEDE-235	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00	R$ 0,00
131	**R$ 21.370.256,46**	**R$ 13.665.552,37**	**R$ 13.966.309,65**

Tabela 9: Plano Orçamentário - (N2 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC)

AÇÃO DE TIC	2022	2023	2024
Id	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N2-CDTN-025	R$ 125.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-026	R$ 60.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-027	R$ 320.000,00	R$ 342.400,00	R$ 366.368,00
N2-CDTN-028	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-029	R$ 17.000,00	R$ 18.190,00	R$ 19.463,30
N2-CDTN-030	R$ 859.901,22	R$ 920.094,31	R$ 984.500,91
N2-CDTN-031	R$ 17.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-032	R$ 50.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
N2-CDTN-033	R$ 150.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-034	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-035	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-036	R$ 17.000,00	R$ 18.190,00	R$ 19.463,30
N2-CDTN-037	R$ 17.000,00	R$ 18.190,00	R$ 19.463,30
N2-CDTN-038	R$ 17.000,00	R$ 18.190,00	R$ 19.463,30
N2-CDTN-039	R$ 70.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-040	R$ 40.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-041	R$ 30.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-042	R$ 40.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-043	R$ 600.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CDTN-044	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-CO-057	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-075	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-076	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-077	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-078	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-079	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-CRCN-NE-080	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-IEN-100	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00
N2-IEN-101	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N2-IEN-102	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-IEN-103	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-IEN-104	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

N2-IEN-105	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-IEN-106	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N2-IPEN-142	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N2-IPEN-143	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N2-IPEN-144	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N2-IPEN-145	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
N2-IPEN-146	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N2-IPEN-147	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00
N2-IPEN-148	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00
N2-IPEN-149	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N2-IPEN-150	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-151	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-152	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-153	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-154	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-155	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-156	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-157	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-158	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-159	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-160	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-161	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-162	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-163	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00	R$ 31.000,00
N2-IPEN-164	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-165	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-166	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-167	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-168	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-169	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-170	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-171	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-172	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-173	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-174	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-175	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-176	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00	R$ 49.000,00
N2-IPEN-177	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
N2-IRD-207	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00
N2-IRD-208	R$ 45.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-IRD-209	R$ 25.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-236	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 0,00
N2-SEDE-237	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-238	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-239	R$ 502.000,00	R$ 502.000,00	R$ 502.000,00
N2-SEDE-240	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-241	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-242	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-243	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-244	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N2-SEDE-245	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-246	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00

N2-SEDE-247	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N2-SEDE-248	R$ 560.000,00	R$ 560.000,00	R$ 560.000,00
N2-SEDE-249	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00
87	**R$ 7.235.901,22**	**R$ 5.126.254,31**	**R$ 4.919.722,11**

Tabela 10: Plano Orçamentário -(N3 - Aperfeiçoamento da Gestão e Governança de TIC)

AÇÃO DE TIC	2022	2023	2024
Id	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N3-CRCN-CO-058	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-CRCN-NE-081	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-CRCN-NE-082	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-250	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-251	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-252	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
N3-SEDE-253	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-254	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-255	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-256	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-257	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-258	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N3-SEDE-259	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
13	**R$ 800.000,00**	**R$ 800.000,00**	**R$ 800.000,00**

Tabela 11: Plano Orçamentário - (N4 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC)

AÇÃO DE TIC	2022	2023	2024
Id	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N4-CDTN-045	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-CDTN-046	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IEN-107	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IEN-108	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IPEN-178	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IPEN-179	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IPEN-180	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IRD-210	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-IRD-211	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-LAPOC-215	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-260	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-261	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-262	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-263	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-264	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N4-SEDE-265	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
16	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

Tabela 12: Plano Orçamentário - (N5 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC)

AÇÃO DE TIC	2022	2023	2024
Id	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N5-CDTN-047	R$ 80.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
N5-CDTN-048	R$ 150.000,00	R$ 160.500,00	R$ 171.735,00

N5-CDTN-049	R$ 160.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-IEN-109	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00
N5-IEN-110	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-IPEN-181	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
N5-IPEN-182	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N5-IPEN-183	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00
N5-SEDE-266	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-267	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-268	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-269	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-270	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-271	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5-SEDE-272	R$ 550.000,00	R$ 550.000,00	R$ 550.000,00
15	**R$ 1.220.000,00**	**R$ 960.500,00**	**R$ 971.735,00**

Tabela 13: Plano Orçamentário - (N6 - Manutenção e Desenvolvimento de Soluções de TIC)

AÇÃO DE TIC	**2022**	**2023**	**2024**
Id	**Valor Estimado R$**	**Valor Estimado R$**	**Valor Estimado R$**
N6-CRCN-CO-059	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
N6-CRCN-CO-060	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-CRCN-NE-083	R$ 2.800,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-CRCN-NE-084	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00	R$ 0,00
N6-CRCN-NE-085	R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-CRCN-NE-086	R$ 8.000,00	R$ 5.000,00	R$ 0,00
N6-CRCN-NE-087	R$ 2.500,00	R$ 4.500,00	R$ 0,00
N6-IPEN-184	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N6-IPEN-185	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N6-IPEN-186	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00	R$ 17.600,00
N6-SEDE-273	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-274	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-275	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-276	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-277	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-278	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-279	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-280	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-281	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-282	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-283	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-284	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-285	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-286	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N6-SEDE-287	R$ 24.000,00	R$ 24.000,00	R$ 24.000,00
N6-SEDE-288	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00
N6-SEDE-289	R$ 24.000,00	R$ 24.000,00	R$ 0,00
27	**R$ 158.600,00**	**R$ 139.800,00**	**R$ 102.800,00**

Tabela 14: Totalização do Plano Orçamentário – R$ 1,00

		2022	2023	2024
	Ações	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$	Valor Estimado R$
N1	131	R$ 21.370.256,46	R$ 13.665.552,37	R$ 13.966.309,65
N2	87	R$ 7.235.901,22	R$ 5.126.254,31	R$ 4.919.722,11
N3	13	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
N4	16	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
N5	15	R$ 1.220.000,00	R$ 960.500,00	R$ 971.735,00
N6	27	R$ 158.600,00	R$ 139.800,00	R$ 102.800,00
Total	289	R$ 30.784.757,68	R$ 20.692.106,68	R$ 20.760.566,76

15. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

Os riscos foram levantados e analisados de acordo com a probabilidade (baixa, média e alta) e impacto (baixo, médio e alto) que deverão ser observados no decorrer da execução do PDTIC 2022-2024.

Quadro 43: Plano de Gestão de Riscos

ID	Riscos Identificados	P*	I*	Ação	Resposta ao Risco	Responsável
R1	Contingenciamento de Orçamento limitando a evolução tecnológica e execução das ações do PDTIC	Alta	Alto	Monitorar a execução orçamentária	Adequar o planejamento Buscar novos recursos	CGDIG, CGTIC, Área sede TIC
R2	Desenvolvimento de várias soluções em unidades diferentes com o mesmo objetivo provocando aumento de recurso orçamentário e humano.	Média	Alto	Monitorar as ações nas Unidades da CNEN Revisão do levantamento de necessidades	Buscar estudos e normatizações que busquem uma análise institucional para desenvolvimento de sistemas	CGTIC, Áreas de TIC
R3	Perda de Pessoal de TIC	Alta	Alto	Monitorar a rotatividade da força de trabalho de TIC	Aperfeiçoar a transferência de conhecimento Buscar contratações através de concurso público, transferência de servidores ou terceirização	CGRH
R4	Não implantar uma cultura voltada para segurança da informação	Alta	Alto	Aperfeiçoar a estrutura de Segurança da Informação	Instituição do Comitê Gestor de Segurança da Informação ou equivalente	Alta Administração
R5	Vazamento de informações sensíveis até então não classificadas	Alta	Alto	Aperfeiçoar a estrutura de Segurança da Informação	Instituição da Política de Classificação de Informações	Alta Administração
R6	Ocorrência de graves incidentes de Segurança da Informação	Média	Alto	Aperfeiçoar a estrutura de Segurança da Informação	Instituição/Manutenção da Equipe de Resposta Incidentes de Segurança em Rede	Alta Administração

R7	Descontinuidade de Contratos	Média	Alto	Monitorar a vigência dos contratos Preparar, em tempo hábil, a documentação para uma nova contratação Prever dotação orçamentária	Realizar uma nova contratação Mitigar os impactos da descontinuidade enquanto não realizar uma nova contratação	CGAL, Áreas de TIC e logística
R8	Mudança na Legislação e em Instruções Normativas	Média	Alto	Monitorar os projetos de leis, as PECs, assim como as instruções normativas	Adequação, quando possível e aplicável, ao novo padrão e normatização	Alta direção

16. PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PDTIC

16.1 Processo de Revisão

Este plano será revisado sempre que identificado a necessidade seja para atendimento por normativos ou por demanda interna, de modo a atualizar diretrizes, planos, projetos. Toda versão do PDTIC deverá ser aprovada pela Comitê de Governança Digital (CGDIG).

Importante também ressaltar que o acompanhamento da execução das Metas e Ações contidas neste PDTIC será de forma contínua, com a elaboração de relatórios semestrais.

Antes do fim da vigência desse plano, o mesmo poderá ser prorrogado por mais 1 ano mediante aprovação do CGDIG.

16.2 Processo de Atualização

O PDTIC não é um documento imutável, pelo contrário, ele é um instrumento vivo que deve ser revisto e atualizado ao longo do período de sua vigência. Nesse sentido, as atualizações podem ocorrer, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária de TIC para o exercício seguinte e até mesmo para o exercício corrente quando fatores supervenientes assim obriguem as adequações ou, ainda, quando a estrutura a de Governança de TIC e de Segurança da Informação nos meios de TIC entenderem ser pertinente, de modo a incorporar novas necessidades e estratégias.

Caso alguma necessidade seja identificada e não contemplada pelo PDTIC em vigor, a área requisitante poderá submeter a demanda à avaliação do CGTIC que, após análise, solicitará autorização para efetivar a contratação ao CGDIG. Para isso, a área demandante deverá elaborar nota técnica e, após todas as aprovações, não será necessário aguardar a atualização completa do PDTIC.

A atualização (da necessidade/demanda) que trata o item 16.2 deverá ser incluída em revisão futura do PDTIC.

17. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Os fatores críticos de sucesso podem determinar o sucesso do PDTIC e estão relacionados aos ambientes físicos, financeiro, político e social, assim como os recursos humanos e tecnológicos.

Os fatores críticos de sucesso podem ser identificados de acordo com o seu relacionamento com as áreas ou processos da CNEN e decorrem de impactos provocados pelas mudanças nos ambientes interno e externo da organização.

O patrocínio da alta administração, aliado ao comprometimento das áreas de TIC com a execução e acompanhamento das ações de TIC constitui fator fundamental ao sucesso deste PDTIC e, para completa realização das ações previstas, foram identificados os seguintes fatores críticos de sucesso:

Quadro 44: Fatores críticos de sucesso

ID	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TIC ASSOCIADO
FCS01	▪ Patrocínio da alta administração e estrutura de Comitês de TIC e de SIC atuantes ▪ Estruturação da área de Gestão Corporativa de TIC ▪ Monitoramento e acompanhamento da execução das ações de TIC	Consolidar a governança Digital e Gestão de TIC - OE01
FCS02	▪ Comprometimento das áreas de TIC com a execução do PDTIC	Promover o Desenvolvimento de Pessoas em Gestão de TIC - OE02
FCS03	▪ Estruturação da área de Segurança da Informação e de Comunicação	Promover a Segurança da Informação e Comunicação - OE03
FCS04	▪ Desenvolvimento de soluções e contratações conjuntas entre as Unidades Técnico-Científicas da CNEN e entre outros órgãos do governo	Aumentar o uso de Soluções Corporativas - OE04
FCS05	▪ Adoção das melhores práticas de gestão e aumento da maturidade nos processos de gestão	Adotar Processo de Software (PSW) no Desenvolvimento de Sistemas - OE05
FCS06	▪ Adoção de metodologia voltada para Gestão de Projetos	Intensificar a prática de Gerenciamento de Projetos (GP)de TIC - OE06
FCS08	▪ Contratação de Serviços de TIC em toda a CNEN, por terceirização de mão de obra ou de infraestrutura	Promover a Segurança da Informação e Comunicação – OE03 Adotar Processo de Software (PSW) no desenvolvimento de sistemas – OE05 Manter adequada a Infraestrutura de TIC – OE07 Investir na sustentação das Soluções em TIC com foco na melhoria contínua – OE08

18. CONCLUSÃO

A Coordenação Geral de Ciência e Tecnologia da Informação e as demais áreas de TIC da CNEN vem envidando esforços para um melhor planejamento e execução das ações de TIC para que a missão "*Prover e integrar soluções de Tecnologia da Informação e de comunicação, com foco na segurança da informação e na inovação digital, contribuindo com o alcance dos objetivos institucionais.*" seja cumprida plenamente.

Neste sentido, a execução deste plano contribuirá para o aperfeiçoamento da governança e gestão de TIC promovendo alinhamento e integração aos objetivos institucionais visando não somente transparecer os investimentos em TIC realizados na CNEN, mas ofertar serviços digitais aos seus usuários internos e ao cidadão, em prefeito alinhamento à Estratégia de Governança Digital.

Anexo II - Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) no âmbito da CNEN.pdf

Boletim de Serviço Eletrônico em 19/02/2021

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

PORTARIA PR/CNEN Nº 11/2021

Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicação no Âmbito da CNEN e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, incisos I e V, do Anexo I, ao Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2016, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de Maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.222, de 05 de fevereiro de 2020. que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

CONSIDERANDO a Portaria CNEN-PR nº 012, de 23 de Março de 2018, que aprova a Política de Segurança Institucional (PSI) e o Plano de Segurança Institucional (PLSI) da CNEN;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que dispõem sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709/2018, de 14 de Agosto de 2018, que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01341.002010/2020-33;

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, a Política de Segurança da Informação e Comunicação da CNEN - POSIC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a portaria CNEN-PR N° 004, de 09 de Janeiro de 2015.

Paulo Roberto Pertusi
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Pertusi**, **Presidente**, em 19/02/2021, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e no §1º do art. 7º da Portaria PR/CNEN nº 80, de 28 de dezembro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cnen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0777200** e o código CRC **354D0E8A**.

ANEXO I

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (POSIC) DA CNEN

SEÇÃO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Política de Segurança da Informação e Comunicação estabelece e define diretrizes, normas, responsabilidades e competências para a gestão da segurança da informação e comunicação na CNEN.

SEÇÃO II

DOS FUNDAMENTOS

Art. 2º A gestão da segurança da informação e comunicação na CNEN deve seguir a legislação aplicável à matéria e, complementarmente:

I - Estar alinhada com a missão da Autarquia;

II - Buscar a sensibilização e o comprometimento de todo o efetivo da organização; e

III - Estar continuamente atualizada, para assegurar a sua pertinência, adequação e eficácia.

SEÇÃO III

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins da Política de Segurança da Informação e Comunicação considera-se:

i. Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade;

ii. Agente público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;

iii. Ameaça: causa potencial de um incidente que pode resultar em danos a um sistema ou organização; indivíduo ou grupo de indivíduos com intenção, motivação e capacidade (recursos técnicos,

tecnológicos, financeiros, materiais e humanos) para cometer um ato danoso;

iv. Aplicação: um programa de computador que tem por objetivo ajudar o seu usuário a desempenhar uma tarefa específica, em geral ligada a processamento de dados;

v. Ativo: tudo que tenha ou gere valor para a organização;

vi. Ativo de informação: todo elemento que agregue valor ao negócio, podendo ser uma informação digital ou física, pessoa ou ambiente físico, cuja quebra da confidencialidade, integridade ou disponibilidade traga prejuízo. E justamente por ser fundamental ao negócio, deve ser adequadamente protegido;

vii. Colaborador: toda pessoa que se vincula à CNEN, por meio de empresa prestadora de serviço ou por meio de contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, tendo por finalidade a execução de atividades inerentes à Autarquia;

viii. Evento: incidente ou ocorrência, a partir de fontes internas ou externas a uma entidade, capaz de afetar a realização dos seus objetivos;

ix. Gestão da segurança da informação e comunicação: ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de riscos e de continuidade de negociação, tratamento de incidentes e da informação, conformidade, credenciamento, segurança cibernética, física, lógica, orgânica e organizacional aos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos, não se limitando, portanto, à Tecnologia da Informação e Comunicação;

x. Gestor de Segurança da Informação: Área responsável designada pelo Presidente da CNEN pela governança da segurança da informação nos meios de TIC no âmbito da CNEN;

xi. Gestor da Informação e Comunicação: Área responsável designada pelo Presidente da CNEN pela governança da informação e comunicação no âmbito da CNEN;

xii. Incidente de segurança da informação: um, apenas, ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações e ameaçar a segurança da informação;

xiii. Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

xvi. Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

xv. Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC): documento aprovado pela CNEN com as diretrizes e critérios relativos à segurança da informação e comunicação;

xvi. Prestador de serviços: terceirizados contratados para execução de serviços específicos dentro das instalações da CNEN;

xvii. Proprietário da informação: indivíduo legalmente instituído por sua posição e/ou cargo, o qual é responsável primário pela informação;

xviii. Quebra de segurança: ação ou omissão, intencional ou acidental, que resulta no comprometimento da segurança da informação e comunicação;

xix. Recursos de processamento da informação: qualquer sistema de processamento da informação, serviço, infraestrutura ou as instalações físicas que os abriguem;

xx. Segurança da informação e comunicação (SIC): ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

xxi. Servidor Público: todo aquele que mantém vínculo de trabalho profissional com órgãos e entidades governamentais;

xxii. Termo de responsabilidade: termo assinado pelo usuário concordando em adotar todas as medidas cabíveis para garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações que tiver acesso, bem como em assumir responsabilidades decorrentes de tal acesso;

xxiii. Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes Computacionais: serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas e realizar as análises dos incidentes de segurança da informação, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e também a identificação de tendências; e

xxiv. - Usuários: agentes públicos e cidadãos com interesse nos serviços e/ou nas informações prestados pela CNEN.

SEÇÃO IV

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A segurança da informação busca reduzir os riscos de vazamentos, fraudes, erros, uso indevido, sabotagens, paralisações, furto de informações ou qualquer outra ameaça que possa prejudicar os sistemas de informação, os recursos de processamento da informação ou os equipamentos de uma organização.

Art. 5º Para efeitos de aplicação desta Política, são considerados princípios da segurança da informação:

i. a disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável por uma pessoa física, sistema, órgão ou entidade;

ii. a confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados ou credenciados;

iii. a integridade: propriedade de que a informação não esteja modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

iv. a autenticidade: propriedade que garante ter sido a informação produzida, expedida, modificada ou destruída por pessoa física, sistema, órgão ou entidade;

v. a confiabilidade: requer que os meios, nos quais a informação trafega e é armazenada, sejam preparados para promover e garantir eficientemente a recuperação dessa informação caso haja insucesso de mudança ou evento inesperado, com observância dos demais princípios de segurança;

vi. a responsabilidade: propriedade de que todo ativo possua um responsável que garanta sua correta utilização, além de monitorar o ativo de maneira que o uso indevido seja reportado e as ações cabíveis tomadas;

vii. a irretratabilidade: O princípio da irretratabilidade, mais conhecido como princípio do não repúdio, garante a autenticidade de algum documento quando utilizado por determinadas ferramentas, como no caso do Certificado Digital.

SEÇÃO V

DO OBJETO

Art. 6º As diretrizes de segurança da informação estabelecidas nesta POSIC aplicam-se às informações para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de segurança da informação da CNEN, e que devem ser seguidas pelos agentes públicos da instituição e por todos os usuários que tenham acesso às suas informações, incumbindo a todos a responsabilidade e o comprometimento com sua aplicação;

Parágrafo único. Seja qual for a forma ou o meio pelo qual a informação seja apresentada ou compartilhada, deverá ser sempre protegida adequadamente, de acordo com esta política;

Art. 7º Esta política estabelece responsabilidades e obrigações a todos os agentes públicos da CNEN e a todos os usuários que tenham acesso às suas informações;

Art. 8º O controle de acesso físico às instalações da CNEN, de acesso aos sistemas corporativos e às informações armazenadas, bem como o controle de circulação de pessoas e veículos devem também atender ao disposto em normas complementares a esta POSIC, tais como a Norma CNEN NE 2.01 – Proteção Física de Unidades Operacionais da Área Nuclear, e a Norma CNEN NN 2.06 – Proteção Física de Fontes Radioativas e Instalações Radiativas Associadas.

Art. 9º Esta POSIC deve ser difundida a todos os servidores, colaboradores, agentes públicos e cidadãos com interesse nos serviços prestados pela CNEN através de um processo permanente de conscientização em Segurança da Informação e Comunicação.

SEÇÃO VI

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 10. Na CNEN, é permitido aos usuários o uso de recursos de processamento da informação disponibilizados pela Autarquia, de forma a garantir que os requisitos de segurança sejam atendidos.

Parágrafo único. Os chefes e os responsáveis pelas unidades organizacionais da CNEN devem autorizar os acessos aos recursos de processamento de informação.

Art. 11. Os usuários não podem, em qualquer tempo ou sob qualquer propósito, apropriar-se de informações para uso pessoal ou fora da competência de sua atuação.

Art. 12. Quaisquer recursos de processamento da informação devem ser testados em ambiente de homologação antes de serem colocados em produção.

Art. 13. Os servidores e colaboradores da CNEN estão sujeitos à POSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicação e têm o dever de observar integralmente o nela disposto. A inobservância dessa Política poderá acarretar sansões previstas no âmbito penal, civil e administrativo, na forma da legislação vigente.

Art. 14. É condição para acesso aos ativos de informação da CNEN a adesão formal aos termos desta Política.

Art. 15. O agente público da CNEN é responsável pela segurança dos ativos de informação e processos que estejam sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Ativos de tecnologia da informação e comunicação que necessitem de proteção adicional devido à sua criticidade e importância devem ser isolados e com controle restrito de acesso físico e lógico. A CNEN deve adotar ações de caráter preventivo para a contínua segurança e disponibilidade desses ativos de tecnologia da informação e comunicação;

Art. 16. Os contratos firmados pela CNEN devem conter cláusulas que determinem a observância desta política e das normas dela derivadas.

Parágrafo único. A CNEN deverá, em seus relacionamentos contratuais com terceiros, definir, especificamente, quais serviços e atividades serão autorizados para acesso e manuseio por terceiros. Deverá ser considerado, sempre, o menor perfil de privilégio aplicável ao caso para acesso às informações da Autarquia;

Art. 17. Os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) disponibilizados pela CNEN devem ser utilizados estritamente para seu propósito.

Parágrafo único. É vedado a qualquer colaborador e agente público da CNEN o uso dos recursos de TIC para fins pessoais (próprios ou de terceiros), entretenimento, veiculação de opiniões político-partidárias ou religiosas, bem como para realizar ações que, de qualquer modo, possam constranger, assediar, ofender, caluniar, ameaçar, violar direito ou causar prejuízos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como ações que atentem contra a moral e a ética.

SEÇÃO VII

PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO

Art. 18. Informação é patrimônio - Toda e qualquer informação gerada, adquirida, utilizada ou armazenada pela CNEN é considerada parte do seu patrimônio e deve ser protegida quanto aos aspectos de confidencialidade, autenticidade, integridade e disponibilidade:

i. toda informação criada ou custodiada que for manuseada, armazenada, transportada ou descartada pelo colaborador e agente público da CNEN, no exercício de suas atividades, é de propriedade desta entidade e será protegida segundo estas diretrizes e nas regulamentações em vigor, conforme a classificação das informações, sem prejuízo da autoria, conforme definido em lei e de acordo com as diretrizes de Classificação da Informação da CNEN;

ii. quando da obtenção de informação de terceiros com direitos de uso restrito, o gestor da informação deve providenciar, junto ao concedente, a documentação formal atinente aos direitos de acesso, antes de seu uso;

iii. na cessão de bases de dados custodiadas ou de informação de propriedade da CNEN a terceiros, o gestor da informação deve providenciar a documentação formal relativa à autorização de acesso às informações, conforme as diretrizes de Classificação da Informação da CNEN;

iv. deve-se estabelecer procedimentos apropriados para garantir a conformidade dos requisitos legislativos, regulamentares e contratuais no uso de material, em relação aos quais pode haver direitos de propriedade intelectual e o uso de produtos de softwares proprietários de acordo com as diretrizes de aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas;

v. deve-se estabelecer procedimentos de privacidade e a proteção de dados que estejam em conformidade com as exigências das legislações relevantes, regulamentações e cláusulas contratuais de acordo com as diretrizes de proteção de dados pessoais da CNEN.

Parágrafo único: Os dados privados, pessoais e ou sensíveis do titular, de crianças e adolescentes devem ser processados de forma legal, justa e transparente em relação aos seus titulares.

Art. 19. A CNEN, por meio do seu Gabinete da Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para o cumprimento desta seção.

SEÇÃO VIII

CLASSIFICAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Art. 20. A classificação e o tratamento da informação devem observar os seguintes requisitos e critérios:

i. o valor, requisitos legais, sensibilidade e criticidade da informação para a CNEN;

ii. conjunto apropriado de procedimentos para rotulação e tratamento da informação que deve ser definido e implementado de acordo com o critério de classificação adotado pela CNEN;

iii. toda informação criada, manuseada, armazenada, transportada ou descartada da CNEN deve ser classificada quanto aos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Art. 21. Classificação e tratamento de informação serão:

i. norteadas pela legislação específica que disponha sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal (APF), em especial a Lei nº 12.527/2011 e o Decreto nº 7845/2012;

ii. implementados e mantidos, em conformidade com a legislação vigente, visando a estabelecer os controles de segurança necessários a cada informação custodiada ou de propriedade da CNEN, ao longo do seu ciclo de vida; e

iii. realizados de acordo as diretrizes específicas de classificação da informação da CNEN.

Art. 22. As informações sob gestão da CNEN terão segurança de maneira a serem adequadamente protegidas quanto ao acesso e uso, sendo que para as consideradas de alta criticidade, serão necessárias medidas especiais de tratamento de acordo com as diretrizes de classificação da informação da CNEN.

Art. 23. A CNEN, por meio do seu Gabinete da Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento do quanto disposto desta seção.

SEÇÃO IX

DA GESTÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E REDE

Art. 24. A gestão de incidentes de segurança da informação e rede seguirá os seguintes critérios e procedimentos:

i. os incidentes de segurança da informação devem ser relatados por meio dos canais apropriados da Instituição, o mais rápido possível;

ii. cada unidade gestora da CNEN deve divulgar internamente seu canal para relato dos incidentes de segurança da informação;

iii. as unidades gestoras da CNEN devem imediatamente relatar/encaminhar a notificação à área Gestora de Segurança da Informação em sua unidade;

iv. os agentes públicos, usuários de sistemas e serviços de informação dever ser instruídos a registrar e notificar qualquer observação ou suspeita de fragilidade de segurança em sistemas ou serviços;

v. devem ser observados os procedimentos de segurança da informação e comunicação, cada um com seu responsável, para assegurar respostas rápidas, efetivas e ordenadas;

vi. deverão ser observados os procedimentos de gestão de incidentes de rede, cada um com seu responsável, para assegurar respostas rápidas, efetivas e ordenadas;

Art. 25. Soluções de contorno aplicadas para minimizar a ocorrência de incidentes de segurança devem ser temporárias e imediatamente submetidas às áreas gestoras da segurança da informação com definição do prazo para que a solução definitiva do problema seja implementada.

Art. 26. As evidências dos incidentes de segurança devem ser coletadas, armazenadas e apresentadas em conformidade com as normas instituídas pelo órgão competente, nos casos em que um processo contra uma pessoa ou organização, após um incidente de segurança da informação tenha ocorrido.

Art. 27. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XI

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 28. As diretrizes gerais do processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicação – GRSIC devem considerar, prioritariamente, os objetivos estratégicos, os processos, os requisitos legais e a estrutura da CNEN.

Art. 29. A abordagem de gestão de riscos deve estar alinhada à Política de Gestão de Riscos, que estabelece a Gestão de Riscos na Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Art. 30. O processo de gestão de riscos em SIC possibilitará a seleção e a priorização dos ativos a serem protegidos.

Art. 31. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação ligada à Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XII

GESTÃO DA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Art. 32 A CNEN deve estabelecer procedimentos a serem seguidos para minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades, além de recuperar perdas de ativos de informação a um nível aceitável, por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação.

Art. 33. A informação institucional, classificada como crítica ou essencial, deve ser mantida em local que a salvaguarde adequadamente.

Art. 34. A elaboração dos Planos de Continuidade das Atividades, quando necessários, deve ser realizada, preferencialmente, por uma equipe multidisciplinar, visando que os planos sejam desenvolvidos com foco nas atividades institucionais da CNEN.

Art. 35. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação ligada a Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XIII

MONITORAMENTO, AUDITORIA E CONFORMIDADE

Art. 36. A avaliação técnica de conformidade em Segurança da Informação e Comunicação deve considerar a POSIC com suas normas e os requisitos legais pertinentes.

Art. 37. A avaliação de conformidade em SIC deve ser aplicada de forma contínua, visando contribuir para a Gestão da Segurança da Informação e Comunicação.

i. o uso dos recursos de TIC disponibilizados pela CNEN é passível de monitoramento e auditoria e devem ser implementados e mantidos, sempre que possível, mecanismos que permitam a sua rastreabilidade; e

ii. a entrada e a saída de ativos de informação da CNEN, inclusive sua publicação e disponibilização, devem ser registradas e autorizadas por autoridade competente mediante procedimento formal.

SEÇÃO XIV

CONTROLE, ACESSO E USO DE SENHAS

Art. 38. O controle de acesso e uso de senhas visa contribuir para a garantia da integridade, disponibilidade, confidencialidade e autenticidade das informações da CNEN e deve observar o seguinte:

i. Criar mecanismos para garantir a exatidão dos registros de auditoria nos ativos de informação.

Parágrafo único: Os agentes públicos da CNEN que utilizam os recursos de TIC terão uma conta específica de acesso, pessoal e intransferível, cuja concessão será regulamentada em norma

complementar (a área de tecnologia da informação é responsável pela disponibilização do serviço).

ii. A CNEN deve conter ferramentas de proteção contra acesso não autorizado aos ativos de informação, que favoreça, preferencialmente, a administração de forma centralizada pelas unidades administrativas da CNEN;

iii. A CNEN deve seguir o princípio do menor privilégio para configurar as credenciais ou contas de acesso dos usuários aos ativos de informação;

iv. A autorização, o acesso, o uso da informação e dos recursos de TIC serão controlados e limitados ao cumprimento das atribuições de cada agente público da CNEN, e qualquer outra forma de uso necessita de previa autorização formal do gestor de cada setor ou unidade organizacional;

v. Sempre que houver mudanças nas atribuições de determinado agente público da CNEN, é de responsabilidade da chefia imediata solicitar a adequação imediata dos privilégios de acesso às informações e dos recursos de TIC;

vi. Os servidores e os colaboradores devem ser orientados a respeito dos procedimentos de segurança acerca do procedimento formal de registro, suspensão e bloqueio de usuário para garantir e revogar acessos em todos os sistemas de informação e serviços;

vii. No caso de desvinculação temporária ou definitiva do agente público, as áreas de Recursos Humanos e os Gestores de contratos de apoio terceirizado administrativo ou técnico, conforme o caso, devem notificar às áreas de TI sobre a desvinculação para que os privilégios de acesso sejam suspensos ou cancelados;

viii. Os servidores e os colaboradores devem ser orientados, de forma regular e periódica, a seguir as boas práticas de segurança da informação na seleção e uso de senhas conforme a norma de responsabilidades dos usuários;

ix. Os equipamentos de TIC devem ser utilizados única e exclusivamente por agentes públicos habilitados na rede de TIC da CNEN;

x. Os servidores e os colaboradores serão orientados a adotar uma política de “mesa limpa” e de “tela protegida” para reduzir os riscos de acesso não autorizado, perda e dano à informação, durante e fora do horário de trabalho;

xi. Os usuários devem ter acesso somente a serviços que tenham sido especificamente autorizados a usar pela chefia imediata ou área responsável requisitante;

xii. Os métodos de autenticação de usuários nos sistemas são por autenticação segura;

xiii. Nas conexões advindas de localizações e equipamentos específicos devem ser implementadas identificações automáticas entre equipamentos como um meio de autenticar as conexões;

xiv. Todo procedimento de *logon* nas estações de trabalho, servidores de rede, ativos de rede e sistemas de informação deve ser configurado com o intuito de garantir autenticação por meio de protocolos de segurança que sigam as boas práticas vigentes em TIC;

xv. Os sistemas operacionais e aplicações disponibilizadas deverão ser configurados de forma que os usuários tenham permissão para alterar suas próprias senhas de logon, impreterivelmente, no primeiro acesso;

xvi. Programas utilitários que possuam a capacidade de sobrepor os controles dos sistemas e aplicações serão de uso restrito e controlado.

Art. 39. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para o cumprimento desta seção.

SEÇÃO XV

ACESSO À INTERNET, USO DO E-MAIL E OUTROS RECURSOS

Art. 40. O acesso à internet, uso de e-mail e outros recursos devem obedecer ao seguinte:

i. As informações e os recursos de TI para acesso à rede da CNEN devem ser disponibilizados única e exclusivamente àqueles que os utilizam para o exercício de suas funções;

ii. Todos os dispositivos utilizados para a proteção, manutenção da integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações devem ser considerados sigilosos, sendo, portanto, proibida a sua divulgação a pessoas não autorizadas;

iii. Norma complementar de administração de rede e internet que discipline o uso do recurso de acesso à internet, e-mail ou qualquer outro recurso deverá ser elaborada e apresentada pela Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional.

SEÇÃO XVI

GESTÃO DE ATIVOS

Art. 41. Os ativos associados à informação e aos recursos de processamento da informação devem ser identificados, e um inventário destes ativos deve ser estruturado e mantido;

Art. 42. Todas as informações e ativos associados a recursos de processamento da informação devem ser controladas pela área que dispõe do recurso ou serviço;

i. para cada ativo identificado, deve ser indicado um responsável (proprietário) e a classificação do ativo;

ii. a unidade gestora deve designar uma pessoa ou uma equipe que será responsável por acompanhar a produção, o desenvolvimento, a manutenção, o uso e a segurança do ativo;

iii. a eliminação de informações deve observar a norma de procedimentos internos e classificação, e também a temporalidade prevista na legislação (Conarq); e

iv. os ativos de informação serão classificados de acordo com a classificação da informação armazenada, processada, manuseada ou protegida pelo ativo.

Art. 43. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XVII

SEGURANÇA FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS

Art. 44. A segurança física dos equipamentos deve obedecer ao seguinte:

i. a área responsável pela segurança organizacional/corporativa da CNEN deve implementar perímetros de segurança a fim de garantir proteção e separação entre ambientes internos e externos;

ii. as áreas seguras devem ser protegidas por controles apropriados de entrada para assegurar que somente pessoas autorizadas tenham acesso;

iii. os equipamentos que operam fora das dependências da CNEN estão sujeitos à norma complementar que trate de operações externas; e

iv. as estações de trabalho de TIC da CNEN devem possuir proteção física mínima para acesso ao interior do equipamento, como cadeado ou tranca equivalente.

Art. 45 A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Apoio Logístico da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento

desta seção.

SEÇÃO XVIII

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Art. 46. Os serviços terceirizados seguirão ao seguinte:

i. a CNEN deve, em seus relacionamentos contratuais com terceiros, definir, especificamente, quais serviços e atividades serão autorizados para acesso e manuseio por terceiros; e

ii. todo acesso por terceiros às informações e ativos da CNEN deve ser autorizado somente após regular preenchimento de Termo de Responsabilidade pertinente, de acordo com modelo estabelecido na Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da CNEN;

iii. toda atualização da POSIC da CNEN, bem como de procedimentos, sistemas e processos envolvidos, devem ser repassados a terceiros contratados a fim de se manter alinhado o conhecimento e implementação de mudanças de segurança necessárias à Autarquia.

Art. 47 A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Apoio Logístico da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XIX

PLANEJAMENTO E ACEITAÇÃO DE SISTEMAS

Art. 48. O planejamento e aceitação dos sistemas da CNEN devem seguir o seguinte:

i. Devem ser estabelecidas as exigências acerca da segurança afeta às aplicações adquiridas;

ii. Devem ser feitas projeções para necessidades de capacidade futura, para garantir o desempenho requerido do sistema;

iii. Testes para aplicações devem ser implementados a fim de se comprovar que erros, falhas e vulnerabilidades foram, efetivamente, evitados dentro do ciclo de desenvolvimento dessas soluções;

iv. Controles de detecção, prevenção e recuperação devem ser implementados para a proteção contra códigos maliciosos;

v. a infraestrutura de rede deve ser adequadamente gerenciada e controlada, de forma a protegê-la contra ameaças, reduzir as vulnerabilidades e manter a segurança de sistemas e aplicações que utilizam essas redes, incluindo a informação em trânsito;

vi. interconexões de sistemas externos de informação da CNEN devem ser implementadas em conformidade com as orientações, regras, padrões de interoperabilidade do Governo Federal;

vii. a integridade das informações disponibilizadas nos sistemas da CNEN e publicamente acessíveis devem ser protegidas para prevenir modificações não autorizadas;

viii. os registros (logs) devem ser protegidos contra a falsificação e acesso não autorizado;

ix. os relógios de todos os sistemas de processamento da informação relevantes, dentro da CNEN ou do domínio de segurança, devem ser sincronizados;

x. Com base em uma classificação do nível da informação, é obrigatória, ao conjunto crítico, a produção e manutenção, por período de tempo previamente determinado, de registros (logs) que possam ser usados como trilha de auditoria, contendo atividades dos usuários, exceções e outros eventos de segurança da informação para auxiliar em futuras investigações e monitoramento de controle de acesso.

Art. 49. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XX

USO, AQUISIÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Art. 50. O uso, aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistema de informação deverão observar ao seguinte:

i. qualquer software que, por necessidade do serviço necessitar ser instalado, deve ser solicitado com antecedência à área de Tecnologia da Informação da CNEN em sua respectiva unidade;

ii. fica permanentemente proibida a instalação de quaisquer softwares sem licença de uso;

iii. a área de Tecnologia da Informação da CNEN fica autorizada a desinstalar todo e qualquer software sem licença de uso;

iv. a área requisitante deve solicitar às áreas de TIC prévia aprovação técnica, a qual conterá regras de segurança a fim de se manter protegidas as informações veiculadas;

v. os dados de entrada de aplicações devem ser validados de forma a garantir que são corretos e apropriados;

vi. os dados de saída das aplicações devem ser validados para assegurar que o processamento das informações armazenadas esteja correto e apropriado às circunstâncias;

vii. a implementação de mudanças deve ser controlada por meio de gerenciamento formal de mudanças;

viii. o gerenciamento de mudanças deve garantir o retorno ao estado anterior quando ocorrer alguma falha no procedimento;

ix. as aplicações críticas da CNEN devem ser analisadas criticamente e testadas quando sistemas operacionais forem alterados (novas versões ou instalação de patches), para garantir que não haverá impacto adverso nas operações da CNEN ou na segurança;

x. as informações acerca das vulnerabilidades técnicas dos sistemas de informação em uso devem ser obtidas em tempo hábil, avaliada a exposição da CNEN a essas vulnerabilidades, e tomadas as medidas apropriadas para lidar com os riscos associados;

Art. 51. Cabem às áreas de Tecnologia da Informação da CNEN e unidades, por meio de servidores designados, a supervisão e o monitoramento do desenvolvimento terceirizado de software de forma a garantir que critérios de segurança, qualidade, conformidade e desempenho sejam devidamente implementados;

Parágrafo único: Nos casos em que for impreterível ao usuário final possuir privilégios de administrador do computador, seja para desenvolvimento de softwares ou para softwares e atividades que assim o exijam, o usuário deverá preencher e assinar um termo de responsabilidade com justificativa e anuência formal de sua chefia imediata e aprovada pela área competente de TIC e pelo responsável da unidade administrativa, ou quem este último designar.

Art. 52. A CNEN, por meio da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XXI

GESTÃO DA SEGURANÇA NA COMUNICAÇÃO

Art. 53. A gestão da segurança na comunicação seguirá às seguintes diretrizes:

i. a divulgação de informações nos meios de comunicação social, incluindo internet, estará de acordo com a Política de Segurança da Informação e Comunicação da CNEN e da Política de Segurança Institucional - PSI;

ii. nome, marcas e símbolos institucionais do órgão somente podem ser divulgados e publicados de acordo com regulamentação específica;

iii. o servidor que repassar, sem autorização, informações estratégicas, operacionais, de segurança e de inteligência da CNEN, estará sujeito às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 54. Divulgação de Imagens Sensíveis:

i. a divulgação de imagens (fotografias, vídeos, desenhos, dentre outros) associadas às instalações e atividades consideradas sensíveis, deve ser precedida de análise de risco, considerando a necessidade de preservação dos aspectos de segurança física das instalações, de ativos e do conhecimento produzido na instituição.

ii. a unidade deverá realizar o mapeamento das áreas e das informações consideradas sensíveis à divulgação de imagens, de maneira a não restringir a difusão do conhecimento científico e tecnológico, bem como a divulgação institucional, através de imagens não elencadas como sensíveis.

Art. 55. A CNEN, por meio da Coordenação de Comunicação ligada ao Gabinete da Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para cumprimento desta seção.

SEÇÃO XXII

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 56. A Gestão de Recursos Humanos deve observar as seguintes diretrizes:

i. Os Servidores, Colaboradores e prestadores de serviço da CNEN devem conhecer e cumprir a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC); e

ii. O estabelecimento de procedimento específico de segurança da informação na gestão de recursos humanos da CNEN deve ser avaliado, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Institucional.

SEÇÃO XXIII

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 57. Os dados privados, pessoais e ou sensíveis do titular e dos seus dependentes devem ser processados de forma legal, justa e transparente em relação aos seus titulares e observará as seguintes diretrizes:

i. devem ser coletados para fins específicos, explícitos e legítimos e não processados posteriormente de maneira incompatível com esses objetivos;

ii. devem estar adequados, relevantes e limitados ao uso necessário e em relação aos fins para os quais são destinados e/ou processados;

iii. quando solicitado pelo titular e/ou quando necessário, os dados devem ser atualizados;

iv. Os dados pessoais poderão ser armazenados desde que sejam processados exclusivamente para arquivamento no interesse público, para fins de pesquisa científica ou histórica ou

para fins estatísticos sujeitos à implementação das medidas técnicas e organizacionais apropriadas exigidas pela Lei nº 13.709/2018;

v. Dados pessoais/privados sensíveis deverão ser tratados de forma diferenciada; e

vi. As atribuições e responsabilidades do profissional responsável (Encarregado de Dados Pessoais) pela proteção de dados pessoais/privados e informações sensíveis devem ser exercidas por servidor designado por intermédio de portaria do Presidente da CNEN para a unidade Sede (que inclui escritórios, distritos e CRCN-CO) e demais unidades da CNEN com CNPJ próprio.

Art. 58. A CNEN, por meio do Gabinete da Presidência, deve avaliar o estabelecimento de procedimentos a serem seguidos para o cumprimento desta seção.

SEÇÃO XXIV

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 59. A Gestão da Segurança da Informação e Comunicação da CNEN deverá estar alinhada a esta Política e à Política de Segurança Institucional da CNEN.

Art. 60. São competências da CNEN, no âmbito da POSIC:

i. aplicar ações corretivas e disciplinares cabíveis nos casos de quebra de segurança, por meio da Corregedoria da Instituição;

ii. nomear gestores específicos às seções desta POSIC;

iii. instituir e implementar equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.

Art 61. As competências do Comitê de Segurança Institucional - CSI estão descritas na Política de Segurança Institucional, que possui uma seção específica de Segurança da Informação e Comunicação. Compete ao Comitê, no escopo desta Política:

i. propor a revisão da POSIC e dos atos normativos dela decorrentes, sempre que julgado necessário para preservar a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações da CNEN;

ii. constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicação;

iii. avaliar e dar parecer acerca dos planos de continuidade de operações e serviços, ou as atualizações, apresentados semestralmente pelas unidades operacionais da CNEN;

iv. propor alterações na Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC);

v. propor normas e procedimentos internos relativos à segurança da informação e comunicação, em conformidade com as legislações existentes sobre o tema;

Art. 62. O Gestor de Segurança da Informação da CNEN será o titular do cargo de Coordenador-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação da Diretoria de Gestão Institucional da CNEN, ou seu substituto nas situações de impedimento;

Art. 63 O Gestor da Informação e Comunicação da CNEN será o titular do cargo do Chefe de Gabinete da Presidência da CNEN, ou seu substituto nas situações de impedimento;

Art. 64. São atribuições do Gestor de Segurança da Informação e do Gestor da Informação e Comunicação da CNEN:

i. assessorar o Comitê de Segurança Institucional - CSI nos assuntos pertinentes à Segurança da Informação e Comunicação;

ii. promover a melhoria contínua dos processos de gestão da segurança da informação;

iii. acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de quebras de segurança;

iv. propor recursos necessários às ações de segurança da informação e comunicação;

v. propor e receber propostas de ajustes corretivos e de melhoria a serem incluídos nas revisões da Política de Segurança da Informação e Comunicação da CNEN (POSIC).

Art. 65. São responsabilidades atribuídas aos usuários que utilizam os recursos de processamento pertencentes ou controlados pela CNEN:

i. conhecer e cumprir a POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicação;

ii. dentro das instalações da CNEN, portar crachá de identificação de maneira visível e/ou uniforme para os cargos que o exigirem;

iii. manter sob proteção e sigilo a sua senha pessoal, e trocá-la periodicamente;

iv. zelar pelas informações e equipamentos disponibilizados para a execução do seu serviço;

v. ao tomar conhecimento de qualquer incidente de segurança da informação, notificar o fato, imediatamente, ao Comitê de Segurança Institucional - CSI da CNEN; e

vi. participar de eventos promovidos pelo CSI relacionados à segurança de informação e comunicação.

Art. 66. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da CNEN.

FIM DO DOCUMENTO

Anexo III - Solução 01 - Minitab.pdf

Buscar

+55 (11) 4750-1183
contato@osbs.com.br

Solicitar Orçamento

Home > Produtos > **Minitab Statistical Software**

Minitab Statistical Software

O Minitab Statistical Software é um software que oferece uma série de ferramentas para análise de dados, com soluções importantes....

Fabricante:
Minitab Inc.

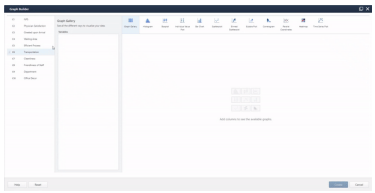
Categoria:
Destaque, Estatística, Pesquisa e Análise, Produtividade, Utilitários

Não encontrou algum software? Nós ajudamos!
Temos uma base com diversas empresas parceiras e softwares disponíveis
Entre em contato agora mesmo!

Minitab Statistical Software

Minitab Statistical Software - Análise de dados simplificada e confiável

O Minitab Statistical Software é a solução que você precisa para simplificar a análise de dados e enfrentar os desafios mais complexos do seu negócio. Com uma interface intuitiva e de fácil uso, o software permite que você importe seus dados com apenas um clique e os organize, visualize e recodifique de forma rápida e eficiente. Além disso, o Minitab oferece uma série de ferramentas poderosas para análise de qualidade, validação de processos, desenvolvimento de produtos e análise empresarial, tudo isso com total confiabilidade e precisão. Não perca mais tempo lidando com dados de forma manual, adquira o Minitab Statistical Software agora mesmo e tenha em suas mãos a chave para o sucesso do seu negócio.

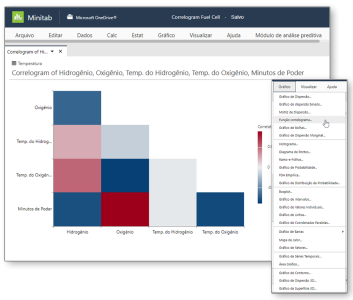


Torne-se um especialista em análise de dados e tendências

Com o Minitab Statistical Software, você terá a habilidade de encontrar tendências e padrões de forma simples e eficiente. Encontre fatores cruciais rapidamente, identifique relações ocultas entre as variáveis e responda aos questionamentos empresariais mais difíceis com facilidade. Torne-se um especialista em análise de dados e leve sua empresa ao próximo nível. Adquira agora a sua licença do Minitab Statistical Software e transforme seus dados em informações valiosas para o seu negócio.

Domine a análise de dados com o Minitab Statistical Software

Não perca mais tempo com cálculos complexos de estatística. Com o Minitab Statistical Software, você pode facilmente explorar e entender seus dados, mesmo sem conhecimento prévio em estatística. Identifique distribuições, correlações, outliers e valores faltantes em poucos cliques. Além disso, o software oferece diversos testes estatísticos essenciais para validação de hipóteses e tomada de decisões seguras, como o teste-t pareado, teste de uma ou duas proporções, teste de normalidade, teste de qui-quadrado e testes não paramétricos. Adquira agora a licença do Minitab e leve a análise de dados do seu negócio para o próximo nível!



Análise preditiva, visualizações impactantes e compartilhamento fácil

O Minitab Statistical Software permite que você visualize seus dados de forma clara e eficiente, através de inúmeras opções de gráficos e visualizações. Com diagramas de dispersão, gráficos de bolhas, boxplots e histogramas, você pode explorar seus dados de maneira mais completa e descobrir tendências importantes. Além disso, com a função Brush, é possível explorar os pontos de interesse com mais detalhes.

E mais, compartilhar seus resultados e gráficos é fácil e direto, com opções de exportação para Microsoft Word ou PowerPoint. Adquira agora o Minitab Statistical Software e leve sua análise de dados para o próximo nível.



Ferramentas para análise de qualidade e desenvolvimento de produto

O Minitab Statistical Software é a ferramenta ideal para empresas que buscam melhorar a qualidade de seus produtos e processos. Com sua ampla gama de recursos, a análise de qualidade se torna mais fácil e eficiente, garantindo assim uma vantagem competitiva no mercado.

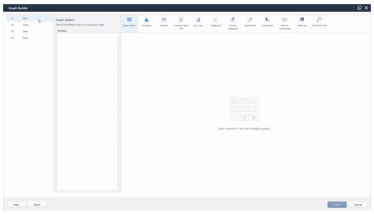
Além disso, o software oferece soluções valiosas para o desenvolvimento de produtos, tornando o processo de inovação mais rápido e assertivo. Com a análise de dados atual e passado, o Minitab Statistical Software permite identificar tendências e padrões, tornando mais fácil a descoberta de relações ocultas entre as variáveis e respondendo até mesmo aos mais difíceis questionamentos empresariais.

O Minitab Statistical Software é fácil de usar, mesmo sem conhecimento prévio em estatística. As distribuições, correlações, outliers e valores faltantes são facilmente identificados, e há inúmeras opções de gráficos e visualizações para mostrar os resultados e descobertas.

Com a exportação e compartilhamento dos resultados e gráficos diretamente para o Microsoft Word ou PowerPoint, a comunicação dos dados se torna ainda mais fácil e eficiente.

Não perca mais tempo com análises manuais e imprecisas. Adquira agora o Minitab Statistical Software e torne a análise de qualidade e o desenvolvimento de produto mais fácil e eficiente para sua empresa.

A exportação e o compartilhamento de resultados e gráficos podem ser feitas diretamente para Microsoft Word ou PowerPoint.



Análise avançada com regressão logística e análise fatorial

O Minitab Statistical Software oferece recursos avançados para análise de dados com regressão logística e análise fatorial. Com o uso dessas ferramentas, é possível explorar os relacionamentos entre variáveis e identificar quais variáveis são mais importantes para prever ou explicar um resultado. A regressão logística é amplamente utilizada em pesquisas médicas, de marketing e análise de risco. Já a análise fatorial é uma técnica estatística usada para reduzir o número de variáveis, mantendo as informações mais relevantes.

Com o Minitab Statistical Software, é fácil realizar essas análises complexas, mesmo sem conhecimento técnico avançado em estatística. O software apresenta uma interface intuitiva que permite realizar análises avançadas em questão de minutos, economizando tempo e recursos valiosos da empresa. Adquira agora sua licença do Minitab Statistical Software e leve suas análises a um novo patamar de precisão e eficiência.

Exportação direta para Microsoft Word ou PowerPoint

Com o Minitab Statistical Software, você pode exportar seus resultados diretamente para o Microsoft Word ou PowerPoint, sem precisar de etapas adicionais de formatação ou edição. Isso significa que você pode compartilhar suas análises e conclusões com facilidade e rapidez, seja para sua equipe, colegas ou gerência.

A exportação também mantém a qualidade dos gráficos e resultados, garantindo que a apresentação fique exatamente como você deseja, sem qualquer perda de informação ou qualidade. Com a exportação direta, você economiza tempo e esforço e garante uma apresentação profissional e eficaz dos seus resultados. Experimente agora o Minitab Statistical Software e veja como ele pode ajudá-lo a ter resultados melhores e mais rápidos.

Requisitos de sistema recomendados para executar o Minitab Statistical Software

- **Sistema operacional:** Windows 7 SP 1 ou posterior, Windows 8 ou 8.1, Windows 10
- **RAM:** sistemas de 32 bits: recomenda-se 2 GB de memória ou mais; Sistemas de 64 bits recomenda-se 4 GB de memória ou mais
- **Processador:** Intel Pentium 4 ou AMD Athlon Dual Core, com tecnologia SSE2
- **Espaço em disco rígido:** 2 GB (mínimo) de espaço livre disponível
- **Resolução de tela:** 1024 x 768 ou superior
- **Conectividade:** Uma conexão com a Internet é necessária para a ativação de licenças de avaliação e de usuário único
- **Navegador:** Internet Explorer 9.0 ou superior, Microsoft Edge, Chrome ou Firefox é necessário para a Ajuda do Minitab

Topo

Fazer Orçamento

* Campos obrigatórios

Nome*

E-mail*

Telefone*

Empresa

Mensagem

Enviar Mensagem

Não sabe qual software precisa ou não encontrou o que procurava?

Não sabe qual software precisa ou não encontrou o que procurava? Nós temos um time preparado para te ajudar a escolher o software ideal para sua empresa.

OSB Software LTDA

CNPJ: 06.942.472/0001-40

Av. Paulista, 1499, Conj. 801
Bela Vista - São Paulo/SP
CEP: 01311-928

+55 (11) 3192-2975
contato@osbs.com.br

2004 - 2023 F5 Software - Todos os direitos reservados.

Empresa

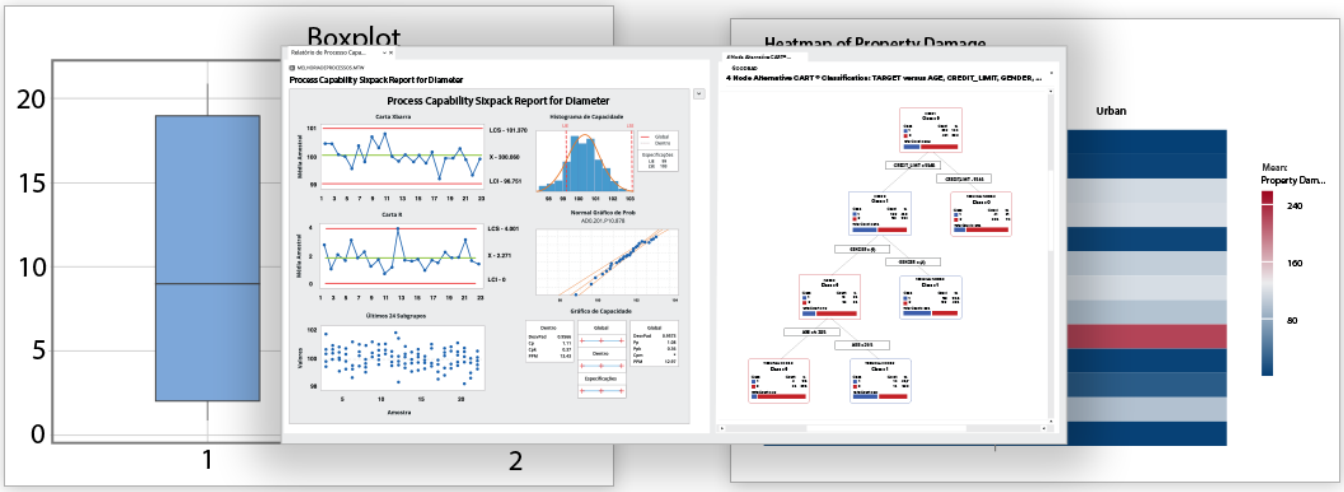
Clientes
Empresa
Política de privacidade

Produtos

Fabricantes
Produtos

Explore

Blog



Aproveite o poder da estatística

Os dados estão em todos os lugares, mas você está realmente aproveitando os seus? O Minitab Statistical Software pode examinar dados atuais e passados para descobrir tendências e prever padrões, revelar relações ocultas entre variáveis e criar visualizações incríveis para enfrentar as dificuldades e oportunidades mais desafiadoras.

Ao clicar em "Aceitar todos os cookies", concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar a utilização do site e ajudar nas nossas iniciativas de marketing. Cookie Policy

Definições de cookies
Rejeitar Todos
Aceitar todos os cookies

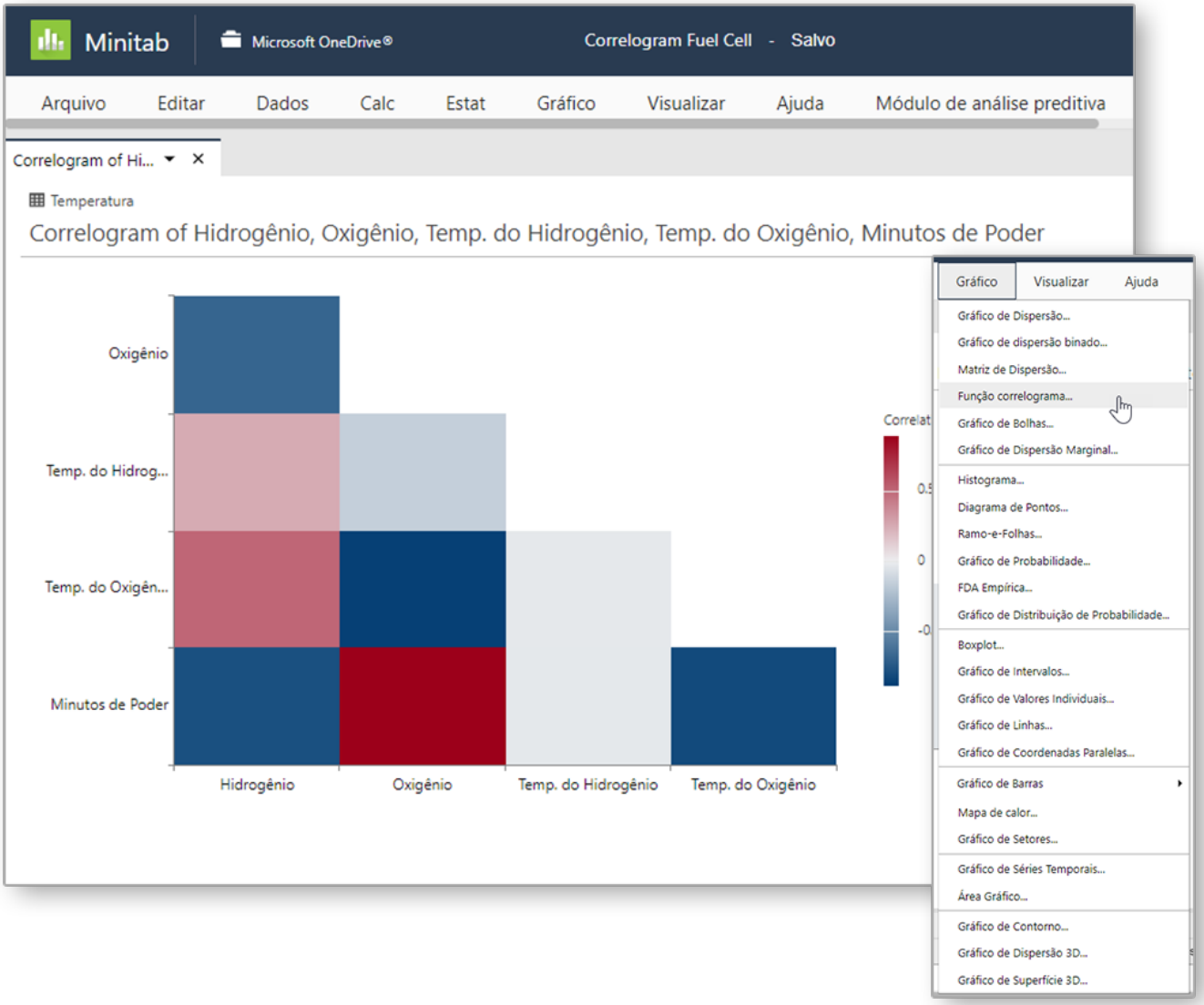
Minitab

Descubra

Independentemente do conhecimento em estatística, o Minitab capacita todas as pessoas de uma organização a prever melhores resultados, projetar melhores produtos e aprimorar processos para gerar maiores receitas e reduzir os custos. Somente o Minitab oferece uma abordagem integrada e exclusiva, ao fornecer software e serviços que promovem a excelência nos negócios, de qualquer lugar, com a nuvem.

Os testes estatísticos principais incluem testes-t, testes de uma ou duas proporções, teste de normalidade, qui-quadrado e testes de equivalência.

Tenha acesso a novos níveis de produtividade e colaboração com o Minitab na sua área de trabalho ou na nuvem. Veja como >



Veja Como Nossos Clientes Usam o Minitab Statistical Software



Ao clicar em "Aceitar todos os cookies", concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar a utilização do site e ajudar nas nossas iniciativas de marketing. Cookie Policy

Minitab

TOCAR

Faça parceria com a Minitab na sua jornada de análise

PARTNER WITH MINITAB ON YOUR ANALYTICS JOURNEY

Para qualidade | Para engenharia de... | Para desenvolvimen... | Para análise empresarial | Para validação do processo

Análise do sistema de medição

- Estudos de medição
- Análise de concordância por atributos

artas de controle

- Variáveis, atributos
- Multivariada
- Tempo ponderado
- Cartas de eventos raros

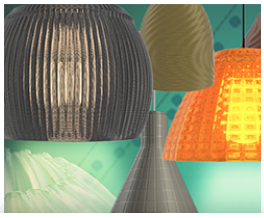
Análise de capacidade

- Capability Sixpack

Amostragem de aceitação
Intervalos de tolerância

Tire o Máximo Proveito do Minitab com Esses Recursos.



Ao clicar em "Aceitar todos os cookies", concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar a utilização do site e ajudar nas nossas iniciativas de marketing. Cookie Policy

Minitab

Ver todos os estudos de caso

Ver todos os recursos

Desenvolva Suas Competências

Central de ensino

Acesse treinamento e ensino em análise em uma plataforma da Web de fácil utilização.

Ir para a Central de ensino

Treinamento Presencial Ou Virtual

Obtenha informações sobre seus dados e aprimore suas competências com cursos orientados por estatísticos especializados.

Ir Para Treinamento

Consultoria Estatística

Permita que nossos consultores estatísticos o ajudem a resolver seus problemas de melhoria de qualidade.

Ir Para Consultoria

Quer conhecer o Minitab Statistical Software?

Teste Grátis Ou Compre Agora

Comece sua jornada do Solutions AnalyticsTM ainda hoje com uma avaliação gratuita de produtos selecionados da Minitab! Acesse todos os poderosos recursos, as melhorias mais recentes e os novos recursos que o Minitab tem a oferecer em cada avaliação.

Avaliação Gratuita

Suporte

Acesse a ajuda necessária para usar nosso software de representantes que dominam estatística, melhoria de qualidade e sistemas de computador.

+1-833-MINITAB

Fale Com a Minitab

Ao clicar em "Aceitar todos os cookies", concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar a utilização do site e ajudar nas nossas iniciativas de marketing. Cookie Policy

Minitab

© 2023 Minitab, LLC. All Rights Reserved.

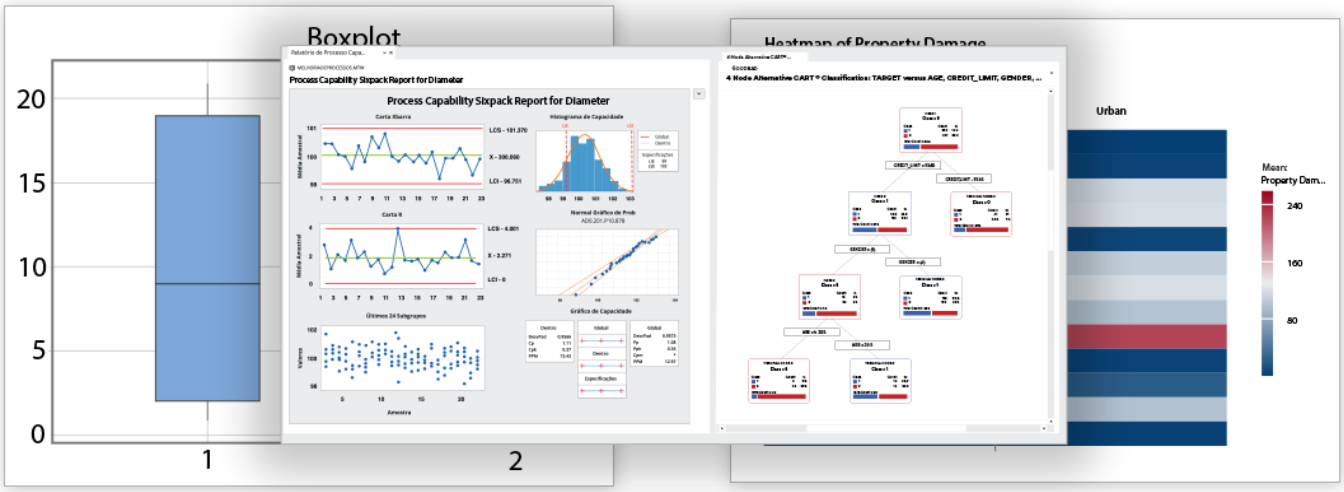
Termos de uso

Aviso de Privacidade

Nota legal

Definições de cookies

Ao clicar em "Aceitar todos os cookies", concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar a utilização do site e ajudar nas nossas iniciativas de marketing. **Cookie Policy**



Recursos +

Módulos +

Para aprender +

Preços

Inicie sua avaliação gratuita

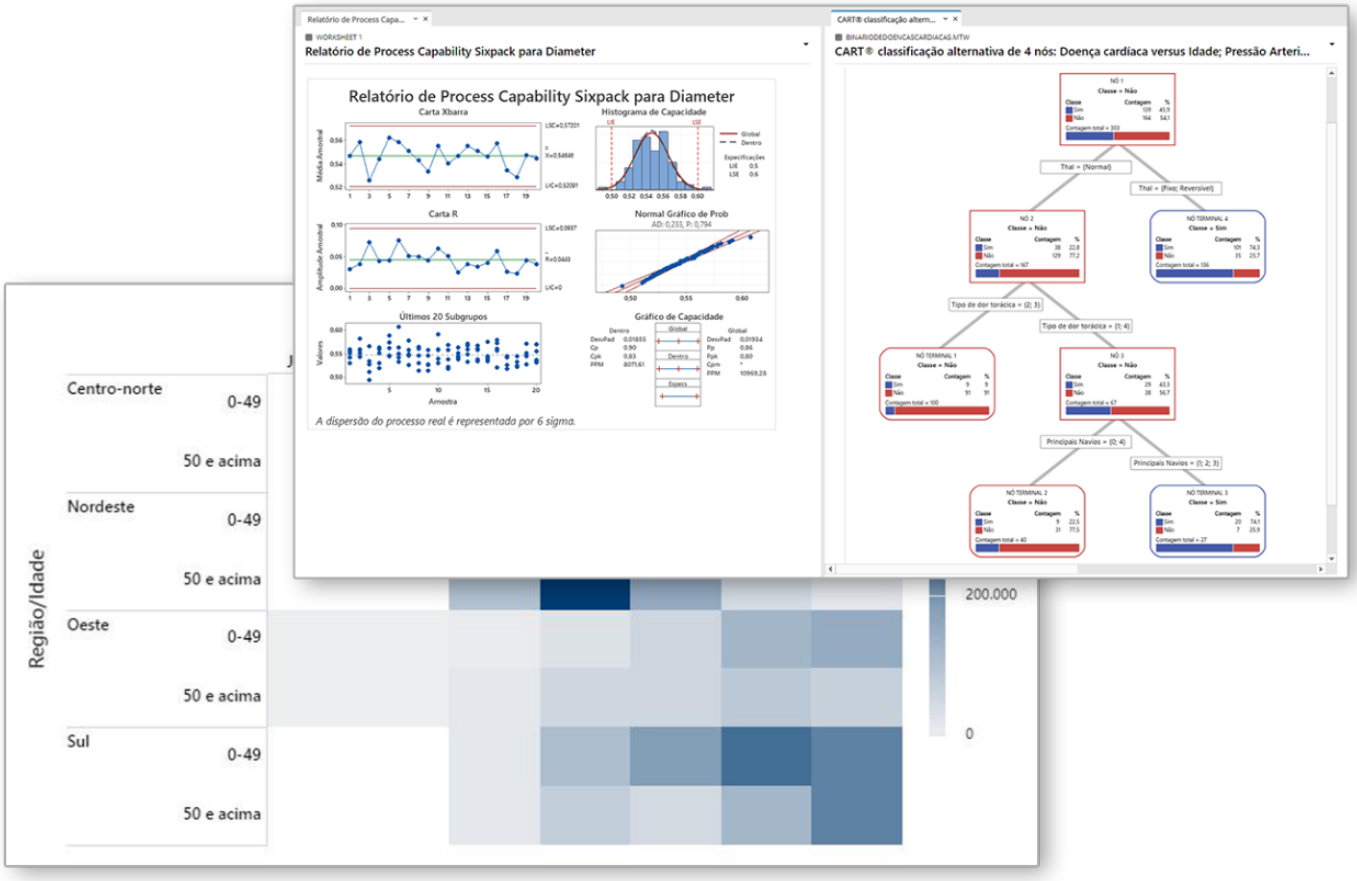
Aproveite o poder da estatística

Os dados estão em todos os lugares, mas você está realmente aproveitando os seus? O Minitab Statistical Software pode examinar dados atuais e passados para descobrir tendências e prever padrões, revelar relações ocultas entre variáveis e criar visualizações incríveis para enfrentar as dificuldades e oportunidades mais desafiadoras.

Com estatísticas poderosas, análise de dados líder do setor e visualizações dinâmicas para te ajudar, as possibilidades são infinitas.

Descubra **Preveja** **Concretize**

Minitab



Preveja

Acesse análises de dados modernas e explore ainda mais seus dados com nossas análises avançadas. Preveja com habilidade e compare alternativas para seus negócios com facilidade usando nossas revolucionárias técnicas de análise preditiva.

Use métodos clássicos no Minitab Statistical Software, integre com as linguagens de código aberto R ou Python, ou melhore seus recursos ainda mais com algoritmos de aprendizado de máquina como **Árvores de Classificação e Regressão (CART®)**, **TreeNet®** e **Random Forests®**, agora disponíveis no **Módulo de análise preditiva da Minitab**.

Veja Como Nossos Clientes Usam o Minitab Statistical Software



ESTUDO DE CASO

Como o USC Consulting Group reduziu o enchimento em excesso de embalagens e ajudou um dos maiores... ›

3M Coca-Cola Johnson & Johnson Takeda Boston Scientific Ford J.P.Morgan HEXPOL A Material Difference

Minitab

▶ TOCAR

Faça parceria com a Minitab na sua jornada de análise

PARTNER WITH MINITAB ON YOUR ANALYTICS JOURNEY

Para qualidade | Para engenharia de... | Para desenvolvimen... | Para análise empresarial | Para validação do processo

Análise do sistema de medição

- Estudos de medição
- Análise de concordância por atributos

artas de controle

- Variáveis, atributos
- Multivariada
- Tempo ponderado
- Cartas de eventos raros

Análise de capacidade

- Capability Sixpack

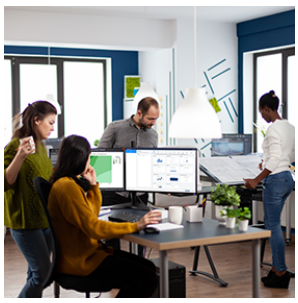
Amostragem de aceitação
Intervalos de tolerância

Tire o Máximo Proveito do Minitab com Esses Recursos.



ESTUDO DE CASOY

A Takeda aumenta a produção de medicamentos com a ajuda de modelos de aprendizado de máquina ›



FOLHETO

Aproveite o poder da estatística ›



WEBINAR

Introdução ao Construtor de gráficos ›



WEBINAR

Quebre seus hábitos, não se produtos: Como a Signify tr materiais e processos sem sacrificar... ›

Minitab

Ver todos os recursos

Desenvolva Suas Competências

Central de ensino

Acesse treinamento e ensino em análise em uma plataforma da Web de fácil utilização.

Ir para a Central de ensino

Treinamento Presencial Ou Virtual

Obtenha informações sobre seus dados e aprimore suas competências com cursos orientados por estatísticos especializados.

Ir Para Treinamento

Consultoria Estatística

Permita que nossos consultores estatísticos o ajudem a resolver seus problemas de melhoria de qualidade.

Ir Para Consultoria

Quer conhecer o Minitab Statistical Software?

Teste Grátis Ou Compre Agora

Comece sua jornada do Solutions AnalyticsTM ainda hoje com uma avaliação gratuita de produtos selecionados da Minitab! Acesse todos os poderosos recursos, as melhorias mais recentes e os novos recursos que o Minitab tem a oferecer em cada avaliação.

Avaliação Gratuita

Suporte

Acesse a ajuda necessária para usar nosso software de representantes que dominam estatística, melhoria de qualidade e sistemas de computador.

+1-833-MINITAB

Fale Com a Minitab

© 2023 Minitab, LLC. All Rights Reserved.

Minitab

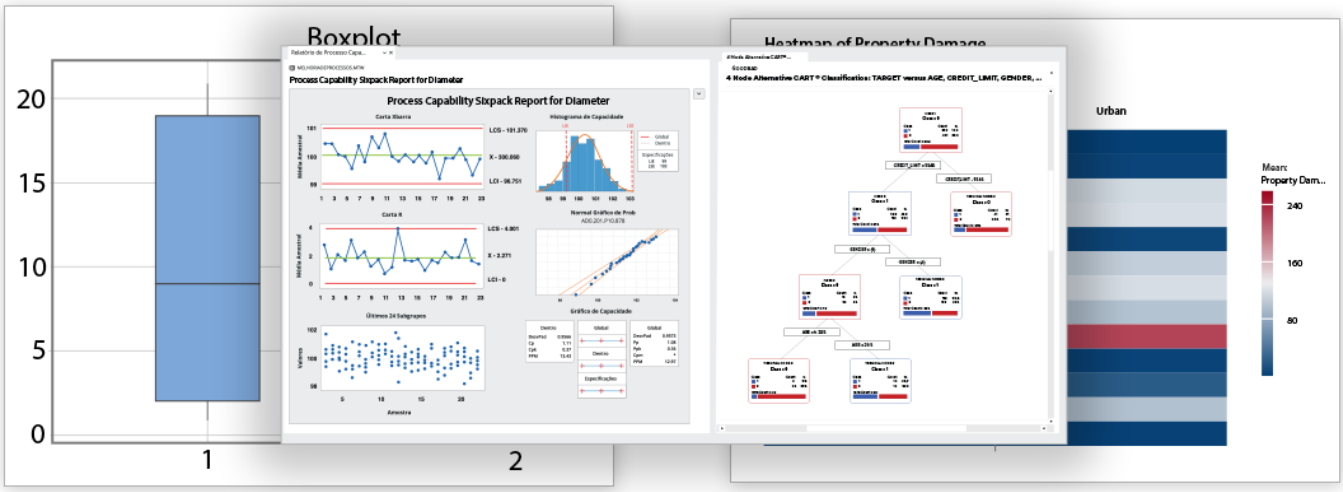
Nota legal

Definições de cookies

Minitab

Minitab Statistical Software

Visualize, analise e aproveite o poder dos dados para resolver seus maiores desafios comerciais em qualquer lugar que esteja, na nuvem.



Recursos +

Módulos +

Para aprender +

Preços

Inicie sua avaliação gratuita

Aproveite o poder da estatística

Os dados estão em todos os lugares, mas você está realmente aproveitando os seus? O Minitab Statistical Software pode examinar dados atuais e passados para descobrir tendências e prever padrões, revelar relações ocultas entre variáveis e criar visualizações incríveis para enfrentar as dificuldades e oportunidades mais desafiadoras.

Com estatísticas poderosas, análise de dados líder do setor e visualizações dinâmicas para te ajudar, as possibilidades são infinitas.

Descubra **Preveja** **Concretize**

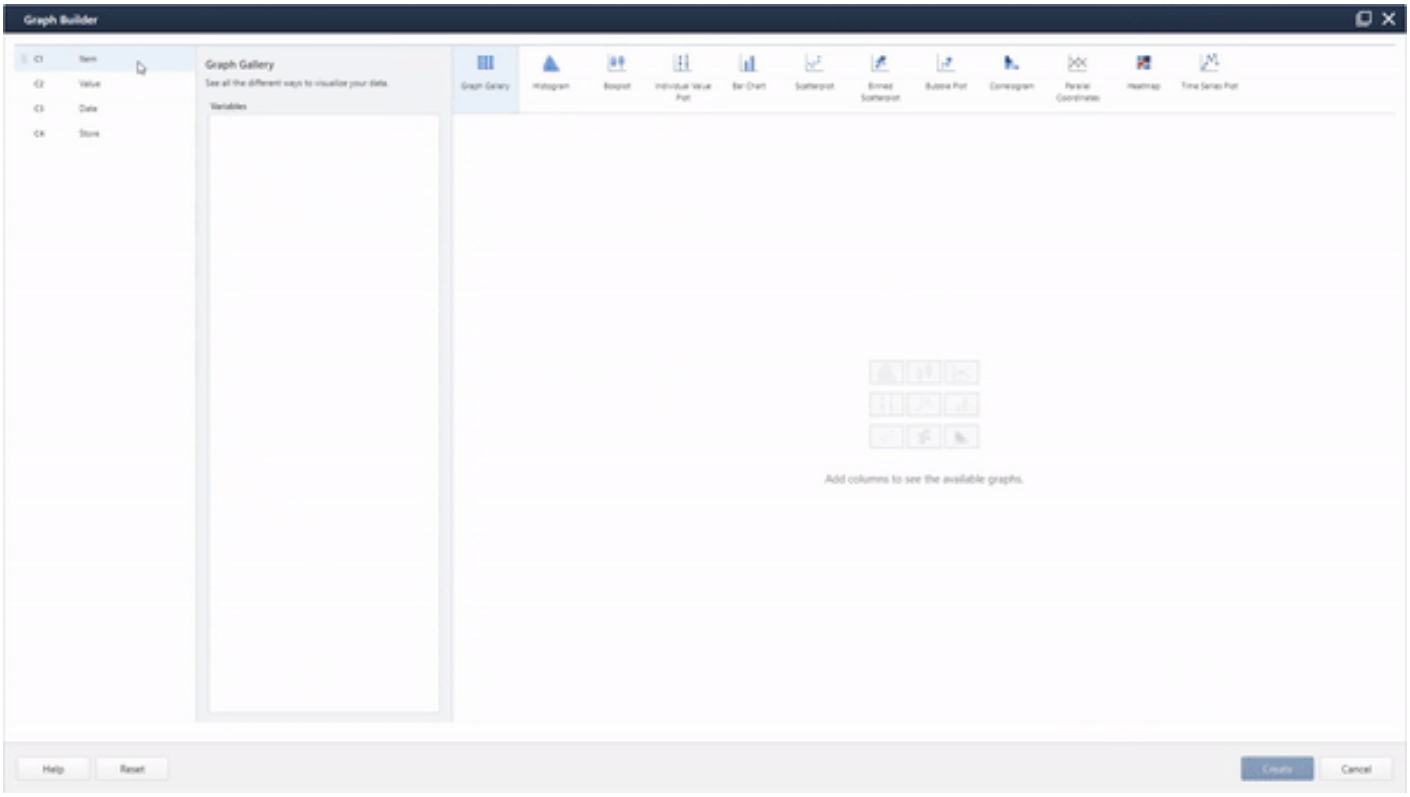
Minitab

Concretize

Ver para crer. Visualizações são cruciais para comunicar resultados e conquistas com precisão. Com o Construtor de gráficos, é rápido e fácil decidir qual gráfico mostra melhor seus dados e apoia sua análise.

Nossa nova ferramenta interativa contém uma galeria fácil de navegar que permite ver e examinar várias opções de gráficos sem precisar reexecutar a análise. O Construtor de gráficos usa a mesma seleção de dados todas as vezes para mudar entre gráficos de barras, correlogramas, mapas de calor e muito mais, para que você possa focar em escolher o melhor gráfico para seus insights.

Ver todos os recursos



Veja Como Nossos Clientes Usam o Minitab Statistical Software



ESTUDO DE CASO

Como o USC Consulting Group reduziu o enchimento em excesso de embalagens e ajudou um dos maiores... ›

Minitab

▶ TOCAR

Faça parceria com a Minitab na sua jornada de análise

PARTNER WITH MINITAB ON YOUR ANALYTICS JOURNEY

Para qualidade | Para engenharia de... | Para desenvolvimen... | Para análise empresarial | Para validação do processo

Análise do sistema de medição

- Estudos de medição
- Análise de concordância por atributos

artas de controle

- Variáveis, atributos
- Multivariada
- Tempo ponderado
- Cartas de eventos raros

Análise de capacidade

- Capability Sixpack

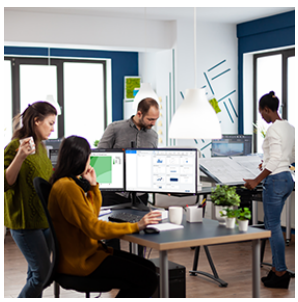
Amostragem de aceitação
Intervalos de tolerância

Tire o Máximo Proveito do Minitab com Esses Recursos.



ESTUDO DE CASOY

A Takeda aumenta a produção de medicamentos com a ajuda de modelos de aprendizado de máquina ›



FOLHETO

Aproveite o poder da estatística ›



WEBINAR

Introdução ao Construtor de gráficos ›



WEBINAR

Quebre seus hábitos, não se produtos: Como a Signify tr materiais e processos sem sacrificar... ›

Ver todos os estudos de caso

Ver todos os recursos

Minitab

Desenvolva Suas Competências

Central de ensino

Acesse treinamento e ensino em análise em uma plataforma da Web de fácil utilização.

Ir para a Central de ensino

Treinamento Presencial Ou Virtual

Obtenha informações sobre seus dados e aprimore suas competências com cursos orientados por estatísticos especializados.

Ir Para Treinamento

Consultoria Estatística

Permita que nossos consultores estatísticos o ajudem a resolver seus problemas de melhoria de qualidade.

Ir Para Consultoria

Quer conhecer o Minitab Statistical Software?

Teste Grátis Ou Compre Agora

Comece sua jornada do Solutions AnalyticsTM ainda hoje com uma avaliação gratuita de produtos selecionados da Minitab! Acesse todos os poderosos recursos, as melhorias mais recentes e os novos recursos que o Minitab tem a oferecer em cada avaliação.

Avaliação Gratuita

Suporte

Acesse a ajuda necessária para usar nosso software de representantes que dominam estatística, melhoria de qualidade e sistemas de computador.

+1-833-MINITAB

Fale Com a Minitab

© 2023 Minitab, LLC. All Rights Reserved.

Termos de uso

Aviso de Privacidade

Nota legal

Definições de cookies

Minitab

Opções de assinatura da Minitab

Consulta de preços

Perguntas frequentes

Preço Acadêmico

Minitab®

Assinatura anual do usuário nomeado único

Visualize, analise e aproveite o poder dos dados para encontrar insights e tomar decisões melhores, em qualquer lugar. Essa licença permite acessar o Minitab da sua área de trabalho e do nosso aplicativo web.

Preço unitário: $1780,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab®

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de análise preditiva

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Projetado como uma solução para melhorar suas capacidades de análise, o módulo de análise preditiva oferece acesso adicional a análises preditivas avançadas e algoritmos de aprendizado de máquina. Inclui recursos de aprendizado de máquina automatizado e nossos algoritmos baseados em árvore de decisão patenteados e melhores da classe, Random Forests e TreeNet Gradient Boosting.

Minitab

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de saúde

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Projetado como solução para profissionais de saúde, essa opção oferece acesso adicional a solicitações diretas, orientações estatísticas e páginas de suporte que usam terminologia conhecida por esses profissionais.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de cadeia de suprimentos

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Projetado como solução para cadeia de suprimentos, essa opção oferece acesso adicional a solicitações diretas, orientações estatísticas e páginas de suporte que usam terminologia conhecida por esses profissionais.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de central de contato do cliente

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Projetado como solução para profissionais de atendimento ao cliente, essa opção oferece acesso adicional a solicitações diretas, orientações estatísticas e páginas de suporte que usam terminologia conhecida por esses profissionais.

Preço unitário: $2220,00 USD

Minitab

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de análise do sistema de medição

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Projetada como uma solução para acelerar a avaliação da variância, do viés e da estabilidade do seu sistema de medição, essa opção oferece acesso adicional a solicitações diretas, orientações estatísticas e páginas de suporte criadas para profissional de melhoria contínua e qualidade.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de tamanho da amostra

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Essa opção oferece acesso adicional a solicitações diretas para estimar rapidamente o tamanho de amostra necessário antes de coletar dados para determinar se a amostra que você quer usar tem o poder suficiente.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo do setor de seguros

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Designada como solução para profissionais do setor de seguros, essa opção oferece solicitações diretas para desafios comuns desse setor, como melhorar indicadores-chave de desempenho (KPIs), como tempo para resolver uma reivindicação, receita por titular de apólice e taxas de reivindicação sem se preocupar com qual análise usar.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Minitab

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de pesquisa e desenvolvimento

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Acesse a assistência orientada para planejar experimentos, estimar confiabilidade e sobrevivência, descrever dados e compreender relações, criada especificamente para profissionais de pesquisa e desenvolvimento. Escrito com termos relevantes à sua área, este módulo permite que você simplifique seus processos e tome decisões mais bem-informadas.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Minitab

Assinatura anual do usuário nomeado único + Módulo de Confiabilidade

Aproveite o poder da versão mais recente das ferramentas estatísticas confiáveis do Minitab na sua área de trabalho e no nosso aplicativo web.

Acesse poderosas ferramentas criadas especificamente por engenheiros e para engenheiros com o Módulo de Confiabilidade da Minitab. Analise dados de garantia, construa modelos de dados de vida e realize amplos testes de vida acelerados de maneira rápida e fácil.

Preço unitário: $2220,00 USD

Impostos sobre vendas podem ser aplicados dependendo das informações do seu endereço.
Moeda local e preço disponíveis no carrinho.

Comprar Agora

Perguntas?

Minitab

Mais informações sobre download e instalação, preços acadêmicos e GSA, descontos por quantidade e muito mais.

Para aprender

Fale com a Minitab

Tem interesse em fazer um pacote de software para receber mais descontos e ter mais eficiência? Ou tem outras perguntas gerais?

Fale com a Minitab

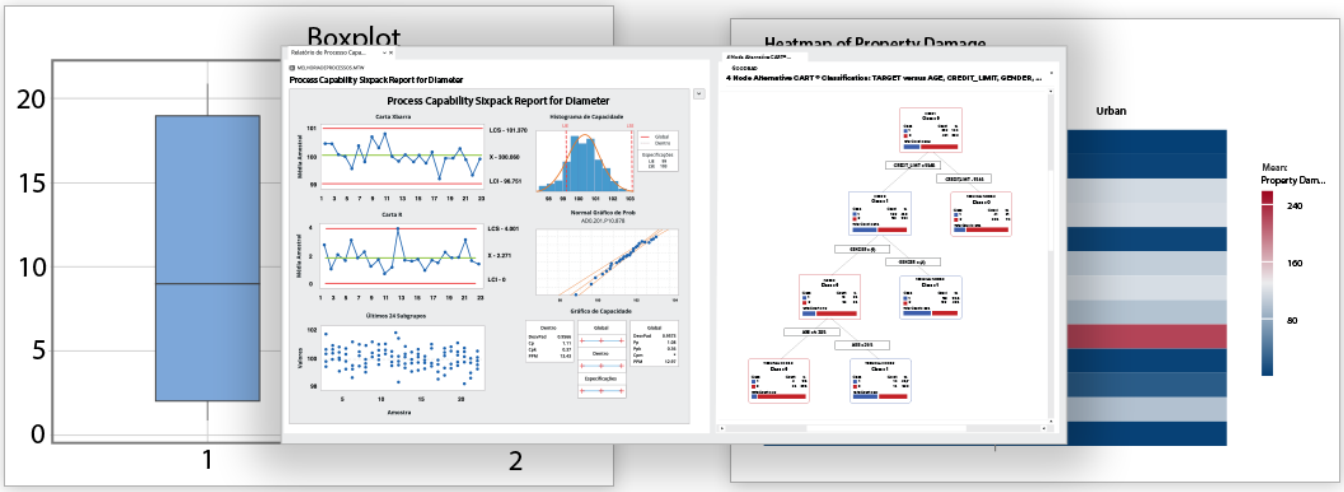
© 2023 Minitab, LLC. All Rights Reserved.

Termos de uso

Aviso de Privacidade

Nota legal

Definições de cookies



Recursos +

Módulos +

Para aprender +

Preços

Inicie sua avaliação gratuita

Minitab®

* Novo ou melhorado

- Análise dos sistemas de medição
- Análise de capacidade
- Análise gráfica
- Testes de hipóteses
- Regressão
- DOE
- Cartas de controle

Módulo de Saúde

Gráficos

- Construtor de gráficos*
- Diagramas de dispersão em caixas, boxplots, gráfico de bolhas, gráficos de barras, correlogramas, diagrama de pontos, mapa de calor, histogramas, matrizes de dispersão, gráficos de coordenadas paralelas, gráficos de dispersão, gráficos de séries temporais, etc.
- Gráficos de contorno e 3D
- Gráficos de probabilidade e de distribuição de probabilidade
- Atualiza automaticamente os gráficos quando os dados são alterados
- Função Brush para explorar áreas de interesse
- Exportação: TIF, JPEG, PNG, BMP, GIF, EMF

Estatísticas básicas

- Estatísticas descritivas
- Teste Z para uma amostra, testes T para uma e duas amostras, teste T pareado
- Testes de uma e duas proporções
- Testes de taxa de Poisson para uma e duas amostras
- Teste para uma e duas variâncias
- Correlação e covariância
- Teste de normalidade
- Teste de outlier
- Teste de qualidade do ajuste para Poisson

Regressão

- Regressão de Cox
- Regressão linear
- Regressão não linear
- Regressão de logística binária, ordinal e nominal
- Estudos de estabilidade
- Mínimos quadrados parciais
- Regressão ortogonal
- Regressão de Poisson
- Gráficos: de resíduos, fatoriais, contorno, superfície, etc.
- Stepwise: critérios de seleção de BIC, valor p e AICc
- Melhores subconjuntos
- Predição e otimização de resposta
- Validação do modelo
- Multivariate Adaptive Regression Splines

Análise de variância

- ANOVA
- Modelo linear geral
- Modelos mistos
- MANOVA
- Comparações múltiplas
- Predição e otimização de resposta
- Teste de igualdade de variâncias
- Gráficos: de resíduos, fatoriais, contorno, superfície, etc.
- Análise de médias

Análise dos sistemas de medição

- Planilhas de coleta de dados
- Estudo de medição de R&R cruzado
- Estudo de medição de R&R aninhado
- Estudo de medição de R&R expandido
- Gráfico dos ensaios das medições
- Vício e linearidade de medição
- Estudo de medição tipo 1
- Estudo de medição por atributos
- Análise de concordância por atributos

- Gráfico de ensaios
- Gráfico de Pareto
- Diagrama de causa e efeito
- Gráficos de controle de variáveis: Xbarra, R, S, Xbarra-R, Xbarra-S, I, AM, I-AM, I-AM-R/S, zona, Z-AM
- Cartas de controle de atributos: P, NP, C, U, Laney P' e U'
- Cartas ponderadas pelo tempo: MA, EWMA, CUSUM
- Cartas de controle multivariadas: T2, variância generalizada, MEWMA
- Gráficos de eventos raros: G e T
- Cartas históricas/processos em mudança
- Transformações de Box-Cox e Johnson
- Identificação de distribuição individual
- Capacidade do processo: normal, não normal, atributo, lote
- Process Capability Sixpack™
- Intervalos de tolerância
- Amostragem de aceitação e curvas OC
- Gráfico de diversas variâncias
- Gráfico de variabilidade

Planejamento de experimentos

- Experimentos de triagem definitivos
- Experimentos de Plackett Burman
- Experimentos fatoriais de dois níveis
- Experimento de parcelas subdivididas
- Experimentos fatoriais gerais
- Experimentos de superfície de resposta
- Experimentos de mistura
- Experimentos baseados em distância e D-ótimo
- Experimentos de Taguchi
- Experimentos especificados pelo usuário
- Analisar respostas binárias
- Analisar variabilidade para experimentos fatoriais
- Ensaios danificados
- Gráficos de efeitos: normal, metade normal, de Pareto
- Predição e otimização de resposta
- Gráficos: de resíduos, de efeitos principais, de interação, de cubos, de contorno, de superfície, wireframes

Confiabilidade/Sobrevivência

- Análise de distribuição paramétrica e não paramétrica
- Medições de teste de qualidade de ajuste
- Falha exata, dados censurados por intervalo, à direita e à esquerda
- Teste de vida acelerado
- Regressão com dados de vida
- Planos de teste
- Distribuições do parâmetro de limites
- Sistemas reparáveis
- Modos de falha múltiplos
- Análise de Probito
- Análise de Weibayes
- Gráficos: distribuição, probabilidade, risco, sobrevivência
- Análise de garantia

Poder e tamanho da amostra

- Tamanho da amostra para estimativa
- Tamanho amostral para intervalos de tolerância
- Teste Z para uma amostra, teste T para uma e duas amostras
- T pareado
- Uma e duas proporções
- Taxa de Poisson de uma e duas amostras
- Uma e duas variâncias
- Testes de equivalência
- ANOVA com um fator
- Experimentos fatoriais de dois níveis, de Plackett-Burman e fatoriais completos gerais
- Curvas de poder

Análise preditiva

- Aprendizado de máquina automatizado
- Classificação CART®
- Regressão CART®
- MARS®

- Classificação TreeNet®
- Regressão TreeNet®

Multivariado

- Análise de componentes principais
- Análise fatorial
- Análise discriminante
- Análise de conglomerado
- Análise de correspondência
- Análise de itens e alfa de Cronbach
- Multivariate Adaptive Regression Splines

Séries temporais e previsão

- Gráficos de séries temporais
- Análise de tendências
- Decomposição
- Média móvel
- Suavização exponencial
- Método de Winter
- Funções de autocorrelação, autocorrelação parcial e correlação cruzada
- ARIMA
- Transformação Box-Cox*
- Teste Dickey-Fuller aumentado*
- Previsões com o modelo melhor ARIMA*

Não paramétricos

- Teste de sinal
- Teste de Wilcoxon
- Teste de Mann-Whitney
- Teste de Kruskal-Wallis
- Teste de mediana de Mood
- Teste de Friedman
- Teste de ensaios

Testes de equivalência

- Experimento cruzado 2x2, pareado e com uma e duas amostras

Tabelas

- Testes de qui-quadrado, exato de Fisher e outros
- Teste de ajuste de qualidade de qui-quadrado
- Tabulação de contagens e cruzadas

Simulações e distribuições

- Gerador aleatório de números
- Funções de densidade de probabilidade, distribuição cumulativa e distribuição cumulativa inversa
- Amostragem aleatória
- Bootstrapping e testes de randomização

Macros e personalização

- Menus e barras de ferramentas personalizáveis
- Preferências extensivas e perfis de usuário
- Recursos poderosos de scripting
- Integração do Python
- Integração R

Minitab

© 2023 Minitab, LLC. All Rights Reserved.

Termos de uso

Aviso de Privacidade

Nota legal

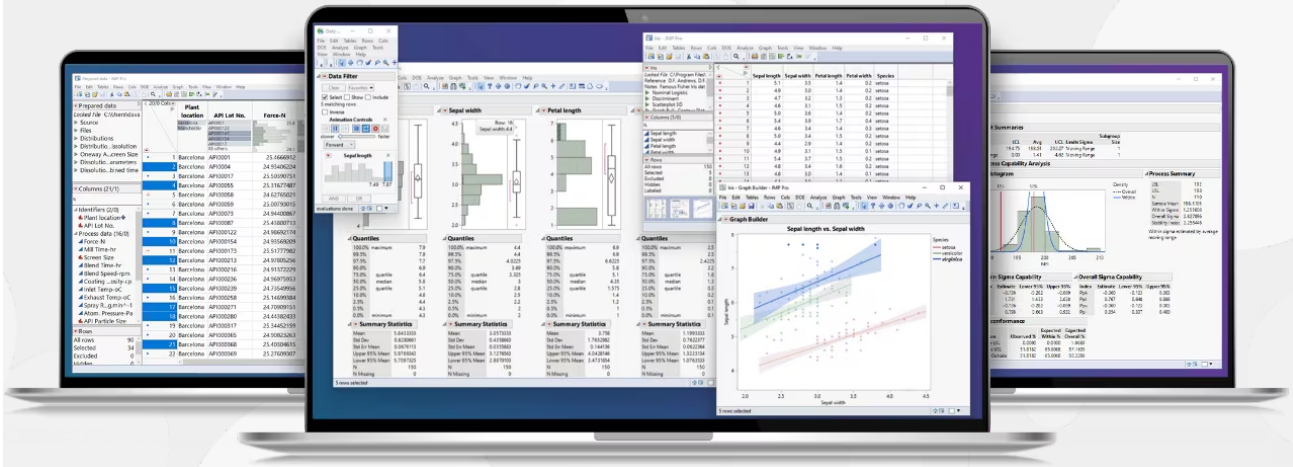
Definições de cookies

Anexo IV - Solução 02 - JMP.pdf

JMP®

Software de análise de dados para inovação interativa

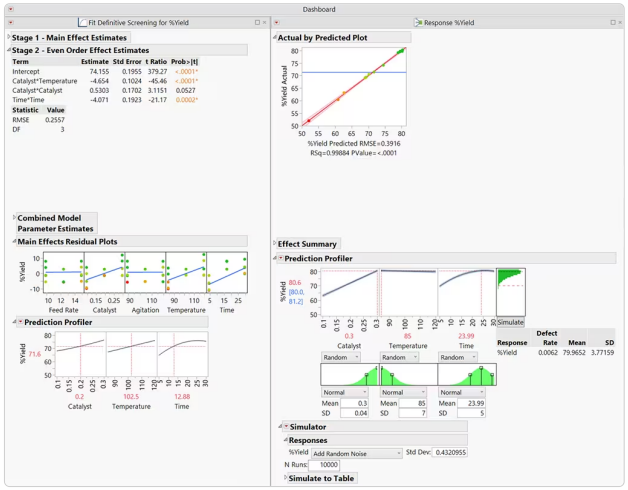
Veja o JMP em ação



Os dados são melhor explorados visualmente

O JMP é a ferramenta de análise de dados de confiança de cientistas e engenheiros quando precisam de recursos analíticos avançados e de descobertas dinâmicas de estatísticas.

Experimente o JMP gratuitamente | Adquira o JMP agora

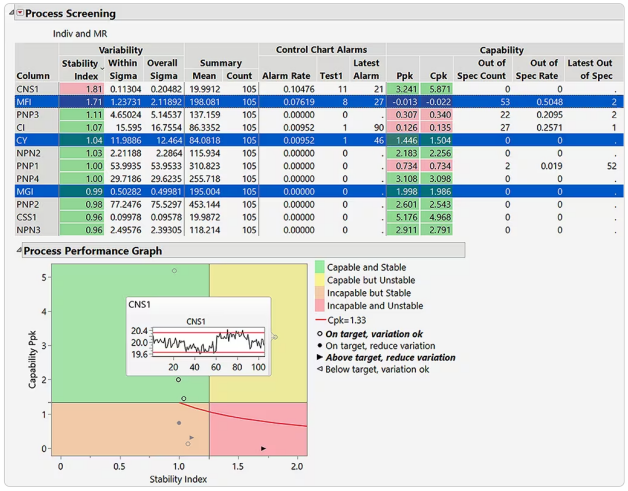


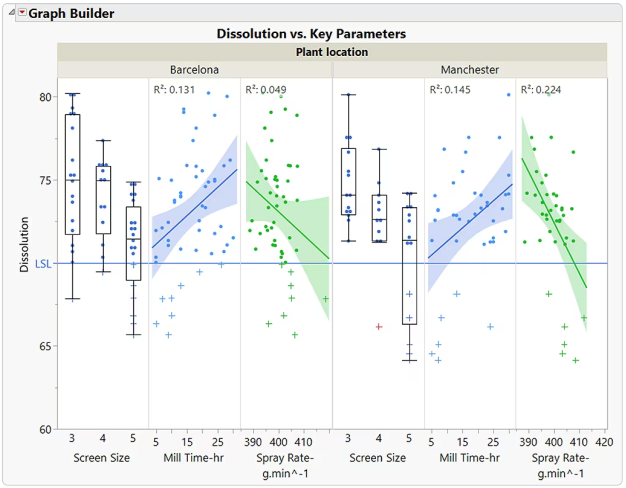
Explore os dados com mais detalhes com estatísticas avançadas

Com o JMP você aproveitar ao máximo os seus dados em qualquer situação, seja acessando-os com facilidade por meio de fontes diversas, usando ferramentas de preparação de dados rápidas e confiáveis ou realizando análises estatísticas preferenciais.

Faça descobertas relevantes aprofundando-se ainda mais em seus dados

Com suas análises e gráficos vinculados, o JMP é a ferramenta de análise de dados ideal para entender relações complexas, ir além e descobrir o inesperado.





Compartilhe novas descobertas com a visualização interativa

Passe facilmente da descoberta para o compartilhamento com os recursos de visualização de dados do JMP. Conte a história de suas descobertas com painéis interativos e visualizações na Web.

Se estiver gastando mais de cinco minutos por mês no Excel para ver os dados, você está desperdiçando seu tempo por não utilizar o JMP.

NVIDIA

Pete Cannon, Diretor Sênior de Sistemas de Gerenciamento da Qualidade e Engenharia da Qualidade de Produtos

As melhores descobertas começam com o JMP

Experimente o JMP gratuitamente | Adquira o JMP agora

Principais recursos do JMP

Aquisição de dados

Análises hipotéticas

Explore seus dados com facilidade e de diversas formas. Importe arquivos do Excel, leia arquivos de texto e extraia dados de bancos de dados compatíveis com ODBC.

Limpeza de dados

Examine os dados e verifique se há informações atípicas, erros de entrada, valores faltando e outras incoerências que podem comprometer sua análise.

Visualização de Dados

Explore e represente graficamente os dados de modo dinâmico, desenvolvendo visualizações que contem a história de seus dados.

Análise de dados básicos

Use histogramas, regressão, ajuste de distribuição e outras ferramentas de análise para iniciar a exploração de dados.

Explorador de textos

Extraia palavras e expressões ou visualize e organize palavras para descobrir informações ocultas em seu texto.

Agrupar, filtrar e definir subconjuntos de dados

Organize rapidamente os dados para identificar padrões emergentes e concentre-se nas principais descobertas.

Planejamento de Experimentos

Crie seu experimento com base no problema em questão levando em consideração o orçamento, o cronograma e outras restrições.

Modelagem Estatística

Entenda tendências e padrões aplicando modelos estatísticos para entender melhor a sua empresa, concorrentes e clientes.

Demonstre padrões de respostas previsíveis e o efeito de cada elemento na resposta com análise de cenários.

Análise de confiabilidade

Obtenha insights sobre o desempenho de produtos, identifique com precisão os defeitos em materiais ou processos e lide com as vulnerabilidades de projetos.

Engenharia de Qualidade e Processos

Use o JMP para aprimorar a qualidade – minimize as reclamações dos clientes e forneça produtos e serviços que superem as expectativas.

Pesquisa de Mercado e do Consumidor

Entenda e adapte-se aos mercados em desenvolvimento utilizando a mineração de dados, análise de pesquisa, experimentos preferenciais e outras ferramentas.

Compartilhando Resultados

Compartilhe suas visualizações dinâmicas em diversos formatos, mesmo que o seu público não possua o JMP.

Automação e scripts

Use scripts para automatizar processos, gerar relatórios de análise e adicionar novos recursos ao JMP.

Deixar o JMP do seu jeito

Personalize cada item das configurações para que o JMP funcione da maneira que você pensa.

Centro do Análises

Use a interface do JMP para utilizar outras ferramentas de análise como SAS®, MATLAB, R e Python.

› Saiba mais sobre os recursos do JMP

Veja por que as principais organizações escolhem o JMP:

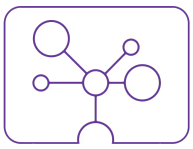
› Syngenta



JMP® Pro

Software de análise preditiva para cientistas e engenheiros

› Saiba mais



JMP® Live

Software de análise colaborativa para compartilhamento seguro de conhecimento em toda a empresa

› Saiba mais



JMP® Clínico

Software de análises de dados clínicos para garantir a segurança e a eficácia dos testes

› Saiba mais

Pronto para o próximo passo?

Experimente o JMP gratuitamente | Adquira o JMP agora

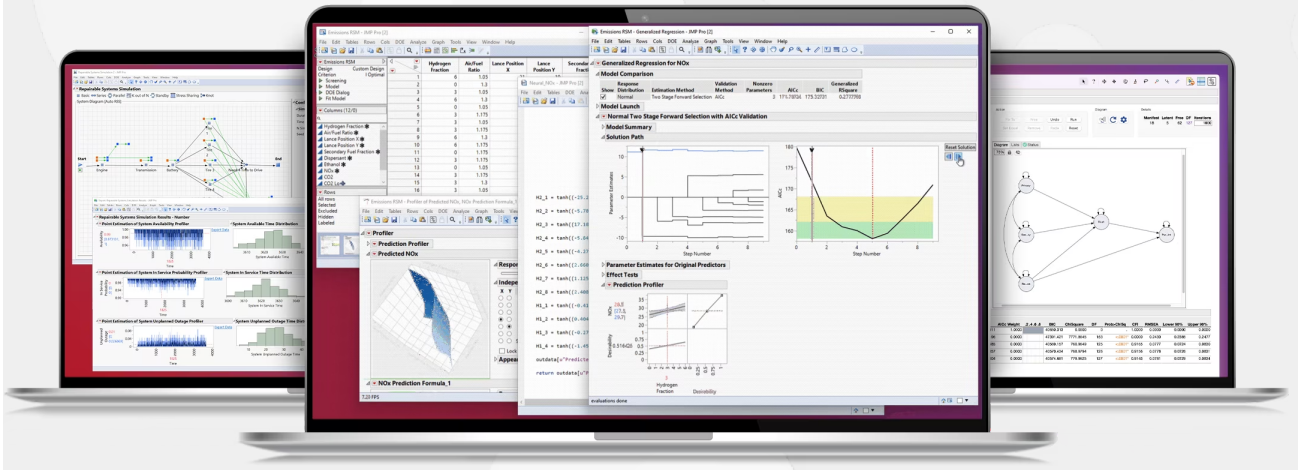


© 2023 JMP Statistical Discovery LLC. Todos os direitos reservados. | Preferências de Cookies

JMP® Pro

Software de análise preditiva para cientistas e engenheiros

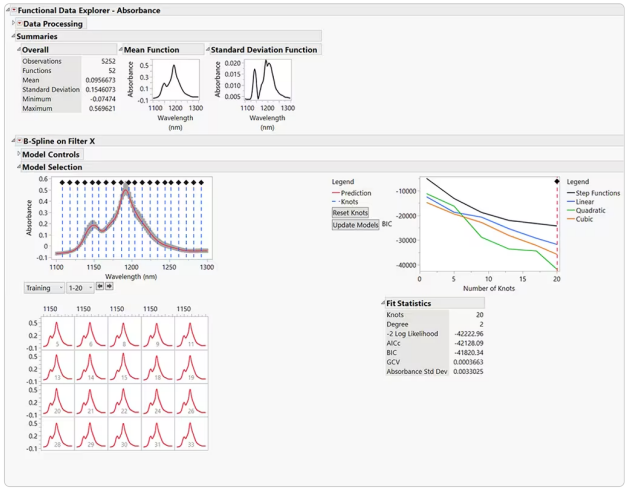
Veja o JMP Pro em ação



Todo o poder. Nenhuma complexidade.

Amplie o valor do JMP para resolver problemas analíticos maiores e mais desafiadores com as técnicas de ciência de dados mais recentes, incluindo modelagem preditiva e aprendizado de máquina.

Solicite uma versão de avaliação do JMP® Pro

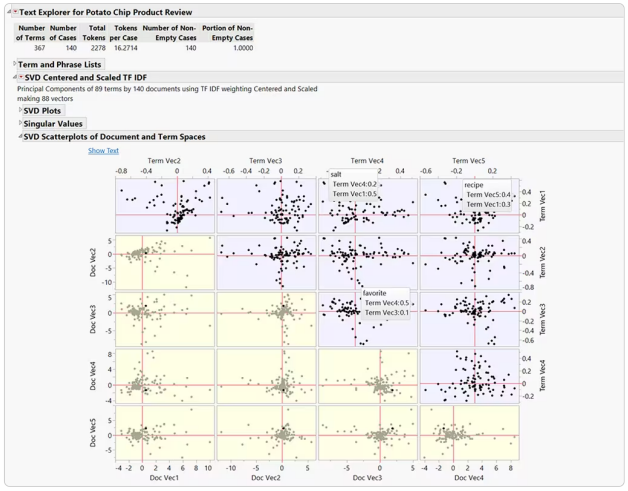


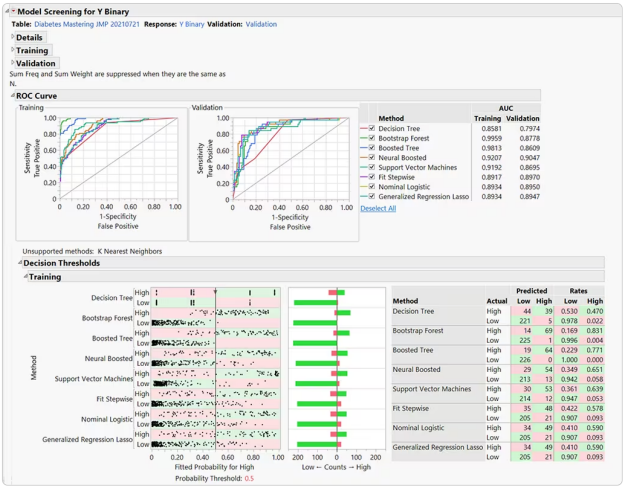
Construa modelos melhores

Sem as ferramentas analíticas preditivas certas fica muito mais difícil construir um modelo para prever o que ocorrerá com novos clientes, novos processos ou novos riscos. O JMP Pro oferece um conjunto completo de algoritmos com o qual você consegue criar melhores modelos de seus dados.

Melhore seus modelos preditivos para ajudar nas tomadas de decisão

Aumente o poder de seus modelos preditivos com diversos tipos de dados, incluindo dados de texto não estruturados que você coletou, como registros de reparo, relatórios de engenharia, comentários nas respostas às pesquisas de clientes e mais. Use o JMP Pro para organizar e transformar dados em complementos práticos de seus modelos preditivos para tomar decisões com mais confiança.





Examine, ajuste e compare vários modelos com mais eficiência

Lidar com seus modelos não precisa ser penoso. O JMP Pro facilita sua tarefa de encontrar o melhor ajuste para os seus dados com a triagem de modelos. Crie modelos candidatos com facilidade e, depois, crie perfis, compare e gere código de pontuação em C, Python, JavaScript, SAS ou SQL.

> A engenharia de projeto e a engenharia de processos aumentam muito o seu conhecimento. Você está sempre gerando conhecimento para a empresa.

Seagate

Ted Ellefson, Engenheiro Principal de Gestão em P&D em Mecânica

Melhore sua tomada de decisão com análises preditivas avançadas

Solicite uma versão de avaliação do JMP® Pro

Principais recursos do JMP Pro

Modelagem Preditiva e Validação Cruzada

Simulação de Sistemas Reparáveis

Use o conjunto dos valiosos algoritmos do JMP Pro para criar e validar seus modelos de forma mais eficaz.

Comparação e triagem de modelos

Construa diversos modelos e determine o melhor para o problema que você está tentando resolver.

Repositório de Fórmulas e Código de Pontuação

Organize seus modelos e salve o código de pontuação do modelo em SAS, C, Python, JavaScript ou SQL.

Modelagem de equação estrutural (MEE)

Use esta estrutura para enquadrar uma variedade de modelos, incluindo análise fatorial confirmatória, modelos de caminho, modelos de erro de medição e modelos de curva de crescimento latente.

Modelagem Moderna

Use novas técnicas de modelagem, incluindo a regressão generalizada com métodos penalizados, para criar modelos melhores, mesmo com dados difíceis.

Análise funcional de dados

Crie modelos de dados formando funções, sinais ou séries com o explorador de dados funcionais (FDE).

Diagramas de Blocos de Confiabilidade

Corrija facilmente pontos fracos em seu sistema e esteja bem informado para prever futuras falhas do sistema.

Simule eventos de reparo do sistema para entender o tempo de inatividade, assim como o número e o custo dos eventos de reparo.

Matrizes de Cobertura

Projete seu experimento para maximizar a probabilidade de encontrar defeitos e, ao mesmo tempo, minimizar o custo e o tempo.

Seleção de termo e análise de sentimentos

Utilize seus dados não estruturados para identificar os termos associados a uma resposta e explorar o sentimento básico dela.

Modelos Mistos

Analise dados envolvendo tempo e espaço, onde múltiplos assuntos são medidos ou grupos de variáveis estão correlacionados.

Modelos de Crescimento

Preveja segmentos de consumidores com maior probabilidade de responder favoravelmente a uma ação, permitindo decisões de marketing direcionadas.

Modelos lineares generalizados mistos (MLGM)

Ajusta modelos com variáveis de resposta não gaussianas e efeitos de projeto aleatórios.

› Saiba mais sobre os recursos do JMP

Veja por que as principais organizações escolhem o JMP:

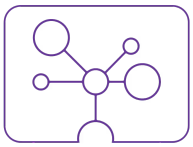
› Syngenta



JMP®

Software de análise de dados para inovação interativa

› Saiba mais



JMP® Live

Software de análise colaborativa para compartilhamento seguro de conhecimento em toda a empresa

› Saiba mais



JMP® Clinical

Software de análises de dados clínicos para garantir a segurança e a eficácia dos testes

› Saiba mais

Pronto para o próximo passo?

Solicite uma versão de avaliação do JMP® Pro



© 2023 JMP Statistical Discovery LLC. Todos os direitos reservados. | Preferências de Cookies

jmp Statistical Discovery.™ From SAS.

Recursos do JMP®

Repleto de ferramentas para preparação de dados, análises, geração de gráficos e muito mais, o JMP tem tudo o que você precisa para passar rapidamente dos dados brutos às informações práticas. Tudo em uma plataforma de autoatendimento simplificada.

Experimente o JMP gratuitamente

Adquira o JMP agora



Saiba mais sobre o fluxo de trabalho de análises do JMP ›

Saiba mais sobre os recursos do JMP:

- Modelagem estatística avançada
- Automação e scripts
- Análise e modelagem básica de dados
- Pesquisa de mercado e com o consumidor
- Organização de conteúdo
- Acesso aos dados com o JMP
- Combinação e limpeza de dados
- Exploração e visualização de dados
- Planejamento de Experimentos
- Personalização em massa
- Modelagem preditiva e aprendizagem de máquina
- Engenharia de Qualidade e Processos
- Análise de confiabilidade
- Compartilhamento e comunicação de resultados

Modelagem estatística avançada

Análise multivariada ›

- Análise de componentes principais (PCA)
- Agrupamento
- Análise de correlação
- Análise fatorial
- Dimensionamento multidimensional
- Modelagem de equação estrutural (SEM) PRO
- Análise discriminante
- Análise de correspondência múltipla
- Análise de classe latente
- Mínimos quadrados parciais (PLS)
- t-SNE

Modelagem não linear ›

- Dissolução
- Regressão não linear
- Modelo de processo gaussiano PRO
- Interpolação por spline
- Curva de ajuste

Séries temporais ›

- ARIMA
- Sazonalidade
- Autocorrelação
- Média móvel
- Auto-regressivo (AR)

Regressão avançada ›

- Regressão generalizada PRO
- Modelos Mistos
- Modelos lineares generalizados
- GLMM PRO
- Regressão penalizada PRO
- Efeitos aleatórios

Seleção variável ›

- Triagem de previsores
- Importância da variável
- Stepwise
- Todos os modelos possíveis
- Contribuições da coluna

Análise funcional de dados ›

- Análise espectral PRO
- Análise de ondaleta PRO
- Suavização PRO
- Suavização de Savitzky-Golay PRO
- DOE funcional PRO
- B-Spline PRO
- P-Spline PRO
- Base de Fourier PRO

Otimização de processo

- Criação de perfil
- Simulação
- Análise de espaço relacionado

Saiba mais

Automação e scripts

Scripts e complementos

- Gravação de ações
- Salvar scripts de tabela

Integração

- R
- Python
- SAS
- MATLAB

Automação

- Criador de processos
- Gravação de ações
- Automação de tarefas de rotina

Saiba mais

Análise e modelagem básica de dados

Ajuste de distribuição

- Normal
- Poisson
- weibull
- Exponencial
- LogNormal
- Teste de normalidade

Teste básico de hipóteses

- Teste t
- Teste t pareado
- ANOVA
- Teste de equivalência
- Superioridade
- Não inferioridade
- Teste de qui-quadrado
- Testes não paramétricos
- Tamanho do efeito
- ANOM
- Teste exato
- Índice de probabilidade
- Risco relativo
- MANOVA
- Robusto
- Variância desigual

Estimativa por intervalo

- Intervalo de confiança
- Intervalo de tolerância
- Intervalo de previsão
- Margem de erro
- Barras de erro

Potência e tamanho da amostra

- Poder estatístico
- Cálculo do tamanho da amostra

Regressão

- Correlação
- Mínimos quadrados simples
- Regressão linear múltipla
- Regressão logística
- Stepwise
- Regressão polinomial
- Interpolação por spline
- Previsão inversa
- Diagnóstico do modelo
- Gráficos de resíduos

Reamostragem

- Bootstrapping
- Teste de permutação
- Amostragem com substituição
- Simulação

Saiba mais ›

Pesquisa de mercado e do consumidor

Segmentação ›

- Agrupamento
- Agrupamento hierárquico
- Agrupamento K-means
- Mapas auto-organizáveis (SOM)
- Análise discriminante
- Dimensionamento multidimensional
- Incorporação multivariada (t-SNE) PRO

Modelagem explicativa ›

- ANOVA
- Regressão

Análise da pesquisa ›

- Análise de classe latente PRO
- Análise de correspondência
- Índice de probabilidade
- Risco relativo
- Análise de itens
- Análise de dados categóricos
- Análise de texto PRO
- Análise fatorial
- Modelagem de equação estrutural (SEM) PRO

Mineração de texto (análise de texto) ›

- Análise de classe latente PRO
- Análise de semântica latente PRO
- Análise de sentimento PRO
- Seleção de termos PRO
- Regressão de texto PRO

Análise de cesta de mercado PRO ›

- Regras de associação
- Análise de afinidade

Experimentação ›

- Teste A/B
- Escolha PRO
- Conjunto PRO
- MAXDIFF PRO
- Crescimento PRO

Análise Fatorial ›

- Modelagem de equação estrutural (SEM) PRO
- Análise fatorial exploratória
- Análise de fator confirmatório PRO
- Diagrama de curso PRO

Saiba mais ›

Organização de conteúdo

Painéis de Controle ›

- Combinação de janelas
- Filtros

Relatórios ›

- Salvar relatório
- Salvar diário do JMP
- Salvar no PowerPoint

JMP Live (produto separado) ›

- Pastas hierárquicas
- Atualização de dados
- Espaços

Aplicações ›

Projetos ›

Saiba mais ›

Acesso aos dados com o JMP

Importar dados

- Texto
- Excel
- XML
- JSON
- SAS
- Vários arquivos
- PDF
- CSV
- R
- Python
- MATLAB

Consulta de banco de dados

- Repositório de dados
- Data lake
- Histórico de dados
- SQL
- ODBC

Acesso a dados na web

- API
- Internet aberta
- Planilhas do Google

Conector de dados

- Interface de dados personalizada
- Conector de OSIsoft PI

Saiba mais

Combinação e limpeza de dados

Moldagem de tabelas

- Subconjunto
- Ordenação
- Pilha
- Divisão
- Transposição
- Exclusão de colunas
- Exclusão de linhas
- Agrupamento de colunas
- Reorganização de colunas
- Adição de linhas
- Adição de colunas

Mescla de dados

- União
- Concatenação
- Atualização

Metadados

- Tipos de dados
- Tipos de modelagem
- Atributos de padronização

Detecção de anomalias

- Observações incomuns
- Detecção de valores atípicos

Dados ausentes

- Imputação
- Informativo ausente
- Padrão de dados ausentes

Limpeza de dados

- Reprogramação
- Edição de valores de dados
- Exclusão de valores
- Ocultar de valores
- Localizar células correspondentes

Transformação de dados

- Variáveis derivadas
- Criação de recursos
- Transformações de dados
- Compartimentalização de dados
- Variável do indicador
- Variável fictícia

Fluxo de trabalho de dados

- Salvar scripts
- Repetibilidade
- Criador de processos

Saiba mais

Exploração e visualização de dados

Representação gráfica

- Histograma
- Diagrama em caixa (Box plot)
- Diagrama de dispersão
- Matriz do diagrama de dispersão
- Gráfico de barras
- Gráfico de áreas
- Mapa de calor
- Gráfico de pizza
- Mapa da árvore
- Gráfico de mosaico
- Gráfico de paralelas
- Gráfico de execução
- Gráfico de linha
- Linha de tendência
- Criador de fórmulas
- Diagrama de caixa (Box plot) comparativo
- Gráfico de variabilidade
- Gráfico de bolha
- Gráfico de superfície
- Gráfico de contorno
- Diagrama ternário
- Diagrama de Pareto
- Sobreposição

Resumo dos dados

- Média
- Desvio padrão
- Mediana
- Frequência
- Variância
- Quantis
- Robusto

Resumos tabulares

- Tabelas dinâmicas
- Tabelas de contingência/tabulação cruzada

Mapas geográficos

- Mapa X-Y
- Shape files

Filtragem

- Subagrupamento
- Filtro de dados
- Seletor de colunas

Painéis de Controle

- Aplicações
- Painéis interativos

Explorar texto

- Nuvem de palavras
- Dados não estruturados

Saiba mais

Planejamento de Experimentos

Projeto clássicos (designs clássicos)

- Fatorial completo
- Fatorial fracionário
- Superfície de resposta (RSM)
- Projetos de blocos (RCBD, CBD, IBD, RIBD)
- Experimentos em parcelas subdivididas (Split-plot)
- Experimentos em faixas (strip-plot)
- Experimento de misturas

Experimentos ideais

- Experimento personalizado
- Critérios de otimalidade
- Experimentos restritos

Experimentos de triagem

- Triagem definitiva
- Fatorial fracionário

Experimentos robustos

- Matriz de Taguchi
- Experimento de Taguchi
- Fator de ruído

Conceitos de DOE (técnicas de DOE)

- Randomização
- Replicação
- Pontos centrais
- Blocagem
- Experimentação sequencial
- Aumento de experimento

Experimentos para fins especiais

- Preenchimento de espaço
- Matriz de cobertura PRO
- Escolha

- MaxDiff
- Experimento não linear

Avaliar experimento

- Comparação de experimento
- Explorador de experimento
- Diagnóstico de experimento
- Poder
- Aliasing

Saiba mais

Personalização em massa

Scripts e complementos

Preferências

- Compartilhar preferências
- Salvar nas preferências
- Importar preferências

Menus personalizados

- Barras de ferramentas personalizadas

Temas personalizados (estilos personalizados)

- Cores
- Fontes

Desenvolvedor de aplicativos

Saiba mais

Modelagem preditiva e aprendizagem de máquina

Regressão

- Regressão linear múltipla
- Regressão logística
- Regressão generalizada PRO
- Regressão de quantil PRO
- Regressão penalizada PRO
- Regressão regularizada PRO
- LASSO PRO
- Rede elástica PRO
- Ridge PRO

Árvores de decisão

- Bootstrap forest PRO
- Boosted tree PRO
- Floresta aleatória (Random forest) PRO
- Aumento de gradiente PRO
- Partição
- Partição recursiva

Outros modelos preditivos

- K-NN PRO
- Naïve Bayes PRO
- SVM PRO
- Discriminante
- Regressão linear múltipla
- Regressão logística
- Regressão generalizada PRO
- Regressão de quantil PRO
- Regressão penalizada PRO
- Regressão regularizada PRO
- LASSO PRO
- Rede elástica PRO
- Ridge PRO
- Bootstrap forest PRO
- Boosted tree PRO
- Floresta aleatória (Random forest) PRO
- Aumento de gradiente PRO
- Partição
- Partição recursiva

Validação (validação cruzada)

- Validação de K-fold PRO
- Partição de dados PRO
- Exclusão PRO
- Retenção PRO

Seleção de modelo

- Triagem de modelo PRO
- Comparação de modelos PRO
- Matriz de confusão
- Média de modelos
- Consenso
- Matriz de lucro

Implantação de modelo

- Pontuação
- Código de pontuação
- Gestão de modelos PRO
- Depósito de fórmulas PRO
- Fórmula de previsão

Mineração de texto (análise de texto)

- Análise de classe latente PRO
- Análise semântica latente PRO
- Análise de sentimento PRO
- Seleção de termos PRO
- Regressão de texto PRO

Saiba mais

Engenharia de Qualidade e Processos

Controle Estatístico de Processos

- IR
- Xbar R
- Xbar S
- P
- NP
- C
- U
- CUSUM
- EWMA
- UWMS
- Gráfico de controle multivariado
- Regras da Western Electric
- Testes para causas especiais
- Laney P′ e U′
- Levey-Jennings
- Gráficos de controles multivariados baseado em modelos

Capacidade do processo (índice de capacidade)

- Cp
- Cpk
- Pp
- Ppk
- Limites de especificação
- Gráfico de metas
- Capacidade
- Desempenho

Avaliação de qualidade (triagem de processos)

- Índice de estabilidade
- Análise de qualidade
- Detecção de mudança
- Desempenho do processo

Análise de sistema de medição

- Avaliação do processo de medição (EMP)
- Repetibilidade e Reprodutibilidade do Gage (R&R)
- R&R do Gage tipo 1
- Gráfico de variabilidade
- Linearidade, viés
- Kappa
- Acordo
- R&R do Gage do atributo
- Componentes de variância
- Projeto da MSA

Melhoria da qualidade (Six Sigma)

- Gráfico de Pareto
- Diagrama de causa e efeito (espinha de peixe, Ishikawa)
- Nível de qualidade Six Sigma (tamanho da amostra)

Amostragem de aceitação

- Curvas características de operação (CO)

Saiba mais

Análise de confiabilidade

Análise de tempo de falha

- Sobrevivência
- Ajuste paramétrico de sobrevivência
- Ajuste de riscos proporcionais
- Kaplan-Meier
- Análise de risco

Confiabilidade do componente

- Plataforma de Distribuição
- Fit Life by X (Teste de vida acelerado)
- Danos cumulativos
- Degradação
- Degradação destrutiva
- Degradação de medidas repetidas
- Testes acelerados
- Análise de confiabilidade bayesiana

Confiabilidade do sistema

- Aumento de confiabilidade
- Diagrama de blocos de confiabilidade (RBD) PRO
- Simulação de sistemas reparáveis (RSS) PRO
- Análise de recorrência

- Sistema reparável
- Sistema não reparável

Planejamento de confiabilidade (experimento de confiabilidade) ›

- RBD PRO
- RSS PRO
- Projeto de teste de vida acelerado
- Plano de teste de confiabilidade
- Previsão de confiabilidade
- Tamanho da amostra de confiabilidade

Saiba mais ›

Compartilhamento e comunicação de resultados

Compartilhar na web (nuvem) ›

- JMP® Live
- Publicar resultados
- HTML interativo

Painel de Controle ›

- Aplicação

Diário (caderno de anotações) ›

Fluxo de trabalho ›

- Fluxo de trabalho reproduzível

Exportar resultados ›

- Salvar no PowerPoint
- Gráficos com qualidade de publicação
- GIFs

Saiba mais ›

PRO = Recursos exclusivos do JMP® Pro

Pronto para o próximo passo?

Experimente o JMP gratuitamente | Adquira o JMP agora

© 2023 JMP Statistical Discovery LLC. Todos os direitos reservados. | Preferências de Cookies

Escritórios internacionais

América | Ásia-Pacífico | Europa | Oriente Médio | Distribuidores da JMP

América

Corporate Headquarters
100 SAS Campus Drive
Cary, NC 27513
Phone: +1 (877) 594-6567
Fax: +1 (919) 677-4444
Contact: jmpsales@jmp.com
› jmp.com

JMP Canada
100 SAS Campus Drive
Cary, NC 27513
Phone: +1 (919) 531-2420
Fax: +1 (919) 677-4444
Contact: jmpsales@jmp.com

JMP Latin America
100 SAS Campus Drive
Cary, NC 27513
Phone: +1 (919) 531-7113
Fax: +1 (919) 677-4444
Contact: jmpsales@jmp.com

Ásia-Pacífico

JMP China
Room 1503-1506, Grand Gateway, No.1
Hong Qiao Road, Xu Hui District
Shanghai PRC 200030, China
Phone: +86 21 61633069 / 61633080 / 17891905668
Fax: +86 21 61638589
Contact: jmpchina@sas.com
› jmp.com/china

JMP Japan
Roppongi Hills Mori Tower 11th Floor,
6-10-1 Roppongi, Minato-ku
Tokyo 106-6111, Japan
Phone: +81 3 6434 3780 (Sales)
Phone: +81 3 6434 3782 (Technical Support)
Fax: +81 3 6434 3781
Contact: jmpjapan@jmp.com
› jmp.com/japan

JMP Korea
33F Trade Tower, 511 YoungDong Street
Gangnam-gu,
Seoul 06164, South Korea
Phone: +82 2 2191 7117
Contact: jmpsaleskorea@jmp.com
› jmp.com/korea

JMP Hong Kong
14/F Cityplaza 4, Taikoo Shing, Hong Kong
Phone: (852) 3069 7001
Contact: jmpchina@sas.com
› jmp.com/hongkong

JMP Taiwan
10480 12F, No10, Ming Sheng East Road.
Sec. 3, Taipei, Taiwan
Phone: (886) 2 2181 1045 / (886) 2 2181 1043
Contact: jmpchina@sas.com
› jmp.com/taiwan

JMP Malaysia, Philippines, Thailand, Vietnam, Indonesia
Suite 6-3A, Menara CIMB, Jalan Stesen Sentral 2, Kuala Lumpur Sentral, 50470
Kuala Lumpur, Wilayah Persekutuan, Kuala Lumpur, Malaysia
Phone: +60 3-2725 2277
Contact: jmpasia@sas.com
› jmp.com/malaysia

JMP Singapore & India
1 Wallich St, #16-01/02 Guoco Tower,
Singapore 078881
Phone: +60 3 2725 2235
Contact: jmpasia@sas.com
› jmp.com/singapore
› jmp.com/india

JMP Australia & New Zealand
300 Burns Bay Road, Lane Cove, NSW 2066, Australia
Phone: +61 2 9428 0442
Contact: jmpanz@sas.com
› jmp.com/australia

Europa

JMP France
Domaine de Grégy
Grégy-sur-Yerres
77257 Brie Comte Robert Cedex
Contact: jmpfr@jmp.com
› jmp.com/france

JMP Austria, Germany, Switzerland
Otto-Lilienthal-Straße 36
71034 Böblingen, Germany
Contact: jmp@ger.sas.com
› jmp.com/germany

JMP Italy
Via Darwin 20/22
20143 Milano, Italia
Contact: jmpit@jmp.com
Contact: support@jmp.com
› jmp.com/italy

JMP UK & Western Europe
Henley Road, Medmenham
Marlow, SL7 2EB, United Kingdom
Contact: jmpuk@jmp.com
› jmp.com/uk

JMP Benelux
(Including Belgium, Luxembourg, Netherlands)
Henley Road, Medmenham
Marlow, SL7 2EB, United Kingdom
Contact: jmpbenelux@jmp.com
› jmp.com/belgium
› jmp.com/netherlands

JMP Nordics
(Including Denmark, Norway, Sweden)
Henley Road, Medmenham
Marlow, SL7 2EB, United Kingdom
Contact: jmpne@jmp.com
› jmp.com/denmark

JMP Eastern Europe

In der Neckarhelle 162
D- 69188 Heidelberg, Germany
Contact: jmpger@jmp.com

Oriente Médio

JMP Israel
100 SAS Campus Drive
Cary, NC 27513
Phone: +1 (919) 677-8000
Fax: +1 (919) 677-4444
Contact: jmpsales@jmp.com

Distribuidores da JMP

South Africa
› Octoplus Information Solutions

© 2023 JMP Statistical Discovery LLC. Todos os direitos reservados. | Preferências de Cookies

Adquira o JMP®

Receba mais de seus dados com o software de descoberta estatística JMP.

Compre agora



Perguntas frequentes

Quantas licenças eu preciso?

O JMP é licenciado para usuários designados. Cada usuário precisará da sua própria licença individual.

Há a possibilidade de desconto por volume?

Sim. Ao adicionar mais licenças ao carrinho, você verá que o custo por usuário diminui.

A página de pedidos me limita a 10 usuários. Como posso adicionar mais?

Para grupos maiores de usuários JMP, o melhor é conversarmos sobre as opções de licenciamento. Por favor, entre em contato conosco.

Como posso acrescentar novos usuários à minha licença atual?

Se sua empresa já tiver uma licença do JMP, é fácil adicionar, a qualquer momento, novos usuários à sua assinatura existente. Entre em contato conosco para mais detalhes e valores.

Que tipo de suporte está incluído na minha assinatura anual?

Sua licença JMP inclui todos os novos lançamentos do produto, bem como um suporte técnico abrangente. Os usuários JMP também têm acesso a uma ampla variedade de introdução a recursos, webinários de habilidades analíticas contínuos e uma ativa comunidade de usuários.

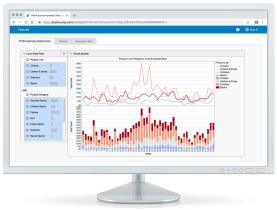
Existe uma oferta especial para licenças acadêmicas?

Sim. Oferecemos diversas opções de licenciamento para aprendizado e ensino com o JMP em instituições de ensino universitário. Visite nossa página de acadêmico para saber qual é o licenciamento ideal para suas necessidades.

Dúvidas?

Ligue para +1 877 594 6567 (EUA) ou solicite informações

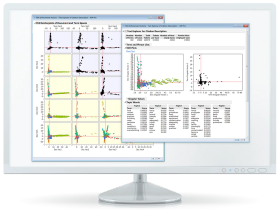
Interessado em adquirir outros produtos JMP?



JMP® Live

Compartilhe dados com qualquer pessoa em sua organização através dos recursos interativos on-line do JMP Live.

› Fale conosco



JMP® Pro

O JMP Pro oferece todas as ferramentas do software JMP, além de recursos avançados para análises preditivas e mais sofisticadas.

› Fale conosco

Ainda não está pronto para comprar?

Experimente o JMP gratuitamente por 30 dias

© 2023 JMP Statistical Discovery LLC. Todos os direitos reservados. | Preferências de Cookies

Anexo VI - Solução 04 - O Projeto R para Computação Estatística.pdf


(/)

[Lar] (/)

Download

CRAN (https://cran.r-project.org/mirrors.html)

Projeto R

Sobre R (/about.html)
Logotipo (/logo/)
Colaboradores (/contributors.html)
O que há de novo? (/news.html)
Relatando erros (/bugs.html)
Conferências (/conferences/)
Procurar (/search.html)
Envolva-se: listas de discussão (/mail.html)
Envolva-se: Contribuindo (https://contributor.r-project.org/)
Páginas do desenvolvedor (https://developer.R-project.org/)
Blog R (https://blog.r-project.org/)

Fundação R

Fundação (/foundation/)
Quadro (/foundation/board.html)
Membros (/foundation/members.html)
Doadores (/foundation/donors.html)
Doar (/foundation/donations.html)

Ajuda com R

Conseguindo ajuda (/help.html)

Documentação

Manuais (https://cran.r-project.org/manuals.html)
Perguntas frequentes (https://cran.r-project.org/faqs.html)
O Jornal R (https://journal.r-project.org)
Livros (/doc/bib/R-books.html)
Certificação (/certification.html)
Outro (/other-docs.html)

Ligações

Biocondutor (https://www.bioconductor.org)
R-Forja (https://r-forge.r-project.org/)
R-Hub (https://r-hub.github.io/rhub/)
GSoC (/gsoc.html)

O Projeto R para Computação Estatística

Começando

R é um ambiente de software livre para computação estatística e gráficos. Ele compila e roda em uma ampla variedade de plataformas UNIX, Windows e MacOS. Para **baixar R (https://cran.r-project.org/mirrors.html)** , escolha seu espelho CRAN (https://cran.r-project.org/mirrors.html) preferido .

Se você tiver dúvidas sobre R, como baixar e instalar o software ou quais são os termos da licença, leia nossas respostas às perguntas frequentes (https://cran.R-project.org/faqs.html) antes de enviar um e-mail.

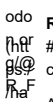
Notícias

- **A versão 4.3.2 do R (Eye Holes)** (https://cran.r-project.org/src/base/R-4) foi lançada em 31/10/2023.
- **A versão 4.2.3 do R (Shortstop Beagle)** (https://cran.r-project.org/src/base/R-4) foi lançada em 15/03/2023.
- Você pode apoiar a R Foundation com uma assinatura renovável como membro apoiador (https://www.r-project.org/foundation/donations.html)

Notícias via Mastodonte



R_Fundação (https://fosstodon.org/@R_Foundation)
rstats (https://fosstodon.org/tags/rstats) R versão 4.3.2 "Eye Holes" (versão fonte) foi lançada.
31 de outubro de 2023 (https://fosstodon.org/@R_Foundation/111331106592201956)



R_Contributores (https://hachyderm.io/@R_Contributors)
RSprint2023 (https://hachyderm.io/tags/RSprint2023) acontece esta semana! 12 membros da equipe principal do R mais 46 colaboradores da comunidade colaborarão nas contribuições para o projeto R. # REstatísticas (https://hachyderm.io/tags/RStats)

Acompanhamento de atividades: github.com/r-devel/r-project-s... (https://github.com/r-devel/r-project-sprint-2023/issues) . Relatório quinta-feira, 31 de agosto, às 16h UTC: meetup.com/warwickrug/events/2... (https://www.meetup.com/warwickrug/events/295067949/) .... (https://github.com/r-devel/r-project-sprint-2023/issues) ... (https://www.meetup.com/warwickrug/events/295067949/)
28 de agosto de 2023 (https://hachyderm.io/@R_Contributors/110965954124427583)



R_Fundação (https://fosstodon.org/@R_Foundation)
Novo blog # RStats (https://fosstodon.org/tags/RStats) de Tomas Kalibera: R funcionará em Windows ARM de 64 bits?

blog.r-project.org/2023/08/23/... (https://blog.r-project.org/2023/08/23/will-r-work-on-64-bit-arm-windows/index.html)
23 de agosto de 2023 (https://fosstodon.org/@R_Foundation/110939317271387244)

Veja mais postagens em fosstodon.org (https://fosstodon.org/@R_Foundation)

Mídia social

Siga a R Foundation no Mastodon (https://fosstodon.org/@R_Foundation) , Twitter (https://twitter.com/_R_Foundation) ou LinkedIn (https://www.linkedin.com/company/the-r-foundation-for-statistical-computing) .

© Fundação R. Para dúvidas sobre este site, entre em contato com o webmaster (mailto:webmaster@r-project.org) ; para dúvidas sobre o próprio R, consulte a seção Obtendo Ajuda (help.html) .

Anexo VII - Pesquisa de Preços nº 321_2023 Detalhada.pdf

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
321/2023	113202	Concluída	FIDEL FURTADO SANCHEZ

Título: Software de Estatística para CECRF

Observações: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de licença de software para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo e controle de qualidade a ser utilizado no Centro de Radiofarmácia do IPEN-CNEN

Total de itens cotados: 1

Valor total da pesquisa de preços: R$ 60.998,2600

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
27502 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software	UNIDADE	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 13.813,5700	R$ 60.998,2600	R$ 35.539,7100	Coeficiente de Variação: 85,4560% Desvio Padrão: 52.126,6824 Maior Preço: R$ 133.641,5000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-SC - Compras.gov.br	25	UNIDADE	R$ 562,5000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	N° do Item	Objeto da Compra
38945905000042023	20/12/2023	28	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição futura de compra de equipamentos e peças de informática, para atender as necessidades internas do CRF/SC

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389459	SISRP	Pregão

Fornecedor

MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-SC - Compras.gov.br	20	UNIDADE	R$ 400,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	N° do Item	Objeto da Compra
38945905000042023	20/12/2023	27	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição futura de compra de equipamentos e peças de informática, para atender as necessidades internas do CRF/SC

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389459	SISRP	Pregão

Fornecedor

MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R$ 7.536,1700	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

15

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença AzureMonetaryCommit ShrdSvr ALNG SubsVL MVL Commit - 6QK-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 7.212,1600	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

14

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Power Pages Auth Users T1 Edu Sub (100 User/Site /Mo) - WDZ-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 2.704,5200	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15317305000102023	20/12/2023	13	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	153173	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Power Pages Anonymous Users T1 Edu Sub (500 User /Site/Mo) - WDU-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	30	UNIDADE	R$ 524,4840	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15317305000102023	20/12/2023	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	153173	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Power Apps Premium Edu Sub Per User - SEK-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	15	UNIDADE	R$ 953,2490	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15317305000102023	20/12/2023	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	153173	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Microsoft Teams Rooms Premium Edu Sub Per Device - V9I-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R$ 119,2610	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15317305000102023	20/12/2023	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	153173	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Teams Premium Edu Sub Per User - ZXI-00009

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	75	UNIDADE	R$ 2.092,8000	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença SQL Server Standard Core Alng LSA 2L - 7NQ-00302

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	45	UNIDADE	R$ 8.025,7200	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

8

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L - 7JQ-00341

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 49,5921	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Win Remote Desktop Services CAL ALng LSA DCAL - 6VC-01251

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	480	UNIDADE	R$ 38,5982	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Win Server Standard Core Alng LSA 2L - 9EM-00562

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R$ 208,1680	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

5

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Win Server DC Core ALng LSA 2L - 9EA-00039

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R$ 131,2110	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Visio P2 Edu Sub Per User - P4U-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	210	UNIDADE	R$ 334,3600	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Project P3 Edu Sub Per User - 7MA-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 119.090,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença Power BI Premium P1 Edu Sub -GST-00001

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	4950	UNIDADE	R$ 639,9210	20/12/2023	Não

Id da Compra

15317305000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de subscrição de direitos de uso de softwares e soluçõesda plataforma Microsoft - Enrollment for Education Solutions (Microsoft EES), na modalidade SaaS (software como serviço) de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência e seus Encartes.

Esfera

Federal

UASG

153173

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença M365 A5 Unified Edu Sub Per User - AAD-38400.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 250.000,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

92838905000102023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa que forneça licença de uso de software específico para Gestão Pública do PREVINI com a prestação de serviço de manutenção, atualização e treinamento de pessoal nas atividades de análise e concessão de benefícios, recursos humanose folha de pagamento, protocolo, Cadastro e demais atividades afins.

Esfera

Estadual

UASG

928389

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ACTUARY SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 5.500,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92589205000402023	20/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de enriquecimento de base de dados, via interface de programação de aplicação (api)web, com limite de 50.000 consultas/registros por ano, incluindo licença de uso, ativação e suporte técnico, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925892	SISPP	Pregão

Fornecedor

PREVINITY SOLUCOES INTELIGENTES EM INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução deenriquecimento de base de dados, via interface de programação de aplicação (api) web, com limite de 50.000 consultas/registros por ano, incluindo licença de uso, ativação e suporte técnico,

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	8	UNIDADE	R$ 6.700,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006520 23	20/12/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Renovação do suporte técnico e atualização de licenças dos softwares VMware vCenter Server Standard e VMware vSphere Enterprise Plus, na modalidade Production

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

EM2 IT SOLUTIONS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

VMWare vSphere 8 Enterprise Plus for 1 processor. VERIFICAR DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL E ANEXOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	4	UNIDADE	R$ 8.050,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006520 23	20/12/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Renovação do suporte técnico e atualização de licenças dos softwares VMware vCenter Server Standard e VMware vSphere Enterprise Plus, na modalidade Production

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

EM2 IT SOLUTIONS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

VMWare vSphere 8 Enterprise Plus for 1 processor. VERIFICAR DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL E ANEXOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R$ 8.050,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006520 23	20/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Renovação do suporte técnico e atualização de licenças dos softwares VMware vCenter Server Standard e VMware vSphere Enterprise Plus, na modalidade Production

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

EM2 IT SOLUTIONS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

VMWare vSphere 8 Enterprise Plus for 1 processor. VERIFICAR DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL E ANEXOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 11.990,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006520 23	20/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Renovação do suporte técnico e atualização de licenças dos softwares VMware vCenter Server Standard e VMware vSphere Enterprise Plus, na modalidade Production

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

EM2 IT SOLUTIONS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

VMWare vCenter Server 8 Standard for vSphere 8 Per Instance. VERIFICAR DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL E ANEXOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	3541	UNIDADE	R$ 1.187,6300	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006320 23	20/12/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição /renovação de licenças de acesso cliente e de licenças de software de escritório, nas modalidades de contrato EA - Enterprise Agreement e/ou EAS Enterprise Agreement Subscription, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

O365 E1 Sub Per User - Subscrição de licenças Office 365 modalidade E1, em complemento à aquisição das licenças CoreCAL Bridge, pelo período de 36 (trinta e seis) meses. (Part-number / identificador Microsoft: T6A-00024)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	3541	UNIDADE	R$ 385,2900	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006320 23	20/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição /renovação de licenças de acesso cliente e de licenças de software de escritório, nas modalidades de contrato EA - Enterprise Agreement e/ou EAS Enterprise Agreement Subscription, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

CCAL Bridge O365 Sub Per User - Subscrição de licenças CoreCAL Bridge de usuário - para acesso ao Windows Server e outros serviços de rede Microsoft correlatos - pelo período de 36 (trinta e seis) meses. (Part-number / identificador Microsoft: AAA-12414)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	200	UNIDADE	R$ 375,6600	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70014050006320 23	20/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição /renovação de licenças de acesso cliente e de licenças de software de escritório, nas modalidades de contrato EA - Enterprise Agreement e/ou EAS Enterprise Agreement Subscription, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70014	SISPP	Pregão

Fornecedor

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Win Remote Desktop Services CAL ALng SA UCAL - Software Assurance de 36 (trinta e seis) meses de licenças CAL RDS de usuário para acesso remoto ao ambienteWindows. (Part-number / identificador Microsoft: 6VC-01254)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1100	UNIDADE	R$ 114,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98600105009772023	20/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de LICENCIAMENTO DO USO DE SOFTWARE ANTIVÍRUS SYMANTEC ENDPOINT.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	986001	SISPP	Pregão

Fornecedor

CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Licença de 24 (vinte e quatro) meses para uso do Antivírus Symantec Endpoint Protection 14 e suporte a upgrade de versão durante a validade da licença.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 69.000,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305004412023	20/12/2023	5	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Renovação de Garantia e Suporte deServidores de Hiperconvergência Nutanix e Switches Arista, para atender demandas do Datacenter do Governo do Estado de Rondônia, que faz usodesses equipamentos em tempo integral, e aproxima-se a data de vencimento do suporte e garantia, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão

Fornecedor

CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Renovação de Garantia e Suporte de Switch Arista Modelo: 7050X3 Nº Série: JPE20442523 e JPE20442425 Período: 3 anos

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	48	UNIDADE	R$ 11.200,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

92537305004412023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Renovação de Garantia e Suporte deServidores de Hiperconvergência Nutanix e Switches Arista, para atender demandas do Datacenter do Governo do Estado de Rondônia, que faz usodesses equipamentos em tempo integral, e aproxima-se a data de vencimento do suporte e garantia, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Esfera

Estadual

UASG

925373

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Renovação de Garantia e Suporte de Software Commvault Modelo: Commvault NºSérie:FEF66 Período: 3 anos

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 158.000,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	N° do Item	Objeto da Compra
92537305004412023	20/12/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Renovação de Garantia e Suporte deServidores de Hiperconvergência Nutanix e Switches Arista, para atender demandas do Datacenter do Governo do Estado de Rondônia, que faz usodesses equipamentos em tempo integral, e aproxima-se a data de vencimento do suporte e garantia, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão

Fornecedor

CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Renovação de Garantia e Suporte de Nós de Hiperconvergência Nutanix Modelo:NX-1165-G7Nº Série: 20SM6L430078 Período: 3 anos

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5	UNIDADE	R$ 270.000,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305004412023	20/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Renovação de Garantia e Suporte deServidores de Hiperconvergência Nutanix e Switches Arista, para atender demandas do Datacenter do Governo do Estado de Rondônia, que faz usodesses equipamentos em tempo integral, e aproxima-se a data de vencimento do suporte e garantia, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão

Fornecedor

CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Renovação de Garantia e Suporte de Nós de Hiperconvergência Nutanix Modelo: NX-8155- G7Nº Série: 20SM5A460094, 20SM5A440069, 20SM5A410312, 20SM5A530235 e 20SM5A530190 Período: 3 anos

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 198.500,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305004412023	20/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Renovação de Garantia e Suporte deServidores de Hiperconvergência Nutanix e Switches Arista, para atender demandas do Datacenter do Governo do Estado de Rondônia, que faz usodesses equipamentos em tempo integral, e aproxima-se a data de vencimento do suporte e garantia, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão

Fornecedor

CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Renovação de Garantia e Suporte de Nós de Hiperconvergência Nutanix Modelo: NX-8035-G7 Nº Série: 19SM3F480267, 19SM3F500022 e 19SM3F520400 Período: 3 anos

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 25.593,2000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70001050003420 23	20/12/2023	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção de ativos de rede de dados com reposição de peças, atualização de software e evolução tecnológica, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70001	SISPP	Pregão

Fornecedor

YSSY SOLUCOES S.A.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Subscrição Cisco Identity Service Engine Essentials para 5000 usuários por 12meses (Part number ISE-E-LIC).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 36.741,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70001050003420 23	20/12/2023	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção de ativos de rede de dados com reposição de peças, atualização de software e evolução tecnológica, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70001	SISPP	Pregão

Fornecedor

YSSY SOLUCOES S.A.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Licença de uso perpétuo de Cisco ISE Virtual Appliance com TACACS. (Partnumbers R-ISE-VMC-K9= e L-ISE-TACACS-ND=).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 21.345,9000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
70001050003420 23	20/12/2023	9	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção de ativos de rede de dados com reposição de peças, atualização de software e evolução tecnológica, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70001	SISPP	Pregão

Fornecedor

YSSY SOLUCOES S.A.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Subscrição Cisco SMARTnet por 12 meses para Cisco Prime Infrastructure (Part numbers CON-ECMU-LCTUPG, CON-ECMU-LCT 100A e CON-ECMU-LMMT3XKT)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES - MRE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 4.798,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

24002506000022023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de renovação/aquisição da subscrição de licença do software AdobeCreative Cloud for Teams, por 12 (doze) meses,em sua última versão disponibilizada e atualizada pelo fabricante, com suporte e atualização,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Esfera

Federal

UASG

240025

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software do Adobe Creative Cloud for Teams, por 12 (doze) meses, em sua última versão disponibilizada e atualizada pelo fabricante, com suporte e atualizações.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 8.100,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

11320506007422023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Aquisição de serviços de licenciamentode softwares e serviços agregados.

Esfera

Federal

UASG

113205

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 15.140,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

11320506007422023

Comprado em

20/12/2023

Nº do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Aquisição de serviços de licenciamentode softwares e serviços agregados.

Esfera

Federal

UASG

113205

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 11.000,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

11320506007422023

Comprado em

20/12/2023

Nº do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Aquisição de serviços de licenciamentode softwares e serviços agregados.

Esfera

Federal

UASG

113205

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

48.799.952 ANA CELIA FONSECA DA SILVA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 11.500,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

11320506007422023

Comprado em

20/12/2023

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Aquisição de serviços de licenciamentode softwares e serviços agregados.

Esfera

Federal

UASG

113205

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

48.799.952 ANA CELIA FONSECA DA SILVA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-MG - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 5.900,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38910306000492023	20/12/2023	1	Objeto: Contratação de assinatura de banco de imagens e vídeos que será utilizado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região CREFITO-4, compreendendo o download de 350 itens (280 fotos e 70 vídeos) pelo período de 12 (doze) meses.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389103	SISPP	Dispensa

Fornecedor

L P SOLUCOES INTEGRADAS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 4.950,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012606003592023	20/12/2023	2	Objeto: Renovação de licença dos software de vídeoconferência para uso em eventos simultâneosda pós-graduação e demais setores do ON.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240126	SISPP	Dispensa

Fornecedor

LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 1.950,0000	20/12/2023	Não

Id da Compra

24012606003592023

Comprado em

20/12/2023

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Renovação de licença dos software de vídeoconferência para uso em eventos simultâneosda pós-graduação e demais setores do ON.

Esfera

Federal

UASG

240126

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	50	UNIDADE	R$ 1.660,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra

25442105000232023

Comprado em

19/12/2023

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos, softwares e licenças de uso da marca HPE/Aruba com garantia do fabricante de no mínimo sessenta (60) meses para os hardwares, e de no mínimo trinta e seis (36) meses para os softwares, visando a atualização e expansão da RedeSem Fio (RSF) - Wi-Fi - existente no prédio principal e anexos do Instituto Aggeu Magalhães(IAM) / Fiocruz-PE; com prestação de serviços de implantação envolvendo transferência de conhecimento (hands on), conforme edital e TR

Esfera

Federal

UASG

254421

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	5	UNIDADE	R$ 5.960,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92500705000652023	19/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Licenças Diversas , consiste na aquisição de novas licenças, com a finalidade de atender as áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, conforme Termo de Referencia n. 02/2023-CTI e seus anexos ao Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925007	SISPP	Pregão

Fornecedor

TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

vMix - Versão 4kdo. Licença Perpétua + Suporte Técnico/Atualizações. Part Number N/A, período em 12 meses, conforme Termo de Referencia n. 07 /2023-CTI e seus anexos ao Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 65.200,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92500705000652023	19/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Licenças Diversas , consiste na aquisição de novas licenças, com a finalidade de atender as áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, conforme Termo de Referencia n. 02/2023-CTI e seus anexos ao Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925007	SISPP	Pregão

Fornecedor

TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Single Licence - Stimulsoft Ultimate. Subscrição + Suporte Técnico/Atualizações. Part Number N/A, período em 12 meses, conforme Termo de Referencia n. 07/2023-CTI e seus anexos ao Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R$ 1.250,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
2000105001052023	19/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de solução de antivírus por meio de licenciamento por 12 (doze) meses, com serviço de implementaçãode atualização e serviço de suporte técnico mensal, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	20001	SISPP	Pregão

Fornecedor

NETSAFE CORP LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Subscrição de 150 (cento e cinquenta) licenças da solução de segurança McAfeeManagement for Optimized Virtual Environments (MOVE) (SKU MOVYCM AT)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R$ 92.000,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
2000105001052023	19/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de solução de antivírus por meio de licenciamento por 12 (doze) meses, com serviço de implementaçãode atualização e serviço de suporte técnico mensal, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	20001	SISPP	Pregão

Fornecedor

NETSAFE CORP LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Subscrição de 7000 (sete mil) licenças de antivírus EDR: Trellix MVISION (SKUMV6ECE-DA)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 3.200,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra

15301905000112023

Comprado em

19/12/2023

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de licença de a) software de desenho assistido por computador (CAD) para modelagem aplicada a projetos de engenharia e arquitetura; b) para elaboração de projetos arquitetônicos, layouts e maquetes tridimensionais eletrônicas, e; c) para renderização de imagens e vídeos, que atenda aos requisitos do software de elaboração de maquetes tridimensionais eletrônicas.

Esfera

Federal

UASG

153019

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

GOLDENHARD COMERCIO DE COMPONENTES DE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - V-Ray Solo - licença anual.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 2.180,0000	19/12/2023	Não

Id da Compra

15301905000112023

Comprado em

19/12/2023

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de licença de a) software de desenho assistido por computador (CAD) para modelagem aplicada a projetos de engenharia e arquitetura; b) para elaboração de projetos arquitetônicos, layouts e maquetes tridimensionais eletrônicas, e; c) para renderização de imagens e vídeos, que atenda aos requisitos do software de elaboração de maquetes tridimensionais eletrônicas.

Esfera

Federal

UASG

153019

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

GOLDENHARD COMERCIO DE COMPONENTES DE INFORMATICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Descrição Detalhada

Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - SketchUp PRO - licença anual

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
51	IV	MINITAB INC. - Fornecedor	1		R$ 13.813,5700	04/03/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

EXW00HRH6

Endereço Eletrônico

https://portaldatransparencia.gov.br/pessoa-juridica/EXW00HRH6

Data da Cotação

04/03/2024

Hora da Cotação

10:43

Validade da Cotação

31/03/2024

Contato

MINITAB, INC - https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/pagamento/120090000

Informacões Adicionais

PN: MINITAB 18 MINITAB SOFTWARE 18. IT IS A STATISTICAL SW AIMED AT DATA ANALYSIS REQUISITION: ITL115800DE USD 2.790,00 X R$ 4,95 (Cotação 04/03/2024) = R$ 13.813,57

Anexos

Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington - Convite.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
52	IV	F5 Software Ltda - Fornecedor	1		R$ 133.641,5000	09/09/2021	Sim

Identificação do Fornecedor

06.942.472/0001-40

Endereço Eletrônico

http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/anexosDosItens.asp?uasg=254445&numprp=2262021&prgcod=974145

Data da Cotação

09/09/2021

Hora da Cotação

10:58

Validade da Cotação

31/03/2024

Contato

Allan Mendes/(11) 4280-6660/allan@osbs.com.br

Informacões Adicionais

Pregão nº 226/2021 - FIOCRUZ (UASG nº 254445) - http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=254445&modprp=5&numprp=2262021 Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE) Dados informados Data inicial 09/2021 Data final 12/2023 Valor nominal R$ 115.478,00 (REAL) Dados calculados Índice de correção no período 1,15728970 Valor percentual correspondente 15,728970 % Valor corrigido na data final R$ 133.641,50 (REAL)

Anexos

Edital e Proposta de Pregão Eletrônico nº 226-2021 - BIOMANGUINHOS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
53	IV	RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP - Fornecedor	1		R$ 35.539,7100	29/03/2018	Sim

Identificação do Fornecedor

27.492.080/0001-04

Endereço Eletrônico

BEC/SP Bolsa Eletrônica de Compras

Data da Cotação

29/03/2018

Hora da Cotação

11:09

Validade da Cotação

31/03/2024

Contato

https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_UI/edital/becprp16001.aspx?1wzKo23l%2bfOt5t

Informacões Adicionais

BEC/SP Bolsa Eletrônica de Compras: Pregão Eletrônico nº 029/2018, Processo nº 2018896/0001 - Objeto: SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR MINITAB 18 DA MINITAB INC. Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE) Dados informados Data inicial 03/2018 Data final 12/2023 Valor nominal R$ 26.000,00 (REAL) Dados calculados Índice de correção no período 1,36691190 Valor percentual correspondente 36,691190 % Valor corrigido na data final R$ 35.539,71

Anexos

Edital e Ata de Pregão Eletrônico nº 029-2018 - PRODESP.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

Para atendimento das necessidades de negócio e tecnológicas, os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela a seguir:

Item	Descrição	Código Catálogo*	Plataforma	Período	Requisitante
1	Licença anual por subscrição /assinatura para análise de dados estatísticos, controle estatístico de processo, com acesso simultâneo de 4 (quatro) usuários.	27502	Windows	12 Meses	SEGQR

* *https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca*

Relatório emitido em 09/05/2024 10:44

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Nº do documento
2018NE006086

Última atualização
30/11/2018

Descrição
NOTA DE EMPENHO (NE)

Fase
EMPENHO

Espécie/tipo de documento
ORIGINAL

Valor atual do documento
R$ 10.372,38

Valor original
USD 2.790,00

Valor convertido
R$ 10.372,38 - CONVERSÃO REALIZADA COM O VALOR DA MOEDA DOLAR NORTE AMERICANO NO DIA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO: R$ 1,00 = USD 0,2690. VALOR EM MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDO PARA REAL (R$).

Observação do documento
FINALIDADE/OBS. CONFORME RELACAO DE SERVICO CONSTANTE DA PO NR. 18T006086 - REQ. IT-DE, CONVITE NR. 184558, DE 13JUL18 *PENDENTE NO CONPROCBT VTD (0006) INSCRICAO GENERICA INEXISTENTE*

DADOS DO FAVORECIDO

CPF/CNPJ/Outros
EXW00HRH6

Nome
MINITAB, INC

DADOS DO ÓRGÃO EMITENTE

Órgão Superior
52000
MINISTÉRIO DA DEFESA

Órgão / Entidade Vinculada
52111
COMANDO DA AERONÁUTICA

Unidade Gestora
120090
COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON

Gestão
00001
TESOURO NACIONAL

DADOS DETALHADOS DO EMPENHO

Processo
PAG 184558/CABW/18

DETALHES ORÇAMENTÁRIOS

Esfera
1 - ORÇAMENTO FISCAL

Tipo de crédito
A - INICIAL (LOA)

Fonte de recursos
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS

Grupo da fonte de recursos
2 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE

Unidade orçamentária
52911 - FUNDO AERONAUTICO

Área de Atuação (Função)
05 - DEFESA NACIONAL

Subfunção
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa
2108 - SEM INFORMAÇÃO

Ação
2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

Linguagem Cidadã
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADE

Subtítulo (localizador)
20000001 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL

Plano orçamentário - PO
0002 - MANUTENCAO GERAL

Regionalização do Gasto
NACIONAL

Emenda Parlamentar
000000000000

Autor
SEM EMENDA

DETALHES LICITAÇÃO/CONTRATO

Modalidade da Licitação
CONVITE

Inciso
02

Amparo
LEI8666

Referência da Dispensa ou Inexigibilidade
ART23/02 LEI8666/93

Nº convênio/ outro acordo

BAIXAR

NÚMERO DA LICITAÇÃO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO / ENTIDADE VINCULADA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL
Nenhum registro encontrado				

ANTERIOR PRÓXIMA Exibir 15 resultados

DETALHE DA DESPESA

Categoria da Despesa
3 - DESPESAS CORRENTES

Grupo de Despesa
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação
90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Detalhamento do Gasto

BAIXAR

ITEM	SUBELEMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PN: MINITAB 18 MINITAB SOFTWARE 18. IT IS A STATISTICAL SW AIMED AT DATA ANALYSIS REQUISITION: ITL115800DE	06 - LOCACAO DE SOFTWARES	1	2.790,00	2.790,00

ANTERIOR PRÓXIMA Exibir 15 resultados

DOCUMENTOS RELACIONADOS

DOWNLOAD DE EDITAIS

- MINISTÉRIO DA SAÚDE
  FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
  Instituto de Tecnologia em Imunobiologicos Bio Manguinhos
  Código da UASG: 254445

- **Pregão Eletrônico Nº 226/2021 - (Decreto Nº 10.024/2019)**
  Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Licença de Uso de 12 meses de software de Análise de Estatística
  Edital a partir de: 26/08/2021 das 09:00 às 11:30 Hs e das 12:30 às 16:00 Hs
  Endereço: Avenida Brasil, 4365 - Manguinhos - Manguinhos - Rio de Janeiro (RJ)
  Telefone: (0xx21) 38827177
  Fax: (0xx21)
  Entrega da Proposta: 26/08/2021 às 09:00Hs

- **Itens de Serviços**

  1 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software
  Aquisição de Licença de Uso de 12 meses de software de Análise de Estatística
  Tratamento Diferenciado: -
  Aplicabilidade Decreto 7174: Não
  Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
  Quantidade: 1
  Unidade de fornecimento: Unidade

- **Informações Adicionais do Download**
  O conteúdo deste edital é de inteira responsabilidade do órgão licitante, e eventuais problemas devem ser tratados com o mesmo.

Voltar Download

PREGÃO ELETRÔNICO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS (BIO-MANGUINHOS)

PREGÃO Nº 226/2021.

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25386.001097/2021-54)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**, por intermédio do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS (BIO-**MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item único**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019 alterada pela IN SGD/ME 31/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09/09/2021

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de** Licença de Software de Análise de Estatística 12 meses**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por item único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 254432/254445

Fonte: 6153000000

Programa de Trabalho: 10305502320YE0001

Elemento de Despesa: 339040

PI: 172766

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, **pois o objeto a ser licitado não envolve serviço de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;**

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário e total do item,**

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações descritas no **Anexo III deste edital**;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União

e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05% .

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será **o menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 0,05 % , na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1. No pais;

7.25.2. Por empresas brasileiras;

7.25.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto

quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **até 02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual

descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou

encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será

convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do

art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Entrega), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de até 90(noventa) dias prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no é 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos e condições descritos na IN SEGES/ME nº 53, de 2020 previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21.15. Serão observados os termos a Portaria nº 150/2019-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito da Fiocruz.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@bio.fiocruz.br, pelo fax (21) 2564-2109, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365 – Bairro: Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ, seção de compras nacionais (SECOM).

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Prédio do Almoxarifado de Bio-Manguinhos, Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900 Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.2. ANEXO II – ICNE

23.12.3. ANEXO III – Especificação Complementar

23.12.6. ANEXO IV - PORTARIA 150/2019

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2021.

Pregoeiro

Bio-Manguinhos/FIOCRUZ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

(COMPRAS)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS

(BIO-MANGUINHOS)

PREGÃO Nº 226/2021

(Processo Administrativo n.º 25386.001097/2021-54)

IN nº01/2019 Arts. 12 ao 24 e alterações da IN SGD/ME nº 1/2019 trazidas pela IN SGD/ME nº 202/2019 e IN SGD/ME nº 31/2021

1. Objeto da Contratação

1.1. Aquisição de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses de conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Com intuito de facilitar a identificação bem como a descrição da especificações do softwares solicitado, indicamos como referência comercial as marcas MINITAB, STATISCA ou qualquer outra que possua especificações similar/equivalente, ou de melhor qualidade. Conforme parecer da TCU ACÓRDÃO nº 2401/2006).

1.3. Ao enviar proposta eletrônica, é de obrigatoriedade da licitante a descrição detalhada do objeto ofertado, nos termos do item 13.2 do Anexo I – Termo de Referência;

2. Descrição da Solução TIC

2.1. Contratação de empresa para fornecimento de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses, visando atender as demandas do DIEVA PRF, SEDOC e LAFIQ, nas condições e quantidades exigidas neste instrumento;

2.2. Bens e Serviços que compõem a solução:

Id	Descrição	Código CATMAT/CATSER	Métrica	Quantidade
01	Licença de Software de Análise de Estatística	27502	Unidade	16

3. Justificativa da Contratação

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

Devido ao crescimento contínuo das unidades de Bio-Manguinhos e o surgimento de novos produtos e projetos, torna-se necessária a continuidade de utilização das licenças de software de Análise Estatística, para atender demandas dos setores e departamentos listados abaixo:

- DIEVA PRF – Divisão de Envase Pavilhão Rockfeller;

- SEDOC – Seção de Documentação;
- LAFIQ – Laboratório Físico-Químico;

Para atender as boas práticas de fabricação e as evidências na execução dos processos de Bio-Manguinhos, além de cumprir o planejamento de produção, controle de qualidade e projetos de desenvolvimento tecnológico, assegurando, com isso, o atendimento às demandas do Ministério da Saúde, esta impressora terá entre outras aplicabilidades:

- Realização de análise de produção conforme a RDC301 e utilização para RPP na produção;
- Realização de Análises Estatísticas dos processos do departamento de controle da qualidade (DEQUA)
- Geração de cartas de controle que compõem os documentos apresentados a ANVISA.
- Necessidade de tratamento de dados para criação de cartas de controle emitidas para todos os produtos que são liberados pelo DEQUA e para dar suporte em análises laboratoriais que exigem validação estatística, que permitam manter nossa conformidade com as exigências da ANVISA e da OMS em suas inspeções.

Neste sentido, vale a pena ressaltar que para acompanhar a evolução institucional, buscamos um software com funcionalidades que permitam ao usuário construir uma ampla gama de gráficos de controle de controle. Esses recursos serão utilizados em análises de controle de qualidade com requisitos de análise do sistema de medição, gráficos de controle, análise de capacidade; validações analíticas com requisitos de gráficos de controle, análise de capacidade, intervalos de tolerância, temporalidade, análise do sistema de medição.

Sua aquisição será realizada através de pregão eletrônico, visando proporcionar com maior brevidade a disponibilização destas licenças, conforme a especificação descrita no termo de referência, e está alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia de Informação de Bio-Manguinhos, com vistas à manutenção da infraestrutura adequada para o apoio às atividades fins da Unidade e com as ações da Unidade previstas no Plano Diretor da Fiocruz – Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura de TI.
Aquisição planejada e aprovada no POM 2021.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	**Objetivos Estratégicos**
N1	Prover processos e serviços de TIC com nível de excelência
M1	Aprimorar mecanismos e espaços de comunicação que contribuam para a prestação de contas, a difusão e a captação ágil de informações relativas às atividades desenvolvidas e aos resultados alcançados, favorecendo uma maior interação da Fiocruz coma sociedade, governos e outras instituições.

ALINHAMENTO AO PDTIC <2020-2021>			
ID	**Ação do PDTIC**	**ID**	**Meta do PDTIC associada**
NTIC02	Manutenção e contratação de soluções em TIC para atender as necessidades de informações, serviços, infraestrutura e pessoal de TIC	**B18**	Prover soluções tecnológicas integradas, seguras, responsivas, inteligentes e articuladas com as atividades de Ensino, Pesquisa &

			Desenvolvimento Tecnológico na área de saúde

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	**Descrição**
25777	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE

3.3 Estimativa da demanda

Software de Análise de Estatística		
DIEVA-PRF	Divisão de Envase Pavilhão Rockfeller;	2
SEDOC	Seção de Documentação;	11
LAFIQ	Laboratório Físico-Químico;	3

3.4. Parcelamento da Solução de TIC
3.4.1. Sem efeito;

3.5. Resultados e benefícios
3.5.1. Melhoria nos processos;
3.5.2. Inibir a ocorrência de não conformidades com os órgãos reguladores;
3.5.3. Melhoria de serviços de qualificação de desempenho de equipamentos;
3.5.4. Tratamento de dados para criação de cartas de controle emitidas para todos os produtos que são liberados pelo DEQUA;
3.5.5. Eficiência nas atualizações das soluções.
3.5.6. Rastreamento dos processos de qualidade das unidades;

4. Especificação os Requisitos da Contratação
4.1. Requisitos dos Negócios
4.1.1 . Garantir o suporte das licenças pelo período de 12 meses, garantindo a eficácia da utilização do serviço pelos usuários da instituição;

4.2. Requisitos de Capacitação
4.2.1. Não haverá necessidade de capacitação de funcionários, visto que trata-se de softwares que possuem ferramentas já utilizadas pelos usuários de Bio-Manguinhos.

4.3. Requisitos Legais
4.3.1. Cumprimento de todas as leis e normas aplicáveis ao OBJETO, em especial atenção àquelas relacionadas ao pagamento das obrigações empresariais relacionadas à encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.
4.3.2. Observância da Política de Segurança da Informação da FIOCRUZ e de Bio-Manguinhos.
4.3.3. Cumprir os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO, bem como os requisitos técnicos descritos no Termo de Referência;
4.3.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constuição da República Federava do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei nº 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), IN. nº 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. A Fabricante será responsável para o fornecimento da renovação de licenças pelo período de 12 meses;

4.5. Requisitos Temporais

Entrega das Licenças		
Descrição	**Início**	**Prazo**
Software de Análise de Estatística	1º dia útil após Assinatura do Contrato ou ICNE.	15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato, em remessa única.

4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1. A entrega das licenças de uso dos softwares dar-se-á através do fornecimento via e-mail, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de link para acesso ao Portal do Fornecedor, para a criação de login e senha, que posteriormente possibilitarão download do software contendo a versão mais atual do software, bem como a chave de acesso para instalação do aplicativo.

4.6.2. A empresa fornecedora da Solução é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.

4.7. Requisitos de Garantia

4.7.1. Garantia de 12 (doze) meses com suporte;

4.7.2. Licenças disponibilizadas em sua última versão, com suas devidas atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses;

4.7.3. A CONTRATADA deverá prestar atendimento de suporte técnico através de serviço telefônico local, em português do Brasil, a cobrar ou gratuito (0800) ou website do próprio fabricante ou da CONTRATADA, gratuitamente, mediante solicitação da equipe técnica do CONTRATANTE.

5. Especificação dos Requisitos da Contratação

5.1. Software de Estatística que possua um programa estatístico, com ampla opção de recursos para análises, simplicidade de utilização e principalmente que possua kit de validação de software, exigência regulatória de acordo com o informado abaixo:

5.1.1. Gráfico de dispersão;

5.1.2. Matriz de dispersão;

5.1.3. Gráfico de bolhas;

5.1.4. Gráfico de dispersão marginal;

5.1.5. Histograma;

5.1.6. Diagrama de pontos;

5.1.7. Ramo e folha;

5.1.8. Gráfico de probabilidade;

5.1.9. FDA emírica;

5.1.10. Gráfico de distribuição de probabilidade;
5.1.11. Boxplot;
5.1.12. Gráfico de intervalos;
5.1.13. Gráfico de valores individuais;
5.1.14. Gráfico de linha;
5.1.15. Gráfico de barras;
5.1.16. Gráfico de setores
5.1.17. Gráfico de séries temporais;
5.1.18. Gráfico de área;
5.1.19. Gráfico de contorno;
5.1.20. Gráfico de dispersão 3D;
5.1.21. Gráfico de superfície 3D;
5.1.22. Carta de Controle para variáveis;
5.1.23. Carta de Controle para atributos;
5.1.24. Carta de Controle multivariada;
5.1.25. Cartas de Controle para eventos raros;
5.1.26. Capability Sixpack;
5.1.27. Análise de Capacidade;
5.1.28. Intervalos de tolerância;
5.1.29. Análise de concordância por atributos;
5.1.30. DOE (Planejamento de Experimento);
5.1.31. Estimação de tamanho amostral;
5.1.32. Intervalos de tolerância;
5.1.33. Estatística descritiva;
5.1.34. Correlação;
5.1.35. Regressão com dados de vida
5.1.36. Análise por logito/probito
5.1.37. Regressão ANOVA
5.1.38. Regressão ANCOVA
5.1.39. Regressão linear
5.1.40. Regressão não linear
5.1.41. Modelos multivariados
5.1.42. Análise de agrupamento
5.1.43. Análise de séries temporais
5.1.44. Gráficos de dispersão
5.1.45. Mapas de calor
5.1.46. Boxplots
5.1.47. Gráfico de valores individuais
5.1.48. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos
5.1.49. Kit de validação do software
5.1.50. Árvores de Classificação e Regressão

6. Responsabilidades

6.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
6.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
6.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
6.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
6.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos equipamentos;
6.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

6.2. Responsabilidade da Contratada
6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
6.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
6.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
6.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
6.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
6.2.6. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
6.2.7. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
6.2.8. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
6.2.9. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

7. Modelo de Execução
7.1. Rotinas de Execução
7.1.1. O acesso ao software deverá ser liberado em no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da confirmação da data de assinatura do contrato ou ainda da data de confirmação do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA;
7.1.2. Realizar atendimento a chamados de serviços garantindo estabilidade e otimização;
7.1.3. Disponibilizar documentação e manuais de referência, licença de uso, e outros produtos adicionais que a CONTRATANTE tem direito;
7.1.4. A CONTRATADA deve garantir a qualidade de todos os serviços prestados escopo deste Termo de referência;
7.1.5. Durante o período do contrato, a CONTRATADA deve garantir a adequada qualidade dos serviços prestados, sem ônus para a CONTRATANTE;
7.1.6. Se, durante o prazo de vigência do contrato forem verificados quaisquer defeitos ou divergências nas prestações de serviços, a CONTRATANTE comunicará o fato por escrito à CONTRATADA, acordando o prazo para correção dos defeitos e eliminação das divergências.

7.2. Prazo de Entrega

7.2.1. O prazo de entrega dos acessos de uso ao software será de 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura da ICNE – Informações Complementares à Nota de Empenho;
7.2.2. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito Bio-Manguinhos tal ocorrência, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), com a devida justificativa e comprovação, indicando a data em efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a 30 (trinta) dias.

7.3. Da Subcontratação
7.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7.4. Local de Entrega
7.4.1. Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos – Avenida Brasil 4365, Manguinhos RJ – Rio de Janeiro.
7.4.2. Se forem entregues mídias físicas, os produtos deverão ser entregues, em dias úteis, devendo a entrega ser agendada, previamente, com antecedência de pelo ao menos 24 horas, junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br – em caso de dúvidas entrar em contato através dos telefones: (21) 3882-7017 ou 9468. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.
7.4.3. No caso de envio de licença eletrônica, as mesmas deverão ser encaminhadas para o e-mail licenciamentodesoftware@bio.fiocruz.br.
7.4.4. Serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
7.4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
7.4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
7.4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.5. Quantidade mínima de fornecimento dos Softwares

Id	Descrição	Quantidade
01	Licença de Software de Análise de Estatística	16

7.5.1. As licenças dos softwares que compõem o objeto da contratação deverão ter suporte técnico e atualização de versão do fabricante.
7.5.2. As licenças e subscrições de software deverão ser devidamente reconhecidas e emitidas em favor da Contratante pelo fabricante, de acordo com suas regras e práticas de licenciamento.
7.5.3. As licenças deverão ser disponibilizadas aos gestores e usuários com total estabilidade.

7.6. Suporte Técnico
7.6.1. A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados técnicos, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;
7.6.2. O serviço de suporte técnico previsto durante o período de garantia deverá, independentemente de configuração ou política de comercialização do fabricante, prover obrigatoriamente:
7.6.2.1. A assistência técnica, deverá ser fornecida na modalidade de 8x5 horas por dia, durante horário comercia
7.6.2.2. O início do atendimento da assistência técnica da garantia ocorrerá a partir da emissão da licença para Bio-Manguinhos.

7.7. Papeis e Responsabilidades
7.7.1. Gestor do Contrato: Servidor com capacidade gerencial, técnica e operacional, relacionada ao processo de gestão do contrato.
7.7.2. Fiscal Técnico: Servidor representante, indicado pela autoridade competente responsável em fiscalizar tecnicamente o contrato.
7.7.3. Preposto da Contratada: Representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Bio-Manguinhos, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

7.8. Mecanismos Formais de Comunicação
7.8.1. São instrumentos formais de comunicação entre Bio-Manguinhos e a CONTRATADA:
7.8.2. Portal web 24x7 com sistema de helpdesk exclusivamente para abertura de chamados de suporte técnico. Mediante login e senha de acesso ao sistema, os membros da equipe técnica da CONTRATANTE poderão abrir, gerenciar status e conferir todo o histórico de chamados de suporte técnico.
7.8.3. Correio eletrônico: Sempre que exigir-se, a comunicação entre o represente da DITIN e o preposto da FORNECEDORA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo oficio, as comunicações por correio eletrônico. O representante da DITIN e o preposto responderão sobre todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e dentro da razoabilidade. As solicitações referentes as dúvidas e necessidades técnicas dos serviços poderão ser feitas por e-mail entre o gestor do contrato e a Fornecedora.

7.9. Manutenção de sigilo e Normas de Segurança
7.9.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7.9.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

8. Modelo de Gestão do Contrato

O Modelo de Gestão do Contrato contempla as condições para gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da solução de TIC, com base no Modelo de Execução do Contrato, observando os itens a seguir:

8.1. Critérios de Aceitação

Provisoriamente - para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes neste Termo de Referência, o prazo máximo de 10 (dez) dias uteis contados da data de sua entrega;

Definitivamente - mediante assinatura de termo de aceite firmado pelas partes, decorrido o prazo fixado no inciso anterior.

8.2. Procedimento de teste e inspeção

8.2.1. Após os serviços instalação e configuração do software serem concluídos e homologados pela Bio-Manguinhos, findo o qual, estando a solução em perfeito funcionamento, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

8.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.2.3. A avaliação e ateste do equipamento será feita pelo fiscal do contrato;

8.2.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Gestor e Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendencias que surgirem, determinando o que for necessário a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência a CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei no 8.666/1993, e suas alterações, bem como de acordo com a SLTI/MP IN 04/2014, especialmente designados;

8.2.5. Acompanhar e a fiscalizar os serviços, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua prestação e dar ciência a CONTRATADA, para a fiel execução dos serviços durante toda a vigência do Contrato;

8.2.6. Fiscalizar a prestação dos serviços, de forma ampla e irrestrita, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, considerando que a presença dos servidores designados não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior;

8.2.7. Sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, que estejam em desacordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de produtos em desconformidade com o solicitado;

8.2.8. Receber da CONTRATADA, eventuais irregularidades de caráter urgente ou emergenciais com os esclarecimentos julgados necessários e, as informações sobre possíveis paralisações de serviços, a apresentação de relatório técnico ou razoes justificadoras a serem apreciadas e decididas pelos servidores designados;

8.2.9. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;
8.2.10. Cabe a CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que e total e irrestrita em relação aos serviços prestados, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato;
8.2.11. A atividade de fiscalização não resultara, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes;
8.2.12. Os materiais utilizados deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicara a sua recusa, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba a CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.
8.2.13. As decisões e providencias que ultrapassem a competência do Gestor e/ou Fiscal do contrato serão encaminhadas a autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2o, do art. 67, da Lei no. 8.666/93;
8.2.14. As decisões e providencias sugeridas pela CONTRATADA ou julgadas imprescindíveis, que ultrapassarem a competência dos servidores designados pela CONTRATANTE, deverão ser encaminhadas a autoridade superior, para a adoção das medidas cabíveis;
8.2.15. Os servidores designados deverão conferir os relatórios dos serviços executados pela CONTRATADA, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento;
8.2.16. Aos servidores designados fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas do futuro contrato, além de solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que:
8.2.16.1. Comprometa a perfeita execução dos serviços;
8.2.16.2. Crie obstáculos a fiscalização;
8.2.16.3. Não corresponda as técnicas ou as exigências disciplinares do Órgão; e cujo comportamento ou capacidade técnica sejam inadequados a execução dos serviços, que venha causar embaraço a fiscalização em razão de procedimentos incompatíveis com o exercício de sua função;
8.2.17. CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, na execução do contrato, efetuar diligências e inspeções nas dependências da CONTRATADA, com o objetivo de verificar as condições de execução do serviço prestado;
8.2.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993;
8.2.19. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do CONTRATANTE, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para prestação dos serviços.

8.3. Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento

8.3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

8.3.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.3.1.2. Apresentar documentação falsa;

8.3.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

8.3.1.4. Deixar de entregar a documentação;

8.3.1.5. Não mantiver a proposta;

8.3.1.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.3.1.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.3.1.8. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato;

8.3.1.9. Cometer fraude fiscal;

8.3.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.2.1. Advertência;

8.3.2.2. Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.3.2.3. E se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Bio-Manguinhos promover a rescisão do contrato;

8.3.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

8.3.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3.2.6. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.3.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Bio-Manguihos pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.3.2.8. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

8.3.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 0,5% do valor da contratação.
2	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.

3	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
4	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 3 % sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	De 0,01 a 1,50 aplicar-se -a glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OF Acima de 1,50 aplicar-se -a multa de 2% do valor da OF
8	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5 % do valor total do Contrato.

8.3.4 Serão observados os termos a Portaria nº 150/2019-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito da Fiocruz

8.4. Do Pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado, em uma **única parcela**, no valor total do contrato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal (que só poderá ser emitida após o recebimento definitivo do objeto contratual), nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou

inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.4.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.4.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.4.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.4.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.4.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira diário= 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. Estimativa de Preços

Id	Bem/Serviço	Qtd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1.	Software de Análise de Estatística	**16**		

10. Adequação Orçamentária
10.1. adequação orçamentária: Conforme RCO acostada aos autos do processo.

11. Vigência do Contrato
11.1. O contrato vigorará por 90 (noventa) dias após assinatura o contrato;
11.2. A GARANTIA TÉCNICA terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do processamento da licença, no qual deverão ser garantidos todos os serviços de suporte técnico.

12. Do Reajuste de Preços
12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência do contrato do contrato.

13. Dos Critérios de Seleção do Fornecedor
13.1. Regime de Execução do Contrato
13.1.1. A presente aquisição deverá ser realizada na **modalidade** de PREGÃO ELETRÔNICO, **do tipo** MENOR PREÇO.

13.2. Critério de Julgamento
13.2.1. Apresentar indicação detalhada dos itens cotados citando a marca/modelo, bem como outras características, as quais possam permitir identificá-los, com juntada, inclusive, de catálogos e/ou prospectos.
13.2.2. Informar o endereço eletrônico (site do fabricante dos produtos na Internet), onde se possa efetuar consultas e atualizações (quando cabível).
13.2.3. Os preços inerentes à execução do CONTRATO serão os apresentados na proposta da licitante vencedora.

13.4. Justificativa para Aplicação (ou não) do Direito de Preferência – Decreto nº 7.174/2010 – Lei complementar nº 123/2006
13.4.1. Não se aplica

13.5. Descrição de forma de Aplicação (ou não) da Margem de Preferência – Decreto nº 7.903/2013, Decreto nº 8.184/2014, Decreto nº 8.186/2014 e Decreto nº 8.194/2014
13.5.1. Não se aplica;

14. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

15. Da Equipe de Planejamento da Contratação e da Aprovação
A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 269, de 17 de junho de 2021.

ANEXO II

ICNE

1. O presente contrato será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019 alterada pela IN SGD/ME 31/2021 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.
2. **Objeto do contrato:** Aquisição de .....
3. **Forma de fornecimento:** Entrega Única
4. **Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ,** entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 66.624/70, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.932 de 14/12/2016, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/87, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, através do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS)**, inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado por seu Diretor MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS, portador da Carteira de Identidade nº 04.395.631-7 - Detran, inscrito no CPF sob o nº 603.466.717-87, encontrado na Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, designado pela Portaria do Ministro da Saúde nº 181 de 24/01/2018, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 201/2017-PR, da Sra. Presidente da **FIOCRUZ.**
5. **Contratada:** **6. CNPJ:**
7. Prazo de Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto: 7.1. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura da ICNE (Fiocruz/Bio-Manguinhos), a ser enviado para o e-mail do fornecedor Contratado, onde constará em anexo a Nota de Empenho com suas informações complementares (ICNE) e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Entrega, cujo recebimento deverá ser formalmente confirmado pelo fornecedor Contratado no prazo de até 02 (dois) dias.em remessa única, no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00 **As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através dos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.** 7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante recibo.

7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. Prazo de vigência: 9**0(noventa)** dias, contados do pedido da Contratante (Fiocruz/Bio-Manguinhos), a ser enviado para o e-mail do fornecedor Contratado, onde constará em anexo a Nota de Empenho com suas informações complementares (ICNE) e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Entrega,

9. Dotação Orçamentária

Nota de Empenho:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: **449052**

Fonte de Recursos: **6153000000**

10. Preço e condições de pagamento

Item RCO	Item	Nat. Desp	Material / Serviço	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total: R$

11.1. O pagamento será efetuado pela FIOCRUZ no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do atesto da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), após o aceite realizado pela fiscalização, de acordo com o serviço efetivamente executado e correspondente preço unitário.

11.1.1. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal (NF) para o endereço eletrônico nfe@bio.fiocruz.br, conforme disposto no Protocolo ICMS nº 42/09, para comprovação do serviço efetivamente executado, contendo o mesmo CNPJ do empenho para efeito de pagamento.

11.1.2. O pagamento será efetuado pela FIOCRUZ mediante crédito em conta bancária informada na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

11.1.3. Não será aceita a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) cujo CFOP sejam 6.107 e 6.108, tendo em vista que a Unidade Contratante possui Inscrição Estadual.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.13.1. Os encargos moratórios que a contratada fizer jus e não forem solicitados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da respectiva Nota Fiscal (NF), será objeto de preclusão.

12. Sanções Administrativas:

12.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a contratada estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência por escrito.

12.1.2. Multa de 8% (oito por cento), calculada sobre o valor total do contrato e dos termos aditivos, se for o caso.

12.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FIOCRUZ, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.2. As penalidades previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no subitem 12.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3. A penalidade prevista no subitem 12.1.4 é de competência do Senhor Ministro de Estado de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

12.4. Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato, será aplicada multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, que será calculada sobre o valor da parcela em atraso, no limite máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial.

12.5. As multas referidas nos subitens 12.1.2 e 12.4 poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela FIOCRUZ ou cobradas judicialmente.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. Rescisão, forma e efeitos: arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

14. Obrigação da contratada

A contratada obriga-se a:

14.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste documento, acompanhado da respectiva nota fiscal;

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta ICNE, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

15. Fiscalização

15.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

16. **A proposta comercial de .....**, integra este instrumento, independente de transcrição.

17. Permissões:

17.1. Não é permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar esta ICNE para qualquer operação financeira.

17.1.1. A cessão de crédito, observara as condições e os procedimentos, descritos na IN SEGES/ME nº 53, de 2020.

18. Regularidade da contratada: A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas, em **...../...../2021, constantes do processo nº 25386.....**

19. As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.

_____ _____

Autoridade competente — Representante Legal

Bio Manguinhos — Empresa Contratada:

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

Objeto da Contratação

Aquisição de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses de conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

Com intuito de facilitar a identificação bem como a descrição da especificações do softwares solicitado, indicamos como referência comercial as marcas MINITAB, STATISCA ou qualquer outra que possua especificações similar/equivalente, ou de melhor qualidade. Conforme parecer da TCU ACÓRDÃO nº 2401/2006).

Ao enviar proposta eletrônica, é de obrigatoriedade da licitante a descrição detalhada do objeto ofertado, nos termos do item 13.2 do Anexo I – Termo de Referência;

Descrição da Solução TIC

Contratação de empresa para fornecimento de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses, visando atender as demandas do DIEVA PRF, SEDOC e LAFIQ, nas condições e quantidades exigidas neste instrumento;

Bens e Serviços que compõem a solução:

Id	Descrição	Código CATMAT/CATSER	Métrica	Quantidade
01	Licença de Software de Análise de Estatística 12 meses	27502	Unidade	16

ANEXO IV

PORTARIA
150/2019

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número	
150/2019-Cogead	
Folha 01	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

A Coordenadora Geral de Administração
no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 – PROPÓSITO

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito da Fiocruz, considerando ainda:

1.1 O teor das determinações 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão nº 754/2015-TCU-Plenário, expedido pelo Tribunal de Contas da União, as quais foram objeto de divulgação aos órgãos do Sistema de Serviços Gerais - SISG no Portal de Compras do Governo Federal de caráter obrigatório;

1.2 A necessidade de instrução processual administrativa no âmbito da Fiocruz com adequação entre meios e fins, com vedação a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

1.3 Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Fiocruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas descritas nesta portaria;

1.4 A responsabilidade pela abertura de procedimento administrativo para aplicação das sanções tipificadas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e previstas nesta portaria é da Unidade da Fiocruz na qual a licitação tenha ocorrido.

2.0 OBJETIVO

Normatizar padrões de dosimetria para toda a Fiocruz no que tange a aplicação das penalidades no processo de licitar.

3.0 DEFINIÇÕES

3.1 Retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

3.2 Não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 02	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

3.3 Falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

3.4 Fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

3.5 Comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do Procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com alei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

4.0 - DAS SANÇÕES

Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Fiocruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas:

4.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

4.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

4.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

4.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 03	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

4.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;

4.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF
pelo período de 12 (doze) meses;

4.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF
pelo período de 30 (trinta)meses;

4.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF
pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

4.9 Cometer fraude Fiscal

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF
pelo período de 40 (quarenta) meses;

5.0 - AGRAVANTES

As sanções previstas no *item 4.0* desta portaria poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

5.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

5.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019

5.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

5.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos *subitens 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5* desta portaria poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no *item 3.0*, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes

6.0 - ATENUANTES

6.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

6.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

6.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

6.4 A penalidade a que se refere ao *subitem 4.2* desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

6.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

6.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

6.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no *item 5.0* desta portaria; e

6.4.4 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a
penalidade.

7.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 05	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

7.2 A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

7.3 Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

7.4 No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos *itens 5.0 e 6.0* desta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no caput do *item 5.0* para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do *item 6.0*, para redução da pena.

7.5 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na modalidade de Pregão como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz.

7.6 Os editais de que trata o *subitem 7.5* serão aqueles que serão submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Nota: A Administração Pública formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

8.0 - VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flavia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019

Compras.gov.br

ANEXOS DOS ITENS DO PREGÃO

UASG 254445 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Pregão Nº 2262021 **- (Decreto Nº 10.024/2019)**

Item: 1 - Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Anexo	Enviado em:
06.942.472/0001-40	F5 SOFTWARE LTDA	SOFT-41729_PROPOSTA_OSB atualiz.zip	09/09/2021 10:06
06.942.472/0001-40	F5 SOFTWARE LTDA	SOFT-41729_PROPOSTA_OSB115.zip	09/09/2021 10:25

Fechar

All software, one place.

Proposta # OSB-2021- SOFT-41729

Data proposta:
09/09/2021
Versão: 1. 3

Cliente:
Fiocruz

Contato:
PE 226/2021

(21) 3882- 7000 Ramal: 3060 opção 3

Validade da Proposta:
CONFORME EDITAL

Vendedor:
Allan Mendes
allan@osbs.com.br
(11) 4280-6660

Condições de Pagamento:
CONFORME EDITAL

Forma de Pagamento:
Depósito Bancário

Descrição	Validade	Entrega	Valor Unit.	Quant.	Valor Total
Minitab 20 - 16 Named Users - Anual	Anual	até 5 dias úteis	R$ 115.478,00	1	R$ 115.478,00
Valores em R$ (Reais) e com todos os impostosincluídos.				Total	**R$ 115.478,00**

Dados de Faturamento:
F5 Software LTDA
CNPJ: 06.942.472/0001-40
I.E.: 116.972.504.113
Rua Vergueiro, 1421, Sala 1308 - 13°andar – Torre Sul
Vila Mariana - CEP 04101-000 - São Paulo - SP

Observações:
Obs.1: A OSB Software ficará à disposição em casos de suporte de 1°nível (somente na instalação e ativação). Em casos de suporte de 2° nível (suporte sobre utilização), este será tratado diretamente com o fabricante.

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

Objeto da Contratação:
Aquisição de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses de conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.
Com intuito de facilitar a identificação bem como a descrição da especificações do softwares solicitado, indicamoscomo referência comercial as marcas MINITAB, STATISCA ou qualquer outra que possua especificações similar/equivalente, ou de melhor qualidade. Conforme parecer da TCU ACÓRDÃO nº 2401/2006).
Ao enviar proposta eletrônica, é de obrigatoriedade da licitante a descrição detalhada do objeto ofertado, nos termos do item 13.2 do Anexo I – Termo de Referência;

Descrição da Solução TIC:
Contratação de empresa para fornecimento de Licenças de Software de Análise de Estatística pelo período de 12 (doze) meses, visando atender as demandas do DIEVA PRF, SEDOC e LAFIQ, nas condições e quantidades exigidas neste instrumento;

SP + Digital /governosp

Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural | Legislação | Minutas Edital | Fornecedores | Catálogo | Comunicação | Manuais

13:54:00

Número da OC 513101510852018OC00050 - Itens negociados pelo valor total
Situação ENCERRADO COM VENCEDOR

Ente federativo GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UC SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.

Fase Preparatória Edital e Anexos Pregão Gestão de Prazos Ata Recursos Atos Decisórios

Documentos publicados para esta OC

DOCUMENTO	TIPO DE ARQUIVO	TAMANHO DO ARQUIVO	DATA DO CADASTRO
EDITAL	.PDF	606 KB	16/03/2018 09:01:04

Anexo de Proposta, não existem documentos.

Anexo de Habilitação

DOCUMENTO	TIPO DE ARQUIVO	TAMANHO DO ARQUIVO	DATA DO CADASTRO	TIPO DE CONTEÚDO / JUSTIFICATIVA
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_2.PDF	.PDF	223 KB	29/03/2018 15:08:02	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_3.PDF	.PDF	221 KB	29/03/2018 15:08:09	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_4.PDF	.PDF	239 KB	29/03/2018 15:08:16	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_5.PDF	.PDF	40 KB	29/03/2018 15:09:46	CONTEÚDO LIVRE
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_6.PDF	.PDF	490 KB	29/03/2018 15:10:35	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_7.PDF	.PDF	289 KB	29/03/2018 15:11:02	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_8.PDF	.PDF	218 KB	29/03/2018 15:27:28	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_9.PDF	.PDF	246 KB	29/03/2018 15:43:43	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_10.PDF	.PDF	349 KB	29/03/2018 15:44:03	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_11.PDF	.PDF	309 KB	29/03/2018 15:44:33	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.
ANEXO HABILITAÇÃO FOR0243_12.PDF	.PDF	93 KB	29/03/2018 15:44:38	DADOS PESSOAIS O ARQUIVO CONTÉM DADOS PESSOAIS, TENDO SUA PRIVACIDADE RESGUARDADA PELO ART.5º DA CF/88. O ACESSO SERÁ PERMITIDO APENAS AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SISTEMA BEC/SP E PARTICIPANTES DESTA LICITAÇÃO.



Certifico que o conteúdo deste edital e de seus anexos é idêntico ao do original Modelo 4 – v.1.4 chancelado pela Assessoria Jurídica – PAJ, com Parecer Jurídico às Folhas de Acompanhamento 1 a 6, anexos ao Processo nº 92851.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2018

A **CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP** torna público que se encontra aberta nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação denominada "PREGÃO ELETRÔNICO"**.

PROCESSO N°: 2018896/0001

OFERTA DE COMPRA N°: 513101510852018OC00050

OBJETO: SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR MINITAB 18 DA MINITAB INC.

Forma de Fornecimento: Integral

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/03/2018

HORÁRIO: 9h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

CONSULTA AO EDITAL: O Edital e seus Anexos estão disponíveis na internet nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos", onde poderão ser consultados e extraídas cópias.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A) LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei federal n° 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações;
- Lei estadual n° 6.544 de 22/11/1989 e suas alterações;
- Lei federal n° 10.520 de 17/07/2002;
- Lei federal nº 12.846, de 01/08/2013;

- Decreto estadual n° 47.297 de 06/11/2002;
- Decreto estadual n° 48.999 de 29/09/2004;
- Decreto estadual n° 49.722 de 24/06/2005;
- Decreto estadual n° 51.469 de 02/01/2007;
- Decreto estadual nº 60.106, de 29/01/2014;
- Resolução SF-23 de 25/07/2005;
- Resolução SF-15 de 19/03/2007, e
- Resolução CC-27, de 25/05/2006 alterada pela Resolução CC-52, 27/11/2009.

B) SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da **INTERNET** no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo e indicados no sistema pela autoridade competente.

1 OBJETO

1.1 A licitação regida pelo presente Edital, que será processada na modalidade **Pregão Eletrônico**, tem por objeto a prestação de serviços de **SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR MMINITAB 18 DA MINITAB INC.**

1.1.1 O objeto deste Pregão deverá atender o constante no Relatório de Especificação Técnica Básica Requerida REL.CDCT.131/2017 V.1.0 – **"Anexo IX"**, parte integrante deste Edital.

1.1.2 O valor total estimado da presente licitação é de R$ 27.592,00 (vinte e sete mil, quinhentos e noventa e dois reais) e encontra-se em orçamento estimado no Processo Administrativo, na forma da Lei, estando referido processo franqueado à vista de interessados, mediante prévia solicitação através dos fac-símiles (11) 2845.6437 ou 2845.6440, ou ainda pelo endereço eletrônico pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, sendo a origem de recurso: Empresa não dependente – Fonte 4 recurso próprio e/ou Fonte 6 – Outras Fontes – Convênio Poupatempo e Convênio Acessa São Paulo.

1.1.3 O valor estimado a que se refere o subitem 1.1.2, não se confunde com o valor estabelecido pela PRODESP para aceitabilidade da melhor proposta classificada, após a etapa de lances, conforme previsto na legislação que rege a licitação na modalidade pregão eletrônico e cláusula 5 - SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO e seus subitens, do edital.

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo, em sua versão web-CAUFESP, observando-se, também, as disposições contidas no Decreto Estadual n° 52.205, de 27 de Setembro de 2007, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no Regulamento do Pregão Eletrônico, anexo à Resolução SF n° 23, de 25 de Julho de 2.005.

2.1.1 O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participar em qualquer Pregão Eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2 As informações a respeito das condições exigidas e dos documentos a serem cumpridos para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, **que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP**, relativos ao Pregão Eletrônico **e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens e/ou serviços que cotar**.

2.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

2.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas:

a) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública, quer seja no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos da punição (artigo 87, IV da Lei federal nº 8.666/93) e as suspensas ou impedidas para licitar e contratar com a Administração, qual seja, esfera de

governo do órgão sancionador (artigo 87, III da Lei federal n.º 8.666/93 e do artigo 7.º da Lei federal n.º 10.520/02), conforme Resolução Nº 10/2016 (TC-A-63433/026/90) – Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

b) cuja falência haja sido decretada;

c) estrangeiras que não funcionem no país;

d) reunidas em regime de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

3 PROPOSTA ELETRÔNICA

3.1 A proposta deverá obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e deverá ser enviada por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção PREGÃO ELETRÔNICO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação na íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante, para formulá-la, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital e após o registro do interesse da licitante em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no CAUFESP.

3.2 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contado da data de sua apresentação.

3.3 O preço ofertado para o objeto desta licitação deverá corresponder, obrigatoriamente, à totalidade do mesmo, bem como estarem incluídas todas as despesas referentes a materiais, mão de obra, transporte e demais necessárias para o efetivo fornecimento do objeto, além dos impostos, taxas e encargos incidentes.

3.4 O preço ofertado deverá estar expresso em moeda corrente nacional sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária (Decreto Estadual n° 38.484 de 24/03/94).

3.5 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.5.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.5.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.5.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.6 O preço ofertado na proposta deverá fazer referência à unidade de medida estabelecida.

3.7 A cooperativa de trabalho deverá apresentar sua proposta discriminando os valores dos insumos, especialmente os dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação da PRODESP, observadas as disposições do subitem 5.3, que deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

3.8 A proposta e documentos de habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do artigo 192 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil vigente. Documentos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado, salvo expressões técnicas de uso corrente.

4 HABILITAÇÃO

4.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 5.7 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

4.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.1.2.1 Caso os documentos solicitados no item 4.1.2 não estejam em sua forma consolidada deverão ser apresentadas todas as alterações até a data da realização da sessão do Pregão.

4.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.5 Certidão expedida pela Junta Comercial para empresa na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme artigo 8° da Instrução DNRC n° 103, de 30 de abril de 2007;

4.1.6 Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **"Anexo I"**;

4.1.7 Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a PRODESP, inclusive em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98, Lei estadual nº 10.218/99 e Decreto estadual nº 53.047/08, subscrita por representante legal da licitante, conforme modelo **"Anexo II"**.

4.1.7.1 As licitantes poderão utilizar-se do próprio modelo de formulário que compõe este edital como **"Anexo II"**, desde que devidamente identificado e assinado.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pela licitante que efetivamente for executar o contrato. Se a licitante for a matriz da empresa, os documentos a seguir devem estar em nome da matriz; se a licitante for a filial, os documentos devem estar em nome da filial.

4.1.8 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

4.1.9 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.10 Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, relativas a tributos federais e à divida ativa da União;
b) Certidão de regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Declaração de Isenção ou de Não Incidência, assinada pelo Representante Legal da Licitante sob as penas da Lei, podendo ser aceita a Certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado com base na Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010, nos termos da Portaria CAT 20/1998;
c) Certidão de tributos mobiliários, negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.

4.1.11 Prova de Regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação da CND (certidão negativa de débitos) ou

CPD-EN (certidão positiva de débito com efeitos de negativa).

4.1.12 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio da apresentação do CRF (Certidão de Regularidade do FGTS).

4.1.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas), nos termos do Título 7º-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do parágrafo 2º do artigo 642-A, da Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.1.14 Declaração apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, afirmando ter auferido no ano calendário anterior receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor, que disciplina o enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Modelo **"Anexo III"**;

4.1.15 Declaração apresentada pela Cooperativa, que preenche as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488, de 15 de junho de 2007, afirmando ter auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite estipulado pela legislação em vigor, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme Modelo **"Anexo IV"**.

Nota: O licitante que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1.16 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.1.17. Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.1.17.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

4.2 DOCUMENTAÇÃO GERAL – COOPERATIVA

Além do exame dos documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira exigidos nos subitens 4.1.8 à 4.1.17., serão examinados os documentos abaixo relacionados, **devendo, ainda, estarem todas as atas, devidamente registradas em cartório**.

4.2.1 Estatuto Social da cooperativa, com a ata da assembleia que o aprovou;

4.2.2 Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da lei federal n° 5.764, de 14 de julho de 1.971.;

4.2.3 Atestado de Regularidade emitido pela Organização das Cooperativas de seu local de origem;

4.2.4 Certidão Cível expedida pela Junta Comercial onde está registrada a cooperativa, comprovando a inexistência de pedido de dissolução da entidade;

4.2.5 Ata de fundação;

4.2.6 Regimento Interno com a ata da assembleia que o aprovou;

4.2.7 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que o aprovou;

4.2.8 Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias para comprovação da representatividade dos seus dirigentes e conselheiros;

4.2.9 Registro de Presença dos cooperados em assembleias gerais;

4.2.10 Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto desta licitação;

4.2.11 Relação dos cooperados que executarão o objeto, discriminando e comprovando a data de ingresso de cada qual na cooperativa;

4.2.12 Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **"Anexo I".**

4.3 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. Declaração e Comprovação de Parceiro Certificado ou Revenda Autorizada do fabricante do produto emitida pelo próprio licitante, conforme modelo "**Anexo X"**.

4.3.1.1. A Declaração de Parceiro Certificado ou Revenda Autorizada deverá ser emitida pelo próprio licitante, que deverá declarar e comprovar ser parceiro do Fabricante MINITAB INC. A comprovação de Parceiro Certificado dar-se-á mediante a apresentação de documentos hábeis, tais como: contrato, atestado, carta de certificação de parceria, emitidos em nome do licitante pelo respectivo fabricante, publicações na imprensa ou documento equivalente.

4.3.1.2. O fabricante fica isento de apresentar a Declaração e Comprovação de Revenda Autorizada ou Parceiro Certificado a que se refere o item 4.3.1., para sua participação nesta licitação.

4.3.1.3. Serão aceitos documentos eletrônicos, obedecido o subitem 3.8., desde que permitida a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet.

4.3.2 ATESTADO(S) DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL, conforme modelo **"ANEXO V".** A comprovação da qualificação técnica operacional (experiência anterior) dar-se-á mediante a apresentação de atestados de qualificação operacional, fornecidos por clientes da licitante, pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante no desempenho de atividades pertinentes, compatíveis e de natureza semelhante em características com o objeto desta licitação, atestando, inclusive, o bom desempenho e cumprimento a contento das obrigações contratuais.

4.3.2.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome das empresas declarantes, a identificação do nome e a assinatura do responsável, bem como o número de telefone para contato e deverá comprovar o fornecimento de licenças de características semelhantes às licitadas.

4.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

4.4.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Declaração subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo "**ANEXO VI"**, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda. Declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o

licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

4.4.2. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: Declaração subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo "**ANEXO VI"**, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

5 SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1 No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2 A análise das propostas pelo Pregoeiro, visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.2.1 Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

c) que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação;

d) que apresentarem os preços unitários dos itens que compõem o lote cotado, constantes das propostas apresentadas, incompatíveis com os de mercado ou que se revelarem manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, inciso II, da Lei federal n.º 8.666/93, quando aplicável.

5.2.2 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.2.3 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.3 Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, será acrescido ao valor dos serviços de que trata o subitem 3.7 o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária, que constitui obrigação da PRODESP, nos termos do art. 22, inc. IV da Lei Federal n° 8.212, de 24/06/1991, com a redação introduzida pela Lei Federal n° 9.876, de 26/11/1999, c/c o art. 15, inc. I da Lei Federal n° 8.212/91.

5.4 O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.5 Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.6 ETAPA DE LANCES

5.6.1 Será iniciada a etapa de lances, para a qual serão convidadas a participar, todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.6.2 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

5.6.3 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, admitindo-se lances cujos valores forem inferiores ao de menor valor registrado no sistema, ou inferiores ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima estabelecida entre eles, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido se ocorrerem dois ou mais lances de mesmo valor.

5.6.4 A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.6.4.1 A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, por mais 03 (três) minutos, visando à continuidade da disputa, quando houver lance ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.6.4 ou durante os períodos de prorrogação.

5.6.4.2 A prorrogação, encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.6.5 No ato da fase de lances, o valor de redução mínima será de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), a ser aplicado entre os lances.

5.6.6 No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
b) do tempo restante para o encerramento da etapa, bem como do tempo de prorrogação desse encerramento.

5.6.7 A etapa de lances será considerada encerrada, findo os períodos de duração indicados no subitem 5.6.4.

5.6.8 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final em ordem crescente de valores.

5.6.8.1 Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado.

5.6.9 Com base na classificação a que alude o subitem 5.6.8, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, quando permitida a participação na licitação, e, de acordo com o registro da licitante junto ao CAUFESP, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.9.1 A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

5.6.9.1.1 A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 5.6.9.1.

5.6.9.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 5.6.9.1.

5.6.9.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5.6.8, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.10 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 5.6.9.1 e 5.6.9.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5.6.8, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.6.11 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

5.6.11.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data de apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela PRODESP, juntada aos autos.

5.6.11.1.1. Para aferir a aceitabilidade dos preços ofertados, o Pregoeiro procederá ao exame da adequação dos preços unitários dos itens que compõem o lote cotado com os praticados no mercado, sem prejuízo da adoção do menor valor total do lote, como critério de julgamento da licitação, quando aplicável.

5.6.11.2 Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.6.11.3 Após o fechamento da negociação e da aceitabilidade dos preços a que se refere o item 5.6.11, a licitante deverá encaminhar, dentro de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, à Comissão Permanente de Licitação, telefone (11) 2845-6948, fax (11) 2845-6437, para a proposta cuja composição contemple mais de um item, a planilha de preços atualizados, de acordo com a oferta vencedora.

5.7 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

5.7.1 Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, existentes no CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 04 do Edital.

5.7.2 Caso os dados e informações existentes no CAUFESP, não atendam aos requisitos estabelecidos no item 04 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

5.7.2.1 Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos de habilitação passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

5.7.2.2 A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie, por meio do fac-símile n° (0xx11) 2845-6437 ou por correio eletrônico para o endereço pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, no curso da própria sessão do pregão e até a decisão sobre a habilitação, observado o previsto no item 5.7.3.

5.7.3 Ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios, a PRODESP

não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere o subitem 5.7.1 ou para a transmissão de cópias de documentos, a que se refere o subitem 5.7.2.2. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista neste subitem, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

5.7.4 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos de habilitação enviados na forma constante do subitem 5.7.2 deverão ser endereçados à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e entregues no PROTOCOLO CENTRAL da PRODESP, à Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves, Taboão da Serra – São Paulo, Via de Serviços, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

5.7.4.1 Verificada a qualquer tempo a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental, reputar-se-ão inexistentes os atos administrativos dela resultantes, cabendo à PRODESP expedir a comunicação cabível ao Ministério Público.

5.7.5 Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativa, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 4.1.8 à 4.1.15 deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

5.7.6 Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

5.7.7 Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora colocando o cursor e clicando no botão ficha cadastral, o que fará aparecer a página disponível para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

5.8 A licitante habilitada nas condições do subitem 5.7.5 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.9 A comprovação de que trata o subitem 5.8 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da PRODESP.

5.10 Ocorrendo a habilitação na forma indicada no subitem 5.7.5 a sessão pública

será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.9, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.8 e 5.9.

5.11 Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.8 e 5.9, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 5.9.

5.12 Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.8 à 5.11, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5.6.9, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

5.13 Quando comparecer um único licitante ao pregão ou houver uma única proposta de preços válida, é prerrogativa do Pregoeiro conduzir o procedimento ou, depois de analisadas as limitações de mercado e outros aspectos pertinentes, inclusive quanto aos preços, optar pela repetição de nova licitação, ou ainda optar pelo ato de suspender o Pregão.

6 RECURSOS

6.1 Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.7 à 5.10, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema:

6.1.1 que poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, exclusivamente, por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, para tanto;

6.1.2 o tempo para apresentação da manifestação a que se refere o subitem 6.1.1 será determinado pelo Pregoeiro.

6.2 Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem 6.1.1 deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a fluir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, constante do subitem 6.2.1 deste item.

6.2.1 As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se

houver, será efetuada mediante protocolo, no PROTOCOLO CENTRAL da PRODESP, à Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves - Taboão da Serra - SP, Via de Serviços, endereçados à Comissão Permanente de Licitação, observados os prazos estabelecidos no subitem 6.2 deste item.

6.3 A falta da manifestação imediata e motivada da licitante, a que se refere o subitem 6.1.1 deste item, importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente, a homologação.

6.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, para decisão.

6.5 Se não houver recurso o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e proporá à autoridade competente a homologação do certame e a contratação. Se houver recurso, decidido este, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.6 O recurso terá efeito suspensivo e o acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.7 A adjudicação será feita pelo **MENOR PREÇO**.

6.8 Se a vencedora da licitação for cooperativa de trabalho, deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitário e total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

6.8.1 Para a apuração dos novos preços, deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 5.3 deste Edital e o resultado da soma do novo preço total, com o valor do acréscimo expurgado, deverá ser igual ao valor total final obtido no certame;

6.8.2 Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha a ser endereçados à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e entregues até a data e horário designados neste Edital, de segunda-feira a sexta-feira, no PROTOCOLO CENTRAL da PRODESP, à Rua Agueda Gonçalves, 240 - Taboão da Serra – SP, Via de Serviços.

6.8.3 Se a cooperativa deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 6.8, no prazo ali assinalado, os preços unitário e total finais válidos para a contratação, serão apurados pela PRODESP, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor final obtido no certame, sobre o preço ofertado na referida proposta, observado ainda, o disposto no subitem 6.8.1.

7 DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

7.2.1 fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, no ponto em que foi suspensa, sem prejuízo dos atos realizados até então. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e, reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade;

7.2.2 durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no Edital.

7.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8 VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 A contratação da renovação da subscrição do Minitab 18, vigerá pelo prazo de 12 (doze) meses. A licença devera ser entregue conforme os termos estabelecidos no Relatório de Especificação Técnica Básica Requerida REL.CDCT.131/2017 V.1.0 – **"Anexo IX"** deste edital e a documentação fiscal devera ser entregue no Protocolo Central da PRODESP, sito à Rua Agueda Gonçalves, 240 – Área de Serviços – Taboão da Serra – São Paulo – SP, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 8h às 17h.

8.2 O recebimento do objeto dar-se-á após conferência de todas as condições estabelecidas no Edital e Anexos.

8.3 O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade de responder por prática abusiva, nos termos dos artigos 23 e 39, Inciso VII do Código de Defesa do Consumidor.

9 PAGAMENTOS

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado da entrada da nota fiscal/fatura no protocolo da PRODESP, à vista do recebimento definitivo.

9.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções, neste caso, o prazo de que trata o

subitem 9.1 começará a fluir a partir da apresentação da nota fiscal/fatura sem incorreções.

9.3 Quando da emissão da nota fiscal, caso a CONTRATADA esteja em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial e, caso a CONTRATADA esteja em situação de recuperação extrajudicial, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

9.4 A PRODESP suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

9.5 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A.

10 CONTRATAÇÃO

10.1 Em cumprimento ao disposto na Lei Estadual n° 12.799, de 11/01/08, regulamentada pelo Decreto n° 53.455, de 19/09/08, Resolução SF 44, de 19/09/08, e Portaria CAF-G n° 36, de 03/10/08, disponíveis para consulta no sítio www.bec.sp.gov.br – opção legislação, para que possa ser realizada a contratação, a licitante vencedora da licitação não poderá estar registrada no CADIN ESTADUAL.

10.1.1 Por ocasião da formalização do Contrato/Pedido de Compra, a PRODESP verificará junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, a existência de eventual registro que possa impedir a presente contratação.

10.1.2 A existência de registro no CADIN ESTADUAL, caracterizará descumprimento às regras do instrumento convocatório, sujeitando-se a licitante vencedora, a critério da PRODESP, à aplicação das sanções previstas no edital/contrato.

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, no caso de empresa em situação de recuperação judicial, a apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

10.1.4. Constitui condição para a celebração da contratação, no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, a apresentação de comprovação

documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

10.2 Sem prejuízo do disposto no item 10.1, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 48.999, de 29.09.04, para a formalização do Contrato/Pedido de Compra, a PRODESP verificará, também, a existência de eventual registro no sitio www.sancoes.sp.gov.br, e ainda, nos sítios: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos e servicos, www.tce.sp.gov.br e www.portaldatransparencia.gov.br, que possa impedir a presente contratação.

10.3 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

10.4 As disposições previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, aplicam-se àquele que será parte da relação contratual decorrente desta licitação.

10.5 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração do termo de Pedido de Compra, cuja minuta integra este Edital como **"Anexo VIII"**.

10.5.1 Se por ocasião da formalização do Contrato/Pedido de Compra as Certidões de Regularidade de Débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com prazos de validade vencidos a Administração poderá verificar a situação por meio eletrônico hábil, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.5.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil a adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.5.1, deste item 10, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não contratação e demais sanções pertinentes ao fato.

10.6 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato/Pedido de Compra de acordo com a Minuta – **"Anexo VIII"**, podendo o prazo ser prorrogado uma vez e por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e por motivo justificado e aceito pela PRODESP, bem como assinar o "TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO" - **"Anexo VII"**, dando ciência da remessa da documentação do procedimento licitatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10.6.1 Ficará a critério da contratada, o acompanhamento do processo junto àquela Corte, cabendo-lhe as diligências para juntada da procuração nomeando seus representantes legais/procuradores e demais atos que se

fizerem necessários.

10.7 Quando a Adjudicatária, deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação, ou ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.5.1, ou recusar-se a retirar e firmar o Contrato/Pedido de Compra, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

10.8 A nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

10.9 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos”.

10.10 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 5.1 à 5.6 e subitens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.6 deste Edital.

10.11 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

10.12 A contratada obriga-se a não fazer circular duplicatas ou saque de letras de câmbio contra a PRODESP, relativamente a todo e qualquer crédito decorrente do Pedido de Compra, exceto em se tratando o fornecedor de microempresa ou empresa de pequena porte.

10.13 Observada a natureza do objeto contratado, é de responsabilidade exclusiva da Contratada, a retirada e descarte do material até o destino final, sempre que solicitado pela PRODESP, obrigando-se a apresentar a documentação comprobatória de sua qualificação para tanto, de conformidade com a legislação pertinente, sob pena de rescisão do ajuste, bem como da imposição das penalidades nele previstas.

11 SANÇÕES

11.1 Constituem motivos de rescisão da presente avença aqueles relacionados no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores. É reconhecido o direito da PRODESP em haver da CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n° 8666/93 e as disposições do Decreto Estadual n° 48.999 de 29/09/04, pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais.

11.2. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência, ensejará a imediata rescisão do Pedido de Compra,

sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

11.3. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação, ensejará a imediata rescisão do Pedido de Compra, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

11.4 O Pedido de Compra poderá ser rescindido, por quaisquer das partes, pelo não cumprimento de quaisquer condições ou cláusulas estabelecidas neste instrumento, ficando a parte infratora sujeita, a favor da parte inocente, às perdas e danos correspondentes.

11.5 Os casos fortuitos e/ou motivos de força maior serão excludentes da responsabilidade das partes contratantes de acordo com o disposto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

11.6 A contratada ficará sujeita a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação se após o aceite do Pedido de Compra vier a cancelá-lo imotivadamente.

11.7 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PRODESP e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e demais cominações legais.

11.8 Pela inexecução total ou parcial do Pedido de Compra ou descumprimento do disposto neste Edital, a PRODESP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

11.8.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades para as quais a contratada tenha concorrido diretamente;

11.8.2. multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Pedido de Compra no caso de rescisão por culpa ou requerimento da contratada, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODESP;

11.8.3 O atraso injustificado na execução do objeto, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei federal nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, na seguinte proporção:

11.8.3.1 calculada por dia de atraso e sobre a obrigação não cumprida:

I – atraso de até 30 dias, multa de 0,3% por dia;

II – atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 10%, desconsiderando o previsto no inciso anterior;

II – atraso superior a 60 (sessenta) dias, multa de 15% do saldo financeiro não realizado, cumulativa com o previsto no inciso II, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

11.8.4. multa equivalente a 5% (cinco por cento) calculado sobre o faturamento do mês da ocorrência, por infringência de quaisquer cláusulas, condições ou obrigações pactuadas no Pedido de Compra, não abrangidas pelas alíneas anteriores. Não havendo faturamento no mês da ocorrência a multa será de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) calculada sobre o valor total do Pedido de Compra.

11.8.4.1. Em caso de reincidência do descumprimento contratual, a multa estabelecida terá seu percentual acrescido em 50%.

11.8.5 suspensão temporária e impedimento para licitar e contratar com a Administração, qual seja, esfera de governo a que se subordina a PRODESP, nos termos do artigo 87, III da Lei federal n.º 8.666/93 e artigo 7.º da Lei federal nº 10.520/02, conforme Resolução Nº 10/2016 (TC-A-63433/026/90) – Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

11.8.6 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a PRODESP, observadas as disposições legais aplicáveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a PRODESP pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.8.5.

11.9 Ficará a critério da PRODESP a aplicação cumulativa ou não das sanções acima.

11.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa e registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, obedecendo-se, também, as disposições do Decreto Estadual n° 48.999 de 29/09/04.

11.11 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ou cobrados da CONTRATADA através de cobrança direta e autônoma, pela via administrativa ou judicial.

11.12 No caso de não existirem pagamentos pendentes, a contratada deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Tesouraria da PRODESP, na Rua Agueda Gonçalves, n° 240 – Taboão da Serra – São Paulo – SP, andar térreo, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

11.13 Os valores referentes às multas, indenizações e demais importâncias quando não ressarcidos pela contratada, serão atualizados pela variação do IPC-FIPE, calculado “pro-rata-die” e acrescidos de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico será lavrada ata circunstanciada, observado o disposto no artigo 9°, inciso X, da Resolução CEGP-10/2002, a ser assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

12.3 Será mantido sigilo quanto a identidade das licitantes para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

12.4 O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos sítios eletrônicos www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

12.5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no D.O.E. e no próprio sistema, no endereço www.bec.sp.gov.br, opção Pregão Eletrônico.

12.6 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

12.7 A impugnação, assim como o pedido de esclarecimento serão formulados em campo próprio do sistema, encontrados na opção EDITAL, sendo a impugnação respondida pelo subscritor do Edital e o pedido de esclarecimento respondido pelo Pregoeiro designado, com decisão no prazo de 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

12.8 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

12.9 As certidões apresentadas para habilitação deverão estar dentro do prazo de suas respectivas validades e válidas na data da sessão do Pregão Eletrônico e quando estas não estiverem expressas, serão consideradas válidas pelo prazo de 06 (seis) meses a contar da data de suas emissões, como estabelecido no CAUFESP – Cadastro de Fornecedores do Estado de São Paulo.

12.10 Os casos omissos do presente Pregão Eletrônico serão solucionados pelo subscritor do Edital e as questões relativas ao sistema, pelo Centro de Controle de Contratações – CCC, do Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC da Secretaria da Fazenda.

13 ANEXOS

13.1 Integram o presente Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NÃO OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES NACIONAL

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA COOPERATIVA

ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO (empresas em recuperação judicial ou recuperação extrajudicial)

ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ANEXO VIII - MINUTA DE PEDIDO DE COMPRA

ANEXO IX - RELATÓRIO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA BÁSICA REQUERIDA

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE PARCEIRO CERTIFICADO OU REVENDA AUTORIZADA

14 FORO

14.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Taboão da Serra, por mais privilegiado que outro seja.

Taboão da Serra, 14 de março de 2018.

_____

Idel Suarez Vilela
Matrícula n° 6911.5
Gerência de Suprimentos

ANEXO I

"DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO"

À
CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2018

....., inscrito no CNPJ n° ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade n° .....e do CPF n° ..... **(SE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA)** ou ..... portador(a) da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° ..... **(SE EMPREGADOR PESSOA FÍSICA), DECLARA**, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei n° 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
(OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

..... (localidade), ... de ..... de .....

_____
Nome da proponente (pessoa física ou pessoa jurídica)

_____
(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Pela presente, declaramos sob as penas da lei, a inexistência de qualquer fato impeditivo que obste a nossa participação ou contratação neste **Pregão Eletrônico nº 029/2018**, estando esta empresa absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98, Lei estadual nº 10.218/99 e Decreto Estadual nº 53.047/08.

, de de 2018

_____
(nome da empresa licitante)

_____
(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ)

_____
(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NÃO OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES NACIONAL

À
CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2018

..... (*denominação social da empresa*), CNPJ n° ....., por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de ***microempresa***, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

Ou

..... (*denominação social da empresa*), CNPJ n° ....., por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de ***empresa de pequeno porte***, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

_____, _____ de _____ de 2018.

_____
(Nome da empresa Licitante)

_____
(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA COOPERATIVA

À
CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2018

..... (*denominação social da empresa*), CNPJ n° ....., por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de ***cooperativa***, que preenche as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488, de 15 de junho de 2007 e ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

_____, _____ de _____ de 2018.

_____
(Nome da empresa Licitante)

_____
(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO V

“MODELO DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL”

Pelo presente, atestamos para os devidos fins, que a empresa _____,
(indicação do nome da empresa licitante)

realizou os serviços de _____,
(indicação dos serviços prestados que devem ser pertinentes, compatíveis e de natureza semelhante ao objeto desta licitação)

tendo os mesmos atendido satisfatoriamente os objetivos e cumprido a contento com as obrigações contratuais.

_____, de _____ de _____

_____
Nome da empresa cliente do licitante

_____
assinatura do responsável da empresa cliente do licitante e telefone para contato

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO
(empresas em recuperação judicial ou recuperação extrajudicial)

Ref: Pregão Eletrônico nº 029/2018.

Eu.....(*nome completo*), representante legal da empresa.....(*nome da pessoa jurídica*), participante do Pregão Eletrônico n.º 029/2018, DECLARO, sob as penas da lei:

Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

.....(*localidade*), ...de.....de.....

_____
(nome e assinatura do representante legal)
RG n.º.....

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)

Contratante: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP
Contratada: XXXXXX.
Contrato n°: PRO.00.XXXX
Objeto: XXXXXXXXXXX
Advogado (S)/ nº OAB: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taboão da Serra, de de 20.....

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome		
Cargo		
CPF:	RG:	Data de Nascimento:
Endereço residencial completo		
E-mail institucional		
E-mail pessoal		
Telefone(s)		
Assinatura		

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome		
Cargo		
CPF:	RG:	Data de Nascimento:
Endereço residencial completo		
E-mail institucional		
E-mail pessoal		
Telefone(s)		
Assinatura		

Nome		
Cargo		
CPF:	RG:	Data de Nascimento:
Endereço residencial completo		
E-mail institucional		
E-mail pessoal		
Telefone(s)		
Assinatura		

CONTRATADA:

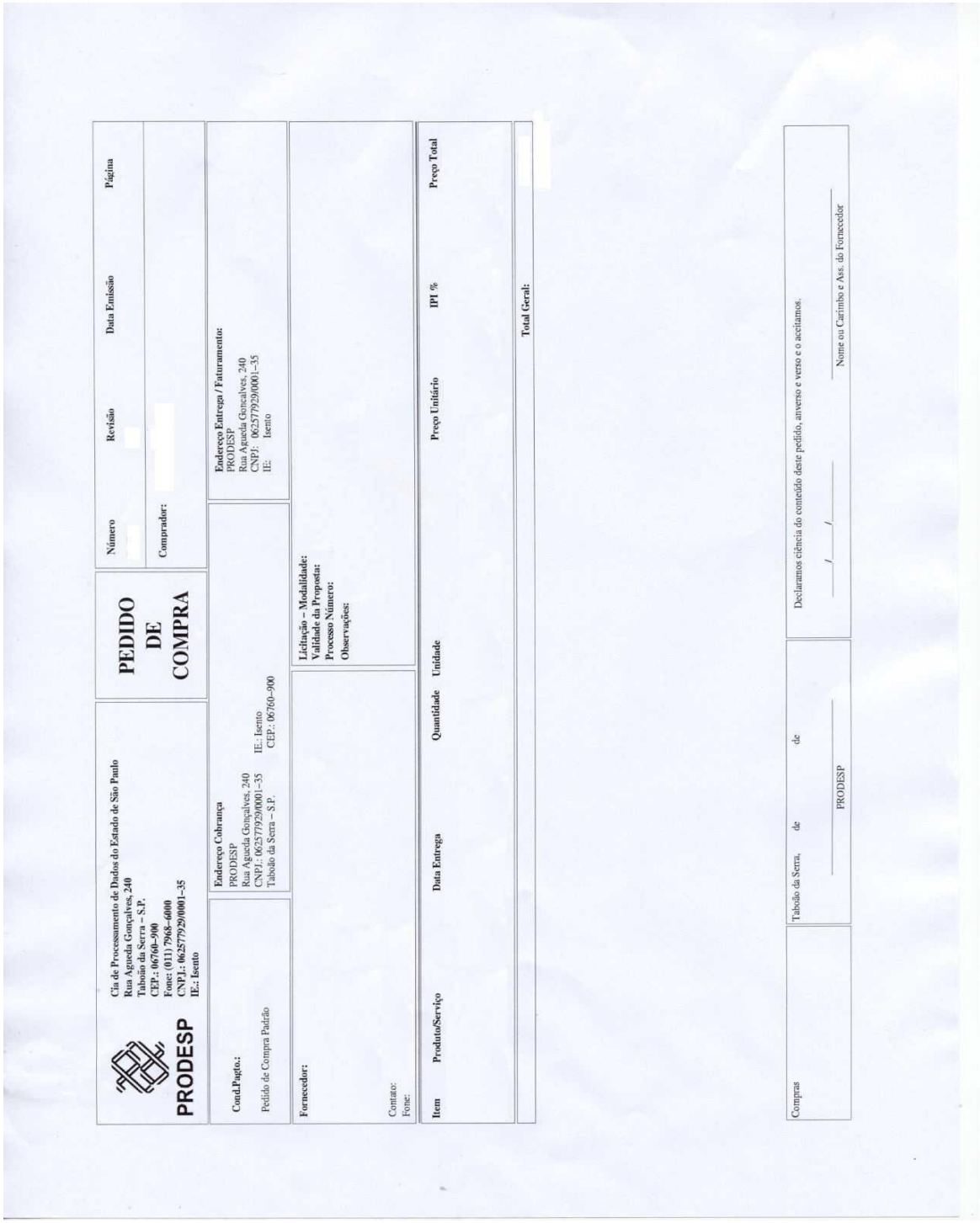
Nome		
Cargo		
CPF:	RG:	Data de Nascimento:
Endereço residencial completo		
E-mail institucional		
E-mail pessoal		
Telefone(s)		
Assinatura		

Nome		
Cargo		
CPF:	RG:	Data de Nascimento:
Endereço residencial completo		
E-mail institucional		
E-mail pessoal		
Telefone(s)		
Assinatura		

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Nota: Modelo publicado pelo TCESP no DOE de 01/12/2017.

ANEXO VIII



PRODESP

Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Rua Agueda Gonçalves, 240
Taboão da Serra – S.P.
CEP.: 06760–900
Fone: (011) 7968–6000
CNPJ.: 062577929/0001–35
IE.: Isento

PEDIDO DE COMPRA

Número
Revisão
Data Emissão
Página
Comprador:

Cond.Pagto.:
Pedido de Compra Padrão

Endereço Cobrança
PRODESP
Rua Agueda Gonçalves, 240
CNPJ.: 062577929/0001–35 IE.: Isento
Taboão da Serra – S.P. CEP.: 06760–900

Endereço Entrega / Faturamento:
PRODESP
Rua Agueda Gonçalves, 240
CNPJ: 062577929/0001–35
IE: Isento

Fornecedor:
Contato:
Fone:

Licitação – Modalidade:
Validade da Proposta:
Processo Número:
Observações:

Item	Produto/Serviço	Data Entrega	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	IPI %	Preço Total
					Total Geral:		

Compras

Taboão da Serra, de de

PRODESP

Declaramos ciência do conteúdo deste pedido, anverso e verso e o aceitamos.

____/____/____

Nome ou Carimbo e Ass. do Fornecedor

ANEXO IX

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA BÁSICA REQUERIDA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA BÁSICA REQUERIDA

AQUISIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO - LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÂO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR DA MINITAB INC.

- **Minitab 18**

REL.CDCT.131/2017 v.1.0 **MARÇO / 2018**

PREÂMBULO

I) CONTEÚDO DO ANEXO IX

ANEXO IX – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS REQUERIDAS: fornece as especificações técnicas mínimas necessárias, as quais os produtos e serviços ofertados pela proponente deverão obrigatoriamente atender dentro do orçamento previsto.

1. PROGRAMA DE COMPUTADOR

Aquisição da subscrição de licenças de uso do Software da Minitab

O quadro abaixo dispõe o nome do programa de computador de fabricação da **Minitab Inc.**, as quantidades de licenças que devem ser fornecidas sem uso anterior e as características técnicas do tipo do software, subscrição, versão, compatibilidade de plataforma e idioma:

Subscrição de Licenças	Qtd.	Tipo de Subscrição	Período	Plataforma
Renovação - Minitab 18 Português do Brasil - Multiusuário	01	Licenciamento concorrente (para até 10 usuários simultâneos)	12 meses	Windows

a) A Prodesp possui subscrição de software Minitab licenciada através do Customer ID 1575827 a qual possui vigência até dia 28 de fevereiro de 2018.

b) A nova aquisição deverá prover a renovação desta subscrição pelo período de 12 meses.

c) As estações de trabalho onde o Minitab será instalado, possuem o Sistema Operacional Microsoft Windows 10 - 64 bits. O Gerenciador de licenças será instalado no ambiente Microsoft Windows Server 2012 R2 (ou superior - 64 bits).

d) O Gerenciador de licenças pode ser instalado no ambiente operacional da Prodesp em máquina física do tipo X86 AMD64 & INTEL64 e/ou virtual, tecnologia VMWare,

e) O Software Minitab deve atender as funcionalidades previstas na documentação técnica pertinente ao mesmo, consultável no seguinte endereço eletrônico: https://www.minitab.com/pt-br/products/minitab/features-list/

f) A Prodesp poderá, eventualmente, solicitar comprovação de origem do fornecimento do produto adquirido;

g) Não se aceita subscrições de software com licenciamento atrelado a algum tipo de hardware; (Licenças OEM)

h) Devem ser fornecidas, preferencialmente mídias físicas correspondentes ao software objeto licitado, sendo aceitas mídias alternativas fornecidas pelo parceiro, revendedor e/ou representante do fabricante no Brasil;

i) Na impossibilidade do fornecimento de mídias físicas, deve ser fornecido endereço eletrônico e respectiva chave de acesso para a realização de download cujo acesso deve permanecer disponível no mínimo por 60 dias a contar da data do pedido de compra;

j) A chave de acesso ao endereço eletrônico do fornecedor e/ou fabricante deve ser enviada para o seguinte e-mail: certificados_software@prodesp.sp.gov.br

k) O suporte técnico será na modalidade auto-serviço (Telefone, e-mail, chat, web etc.) oferecido diretamente do fabricante e/ou revendedor;

l) O acesso ao Serviço de Suporte Técnico Minitab, durante a vigência da subscrição, será ilimitado no regime de 05 (cinco) dias por semana 08 (oito) horas por dia (horário comercial) em língua portuguesa;

m) Não haverá custo adicional para o suporte técnico na modalidade de subscrição contratada;

n) O fornecedor obriga-se, sem ônus adicional à PRODESP, a entregar as versões mais recentes e/ou consolidadas com últimos patchs e demais correções dos programas de computador e dos respectivos manuais técnicos dos produtos (eletrônicos ou impressos) que estejam sendo comercializados no mercado, na data da entrega do pedido, desde que perfeitamente compatível com as especificações contidas no quadro do item 1;

o) Em existindo “Customer Center” ou similar, devem ser fornecidas as chaves de acesso, endereço eletrônico e respectivas instruções de uso para o seguinte e-mail: certificados_software@prodesp.sp.gov.br

1.1. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) Caso existam, devem ser fornecidos os manuais técnicos do usuário e de referência originais, eletrônicos ou impressos, sem uso anterior, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração, operação, administração e suporte;

b) Se eletrônico, o manual deve ser enviado para o seguinte endereço de e-mail: certificados_software@prodesp.sp.gov.br

c) Caso exista, deve ser fornecido “*Certificado de Software*” ou equivalente contendo minimamente as seguintes informações da compra: data, tipo de licença, vigência, quantidade de licenças, número de série ou licença e manutenção que deverá ser registrada obrigatoriamente para a razão social: **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÂO PAULO – PRODESP**

d) Se eletrônico, o Certificado de Software deve enviado para o seguinte endereço de e-mail: certificados_software@prodesp.sp.gov.br

e) O "*Certificado de Software*" ou seu equivalente deverá conter a data de início e a data de término do período aquisitivo da subscrição, não se aceita data superior a 10 (dez) dias de registro antes da entrega do objeto licitado.

2. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

2.1. ENTREGA DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

a) Os Programas de Computador e Manuais Técnicos especificados no item 1 deste anexo, se físicos, devem ser entregues pelo fornecedor nas dependências da PRODESP, à Rua Agueda Gonçalves, 240 - Taboão da Serra - SP, setor Almoxarifado, em horário comercial;

b) O prazo máximo para a entrega dos Programas de Computador e Manuais Técnicos especificados no item 1 deste anexo será de 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do Pedido;

c) O software deverá contemplar, no mínimo, 01 (um) ano de subscrição de manutenção, atualização e suporte técnico padrão - 05 dias por semana, 08 horas por dia (dias úteis - horário comercial);

d) Toda Informação e comunicação relativa ao licenciamento do produto tais como: Chaves de ativação; nº serial; nº de certificado de licença e/ou manutenção; vencimento de subscrição; atualização de produto e assemelhados, quando cabível, pode ser enviada através do seguinte e-mail: certificados_software@prodesp.sp.gov.br

e) Comunicar a Contratante, por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que impeça a execução parcial ou total do objeto licitado, prestando todos os esclarecimentos necessários;

f) O preço final de cada subscrição deve conter todos os impostos cabíveis; (Federais, Estaduais e Municipais)

g) O Fornecedor do produto deve comprovar parceria com o fabricante Minitab Inc. A comprovação será mediante a apresentação de documentos hábeis, tais como: contrato, atestado, e-mail, endereço eletrônico ou carta de certificação de parceria emitida em nome do Fornecedor pelo Fabricante;

h) O Fabricante é isento desta declaração de parceria.

2.2. RESPONSABILIDADE PELA INSTALAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

a) É responsabilidade da PRODESP, a instalação dos Programas de Computador e todos os seus componentes, especificados no item 1 deste anexo;

b) Os Programas de Computador especificados no item 1 serão instalados nas dependências da sede da PRODESP, localizada à Rua Agueda Gonçalves 240, Taboão da Serra – SP, ou em locais previamente definidos pela PRODESP.

2.3. ACEITE DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

a) A PRODESP emitirá termo de aceite após a constatação de que os nomes, modelos e versões dos Programas de Computador fornecidos correspondam aos propostos e que estes atendam às Especificações Técnicas Básicas Requeridas, bem como as mídias não tenham defeitos;

b) O prazo máximo para emissão do Termo de Aceite para os Serviços e os Programas de Computador especificados nos itens 1.1 deste anexo será de 10 dias a contar da data de entrega ou realização destes;

c) Caso o Programa de Computador e respectivos manuais de utilização não correspondam ao esperado, contenha vícios ou mau funcionamento, o prazo de aceite será reiniciado após a sua substituição ou solução dos problemas detectados.

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE PARCEIRO CERTIFICADO OU REVENDA AUTORIZADA

À

Cia. De Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP

Ref.: Pregão eletrônico n.º 029/2018

Declaramos para os devidos fins, que nossa empresa é Parceiro Certificado ou Revenda Autorizada do fabricante _____ (indicar o nome do fabricante do produto ofertado), _____ conforme comprovação anexa.

_____, _____ de _____ de _____

_____
nome da empresa licitante

_____
assinatura do(s) responsável(is) da empresa licitante, com identificação do(s) nome(s) completo(s) e telefone(s) de contato.

SP + Digital /governosp

Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural | Legislação | Minutas Edital | Fornecedores | Catálogo | Comunicação | Manuais

13:55:36

Número da OC 513101510852018OC00050 - Itens negociados pelo valor total
Situação ENCERRADO COM VENCEDOR

Ente federativo GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UC SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.

Selecione a ata: Ata desta sessão pública
Imprimir

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico nº : 029/2018
Processo nº : 2018896/0001
Objeto : SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR MINITAB 18 DA MINITAB INC.

Às 09:00:47 horas do dia 29 de Março de 2018, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Silvia Cleide Araújo do Nascimento e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Fernando Oliva Estevan, Maciel Makoto Kamimura, Maria Helena Foltran e Raffaele Francesco Cammarosano, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 513101510852018OC00050. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública

Encerrada sem recurso

ITEM 1

Descrição	: CONSULTE EDITAL.
Quantidade / Unidade de Fornecimento	: 1 / UNIDADE
Menor Valor	: 26.000,0000
CNPJ/CPF - Vencedor	: 27492080000104 - RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP
Propostas Entregues	: 4
Desistência de Propostas	: 0
Propostas Restantes	: 4
Propostas Classificadas	: 3
Resultado do Item	: Adjudicado
Justificativa	: TENDO O LICITANTE CUMPRIDO OS REQUISITOS EDITALÍCIOS E NÃO HAVENDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, ADJUDICO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO.

Propostas

Licitante	Ordem	Valor	Data/Hora	Situação	Justificativa
Líder Softwares	1	27,5000	29/03/2018 00:00	Desclassificada	Considerada desclassificada, tendo em vista erro/equívoco no valor da proposta.
Targetware Informatica Ltda	2	50.000,0000	28/03/2018 00:00	Classificada	classifico o item
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	3	50.000,0000	28/03/2018 00:00	Classificada	classifico o item
CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS EIRELI	4	58.900,0000	29/03/2018 00:00	Classificada	classifico o item

Desistência

Não houve desistência.

Lances Ofertados

Licitante	Valor	Data/Hora	Situação
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	45.000,0000	29/03/2018 09:46:26	Válido e confirmado

Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Negociação

Licitante	Valor	Data/Hora	Situação
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	27.500,0000	29/03/2018 09:53:13	Válido e confirmado

RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	27.000,0000	29/03/2018 10:05:31	Válido e confirmado
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	26.300,0000	29/03/2018 10:49:49	Válido e confirmado
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	26.000,0000	29/03/2018 10:55:19	Válido e confirmado

Análise da Aceitabilidade do Preço

Licitante	Origem	Valor	Data/Hora	Preço	Justificativa
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	Negociação	26.000,0000	29/03/2018 14:40	Aceitável	Considero o preço aceitável, conforme critério de aceitabilidade, estabelecido pela Administração da Prodesp.

Habilitação

Licitante	Data/Hora	Habilitação	Justificativa
RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP	29/03/2018 16:06	Habilitado	Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.

Manifestação de Intenção de Interposição de Recurso

Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição de recurso.

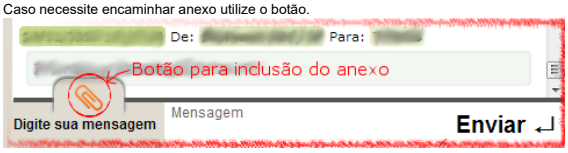
Licitantes

Legenda	Enquadramento	CNPJ/CPF	Licitante
FOR0853	Outros	09.240.519/0001-11	Targetware Informatica Ltda
FOR0549	EPP	11.734.575/0001-54	Líder Softwares
FOR0870	EPP	22.769.273/0001-38	CISTEL COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS EIRELI
FOR0243	EPP	27.492.080/0001-04	RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP

Chat

De	Para	Mensagem	Data/Hora
Sistema BEC/SP	TODOS	Sessão Pública Aberta.	29/03/2018 09:00:47
Pregoeiro	TODOS	Srs. licitantes, bom dia! Neste momento, daremos início à abertura e análise das propostas. Peço a gentileza de aguardarem.	29/03/2018 09:01:12
Pregoeiro	FOR0549	Sr.licitante, pedimos confirmação sobre equívoco no valor de sua proposta, tendo em vista que o julgamento será pelo menor preço , conforme subitem 6.7. do edital.	29/03/2018 09:09:15
Pregoeiro	FOR0549	Sr. licitante, estou no aguardo de sua manifestação.	29/03/2018 09:13:14
FOR0549	Pregoeiro	Bom dia, quando será iniciada a fase de lances?	29/03/2018 09:16:08
Pregoeiro	FOR0549	Prezado, solicito manifestação quanto ao solicitado às 09:09:15. Obrigada!	29/03/2018 09:17:55
FOR0549	Pregoeiro	Só um minuto	29/03/2018 09:18:55
FOR0549	Pregoeiro	Nosso menor valor R$ 25.300,00	29/03/2018 09:21:34
Pregoeiro	FOR0549	Sr.licitante, infelizmente não existe a possibilidade de alteração do valor constante da proposta. Assim, sua proposta será desclassificada. Sentimos muito.	29/03/2018 09:23:38
Sistema BEC/SP	TODOS	Por ação do pregoeiro o Sistema BEC/SP promoveu o desempate das propostas para o item 1	29/03/2018 09:30:16
Sistema BEC/SP	TODOS	Propostas analisadas.	29/03/2018 09:31:13
Pregoeiro	TODOS	ATENÇÃO à mensagem seguinte.	29/03/2018 09:31:33
Pregoeiro	TODOS	ATENÇÃO: Considerando as inúmeras orientações quanto à formulação de lances no Manual do Fornecedor, constante na BEC,reiteramos a necessidade de atenção para o seguinte: 1 -Ao acionarem a opção "ENVIAR" e clicar "SIM" conforme instruções na pág. de lances,o valor ofertado SERÁ confirmado e NÃO HAVERÁ MAIS A POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DESTE VALOR, através do lance. Portanto,pedimos MUITA ATENÇÃO,ANTES DE ACIONAREM A OPÇÃO "ENVIAR e clicar "SIM". 2-Observe com atenção a mensagem em vermelho: “De acordo com o artigo 90 da Lei Federal nº. 8666/93, o ato de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente ou caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente de adjudicação do objeto da licitação, poderá implicar responsabilização criminal dos envolvidos com pena de detenção de dois a quatro anos, e multa.” 3- Verificar, atentamente,o subitem do edital relativo à ETAPA DE LANCES e ainda para o fato da BEC trabalhar com 4 casas decimais.	29/03/2018 09:32:34
Pregoeiro	TODOS	Início da etapa de lances para o item 1	29/03/2018 09:32:57
Pregoeiro	TODOS	Srs. licitantes, etapa de lances iniciada. Desejo boa sorte a todos!	29/03/2018 09:33:24
FOR0549	Pregoeiro	Sr. Pregoeiro não compreendi o critério de menor preço, visto que teria uma etapa de lances	29/03/2018 09:38:34
FOR0549	Pregoeiro	Lembrando que, o nosso valor está abaixo da sua melhor oferta para início de lances	29/03/2018 09:39:05

Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: Prorrogada fase de lances	29/03/2018 09:46:26
Pregoeiro	FOR0549	Prezado, o licitante deve apresentar sua proposta inicial considerando o menor preço para o fornecimento do produto, e no decorrer da etapa de lances poder decrescer este preço. A natureza do pregão não permite o aumento do valor de R$27,50, para um valor maior. Estas instruções estão nos subitens 5.6.3 e 5.6.5 do edital, que estabelece o valor de redução mínima de R$ 65,00 a ser aplicado entre os lances. Como o Sr. pode concluir que sua oferta é inexequível e está em desacordo com as instruções do edital.	29/03/2018 09:48:05
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: Encerrada a fase de lances do item:1 - 29/03/2018 - 09:49:26	29/03/2018 09:50:11
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: Encerrada a fase de lances para esta Oferta de Compra.	29/03/2018 09:50:11
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: Iniciada a fase de negociação.	29/03/2018 09:50:11
Sistema BEC/SP	TODOS	Etapa de negociação item 001: SERVICO DE AQUISICAO/ATUALIZACAO DE USO DE SOFTWARE, APLICATIVO Menor lance: R$ 45.000,0000 Negociação disponível para fornecedor ganhador	29/03/2018 09:51:11
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, conforme informações do próprio sistema, já entramos na fase de negociação e preciso que nos informe a possibilidade de melhorar sua última oferta.	29/03/2018 09:51:36
FOR0243	Pregoeiro	Bom Dia Sr. Pregoeiro.	29/03/2018 09:52:38
FOR0243	Pregoeiro	Conseguimos chegar no valor de R$27.500,00	29/03/2018 09:52:54
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, peço a gentileza de registrar no sistema o valor de sua melhor oferta. obrigada!	29/03/2018 09:53:59
FOR0243	Pregoeiro	Preço registrado.	29/03/2018 09:54:27
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, agradeço, mas peço verificar a possibilidade de uma redução maior. Obrigada!	29/03/2018 09:57:11
FOR0243	Pregoeiro	Sr. Pregoeiro, infelizmente não é possível. Esse software é comprado fora do Brasil, além dos impostos para nacionalização, o dólar atual esta em frequente alta, o que impossibilita a redução do nosso preço. Desculpe!	29/03/2018 09:59:29
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, entendo, mas peço todo seu empenho na tentativa de nos conceder uma redução maior.	29/03/2018 10:01:17
FOR0243	Pregoeiro	Sr.pregoeiro, o que posso fazer seria arredondar o valor para R$27.000,00. Não consigo uma redução abaixo desse valor.	29/03/2018 10:03:16
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, peço a gentileza de registrar no sistema o valor de sua melhor oferta.	29/03/2018 10:04:24
FOR0243	Pregoeiro	Valor registrado.	29/03/2018 10:05:39
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, agradeço, mas precisamos de uma redução mais significativa.	29/03/2018 10:07:33
FOR0243	Pregoeiro	Sr. Pregoeiro, infelizmente não consigo ofertar um valor abaixo do que o registrado em sistema, desculpe.	29/03/2018 10:08:42
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, por gentileza, faça um pequeno esforço, precisamos de uma redução maior.	29/03/2018 10:12:24
FOR0243	Pregoeiro	Poderia conceder um tempo de 40 minutos (no máximo) para entrar em contato com o fabricante e tentar um desconto adicional para essa negociação?	29/03/2018 10:13:38
Pregoeiro	FOR0243	Sim. Ficarei no aguardo. Desde já informo que precisarei de uma redução de aproximadamente 17%, em relação ao valor de sua melhor oferta de R$ 27.000,00. Peço todo esforço possível na tentativa de atender a redução solicitada. Obrigada!	29/03/2018 10:20:06
FOR0243	Pregoeiro	Obrigado, retorno em instantes.	29/03/2018 10:21:30
Pregoeiro	FOR0243	Ok	29/03/2018 10:22:25
FOR0243	Pregoeiro	Sr. Pregoeiro, desculpe a demora. Após contato com o fabricante, não conseguimos desconto com o mesmo, porém, consigo chegar no valor de R$26.300,00.	29/03/2018 10:46:53
FOR0243	Pregoeiro	A porcentagem de 17% fica inviável, tendo em vista o novo imposto aplicado pelo governo federal de 15% para impostação de software.	29/03/2018 10:47:38
FOR0243	Pregoeiro	Neste caso, peço que aceite nosso último valor.	29/03/2018 10:47:57
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, peço registrar no sistema o valor de sua melhor oferta. Obrigada!	29/03/2018 10:48:47
FOR0243	Pregoeiro	Valor registrado.	29/03/2018 10:50:00
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, agradeço, mas V.Sa. poderia nos conceder um desconto adicional e arredondar o valor de sua melhor oferta de R$26.300,00 para R$26.000,00?	29/03/2018 10:53:17
FOR0243	Pregoeiro	Sim. Valor registrado em sistema.	29/03/2018 10:54:59
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, eu agradeço todo seu empenho, mas realmente precisamos de uma redução mais expressiva, para tanto peço verificar junto ao fabricante a possibilidade de uma redução em torno de 13,39% em relação a sua última oferta de R$26.000,00. Para que V.Sa. possa verificar junto ao fabricante a possibilidade de nos conceder a redução solicitada, estaremos suspendendo a presente sessão, com reativação prevista para hoje (29/03/2018) às 14h30.	29/03/2018 11:09:41

Pregoeiro	TODOS	Sessão pública suspensa em 29/03/2018 11:11:05.	29/03/2018 11:11:05
Pregoeiro	TODOS	Motivo: Para que FOR0243 possa verificar junto ao fabricante a possibilidade de nos conceder a redução solicitada.	29/03/2018 11:11:05
Pregoeiro	TODOS	Reativação prevista para 29/03/2018 14:30:00	29/03/2018 11:11:05
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: AGUARDANDO REATIVAÇÃO DO PREGÃO	29/03/2018 14:30:11
Pregoeiro	TODOS	Sessão Pública reativada.	29/03/2018 14:31:26
Pregoeiro	TODOS	Boa tarde!	29/03/2018 14:31:36
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, pedimos manifestar-se sobre a redução solicitada. Obrigada.	29/03/2018 14:31:45
FOR0243	Pregoeiro	Boa Tarde Sr. Pregoeiro.	29/03/2018 14:33:17
FOR0243	Pregoeiro	Após contato com o fabricante, não foi possível conceder o desconto solicitado, desculpe!	29/03/2018 14:34:11
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, obrigada pelo empenho!	29/03/2018 14:39:34
Sistema BEC/SP	TODOS	Etapa de negociação encerrada e etapa de aceitabilidade iniciada.	29/03/2018 14:39:39
Pregoeiro	FOR0243	(VALOR ACEITO - ITEM 1) R$ 26.000,0000 Justificativa: Considero o preço aceitável, conforme critério de aceitabilidade, estabelecido pela Administração da Prodesp.	29/03/2018 14:40:36
Sistema BEC/SP	TODOS	Aceitabilidade do preço encerrada e habilitação iniciada. Caso necessite encaminhar anexo utilize o botão. 	29/03/2018 14:40:54
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, por favor, aguarde um momento, pois estou verificando sua ficha cadastral e quais os documentos que V.Sa. deverá anexar.	29/03/2018 14:41:18
FOR0243	Pregoeiro	Tudo bem.	29/03/2018 14:42:21
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, por gentileza, queira anexar rapidamente, os documentos exigidos nos subitens: 4.1.6, 4.1.7; 4.1.14, 4.1.16, 4.1.17, 4.3.1 e 4.3.2 do edital, observado seus subitens, para a devida análise. ATENÇÃO: POR FAVOR, ENVIAR SOMENTE OS DOCUMENTOS SOLICITADOS.	29/03/2018 14:51:47
FOR0243	Pregoeiro	Estou providenciando.	29/03/2018 14:52:17
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_2.pdf".	29/03/2018 15:08:02
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_3.pdf".	29/03/2018 15:08:09
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_4.pdf".	29/03/2018 15:08:16
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_5.pdf".	29/03/2018 15:09:46
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_6.pdf".	29/03/2018 15:10:35
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_7.pdf".	29/03/2018 15:11:02
Pregoeiro	FOR0243	Sr. licitante, peço enviar o documento exigido no subitem 4.3.1.1, conforme modelo do edital Anexo X.Obrigada!	29/03/2018 15:20:03
FOR0243	Pregoeiro	Desculpe.	29/03/2018 15:27:13
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_8.pdf".	29/03/2018 15:27:28
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, peço a gentileza de aguardar a análise dos documentos.Obrigada!	29/03/2018 15:30:46
FOR0243	Pregoeiro	Tudo bem.	29/03/2018 15:31:11
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, V.Sa. teria outros atestados para nos enviar?	29/03/2018 15:37:44
FOR0243	Pregoeiro	Sim.	29/03/2018 15:43:22
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_9.pdf".	29/03/2018 15:43:43

FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_10.pdf".	29/03/2018 15:44:03
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_11.pdf".	29/03/2018 15:44:33
FOR0243	Pregoeiro	O Fornecedor "RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECN" enviou o arquivo "FOR0243_12.pdf".	29/03/2018 15:44:38
Pregoeiro	FOR0243	Peço aguardar a análise. Obrigada!	29/03/2018 15:47:15
Pregoeiro	TODOS	Srs. licitantes, informo que a documentação de habilitação do FOR0243, foi devidamente analisada e atende às exigências do edital.	29/03/2018 16:04:27
Pregoeiro	TODOS	Registramos que colaborou na análise técnica a Sra. HSUEH YI TSEN da Coordenadoria de Tecnologia - CDCT/Prodesp.	29/03/2018 16:04:53
Pregoeiro	FOR0243	Prezado, V.Sa. deverá apresentar, dentro de 2 dias, os originais ou cópias autenticadas dos docs. enviados (exigência do subitem 5.7.4.), na Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra-SP, Via de Serviços, Setor de Protocolo Central, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.	29/03/2018 16:05:41
Pregoeiro	TODOS	O Licitante RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP foi habilitado para o Item 1. Justificativa: Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.	29/03/2018 16:06:12
Pregoeiro	TODOS	Srs. Licitantes, as informações cadastrais do licitante vencedor poderão ser consultadas, durante a sessão pública, selecionando o item e clicando no botão Ficha cadastral licitante.	29/03/2018 16:06:27
Sistema BEC/SP	TODOS	Licitante vencedor : RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP Item : 1 Valor Negociado : 26.000,0000	29/03/2018 16:06:27
Sistema BEC/SP	TODOS	Etapa de Habilitação encerrada e fase de Manifestação de Intenção de Recurso iniciada.	29/03/2018 16:06:27
Sistema BEC/SP	TODOS	A partir deste horário, qualquer licitante poderá interpor recurso, imediata e motivadamente, nesta sessão pública.	29/03/2018 16:06:27
Pregoeiro	TODOS	Srs. licitantes, fica, a partir deste momento, concedido o prazo de 10 (dez) minutos para eventual manifestação motivada de recurso, em campo próprio disponibilizado no sistema, conforme subitens 6.1.1 e 6.1.2 do edital.	29/03/2018 16:07:54
Sistema BEC/SP	TODOS	Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição.	29/03/2018 16:18:02
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: Atos decisórios	29/03/2018 16:18:02
Sistema BEC/SP	TODOS	Informativo: ELABORAÇÃO DA ATA	29/03/2018 16:20:12
Pregoeiro	TODOS	Sessão pública encerrada.	29/03/2018 16:21:11

Sessão Pública Suspensa

Às 11:11:05h do dia 29 de março de 2018, foi suspensa a sessão pública, em virtude de Para que FOR0243 possa verificar junto ao fabricante a possibilidade de nos conceder a redução solicitada..
Às 14:31:26h do dia 29 de março de 2018, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Silvia Cleide Araújo do Nascimento e respectivos membros da equipe de apoio para dar continuidade aos trabalhos relativos ao pregão nº 513101510852018OC00050.

Encerramento realizado por Silvia Cleide Araújo do Nascimento

Considerações finais	Agradecemos a participação de todos os licitantes e a colaboração da equipe de apoio.
Data	29/03/2018 às 16:21:02

SP + Digital /governosp

Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural | Legislação | Minutas Edital | Fornecedores | Catálogo | Comunicação | Manuais

13:57:08

Número da OC 513101510852018OC00050 - Itens negociados pelo valor total
Situação ENCERRADO COM VENCEDOR

Ente federativo GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UC SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.

	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MELHOR OFERTA	DECISÃO PREGOEIRO	ADJUDICAÇÃO AUTORIDADE	DECISÃO AUTORIDADE	CONTRATO ASSINADO
A H	1	58564	SERVICO DE AQUISICAO/ATUALIZACAO DE USO DE SOFTWARE, APLICATIVO	1	UNIDADE	26.000,0000	ADJUDICADO por: Silvia Cleide Araújo do Nascimento em: 29/03/2018 16:19:24 TENDO O LICITANTE CUMPRIDO OS REQUISITOS EDITALÍCIOS E NÃO HAVENDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, ADJUDICO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO.	HOMOLOGADO por: ANGELA MARIA RIBEIRO OLAIA em: 15/05/2018 12:48:20 LICITAÇÃO HOMOLOGADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE CONFORME DECISÃO NO PROCESSO RESPECTIVO.	HOMOLOGADO por: ANGELA MARIA RIBEIRO OLAIA em: 15/05/2018 12:48:20 LICITAÇÃO HOMOLOGADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE CONFORME DECISÃO NO PROCESSO RESPECTIVO.	SIM

Legenda

PAD	Proposta de Adjudicação	A	Adjudicado
H	Homologado	PR	Proposta de Revogação
R	Revogado	C	Cancelado
PA	Proposta de Anulação	AN	Anulado
RE	Retomar Etapa	D	Deserto
F	Fracassado		